INSS

TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

CADERNO DE EXERCÍCIOS

BANCA DO CONCURSEIRO

TODOS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução, mesmo parcial e por qualquer processo, sem autorização expressa da Editora Banca do Concurseiro.

CADERNO ALGA

INSS
PREVIDÊNCIA SOCIAL

CONCURSO PÚBLICO
APLICAÇÃO: 2016

Cargo 2:
Técnico do Seguro Social

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1 **Confira atentamente se o nome do seu caderno de provas — CADERNO ALGA — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas.**

2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Toda semeação leva certo tempo para dar frutos.

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

3 Confira o nome do seu caderno em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito ou caso haja discordância quanto ao nome do seu caderno, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.

4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.

5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.

6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.

7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

TARDE

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cebraspe.org.br

cespe

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética:** ... seguida de **Assertiva:** ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas de acordo com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: BPC = benefício de prestação continuada; CF = Constituição Federal de 1988; CNAS = Conselho Nacional de Assistência Social; DF = Distrito Federal; INPS = Instituto Nacional de Previdência Social; INSS = Instituto Nacional do Seguro Social; PNAS = Política Nacional de Assistência Social; RGPS = regime geral de previdência social; SUAS = Sistema Único de Assistência Social.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I

Naquele novo apartamento da rua Visconde de Pirajá pela primeira vez teria um escritório para trabalhar. Não era um cômodo muito grande, mas dava para armar ali a minha tenda de reflexões e leitura: uma escrivaninha, um sofá e os livros. Na parede da esquerda ficaria a grande e sonhada estante onde caberiam todos os meus livros. Tratei de encomendá-la a seu Joaquim, um marceneiro que tinha oficina na rua Garcia D'Ávila com Barão da Torre.

O apartamento não ficava tão perto da oficina. Era quase em frente ao prédio onde morava Mário Pedrosa, entre a Farme de Amoedo e a antiga Montenegro, hoje Vinicius de Moraes. Estava ali havia uma semana e nem decorara ainda o número do prédio. Tanto que, quando seu Joaquim, ao preencher a nota de encomenda, perguntou-me onde seria entregue a estante, tive um momento de hesitação. Mas foi só um momento. Pensei rápido: "Se o prédio do Mário é 228, o meu, que fica quase em frente, deve ser 227". Mas lembrei-me de que, ao ir ali pela primeira vez, observara que, apesar de ficar em frente ao do Mário, havia uma diferença na numeração.

— Visconde de Pirajá, 127 — respondi, e seu Joaquim desenhou o endereço na nota.

— Tudo bem, seu Ferreira. Dentro de um mês estará lá sua estante.

— Um mês, seu Joaquim! Tudo isso? Veja se reduz esse prazo.

— A estante é grande, dá muito trabalho... Digamos, três semanas.

Ferreira Gullar. **A estante**. *In*: **A estranha vida banal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989 (com adaptações).

No que se refere aos sentidos do **texto I**, julgue os próximos itens.

1 O trecho "dá muito trabalho" (ℓ.27) constitui uma referência de seu Joaquim à confecção da estante, tarefa que, segundo ele, seria trabalhosa.

2 De acordo com as informações do texto, é correto inferir que seu Joaquim era analfabeto, uma vez que ele "desenhou o endereço na nota" (ℓ.22).

3 A expressão "armar ali a minha tenda" (ℓ.3) foi empregada no texto em sentido figurado.

4 De acordo com as informações do texto, Vinicius de Moraes passou a morar no apartamento onde antes residia Mário Pedrosa.

5 O "momento de hesitação" (ℓ.15) vivido pelo narrador deveu-se ao medo de informar o endereço a um desconhecido.

6 O verbo **dever** foi empregado na linha 17 no sentido de **ser provável**.

Julgue os seguintes itens, a respeito de aspectos linguísticos do **texto I**.

7 A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados, caso se substituísse o trecho "lembrei-me de que" (ℓ.18) por **lembrei que**.

8 A forma verbal "teria" (ℓ.2) está flexionada na terceira pessoa do singular, para concordar com "apartamento" (ℓ.1), núcleo do sujeito da oração em que ocorre.

9 Seria mantida a correção do texto caso o trecho "onde caberiam" (ℓ.6) fosse substituído por **que caberia**.

10 No período "Tanto que, quando (...) momento de hesitação" (ℓ. 13 a ℓ. 15), o emprego de todas as vírgulas deve-se à mesma regra de pontuação.

Bibliotecas sempre deram muito o que falar. Grandes monarquias jamais deixaram de possuir as suas, e cuidavam delas estrategicamente. Afinal, dotes de princesas foram negociados tendo livros como objetos de barganha; tratados diplomáticos versaram sobre essas coleções. Os monarcas portugueses, após o terremoto que dizimou Lisboa, se orgulhavam de, a despeito dos destroços, terem erguido uma grande biblioteca: a Real Livraria. D. José chamava-a de joia maior do tesouro real. D. João VI, mesmo na correria da partida para o Brasil, não se esqueceu dos livros. Em três diferentes levas, a Real Biblioteca aportou nos trópicos, e foi até mesmo tema de disputa.

Internet: <http://observatoriodaimprensa.com.br> (com adaptações).

Acerca de aspectos linguísticos e dos sentidos do texto acima, julgue os itens que se seguem.

11 Princesas e diplomatas eram valorados conforme a qualidade das bibliotecas que seus países possuíam e a parcela dos livros que estavam dispostos a ceder em negociações diversas.

12 A Real Livraria foi erguida com os destroços resultantes do terremoto que atingiu Lisboa, como símbolo da força de Portugal na superação da tragédia que acabava de assolar o país.

13 A expressão "essas coleções" (ℓ.5) retoma, por coesão, o termo "Bibliotecas" (ℓ.1).

14 O sinal de dois-pontos empregado imediatamente após "biblioteca" (ℓ.8) introduz um termo de natureza explicativa.

Com base no disposto no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue o próximo item.

15 O trecho seguinte é adequado para compor a parte inicial de um memorando.

Brasília, 2 de fevereiro de 2016.

À Senhora
Ana Silva
INSS
CEP 70070-946 - Brasília/DF

Assunto: Curso de aperfeiçoamento em atendimento ao público

Bruno, servidor contratado temporariamente para prestar serviços a determinado órgão público federal, praticou conduta vedada aos servidores públicos pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir à luz do disposto nos Decretos n.º 1.171/1994 e n.º 6.029/2007.

16 Se, para a infração praticada por Bruno, estiverem previstas as penalidades de advertência ou suspensão, a comissão de ética será competente para, após o regular procedimento, aplicar diretamente a penalidade.

17 Mesmo prestando serviço de natureza temporária, Bruno está sujeito às disposições contidas no Decreto n.º 1.171/1994.

18 Durante o procedimento de apuração da conduta de Bruno, a comissão de ética deverá garantir-lhe proteção à sua honra e à sua imagem.

Acerca do disposto nos Decretos n.º 1.171/1994 e n.º 6.029/2007, julgue os itens subsequentes.

19 Embora deva respeitar a hierarquia, o servidor público está obrigado a representar contra ações manifestamente ilegais de seus superiores hierárquicos.

20 O rol de legitimados a provocar a atuação da Comissão de Ética Pública, prevista no Decreto n.º 6.029/2007, é restrito a agentes públicos, sendo, entretanto, permitido a qualquer cidadão provocar a atuação das comissões de ética de que trata o Decreto n.º 1.171/1994.

21 Em razão da relevância do serviço público prestado, é vitalício o mandato de membro integrante da Comissão de Ética Pública, o que evita interferências externas na atuação da comissão.

Considerando que determinado servidor público federal tenha sido removido para outra sede, situada em outro município, para acompanhar sua esposa, que também é servidora pública federal e foi removida no interesse da administração, julgue os itens seguintes à luz do disposto na Lei n.º 8.112/1990.

22 Ainda que o servidor e sua esposa sejam integrantes de órgãos pertencentes a poderes distintos da União, a remoção do servidor poderia ser concedida.

23 É correto inferir que houve interesse da administração na remoção do servidor, pois esse é um dos requisitos para sua concessão.

24 A referida remoção pressupõe o deslocamento do cargo ocupado pelo servidor para outro órgão ou entidade do mesmo poder.

25 O período de afastamento do servidor para o deslocamento e para a retomada do exercício do cargo no novo município, observados os limites legais, é considerado como de efetivo exercício.

Julgue os itens subsecutivos conforme o disposto na Lei n.º 8.112/1990.

26 Como medida que contribui para a melhoria da qualidade de vida do servidor público, é-lhe facultado optar pela acumulação de períodos de licença-capacitação, caso não seja possível usufruí-los após cada período aquisitivo.

27 Em conformidade com a Lei n.º 8.112/1990, o servidor público poderá ser afastado do Brasil para missão oficial por tempo indeterminado.

Julgue os itens que se seguem, acerca da administração pública.

28 A garantia constitucional de acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo está relacionada ao princípio da eficiência.

29 Na análise da moralidade administrativa, pressuposto de validade de todo ato da administração pública, é imprescindível avaliar a intenção do agente.

30 No cômputo do limite remuneratório (chamado de teto constitucional), devem ser consideradas todas as parcelas percebidas pelo agente público, incluídas as de caráter indenizatório.

31 Em decorrência do princípio da impessoalidade, as realizações administrativo-governamentais são imputadas ao ente público e não ao agente político.

A respeito dos direitos fundamentais, julgue os itens a seguir.

32 Basta que a pessoa nasça no território brasileiro para que seja considerada brasileiro nato, independentemente da nacionalidade dos seus pais, a não ser que algum deles, ou ambos, esteja(m) no Brasil a serviço de seu país.

33 O direito à vida desdobra-se na obrigação do Estado de garantir à pessoa o direito de continuar viva e de proporcionar-lhe condições de vida digna.

34 Em decorrência do princípio da igualdade, é vedado ao legislador elaborar norma que dê tratamento distinto a pessoas diversas.

Julgue os próximos itens, a respeito dos atos administrativos.

35 A autoexecutoriedade é atributo restrito aos atos administrativos praticados no exercício do poder de polícia.

36 Em decorrência do princípio da autotutela, não há limites para o poder da administração de revogar seus próprios atos segundo critérios de conveniência e oportunidade.

37 O ato praticado por agente não competente para fazê-lo poderá ser convalidado discricionariamente pela autoridade competente para sua prática, caso em que ficará sanado o vício de incompetência.

Julgue os seguintes itens, acerca da concessão de serviço público.

38 A encampação, que consiste em rescisão unilateral da concessão pela administração antes do prazo acordado, dá ao concessionário o direito a ressarcimento de eventual prejuízo por ele comprovado.

39 A lei prevê que a concessão de serviço público se dê por licitação na modalidade de concorrência, prevendo, ainda, hipóteses legais de inexigibilidade de licitação para a concessão.

Com relação a informática, julgue os itens que se seguem.

40 A infecção de um computador por vírus enviado via correio eletrônico pode se dar quando se abre arquivo infectado que porventura esteja anexado à mensagem eletrônica recebida.

41 Na Internet, os endereços IP (*Internet Protocol*) constituem recursos que podem ser utilizados para identificação de microcomputadores que acessam a rede.

42 Em um texto ou imagem contido em eslaide que esteja em edição no programa Libre Office Impress, é possível, por meio da opção Hyperlink, criar um *link* que permita o acesso a uma página *web*.

43 Para se editar o cabeçalho de um documento no Writer, deve-se clicar o topo da página para abrir o espaço para edição. Por limitações técnicas desse editor de textos, não é possível colar textos ou imagens nesse espaço.

44 A ferramenta OneDrive do Windows 10 é destinada à navegação em páginas *web* por meio de um *browser* interativo.

Art. 21. A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de vinte por cento sobre o respectivo salário-de-contribuição.

Considerando o art. 21 da Lei n.º 8.212/1991, acima reproduzido, julgue o item seguinte.

45 Se o valor da contribuição de um segurado contribuinte individual for superior a R$ 700,00, então o salário-de-contribuição desse indivíduo é superior a R$ 3.500,00.

Julgue os itens a seguir, relativos a raciocínio lógico e operações com conjuntos.

46 A sentença "Bruna, acesse a Internet e verifique a data da aposentadoria do Sr. Carlos!" é uma proposição composta que pode ser escrita na forma $p \wedge q$.

47 Para quaisquer proposições p e q, com valores lógicos quaisquer, a condicional $p \Rightarrow (q \Rightarrow p)$ será, sempre, uma tautologia.

48 Caso a proposição simples "Aposentados são idosos" tenha valor lógico falso, então o valor lógico da proposição "Aposentados são idosos, logo eles devem repousar" será falso.

49 Dadas as proposições simples p: "Sou aposentado" e q: "Nunca faltei ao trabalho", a proposição composta "Se sou aposentado e nunca faltei ao trabalho, então não sou aposentado" deverá ser escrita na forma $(p \wedge q) \Rightarrow \sim p$, usando-se os conectivos lógicos.

50 Se A, B e C forem conjuntos quaisquer tais que $A, B \subset C$, então $(C \setminus A) \cap (A \cup B) = C \cap B$.

Espaço livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue os itens seguintes.

51 A seguridade social é organizada mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

52 A Lei Eloy Chaves, que criou em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados, foi o primeiro ato normativo a tratar de seguridade social no Brasil.

53 Na década de 30 do século passado, as caixas de aposentadoria e pensões foram reunidas nos institutos de aposentadoria e pensão, organizados pelo Estado como autarquias federais. Em 1966, esses institutos foram transformados no INPS.

54 A CF define seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

55 De acordo com o princípio da universalidade da seguridade social, os estrangeiros no Brasil poderão receber atendimento da seguridade social.

Com relação ao conteúdo e à autonomia da legislação previdenciária, julgue o item abaixo.

56 Lei complementar editada pela União poderá autorizar os estados e o DF a legislar sobre questões específicas relacionadas à seguridade social.

Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, julgue os itens a seguir, acerca dos segurados do RGPS.

57 **Situação hipotética**: Pedro trabalha como professor remunerado de uma escola particular e, concomitantemente, explora atividade econômica agropecuária em regime de economia familiar em uma chácara de dois módulos fiscais. **Assertiva**: Nessa situação, Pedro é segurado obrigatório do RGPS em relação a cada uma das atividades realizadas.

58 Brasileiro contratado pela Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil faz parte como membro efetivo, é considerado segurado obrigatório do RGPS, mesmo que domiciliado e contratado no exterior, salvo se estiver coberto por regime próprio de previdência social.

59 Pastor evangélico que atue exclusivamente em sua atividade religiosa é considerado segurado facultativo do RGPS.

60 É considerado segurado obrigatório do RGPS na qualidade de contribuinte individual o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza, mesmo que não receba remuneração.

61 Síndica do condomínio predial em que resida e que receba como pró-labore a quantia equivalente a um salário mínimo será considerada segurada obrigatória do RGPS na qualidade de empregada.

62 O pescador que exerça essa atividade como principal meio de vida é considerado segurado especial mesmo que tenha empregados permanentes.

Com relação ao segurado especial e ao segurado facultativo, julgue os próximos itens à luz do Decreto n.º 3.048/1999.

63 **Situação hipotética**: Maria, com vinte e dois anos de idade, recebe bolsa de estudos para se dedicar em tempo integral a trabalho de pesquisa, não possuindo qualquer vinculação a regime de previdência. **Assertiva**: Nessa situação, Maria poderá filiar-se facultativamente ao RGPS.

64 O recebimento de dinheiro decorrente de programa assistencial oficial do governo federal descaracteriza a condição de segurado especial.

A respeito da inscrição e da filiação dos segurados obrigatórios e facultativos na forma do Decreto n.º 3.048/1999, julgue os itens a seguir.

65 A filiação do segurado obrigatório ao RGPS decorre automaticamente do exercício da atividade remunerada.

66 Desde que presentes os demais pressupostos da filiação, admite-se a inscrição *post mortem* do segurado especial.

67 A filiação ao RGPS na qualidade de segurado facultativo pode retroagir, permitindo-se o recolhimento das contribuições relativas a competências anteriores à data da inscrição.

68 Os dados constantes dos cadastros informatizados da previdência social, como o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), valem como prova da filiação à previdência social, do tempo de contribuição e dos salários-de-contribuição, desde que acompanhados de outras provas documentais.

Julgue os itens seguintes à luz do Decreto n.º 3.048/1999 e da CF.

69 O indivíduo que, não sendo detentor de cargo efetivo, for nomeado para um cargo em comissão no âmbito da União não será segurado obrigatório do RGPS.

70 **Situação hipotética:** João exerce atividade econômica com finalidade lucrativa na sua própria residência. Recentemente, ele contratou Maria para fazer a limpeza de sua residência, de forma habitual e remunerada, e, inclusive, atender clientes. **Assertiva:** Nessa situação, João será considerado empregador doméstico com relação aos serviços prestados por Maria.

71 Equiparar-se-á a empresa, para os fins do RGPS, a pessoa física que, para fazer uma reforma na própria casa, contratar um mestre de obras e um ajudante.

Com relação ao financiamento da seguridade social, julgue os seguintes itens.

72 Em caso de eventuais insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada, a previdência social poderá elevar alíquotas das contribuições sociais de empregados e empregadores até o limite do débito apurado.

73 Além da contribuição proveniente de empregados e empregadores, são fontes de custeio da seguridade social, de forma direta e indireta, os recursos oriundos dos orçamentos da União, dos estados, do DF e dos municípios.

Julgue os próximos itens, relativos às contribuições dos segurados empregados, dos empregados domésticos e dos segurados facultativos.

74 A alíquota de contribuição, para custeio da seguridade social, dos segurados facultativos e dos segurados empregados é a mesma e varia segundo o salário-de-contribuição.

75 A alíquota de contribuição do empregado doméstico para o custeio da seguridade social é inferior à alíquota aplicável aos demais empregados.

No que se refere à contribuição de empresas e empregadores domésticos para o financiamento da seguridade social, julgue os itens subsequentes.

76 A contribuição do empregador doméstico é de 20% e incide sobre o salário mínimo.

77 A contribuição empresarial de associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional distingue-se da contribuição exigida de outras empresas.

A respeito do custeio da seguridade social, julgue os itens que se seguem.

78 Constitui fonte de receita da seguridade social um percentual incidente sobre os valores arrecadados com os resultados dos leilões de bens apreendidos pela Receita Federal do Brasil.

79 Para efeito de custeio dos benefícios da aposentadoria especial e dos concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, as alíquotas aplicadas incidem exclusivamente sobre a remuneração do segurado sujeito a condições especiais que lhe prejudiquem a saúde ou a integridade física.

80 Parte dos valores arrecadados com concurso de prognósticos promovidos por órgãos do poder público ou por sociedades comerciais ou civis dentro do território nacional é destinada ao custeio da seguridade social.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética acerca de salário-de-contribuição, seguida de uma assertiva a ser julgada.

81 Bruna, empregada da empresa Vargas & Vargas Cia. Ltda., entrou em gozo de licença-maternidade. Nessa situação, haverá incidência da contribuição previdenciária sobre o valor recebido por Bruna a título de salário-maternidade.

82 Gustavo inscreveu-se na previdência social na condição de segurado facultativo. Nessa situação, o salário-de-contribuição de Gustavo deverá variar entre um salário mínimo e o teto máximo fixado em portaria interministerial.

83 Zilda mantém vínculo empregatício com a empresa Y e com a empresa Z, das quais recebe remuneração mensal equivalente a dois e três salários mínimos, respectivamente. Nessa situação, a contribuição previdenciária de Zilda deverá incidir sobre os valores recebidos de ambos os empregos.

84 O contrato de trabalho de Carlos, empregado da empresa L & M Ltda., foi rescindido antes que ele pudesse usufruir de férias vencidas. Nessa situação, haverá a incidência de contribuição previdenciária sobre a importância paga a título de indenização das férias vencidas e sobre o respectivo adicional constitucional.

Com referência a arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social, julgue os itens que se seguem.

85 As empresas são obrigadas a arrecadar a contribuição do segurado contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração.

86 A isenção de contribuição previdenciária concedida às pessoas jurídicas de direito privado estende-se aos seus empregados e aos trabalhadores avulsos a seu serviço.

87 Compete à Receita Federal do Brasil arrecadar e fiscalizar o recolhimento das contribuições sociais previstas na CF.

A respeito do recolhimento de contribuição previdenciária fora do prazo, julgue os itens subsequentes.

88 As contribuições devidas à seguridade social já descontadas dos segurados empregados e não recolhidas até seu vencimento poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado.

89 As contribuições sociais incluídas ou não em notificação fiscal de lançamento ou inscritas em dívida ativa que forem pagas com atraso estarão sujeitas a atualização monetária, juros de mora e multa, a qual varia entre 8% e 20% sobre o crédito devido.

Maria, proprietária de uma sorveteria situada em uma cidade litorânea, adquiriu, de forma financiada, dois novos *freezers* para seu estabelecimento comercial. Em razão do período de baixa temporada, ocorreu considerável queda nas vendas da sorveteria, e o seu faturamento tornou-se insuficiente para arcar com todas as despesas. Diante dessa situação e visando honrar com o pagamento das prestações dos *freezers*, Maria deixou de repassar à previdência social as contribuições previdenciárias recolhidas dos cinco funcionários do estabelecimento, no prazo e na forma legal, tendo incorrido em crime contra seguridade social.

Tendo como referência essa situação hipotética e com base nas disposições legais a respeito dos crimes contra a seguridade social, julgue os próximos itens.

90 Iniciada ação fiscal em desfavor de Maria, o juiz responsável pelo processo não poderá deixar de aplicar pena, ainda que Maria efetue os pagamentos devidos, seja ré primária e goze de bons antecedentes.

91 A conduta de Maria configura crime de apropriação indébita previdenciária, para o qual a pena prevista é reclusão e multa.

Mateus requereu ao órgão regional do INSS a conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez. O INSS indeferiu o pedido de Mateus por considerar que a doença que o acometera era curável, e que, por isso, ele era suscetível de reabilitação.

Acerca dessa situação hipotética e dos recursos nos processos administrativos de competência do INSS, julgue os itens que se seguem.

92 Caso seja interposto recurso contra a decisão que indeferiu o pedido de Mateus, o órgão regional do INSS que proferiu a decisão não poderá reformá-la, devendo encaminhar o recurso à instância competente.

93 Contra a decisão do INSS pelo indeferimento, Mateus poderá interpor recurso administrativo, que será julgado, em primeira instância, pela Câmara de Julgamento da Previdência Social.

Com relação a contribuições sociais dos segurados e(ou) a decadência e prescrição relativamente a benefícios previdenciários, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

94 Dagoberto obteve aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo INSS em junho de 2012. Entretanto, o INSS não efetuou o pagamento do abono anual proporcional do ano de 2012 nem o do ano de 2013. Nessa situação, atualmente, Dagoberto não mais tem direito a exigir o pagamento dos abonos anuais referentes aos anos de 2012 e 2013, visto que está prescrito o direito ao percebimento das referidas prestações.

95 Ronaldo, segurado contribuinte individual da previdência social, optou pela contribuição de alíquota reduzida, de 11%, que exclui o direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Nessa situação, caso pretenda obter aposentadoria por tempo de contribuição, Ronaldo poderá fazer a complementação da diferença entre o percentual pago e o percentual devido, acrescida de juros moratórios.

Julgue os itens seguintes à luz do Decreto n.º 6.214/2007, que regulamenta o BPC da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso.

96 Um dos critérios para o idoso habilitar-se à concessão do BPC é não possuir outro benefício da seguridade social, excetuados o de assistência médica e a pensão especial de natureza indenizatória.

97 O valor a ser pago ao beneficiário do BPC é de um salário mínimo mensal.

98 É permitido ao beneficiário do BPC acumular o recebimento desse benefício com o do seguro-desemprego.

99 O BPC do idoso que se encontre na condição de acolhimento de longa permanência em hospital será suspenso até a data da sua alta.

100 A idade mínima para que um indivíduo passe a ter direito ao BPC do idoso é de sessenta anos.

101 No caso de morte do beneficiário do BPC, seus familiares são obrigados a informar tal fato ao INSS, situação em que o pagamento do benefício cessará.

Julgue os próximos itens com base na Lei n.º 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.

102 O centro de referência de assistência social (CRAS) é uma unidade de base estadual e tem por finalidade atender a população de baixa renda e as pessoas que estejam submetidas ao cumprimento de pena de reclusão.

103 O centro de referência especializado de assistência social (CREAS) constitui unidade que presta serviços a indivíduos e famílias que se encontrem em situação de risco pessoal ou social decorrente de violação de direitos.

104 A política de assistência social tem como objetivos, entre outros, a promoção da integração do cidadão ao mercado de trabalho e o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.

105 A assistência social organiza-se por meio de um conjunto de serviços e programas que são estratificados em ações de proteção social básica, ações de proteção social secundária e ações de proteção social terciária, sendo essa última direcionada para pessoas em situação de violência.

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue os itens a seguir à luz da Lei n.º 8.742/1993.

106 **Situação hipotética**: O CNAS, por decisão da maioria simples de seus membros, aprovou a proposição, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de alteração dos limites de repasse mensal dos benefícios previstos em lei. **Assertiva**: Nessa situação, a aprovação da proposição ocorreu em conformidade com o que estabelece a Lei n.º 8.742/1993.

107 Os conselhos estaduais de assistência social e os conselhos municipais de assistência social, instâncias deliberativas do SUAS, têm caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.

108 O CNAS, instância responsável pela coordenação da PNAS, é presidido alternadamente pelo(a) ministro(a) da previdência social e por um representante eleito da sociedade civil, sendo de dois anos o mandato do seu presidente, permitida a recondução.

109 O CNAS tem caráter paritário: metade dos seus membros são representantes governamentais e a outra metade é composta por representantes da sociedade civil.

110 Compete ao CNAS aprovar a PNAS, assim como convocar, ordinariamente, a cada quatro anos, a conferência nacional de assistência social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, que trata dos planos de benefícios da previdência social e dá outras providências, julgue os itens seguintes.

111 Não é considerada doença do trabalho a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, mesmo que essa doença seja resultante de contato direto determinado pela natureza do trabalho.

112 Equipara-se ao acidente do trabalho o acidente sofrido pelo segurado, no local e no horário do trabalho, em consequência de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

113 Em regra, o período de carência para a concessão do benefício de auxílio-doença é de doze contribuições mensais.

114 Os princípios que regem a previdência social incluem a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços prestados às populações urbanas e rurais.

115 Compõem o Conselho Nacional de Previdência Social representantes do governo federal e da sociedade civil, a qual é representada por aposentados e pensionistas, trabalhadores em atividade e empregadores.

Com base no disposto no Decreto n.º 3.048/1999, que aprovou o regulamento da previdência social, julgue os itens subsecutivos.

116 A dona de casa e o estudante podem filiar-se facultativamente ao RGPS mediante contribuição, desde que não estejam exercendo atividade remunerada que os enquadre como segurados obrigatórios da previdência social.

117 A universalidade da cobertura e do atendimento inclui-se entre os princípios que regem as ações dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

118 Aquele que presta serviço de natureza contínua, mediante remuneração, a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos, é considerado contribuinte individual, segurado obrigatório da previdência social.

Em fevereiro de 2016, Valdemar, que era empregado pelo regime celetista e recebia um salário mínimo de sua empregadora, foi demitido e, 30 dias depois, condenado à pena de prisão em regime fechado. Ele é casado com Idalina, com quem tem dois filhos menores.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, com base nos regramentos previdenciários acerca do auxílio-reclusão.

119 Como Valdemar é segurado de baixa renda da previdência social, ele e seus dependentes fazem jus ao recebimento do valor correspondente ao auxílio-reclusão, que é de um salário mínimo, a ser rateado entre eles.

120 Assim que terminar de cumprir a pena, Valdemar deixará de ser segurado da previdência social.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE ANALISTA DO SEGURO SOCIAL E DE TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

Aplicação: 15/5/2016

Cargo 2: Técnico do Seguro Social

234INSS_002_01

CADERNO ALGA
GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS

Obs.: (X) item anulado.

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	E	C	E	E	C	C	E	E	C	E	E	C	C	E	E	C	C	C	E
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	E	C	E	E	C	E	E	X	E	E	C	X	C	E	E	E	C	C	X	C
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	C	C	E	E	C	E	C	E	C	E	C	E	X	C	C	C	E	C	E	E
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	E	E	C	E	C	C	E	E	E	E	C	E	C	E	E	E	C	C	X	C
Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	C	C	C	E	C	E	C	E	E	E	C	E	E	E	C	C	C	E	E	E
Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	E	C	C	E	E	C	E	C	C	E	C	C	C	C	C	C	E	E	E

Fevereiro/2012

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Concurso Público para provimento de cargo de

Técnico do Seguro Social

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno
Caderno de Prova 'B02', Tipo 001	MODELO	MODELO1

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO
0000000000000000	

00001–0001–0001

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

CONHECIMENTOS GERAIS

1. João, servidor público federal, é membro de Comissão de Ética de determinado órgão do Poder Executivo Federal e foi acusado do cometimento de infração de natureza ética. Nesta hipótese, a infração ética será apurada

(A) pelo Ministério da Justiça.
(B) pelo Presidente da República.
(C) pelo Ministro Chefe da Casa Civil.
(D) pela Comissão de Ética Pública.
(E) pela própria Autarquia Federal a que está vinculado.

2. Sérgio, servidor público federal, teve ciência de irregularidades ocorridas no âmbito da Administração Pública Federal, em razão do cargo que ocupa. Por medo de retaliação, não relatou os fatos de que teve conhecimento.

Nos termos da Lei nº 8.112/1990, Sérgio

(A) não descumpriu dever legal.

(B) deveria ter levado os fatos ao conhecimento da autoridade superior.

(C) agiu corretamente, pois omitiu-se para a salvaguarda de seus direitos.

(D) deveria obrigatoriamente ter levado os fatos ao conhecimento do Poder Judiciário.

(E) agiu expressamente nos termos da lei.

3. A garantia individual adequada para alguém que sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, é

(A) o mandado de segurança.
(B) o *habeas data.*
(C) a ação civil pública.
(D) o *habeas corpus.*
(E) o mandado de injunção.

4. Cinco amigos, moradores de uma favela, decidem criar uma associação para lutar por melhorias nas condições de saneamento básico do local. Um político da região, sabendo da iniciativa, informa-lhes que, para tanto, será necessário obter, junto à Prefeitura, uma autorização para sua criação e funcionamento. Nesta hipótese,

(A) os cinco amigos não conseguirão criar a associação, pois a Constituição Federal exige um número mínimo de dez integrantes para essa iniciativa.

(B) a informação que receberam está errada, pois a Constituição Federal estabelece que a criação de associações independe de autorização.

(C) após a criação da associação, os moradores da favela serão obrigados a se associarem.

(D) o estatuto da associação poderá prever atividades paramilitares, caso essa medida seja necessária para a proteção de seus integrantes.

(E) para iniciar suas atividades, a associação precisará, além da autorização da prefeitura, de um alvará judicial.

5. Cargos públicos, segundo a Constituição Federal,

(A) são preenchidos apenas por candidatos aprovados em concurso público de provas e títulos.

(B) podem ser acumulados, inclusive de forma remunerada, na hipótese de serem dois cargos de professor com outro, técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários.

(C) impedem que o servidor público civil exerça o direito à livre associação sindical.

(D) em nenhuma hipótese são acessíveis a estrangeiros.

(E) proporcionam estabilidade ao servidor nomeado em caráter efetivo, após três anos de efetivo exercício e mediante avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

6. Expedida certidão falsa por uma repartição pública federal, não foi possível esclarecer qual servidor cometeu o ato ilícito, mas graves prejuízos sofreram algumas pessoas, em razão dele. Neste caso, a União

(A) responde objetivamente pelos prejuízos causados, desde que demonstrado o nexo causal entre esse ato e os danos sofridos.

(B) responde objetivamente pelos prejuízos causados, independentemente da demonstração de nexo causal entre esse fato e os danos sofridos.

(C) responde subjetivamente pelos prejuízos causados, desde que demonstrado o nexo causal entre esse fato e os danos sofridos e a conduta culposa do servidor.

(D) não responde pelos prejuízos causados, porque a hipótese configura conduta dolosa de servidor público.

(E) não responde pelos prejuízos causados, até que seja apurada a autoria do ato ilícito, ainda que comprovado ter sido a certidão expedida pela repartição pública.

7. Em relação à extinção do contrato de concessão é correto afirmar que

(A) caducidade é a resilição unilateral antes de findo o prazo de concessão, que se consubstancia na retomada do serviço pelo poder concedente por razões de interesse público.

(B) reversão é a resilição unilateral da concessão que se consubstancia na retomada do serviço pelo poder concedente por razões de interesse público.

(C) encampação é a extinção unilateral da concessão por motivo de inadimplemento contratual, não cabendo, portanto, indenização ao concessionário pelos prejuízos que sofrer.

(D) reversão é a rescisão unilateral da concessão por motivo de inadimplemento contratual do concessionário, cabendo indenização pela interrupção do contrato antes de findo seu prazo.

(E) encampação é a retomada do serviço pelo poder concedente por razões de interesse público, durante o prazo de concessão, mediante lei autorizativa específica.

8. O controle judicial dos atos administrativos será

(A) sempre de mérito e de legalidade nos atos discricionários e apenas de legalidade nos vinculados.

(B) exclusivamente de mérito nos atos discricionários, porque sua legalidade é presumida.

(C) exclusivamente de mérito nos atos vinculados, porque sua legalidade é presumida.

(D) de legalidade nos atos discricionários, devendo respeitar os limites da discricionariedade nos termos em que ela é assegurada pela lei.

(E) sempre de mérito e de legalidade sejam os atos discricionários ou vinculados.

Atenção: As questões de números 9 a 14 baseiam-se no texto seguinte.

Em vida, Gustav Mahler (1860-1911), tanto por sua personalidade artística como por sua obra, foi alvo de intensas polêmicas – e de desprezo por boa parte da crítica. A incompreensão estética e o preconceito antissemita também o acompanhariam postumamente e foram raros os maestros que, nas décadas que se seguiram à sua morte, se empenharam na apresentação de suas obras. Durante os anos 60, porém, uma virada totalmente inesperada levou a obra de Mahler ao início de uma era de sucessos sem precedentes, que perdura até hoje. Intérpretes conhecidos e pesquisadores descobriram o compositor, enquanto gravações discográficas divulgavam uma obra até então desconhecida do grande público.

Há uma série de fatores envolvidos na transformação de Mahler em figura central da história da música do século XX. A visão de mundo de uma geração mais jovem certamente teve influência central aqui: o dilaceramento interior de Mahler, seu interesse pelos problemas fundamentais da existência humana, seu pacifismo, seu engajamento contra a opressão social e seu posicionamento em favor do respeito à integridade da natureza – tudo isso se tornou, subitamente, muito atual para a geração que nasceu no pós-guerra.

O amor incondicional de Mahler pela natureza sempre esteve presente em sua obra. O compositor dedicava inteiramente à criação musical os meses de verão, recolhendo-se em pequenas cabanas na paz dos Alpes austríacos. Em Steinbach, Mahler empreendia longas caminhadas que lhe proporcionaram inspiração para sinfonias.

Comparar a simplicidade espartana dessas casinhas com a enorme complexidade das obras ali criadas diz muito sobre a genialidade do compositor – e, sobretudo, sobre a real origem de sua musicalidade. Totalmente abandonadas e esquecidas na Áustria no pós-guerra, essas casinhas de Mahler hoje se transformaram em memoriais, graças à ação da Sociedade Internacional Gustav Mahler. O mundo onírico dos Alpes do início do século XX certamente voltará à memória de quem, tendo uma imagem desses despojados retiros musicais de Mahler, voltar a ouvir sua música grandiosa.

(Adaptado: Klaus Billand. Gustav Mahler: a criação de um ícone. **Revista 18.** Ano IV, n. 15, março/abril/ maio de 2006, p. 52-53. Disponível em: <http.//www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/GIANNOTTI_Tolerancia%20maxima.pdf> Acesso em: 22 dez. 2011)

9. Segundo o autor, o reconhecimento da grandeza artística de Mahler ao longo dos anos 60 deve-se, em larga medida,

(A) à beleza única de suas obras, para a qual contribuíram largamente o amor incondicional do compositor pelos sons e pela musicalidade da natureza.

(B) à harmonia do conjunto de sua obra, que, por sua simplicidade intrínseca, pôde ser amplamente compreendida pelas gerações seguintes.

(C) ao advento de uma geração cujos valores, apesar da distância temporal, correspondiam aos defendidos pelo compositor.

(D) ao reconhecimento, ainda que tardio, de sua originalidade por maestros e grandes intérpretes da música clássica com quem o compositor convivera.

(E) à ação de organizações culturais que se dispuseram a divulgar a obra do compositor, mesmo correndo o risco de sofrer represálias por parte do público.

10. Considerando-se o contexto, o elemento grifado foi substituído de maneira INADEQUADA em:

(A) *... o acompanhariam postumamente...* = após a morte

(B) *... uma era de sucessos sem precedentes...* = inéditos

(C) *O amor incondicional de Mahler...* = irrestrito

(D) *... despojados retiros musicais...* = singelos

(E) O *mundo onírico dos Alpes...* = nebuloso

11. Na frase *O compositor dedicava inteiramente à criação musical os meses de verão,* o termo sublinhado exerce a mesma função sintática que o termo em destaque na frase:

(A) A visão de mundo de uma geração mais jovem teve influência central aqui.

(B) Intérpretes conhecidos e pesquisadores descobriram o compositor.

(C) Em vida, Mahler foi alvo de intensas polêmicas.

(D) Mahler empreendia longas caminhadas que lhe proporcionaram inspiração para grandiosas sinfonias.

(E) Essas casinhas das alturas alpinas hoje se transformaram em memoriais.

12. Consta que, durante o verão, em meio ..... beleza das montanhas dos Alpes, Mahler buscava ..... inspiração necessária para compor sinfonias que, felizmente, foram legadas ..... gerações futuras.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

(A) à - à - as

(B) a - a - às

(C) à - a - às

(D) a - à - às

(E) à - a - as

13. Está adequado o emprego do elemento sublinhado em:

(A) Mahler, compositor a quem as gerações seguintes fizeram justiça, foi muito incompreendido em vida.

(B) A obra de Mahler, na qual tantos manifestaram incompreensão, acabou marcando o século XX.

(C) Visitando Steinbach, aonde Mahler tanto se inspirou musicalmente, o turista reconhecerá a paz de que se beneficiou o compositor.

(D) Mahler amava a paz da natureza, em cuja se valeu para concentrar-se e compor.

(E) O século XX, ao qual sobressaíram grandes compositores, como Mahler, foi marcado por criações bastante polêmicas.

---

14. As normas de concordância estão plenamente atendidas em:

(A) Sempre houveram pessoas sensíveis o suficiente para perceberem a enorme riqueza e a profundidade que poderiam atingir a música de Mahler.

(B) Entre os que reconheceram o talento de Mahler em vida está o escultor francês Auguste Rodin, que esculpiu, em 1909, vários bustos do compositor.

(C) Prematuramente falecido, Mahler não chegou a usufruir do prestígio que lhe dedicaram, anos depois de sua morte, a geração seguinte.

(D) Mahler foi regente titular da Ópera Imperial de Viena, da qual se tornou diretor artístico em 1897, sendo que, depois de anos no cargo, certas perseguições os fizera abandonar a função.

(E) Não couberam aos contemporâneos de Mahler prestar-lhe as justas homenagens que cabem a um gênio artístico de sua envergadura.

---

15. Abaixo estão listadas cinco proposições a respeito de Maria, Luís, Paula e Raul, sendo que, entre parênteses, está indicado se a proposição é verdadeira (V), ou falsa (F).

– Maria tem 20 anos de idade (F).

– Luís é marido de Maria (V).

– Paula é irmã caçula de Maria (F).

– Raul é filho natural de Luís (V).

– Luís já foi casado duas vezes (V).

Das informações do enunciado, é correto afirmar que

(A) Paula é tia de Raul.

(B) Luís é mais novo do que Maria.

(C) Paula tem mais do que 20 anos.

(D) Raul é mais novo do que Luís.

(E) Luís é mais velho do que Maria.

---

16. Em dezembro, uma loja de carros aumentou o preço do veículo A em 10% e o do veículo B em 15%, o que fez com que ambos fossem colocados a venda pelo mesmo preço nesse mês. Em janeiro houve redução de 20% sobre o preço de A e de 10% sobre o preço de B, ambos de dezembro, o que fez com que o preço de B, em janeiro, superasse o de A em

(A) 11,5%.

(B) 12%.

(C) 12,5%.

(D) 13%.

(E) 13,5%.

17. Em uma turma de 100 alunos, 63 sabem escrever apenas com a mão direita, 5 não sabem escrever, 25% dos restantes sabem escrever tanto com a mão direita quanto com a esquerda, e os demais alunos sabem escrever apenas com a mão esquerda. Dessa turma, a porcentagem de alunos que sabe escrever com apenas uma das duas mãos é de

(A) 86%.

(B) 87%.

(C) 88%.

(D) 89%.

(E) 90%.

---

18. Paulo trabalha na área administrativa da Empresa XPT. Realiza boa parte do seu trabalho por meio do seu *e-mail* corporativo. Com o crescimento da empresa, a demanda de trabalho de Paulo aumentou, mas sua caixa de *e-mail* continuou com a mesma capacidade, 100 MB. Frequentemente a caixa de *e-mail* de Paulo enche e ele tem que parar suas atividades profissionais para excluir os *e-mails* maiores e menos importantes, liberando assim espaço para novas mensagens.

Certo dia, em um procedimento para liberar espaço na sua caixa de *e-mail* corporativo, Paulo apagou, por engano, diversos *e-mails* importantes, necessários para fechar a folha de pagamento de funcionários do mês. Como não tinha uma cópia desses *e-mails,* teve que solicitar aos emissores que enviassem os *e-mails* novamente.

Para tentar resolver o problema de espaço em sua caixa de *e-mail,* Paulo abriu uma Ordem de Serviço para a área de TI, pedindo o aumento de sua caixa de *e-mail* para 200 MB. A TI negou o pedido, argumentando limitações de espaço em seus servidores.

Como solução alternativa, para a cópia de segurança de seus *e-mails* corporativos, reduzindo dessa forma os riscos relacionados às exclusões que deverá fazer periodicamente devido a essa limitação de espaço e considerando que as políticas da empresa não impõem nenhuma restrição para o acesso e guarda dos *e-mails* em outros computadores ou ambientes, Paulo pensou em realizar as seguintes ações:

I. Criar um *e-mail* pessoal em um servidor de *e-mail* da Internet, com *capacidade* de armazenamento suficiente para manter uma cópia de seus *e-mails* corporativos por um tempo maior que os limitados pelo tamanho de sua caixa de *e-mail* corporativo e estabelecer regras na sua caixa de *e-mails* corporativo para enviar uma cópia automática de todos os *e-mails* recebidos para este novo endereço.

II. Instalar o *Microsoft Office Outlook* no computador que utiliza na empresa (caso não esteja instalado), criar seu perfil (caso não exista), fazer as configurações necessárias no *Outlook* para baixar os *e-mails* de sua caixa de *e-mail* corporativo para o computador e, por fim, baixar os *e-mails.*

III. Criar pastas na sua caixa de entrada do *e-mail* corporativo e separar os *e-mails* recebidos entre essas pastas.

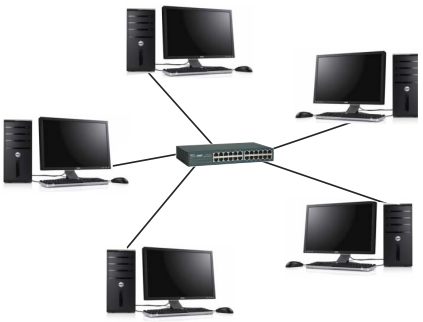
IV. Criar regras na sua caixa de *e-mail* corporativo para excluir automaticamente todas as mensagens que chegarem trazendo arquivos anexados.

As possíveis ações que podem resolver o problema de Paulo, evitando que ele perca *e-mails* importantes, estão presentes em

(A) I, II, III e IV.
(B) II e III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) I, apenas.
(E) II, apenas.

---

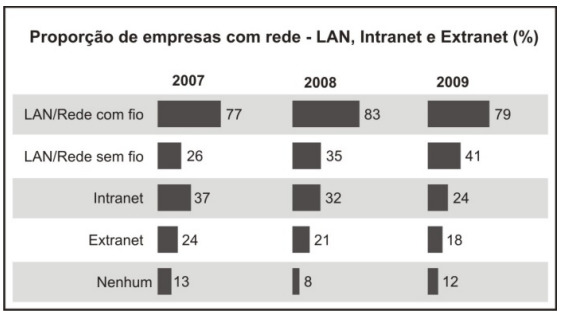
19. Pedro trabalha em uma pequena imobiliária cujo escritório possui cinco computadores ligados em uma rede com topologia estrela. Os computadores nessa rede são ligados por cabos de par trançado a um *switch* (concentrador) que filtra e encaminha pacotes entre os computadores da rede, como mostra a figura abaixo.



Certo dia, Pedro percebeu que não conseguia mais se comunicar com nenhum outro computador da rede. Vários são os motivos que podem ter causado esse problema, EXCETO:

(A) O cabo de rede de um dos demais computadores da rede pode ter se rompido.
(B) A placa de rede do computador de Pedro pode estar danificada.
(C) A porta do *switch* onde o cabo de rede do computador de Pedro está conectado pode estar danificada.
(D) O cabo de rede que liga o computador de Pedro ao *switch* pode ter se rompido.
(E) Modificações nas configurações do computador de Pedro podem ter tornado as configurações de rede incorretas.

20. O gráfico a seguir foi extraído da pesquisa TIC empresas 2009 (Pesquisa Sobre uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil), realizado pelo CETIC (Centro de Estudos Sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação).



(Fonte: **http://www.cetic.br/empresas/2009/tic-empresas-2009.pdf**)

Considerando redes de computadores e com base no gráfico, analise:

I. O acesso sem fio à Internet e Intranets está crescendo à medida que surgem mais instrumentos de informação capazes de operar em rede. Telefones inteligentes, *pagers,* PDAs e outros dispositivos portáteis de comunicação tornam-se clientes nas redes sem fios.

II. O uso de redes sem fio tem crescido rapidamente à medida que novas tecnologias de alta velocidade são implementadas, como a *Wi-Fi*, que pode ser mais barata que o padrão Ethernet e diversas outras tecnologias LAN com fios.

III. Com as Intranets, a comunicação interna nas empresas ganha mais agilidade, dinamismo, integra e aproxima seus colaboradores, independente da localização de cada um. Agiliza a disseminação de informações, visando à integração inter e intradepartamental.

IV. A tendência é que cada vez mais as redes sem fio sejam substituídas pelas redes com fio, pois as tecnologias sem fio estão sujeitas a inúmeros tipos de interferência e interceptação que comprometem seu desempenho e segurança.

Está correto o que se afirma em:

(A) I, II, III e IV.

(B) I e III, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) III e IV, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Seguridade Social encontra-se inserida no título da Ordem Social da Constituição Federal e tem entre seus objetivos:

(A) promover políticas sociais que visem à redução da doença.

(B) uniformizar o atendimento nacional.

(C) universalizar o atendimento da população.

(D) melhorar o atendimento da população.

(E) promover o desenvolvimento regional.

22. Entre as fontes de financiamento da Seguridade Social encontra-se

(A) o imposto de renda.

(B) o imposto sobre circulação de mercadorias.

(C) a contribuição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

(D) a contribuição social sobre a folha de salários.

(E) a contribuição de melhoria.

23. O INSS, autarquia federal, resultou da fusão das seguintes autarquias:

(A) INAMPS e SINPAS.
(B) IAPAS e INPS.
(C) FUNABEM e CEME.
(D) DATAPREV e LBA.
(E) IAPAS e INAMPS.

24. Em relação às fontes do direito previdenciário:

(A) o memorando é fonte primária.
(B) a orientação normativa é fonte primária.
(C) a instrução normativa é fonte secundária.
(D) a lei delegada é fonte secundária.
(E) a medida provisória é fonte secundária.

25. A interpretação da legislação previdenciária deve observar

(A) o costume, quando mais favorável ao segurado.

(B) a Jurisprudência do Juizado Especial Federal.

(C) a analogia, quando mais favorável ao segurado.

(D) os princípios gerais de direito, na omissão legislativa.

(E) o princípio do *in dúbio pro societate* em qualquer situação.

26. É correto afirmar que a Seguridade Social compreende

(A) a Assistência Social, a Saúde e a Previdência Social.

(B) a Assistência Social, o Trabalho e a Saúde.

(C) o Sistema Tributário, o Lazer e a Previdência Social.

(D) a Educação, a Previdência Social e a Assistência Social.

(E) a Cultura, a Previdência Social e a Saúde.

27. No tocante à Previdência Social, é correto afirmar que

(A) é organizada sob a forma de regime especial e observa critérios que preservem o equilíbrio financeiro.

(B) é descentralizada, de caráter facultativo.

(C) tem caráter complementar e autônomo.

(D) baseia-se na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.

(E) é contributiva, de caráter obrigatório.

28. João exerce individualmente atividade de pescador artesanal e possui embarcação com 5 toneladas de arqueação bruta, com parceiro eventual, que o auxilia. Nessa situação, João é

(A) segurado facultativo.
(B) segurado especial.
(C) contribuinte individual.
(D) trabalhador avulso.
(E) não segurado da Previdência Social.

29. Lúcia exerce a atividade de professora do ensino fundamental desde dezembro de 1986, tem 56 anos de idade e pretende obter benefício previdenciário em dezembro de 2011. Nessa situação, segundo o INSS, Lúcia tem direito a

(A) aposentadoria por idade.
(B) auxílio-doença.
(C) aposentadoria especial.
(D) aposentadoria por invalidez.
(E) aposentadoria por tempo de contribuição.

30. João é carpinteiro, exerce atividade como empregado da empresa Carpintaria São José desde dezembro de 2010. Ele sofreu acidente não relacionado ao trabalho, ocasião em que teve limitada a flexão de seu membro superior direito, lesão esta já consolidada. João passou por reabilitação profissional e foi treinado para outra profissão e não se recolocou ainda no mercado de trabalho. Nessa situação, João tem direito a

(A) auxílio-doença seguido de auxílio-acidente.
(B) aposentadoria especial.
(C) aposentadoria por invalidez.
(D) aposentadoria especial.
(E) aposentadoria por invalidez seguida de auxílio-acidente.

31. João fora casado com Maria, com quem teve três filhos, João Junior, de 22 anos e universitário; Marília, com 18 anos e Renato com 16 anos, na data do óbito de João, ocorrido em dezembro de 2011. João se divorciara de Maria que renunciou ao direito a alimentos para si. Posteriormente, João veio a contrair novas núpcias com Norma, com quem manteve união estável até a data de seu óbito. Norma possui uma filha, Miriam, que mora com a mãe e foi por João sustentada. Nessa situação, são dependentes de João, segundo a legislação previdenciária:

(A) João Junior, Marília e Renato.
(B) João Junior, Maria, Marília, Renato e Norma.
(C) Marília, Renato, Miriam e Norma.
(D) Maria, João Junior, Marília, Renato e Norma.
(E) João Junior, Marília, Renato, Maria, Norma e Miriam.

32. Márcio é administrador, não-empregado na sociedade por cotas de responsabilidade limitada XYZ, e recebe remuneração mensal pelos serviços prestados. Nessa situação, Márcio

(A) não é segurado obrigatório da previdência social.
(B) é segurado facultativo da previdência social.
(C) é segurado especial da previdência social.
(D) é contribuinte individual da previdência social.
(E) é segurado eventual da previdência social.

33. João montou seu próprio negócio em 2010, obteve receita bruta, no ano-calendário anterior, de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) e é optante do Simples Nacional. João não pretende receber aposentadoria por tempo de contribuição. Nessa situação, a contribuição previdenciária a ser recolhida por João é de

(A) 20% (vinte por cento) do limite mínimo do salário de contribuição.
(B) 11% (onze por cento) do limite mínimo do salário de contribuição.
(C) 8% (oito por cento) do limite mínimo do salário de contribuição.
(D) 9% (nove por cento) do limite mínimo do salário de contribuição.
(E) 5% (cinco por cento) do limite mínimo do salário de contribuição.

34. José exerce a atividade de garçom, na qualidade de empregado do Restaurante X, e recebeu no mês de dezembro, além do salário mensal, o décimo terceiro salário, gorjetas, vale-refeição, de acordo com o programa do Ministério do Trabalho, horas extras, vale-transporte, na forma da legislação própria, férias indenizadas e respectivo adicional constitucional. Nessa situação, integram o salário de contribuição de José

(A) o salário mensal, o décimo terceiro salário, as gorjetas e as horas extras.
(B) o salário mensal, o vale-transporte, o décimo terceiro salário e o vale-refeição.
(C) o salário mensal, as férias indenizadas e respectivo adicional e o vale-refeição.
(D) o salário mensal, o décimo terceiro salário, as gorjetas e o vale-refeição.
(E) o décimo terceiro salário, as gorjetas, o vale-refeição, as férias indenizadas e o respectivo adicional.

35. Silvia trabalhou na empresa X, de janeiro de 2009 a janeiro de 2010, como digitadora, quando foi acometida de tendinite, por 30 dias, que a impedia de exercer suas atividades habituais. Submetida a tratamento médico, recuperou-se para suas atividades. Nessa situação, Silvia teve direito a receber

(A) auxílio-acidente.
(B) aposentadoria por invalidez.
(C) auxílio-doença.
(D) reabilitação profissional.
(E) tratamento médico fornecido pelo INSS.

36. Cláudio exerceu atividade de caldeireiro na fábrica X de 01 de janeiro de 2009 a 01 de julho de 2009 e sofreu acidente de trabalho que acarretou a perda de dois dedos da mão. Nessa situação, Cláudio

(A) não terá direito a receber benefício previdenciário por ausência do cumprimento do período de carência.
(B) receberá auxílio-doença e após a consolidação da perda dos dedos, auxílio-acidente.
(C) terá direito à reabilitação profissional e aposentadoria por invalidez.
(D) não terá direito a benefício.
(E) terá direito a auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez, após a consolidação da perda dos dedos.

37. Maria trabalhou de 02 de janeiro de 2006 a 02 de julho de 2006 como empregada de uma empresa, vindo a contrair moléstia não relacionada ao trabalho, com prejuízo do exercício de suas atividades habituais. Nessa situação, Maria

(A) não terá direito ao recebimento do auxílio-doença, por ausência do cumprimento da carência.
(B) terá direito à aposentadoria por invalidez, que independe do cumprimento de carência.
(C) terá direito ao auxílio-acidente, que não exige carência.
(D) terá direito ao auxílio-doença, que independe de carência.
(E) poderá receber aposentadoria por invalidez, se recolher mais duas contribuições.

38. O salário de benefício serve de base de cálculo da renda mensal do benefício. Para os segurados inscritos na Previdência Social, até 28/11/1999, calcula-se

(A) o auxílio-doença, pela média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, corrigidos mês a mês, correspondentes a oitenta por cento do período contributivo decorrido desde julho de 1994, multiplicada pelo fator previdenciário.

(B) a aposentadoria especial, pela média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição, corrigidos mês a mês, correspondentes a oitenta por cento do período contributivo decorrido desde julho de 1994, multiplicada pelo fator previdenciário.

(C) a aposentadoria por tempo de contribuição, pela média aritmética simples dos oitenta por cento maiores salários-de-contribuição, corrigidos mês a mês, de todo o período contributivo, decorrido desde julho de 1994, multiplicada pelo fator previdenciário.

(D) as aposentadorias por idade e tempo de contribuição, inclusive de professor, pela média aritmética simples dos oitenta por cento maiores salários-de-contribuição, corrigidos mês a mês, de todo o período contributivo, decorrido desde julho de 1994.

(E) o auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, pela média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição corrigidos mês a mês, correspondentes a cem por cento do período contributivo, decorrido desde julho de 1994, multiplicada pelo fator previdenciário.

39. João trabalhou na lavoura em sua pequena propriedade, sem o auxílio de terceiros, salvo de sua família, no período de janeiro de 1975 a 1990, sem contribuição, ocasião em que mudou-se para a cidade e passou a exercer a função de pedreiro, como empregado de uma construtora, até completar 60 anos, em janeiro de 2011. Nessa situação, João

(A) terá direito a aposentar-se por idade em 2011.

(B) terá direito a aposentar-se por tempo de contribuição em 2011.

(C) terá direito à aposentadoria especial em 2011.

(D) não terá direito a aposentar-se por idade em 2011.

(E) não possui a carência exigida para aposentar-se por idade em 2011.

40. Em relação ao valor da renda mensal dos benefícios, é correto afirmar que

(A) o auxílio-doença corresponde a 100% (cem por cento) do salário de benefício.

(B) a aposentadoria por invalidez corresponde a 91% (noventa e um) por cento do salário de benefício.

(C) a aposentadoria por idade corresponde a 70% (setenta por cento) do salário de benefício.

(D) a renda mensal da aposentadoria especial não está sujeita ao fator previdenciário.

(E) a renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição não está sujeita ao fator previdenciário.

41. Maria adotou uma criança de 6 (seis) anos de idade, sendo que a mãe biológica da criança já havia recebido o salário-maternidade. Nessa situação, Maria

(A) não tem direito ao salário-maternidade.

(B) tem direito ao salário-maternidade por 120 (cento e vinte) dias a contar da data da adoção.

(C) tem direito ao salário-maternidade por 60 (sessenta) dias a contar da data da adoção.

(D) tem direito ao salário-maternidade por 90 (noventa) dias a contar da data da adoção.

(E) tem direito ao salário-maternidade por 30 (trinta) dias a contar da data da adoção.

42. João fora casado com Maria, com quem teve dois filhos, Artur e Lia de 6 e 8 anos respectivamente, na data do óbito de João, ocorrido em 2011. Maria já fora casada com Márcio, de quem teve uma filha, Rosa, de 10 anos, que era mantida por João, porque Márcio não tivera condições de prover seu sustento. O falecido ajudava financeiramente, também, sua mãe, Sebastiana e seu irmão, Antônio que era inválido. Nessa situação, a pensão por morte de João será concedida a:

(A) Artur, Lia, Maria e Rosa.
(B) Artur, Lia, Maria, Rosa e Sebastiana.
(C) Artur, Lia, Rosa e Sebastiana.
(D) Artur, Lia e Sebastiana.
(E) Artur, Lia, Sebastiana e Antônio.

43. Joana trabalhou como empregada rural de janeiro de 1978 a dezembro de 1979. Ela foi, também, escrevente do Poder Judiciário do Estado de São Paulo de janeiro de 1980 a janeiro de 1982, com regime próprio de previdência social. De janeiro de 1983 até janeiro de 2011 trabalhou no serviço público federal ao mesmo tempo em que ministrava aulas como professora em faculdade particular, regida pela CLT. Joana completou 60 anos em janeiro de 2011. Nessa situação, Joana

(A) poderá computar no Regime Geral de Previdência Social tanto o período exercido como professora como o do serviço público federal.

(B) não poderá computar o tempo de serviço como escrevente do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.

(C) não poderá receber aposentadoria por dois regimes previdenciários.

(D) poderá receber aposentadoria por idade no Regime Geral de Previdência Social e aposentadoria por outro regime previdenciário.

(E) não poderá computar o tempo de contribuição como empregada rural.

44. Maria é advogada, empregada de uma empresa desde 1990 e, a caminho do Fórum, bateu seu automóvel por cruzar o farol vermelho, sofrendo ferimentos que se agravaram em razão de Maria ser portadora de diabetes e a incapacitaram para suas atividades habituais, por mais de 15 (quinze) dias. Nessa situação, Maria

(A) não terá direito a receber benefício acidentário, em razão de o acidente não ter ocorrido no local de trabalho.

(B) não terá direito a benefício acidentário em razão de a incapacidade decorrer da diabetes.

(C) receberá aposentadoria por invalidez acidentária.

(D) não receberá benefício acidentário por estar dirigindo veículo próprio e não da empresa.

(E) receberá auxílio-doença acidentário.

45. Como regra, o beneficiário deve receber diretamente o benefício devido pelo INSS. Porém, admite-se a constituição de procurador. Nessa situação,

(A) a procuração tem validade de 6 (seis) meses, podendo ser revalidada ou renovada pelo INSS.

(B) a procuração poderá ser outorgada a parente de servidores públicos civis ativos até o terceiro grau.

(C) pode ser outorgada procuração coletiva nos casos de representantes de asilos.

(D) a procuração tem validade de 12 (doze) meses, não se admitindo a renovação.

(E) pode ser outorgada procuração aos militares ativos, sem grau de parentesco com o beneficiário.

46. José recebe aposentadoria especial no Regime Geral de Previdência Social. Nessa situação, José

(A) não poderá retornar ao mercado de trabalho.

(B) não poderá retornar à função que ocupava anteriormente à aposentadoria.

(C) gozará de isenção da contribuição previdenciária se retornar ao mercado de trabalho.

(D) está inválido para o exercício da atividade laborativa.

(E) deve provar o nexo de causalidade entre o agente nocivo e o trabalho desempenhado.

47. Maria trabalhou de 02 de janeiro de 1990 até 02 de fevereiro de 2005 como empregada de uma empresa, desligando-se do emprego para montar um salão de beleza. Apesar de ter passado à categoria de contribuinte individual, deixou de recolher contribuições para a Previdência Social durante dois anos, até fevereiro de 2007. Nessa situação, o período de graça de Maria é de

(A) 12 (doze) meses.
(B) 24 (vinte e quatro) meses.
(C) 36 (trinta e seis) meses.
(D) 48 (quarenta e oito) meses.
(E) 60 (sessenta) meses.

48. José exerceu atividade rural em regime de parceria com João, não tinha empregados, contava com a ajuda de seus familiares para o cultivo de subsistência e pretende aposentar-se por idade, em 2011, no valor mínimo. Nessa situação, José deve

(A) comprovar o exercício de atividade rural no período de 36 meses que antecedem o requerimento do benefício.

(B) comprovar o exercício de atividade rural por contrato de parceria firmado em 2011, por seu parceiro, João.

(C) comprovar o exercício de atividade rural no período de 180 meses que antecedem o benefício, por prova testemunhal.

(D) requerer o processamento de justificação administrativa, acompanhada de início de prova documental.

(E) apresentar declaração de duas testemunhas com firma reconhecida em cartório.

49. Para fins de cálculo do salário de benefício, é correto afirmar que

(A) o trabalhador doméstico está dispensado de provar os recolhimentos à Previdência Social.

(B) poderão ser utilizados os salários de contribuição constantes do CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais para os segurados em geral.

(C) o empregado deve apresentar os recibos de pagamento para fins de cálculo do valor do benefício.

(D) o contribuinte individual não poderá valer-se das informações constantes do CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais.

(E) o segurado especial deverá comprovar o recolhimento das contribuições para fins de cálculo do salário de benefício.

50. Em relação às contribuições previdenciárias devidas pelos contribuintes da Previdência Social, é correto afirmar que

(A) o segurado especial está dispensado de recolhê-las.

(B) presume-se o recolhimento das contribuições do empregado.

(C) presume-se o recolhimento das contribuições do trabalhador eventual.

(D) o prazo de vencimento da contribuição das empresas é no dia 10 de cada mês.

(E) o empregado doméstico deve recolher sua contribuição até o dia 10 de cada mês.

51. Entre as obrigações previdenciárias da empresa, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Declarar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao Conselho Curador do FGTS dados relacionados aos fatos geradores das contribuições previdenciárias.

(B) Arrecadar as contribuições dos empregados que lhe prestam serviços.

(C) Efetuar a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal quando contratar serviços a serem executados com cessão de mão de obra.

(D) Preparar as folhas de pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a serviço da empresa de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão competente.

(E) Repassar aos empregados os valores devidos a título de contribuição previdenciária para fins de recolhimento.

52. Em relação à comprovação da inexistência de débito perante a Previdência Social, é correto afirmar que

(A) a regularidade fiscal é indispensável para a contratação com o Poder Público.

(B) é exigida para a lavratura de contrato que constitua retificação do contrato anterior para o qual já foi feita a prova.

(C) não é exigida dos Municípios que tenham empregados lhe prestando serviços.

(D) impede a cobrança de débitos previdenciários apurados posteriormente à emissão da Certidão Negativa de Débito.

(E) não é exigida na alienação pela empresa, de bem imóvel ou direito a ele relativo.

53. José foi segurado da Previdência Social até janeiro de 2010 e recebia a título de auxílio-doença R$ 580,00 (quinhentos e oitenta) reais. Nessa ocasião, envolveu-se com drogas e foi recolhido à prisão em regime fechado, fugindo em julho de 2011. Ele foi casado com Lídia com quem teve dois filhos, menores de 21 anos, na data do recolhimento à prisão. Posteriormente à prisão, Lídia separou-se de José e casou-se com João, em janeiro de 2011. Nessa situação,

(A) Lídia não poderá receber auxílio-reclusão.

(B) nenhum dependente poderá receber o auxílio-reclusão.

(C) o auxílio-reclusão será devido a todos os dependentes, da data do recolhimento à prisão até a data da fuga.

(D) o auxílio-reclusão será devido à Lídia, desde a data da prisão até suas novas núpcias.

(E) o auxílio-reclusão será devido aos filhos de José, desde o recolhimento à prisão até que completem 21 anos.

54. Luciana possuía em dezembro de 1998, 21 (vinte e um) anos de contribuição para a Previdência Social, e continuou trabalhando até julho de 2005, quando completou 48 (quarenta e oito) anos de idade. Nessa situação, Luciana terá direito a

(A) aposentadoria integral por tempo de contribuição.

(B) aposentadoria especial.

(C) aposentadoria por idade.

(D) aposentadoria proporcional por tempo de contribuição.

(E) aposentadoria por invalidez.

55. José pleiteou aposentadoria por tempo de contribuição perante o INSS, que foi deferida pela autarquia e pretende a revisão do ato de concessão do benefício para alterar o valor da renda mensal inicial. O prazo decadencial para o pedido de José é de

(A) dez anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.

(B) cinco anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.

(C) três anos contados a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação.

(D) cinco anos contados da ciência da decisão que deferiu o benefício.

(E) dez anos contados da ciência da decisão que deferiu o benefício.

56. Em relação ao auxílio-acidente, assinale a resposta INCORRETA.

(A) Tem caráter indenizatório.

(B) Cessa com o advento de qualquer aposentadoria.

(C) Corresponde a 50% (cinquenta por cento) do salário de benefício.

(D) Somente é devido após a consolidação das lesões decorrentes de acidente.

(E) É devido se não houver a concessão do auxílio-doença previamente.

57. Em relação ao salário-maternidade e ao salário-família pagos às seguradas empregadas, é correto afirmar que são

(A) pagos pela empresa que poderá compensá-los com as contribuições incidentes sobre a folha de salários.

(B) pagos pelo INSS.

(C) pagos pelas empresas sem direito à compensação.

(D) pagos pela Assistência Social.

(E) indevidos às seguradas autônomas.

58. Em relação às contribuições previdenciárias, assinale a alternativa correta.

(A) O pequeno produtor rural está isento de recolhimento da contribuição.

(B) O empregado, em qualquer caso, recolhe o percentual de 11% (onze por cento) sobre o salário de contribuição.

(C) O trabalhador autônomo não está obrigado a recolher contribuição.

(D) O empregador doméstico recolhe o mesmo percentual de contribuição que as empresas em geral.

(E) A contribuição da empresa para financiamento da aposentadoria especial tem alíquotas variáveis de doze, nove ou seis pontos percentuais.

59. Maria requereu aposentadoria especial e teve seu pedido indeferido pela Agência da Previdência Social. Nessa situação, Maria poderá interpor recurso para:

(A) Câmara de Julgamento.
(B) Ministério da Previdência Social.
(C) Junta de Recursos da Previdência Social.
(D) Gerência Executiva.
(E) Juizado Especial Federal.

60. José trabalhou como empregado na empresa São João Ltda., no período de 01/09/2004 a 01/09/2007, quando pediu demissão do emprego. Voltou a trabalhar em julho de 2010 e no terceiro mês de trabalho, outubro de 2010, foi acometido de apendicite que o impedia de exercer suas atividades habituais. Nessa situação, José

(A) terá direito ao auxílio-doença.
(B) terá direito à aposentadoria por invalidez.
(C) terá direito ao auxílio-acidente.
(D) não terá direito à aposentadoria por invalidez.
(E) não terá direito ao auxílio-doença.

CONH. GERAIS/ CONH. ESPECÍFICOS
Cargo ou opção B02 - **TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL**
Tipo gabarito 1

001 - D	011 - A	021 - C	031 - C	041 - E	051 - E
002 - B	012 - C	022 - D	032 - D	042 - A	052 - A
003 - D	013 - A	023 - B	033 - E	043 - D	053 - C
004 - B	014 - B	024 - C	034 - A	044 - E	054 - D
005 - E	015 - D	025 - D	035 - C	045 - C	055 - A
006 - A	016 - C	026 - A	036 - B	046 - B	056 - E
007 - E	017 - B	027 - E	037 - A	047 - B	057 - A
008 - D	018 - C	028 - B	038 - C	048 - D	058 - E
009 - C	019 - A	029 - E	039 - D	049 - B	059 - C
010 - E	020 - D	030 - A	040 - D	050 - B	060 - E

MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS

CONCURSO PÚBLICO

DIVULGAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE GABARITO E ATRIBUIÇÃO DE QUESTÕES DO CARGO DE TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, tendo em vista o Concurso Público para provimento de cargos de PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO e TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL, observados os termos contratuais celebrados com Fundação Carlos Chagas, **RESOLVE**

I. **INFORMAR**:

a) alteração de gabarito pertinente ao cargo de **TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL** conforme previsto no item 10 do Capítulo XI – DOS RECURSOS do Edital Nº 01 de Abertura de Inscrições e retificações posteriores.

TIPO 1 – Questão 53 – Correta alternativa "**B**"
TIPO 2 – Questão 55 – Correta alternativa "**D**"
TIPO 3 – Questão 53 – Correta alternativa "**C**"
TIPO 4 – Questão 55 – Correta alternativa "**C**"
TIPO 5 – Questão 54 – Correta alternativa "**C**"

b) a anulação de questões para o cargo de **TECNICO DO SEGURO SOCIAL** e, em consequência, a atribuição de pontos a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação de recurso, conforme os item 9 do Capítulo XI – DOS RECURSOS do Edital Nº 01 de Abertura de Inscrições e retificações posteriores.

TIPO 1 – Questão 39
TIPO 2 – Questão 38
TIPO 3 – Questão 39
TIPO 4 – Questão 38
TIPO 5 – Questão 40

TIPO 1 – Questão 60
TIPO 2 – Questão 58
TIPO 3 – Questão 60
TIPO 4 – Questão 58
TIPO 5 – Questão 56

Brasília/DF, 05 de março de 2012

MAURO LUCIANO HAUSCHILD
PRESIDENTE DO INSS

LÍNGUA PORTUGUESA

(MPE-CE – TÉCNICO MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Leia o texto a seguir e responda as questões de 1 a 9.

Em qualquer tempo ou lugar, a vida social é sempre marcada por rituais. Essa afirmação pode ser inesperada para muitos, porque tendemos a negar tanto a existência quanto a importância dos rituais na nossa vida cotidiana. Em geral, consideramos que rituais seriam eventos de sociedades históricas, da vida na corte europeia, por exemplo, ou, em outro extremo, de sociedades indígenas. Entre nós, a inclinação inicial é diminuir sua relevância. Muitas vezes comentamos "Ah, foi apenas um ritual", querendo enfatizar exatamente que o evento em questão não teve maior significado e conteúdo. Por exemplo, um discurso pode receber esse comentário se for considerado superficial em relação à expectativa de um importante comunicado. Ritual, nesse caso, é a dimensão menos importante de um evento, sinal de uma forma vazia, algo pouco sério — e, portanto, "apenas um ritual". Agimos como se desconhecêssemos que forma e conteúdo estão sempre combinados e associamos o ritual apenas à forma, isto é, à convencionalidade, à rigidez, ao tradicionalismo. Tudo se passa como se nós, modernos, guiados pela livre vontade, estivéssemos liberados desse fenômeno do passado. Em suma, usamos o termo ritual no dia a dia com uma conotação de fenômeno formal e arcaico.

Mariza Peirano. Rituais ontem e hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 7-8 (com adaptações).

1. Com relação às ideias, aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o item a seguir.
A expressão "do passado" (l.21) foi empregada no texto com o mesmo sentido de **obsoleto**.

( ) CERTO ( ) ERRADO

2. Com relação às ideias, aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o item a seguir.
O texto defende que, em uma manifestação social, o ritual é a dimensão que mais contribui para a transmissão dos valores e conteúdos implicados nessa manifestação.

( ) CERTO ( ) ERRADO

3. Com relação às ideias, aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o item a seguir.
Depreende-se do trecho "Tudo se passa como se nós, modernos, guiados pela livre vontade, estivéssemos liberados desse fenômeno do passado" (l. 19 a 21) que a autora, ao se declarar moderna, repudia o que pertence ao passado.

( ) CERTO ( ) ERRADO

4. Com relação às ideias, aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o item a seguir.
A expressão "sua relevância" (l.8) refere-se a "rituais" (l.5).

( ) CERTO ( ) ERRADO

5. Com relação às ideias, aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o item a seguir.
No trecho "em relação à expectativa de um importante comunicado" (l. 12 e 13), a retirada do sinal indicativo de crase no vocábulo "à" prejudicaria a correção gramatical do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

6. Com relação às ideias, aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o item a seguir.
A substituição da conjunção "porque" (l.3) pela locução **de modo que** preservaria os sentidos originais do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

7. Com relação às ideias, aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o item a seguir.
A acepção de **ritual** empregada nos dois primeiros períodos do texto afasta-se, segundo a autora, do sentido corrente dessa palavra, explorado no restante do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

8. Com relação às ideias, aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o item a seguir.
A substituição do trecho "se for considerado" (l.12) por **quando considerado** preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

9. Com relação às ideias, aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o item a seguir.
O texto apresentado é predominantemente descritivo, já que exemplifica uma das acepções do termo **ritual**.

( ) CERTO ( ) ERRADO

(MPE-CE – TÉCNICO MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Leia o texto a seguir e responda as questões 10, 11, 12, 13 e 14.

Sozinha no mundo, sem pai nem mãe, ela corria, arfava, muda, concentrada. Às vezes, na fuga, pairava ofegante num beiral de telhado e enquanto o rapaz galgava outros com dificuldade tinha tempo de se refazer por um momento. E então parecia tão livre.

Estúpida, tímida e livre. Não vitoriosa como seria um galo em fuga. Que é que havia nas suas vísceras que fazia dela um ser? A galinha é um ser. É verdade que não se poderia contar com ela para nada. Nem ela própria contava consigo, como o galo crê na sua crista. Sua única vantagem é que havia tantas galinhas que morrendo uma surgiria no mesmo instante outra tão igual como se fora a mesma.

Clarice Lispector. Uma galinha. In: Laços de família: contos. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

10. Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.
No trecho "Nem ela própria contava consigo, como o galo crê na sua crista" (l. 9 e 10), existe uma relação de oposição entre as orações que compõem o período.

( ) CERTO ( ) ERRADO

11. Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.
O trecho "enquanto o rapaz galgava outros com dificuldade" (l. 3 e 4) mostra que havia uma perseguição à galinha pelos telhados da casa.

( ) CERTO ( ) ERRADO

12. Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue.No trecho "É verdade que não se poderia contar com ela para nada" (l. 8 e 9), o uso da próclise justifica-se pela presença da palavra negativa "não".

( ) CERTO ( ) ERRADO

13. Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue. As palavras que formam a frase "Estúpida, tímida e livre" (l.6) qualificam o ser que é o tema do texto: a galinha.

( ) CERTO ( ) ERRADO

14. Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item que se segue. No trecho "pairava ofegante num beiral de telhado" (l. 2 e 3), o verbo **pairar** está empregado com o mesmo sentido de **ameaçar**.

( ) CERTO ( ) ERRADO

(MPE-CE – TÉCNICO MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Leia o texto a seguir e responda as questões 15, 16, 17, 18 e 19.

Entre todos os fatores técnicos da mobilidade, um papel particularmente importante foi desempenhado pelo transporte da informação — o tipo de comunicação que não envolve o movimento de corpos físicos ou só o faz secundária e marginalmente. Desenvolveram-se, de forma consistente, meios técnicos que também permitiram à informação viajar independentemente dos seus portadores físicos — e independentemente também dos objetos sobre os quais informava: meios que libertaram os "significantes" do controle dos "significados". A separação dos movimentos da informação em relação aos movimentos dos seus portadores e objetos permitiu, por sua vez, a diferenciação de suas velocidades; o movimento da informação ganhava velocidade num ritmo muito mais rápido que a viagem dos corpos ou a mudança da situação sobre a qual se informava. Afinal, o aparecimento da rede mundial de computadores pôs fim — no que diz respeito à informação — à própria noção de "viagem" (e de "distância" a ser percorrida), o que tornou a informação instantaneamente disponível em todo o planeta, tanto na teoria como na prática.

Zygmunt Bauman. Globalização: as consequências humanas. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999 (com adaptações).

15. Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto precedente, julgue o item a seguir. A substituição do conectivo "Afinal" (l.16) por **Contudo** manteria os sentidos originais do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

16. Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto precedente, julgue o item a seguir. A supressão do acento indicativo de crase em "à própria noção de 'viagem'" (l.18) manteria os sentidos e a correção gramatical do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

17. Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto precedente, julgue o item a seguir.
As formas pronominais "os quais" (l.9) e "a qual" (l.16) referem-se, respectivamente, a "portadores físicos" (l.8) e "situação" (l.15).

( ) CERTO ( ) ERRADO

18. Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto precedente, julgue o item a seguir.
A "rede mundial de computadores" a que o autor se refere nas linhas 16 e 17 do texto corresponde à Internet.

( ) CERTO ( ) ERRADO

19. Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto precedente, julgue o item a seguir.
O termo "Desenvolveram-se" (l.5) poderia ser substituído pela locução **foram desenvolvidos**, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

(MPE-CE – ANALISTA MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Leia o texto a seguir e responda as questões de 20 a 26.

"Desprezo o que dizes, mas defenderei até a morte o teu direito a dizê-lo." É com essa afirmação atribuída a Voltaire, filósofo do iluminismo francês, que Nigel Warburton principia o seu ensaio sobre liberdade de expressão. A liberdade de expressão — entendida em sentido amplo, em que se incluem a palavra escrita, as peças teatrais, os filmes, os vídeos, as fotografias, os cartuns, as pinturas, entre outros — é um direito consagrado no artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948.

A liberdade de expressão é particularmente valiosa em uma sociedade democrática, ao ponto de haver quem sustente que, na ausência de uma ampla liberdade de expressão, nenhum governo seria de todo legítimo e não deveria ser denominado democrático. Essa é a perspectiva defendida por Ronald Dworkin, para quem "A livre expressão é uma das condições de um governo legítimo. As leis e políticas não são legítimas a menos que tenham sido adotadas por meio de um processo democrático, e um processo não é democrático se o governo impediu alguém de exprimir as suas convicções acerca de quais devem ser essas leis e políticas".

Desde os alvores da democracia ateniense, são sobejamente conhecidas as suas relações com a argumentação e a retórica. Porém, tal como a retórica e a argumentação podem ser postas ao serviço da mentira e da manipulação, também em relação à liberdade de expressão se coloca a questão dos seus limites.

Internet: <https://agora-m.blogs.sapo.pt> (com adaptações).

20. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.
A expressão "suas relações" (l.22) refere-se às relações da "democracia ateniense" (l.21).

( ) CERTO ( ) ERRADO

21. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.
A correção gramatical e a coerência do texto seriam mantidas caso fosse inserida a expressão **por isso**, isolada por vírgulas, entre as palavras "e" e "não", na linha 13 — **e, por isso, não**.

( ) CERTO ( ) ERRADO

22. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.
Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos originais do texto, o trecho "em que se incluem a palavra escrita, as peças teatrais, os filmes, os vídeos, as fotografias, os cartuns, as pinturas, entre outros" (l. 5 a 7) poderia ser reescrito da seguinte forma: onde se incluem a palavra escrita, as peças teatrais, os filmes, os vídeos, as fotografias, os cartuns, as pinturas e entre outros.

( ) CERTO ( ) ERRADO

23. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.
É facultativo o emprego da vírgula presente na afirmação atribuída a Voltaire, no primeiro período do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

24. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.
No texto, sugere-se que a liberdade de expressão pode ser usada em favor da mentira e da manipulação.

( ) CERTO ( ) ERRADO

25. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.
O terceiro parágrafo do texto é essencialmente descritivo, porque caracteriza a liberdade de expressão.

( ) CERTO ( ) ERRADO

26. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item seguinte.
Segundo Ronald Dworkin, a ampla liberdade de expressão subjaz à existência de um governo legítimo e democrático.

( ) CERTO ( ) ERRADO

(MPE-CE – TÉCNICO MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Leia o texto a seguir e responda as questões de 27 a 32.

A primeira celebração do Dia Mundial da Segurança dos Alimentos das Nações Unidas, que ocorreu em 7 de junho de 2019, tinha como objetivo fortalecer os esforços para garantir que os alimentos que comemos sejam seguros. A cada ano, quase uma em cada dez pessoas no mundo (cerca de 600 milhões de pessoas) adoece e 420 mil morrem depois de ingerir alimentos contaminados por bactérias, vírus, parasitas ou substâncias químicas.

Alimentos não seguros também dificultam o desenvolvimento em muitas economias de baixa e média renda, que perdem cerca de US$ 95 bilhões em produtividade devido a doenças, incapacidade e morte prematura de trabalhadores.

Nas Américas, estima-se que 77 milhões de pessoas sofram um episódio de doenças transmitidas por alimentos a cada ano — metade delas são crianças com menos de 5 anos de idade. Os dados disponíveis indicam que as doenças transmitidas por alimentos geram de US$ 700 mil a US$ 19 milhões em custos anuais de saúde nos países do Caribe e mais de US$ 77 milhões nos Estados Unidos da América.

Na celebração do Dia Mundial da Segurança dos Alimentos de 2019, discutiu-se que a segurança dos alimentos é responsabilidade de todos. A inocuidade dos alimentos contribui para a segurança alimentar, a saúde humana, a prosperidade econômica, a agricultura, o acesso ao mercado, o turismo e o desenvolvimento sustentável.

Internet: <www.paho.org> (com adaptações).

27. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o próximo item.
Sem alteração dos sentidos originais do texto, a palavra "transmitidas" (l.17) poderia ser substituída por **transmissíveis**.

( ) CERTO ( ) ERRADO

28. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o próximo item.
A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam mantidos caso o período "A inocuidade dos alimentos contribui para a segurança alimentar, a saúde humana, a prosperidade econômica, a agricultura, o acesso ao mercado, o turismo e o desenvolvimento sustentável." (l. 23 a 26) fosse reescrito da seguinte forma: A integridade dos alimentos contribuem com a segurança alimentar, saúde humana, prosperidade econômica, agricultura, acesso ao mercado, turismo e desenvolvimento sustentável.

( ) CERTO ( ) ERRADO

29. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o próximo item.
A substituição da expressão "metade delas" (l.15) por **cuja metade** manteria a correção gramatical e a coesão do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

30. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o próximo item.
No trecho "quase uma em cada dez pessoas no mundo" (l.5), a inserção de uma vírgula logo após "pessoas" prejudicaria a correção gramatical do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

31. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o próximo item.
O problema dos alimentos não seguros reflete em diversos setores, como o econômico, que perde em produtividade, e o da saúde, que necessita despender altos valores na recuperação das pessoas contaminadas.

( ) CERTO ( ) ERRADO

32. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto anterior, julgue o próximo item.
Embora seja um problema mundial, a contaminação dos alimentos ocorre de forma mais severa nos países do continente americano, de acordo com o texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

(MPE-CE – TÉCNICO MINISTERIAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Leia o texto a seguir e responda as questões de 33 a 40.

Não há conclusões unânimes, mas a ciência e os especialistas caminham para o entendimento de que o preconceito seja um conceito aprendido. Por definição, o preconceito é uma opinião formada antes da aquisição dos conhecimentos adequados; um sentimento desfavorável, concebido antecipadamente ou independente de experiência ou razão. Assim, foge da postura típica dos animais, que só passam a rejeitar aquilo que os prejudica a partir da experiência adquirida. O racismo prevê uma superioridade racial independente da experiência pessoal.

Um estudo neurológico realizado pela pesquisadora Eva Telzer, da Universidade de Illinois, analisou a reação de uma estrutura cerebral chamada amígdala, ligada a sensações como medo e ansiedade, em crianças e adolescentes de 4 a 16 anos. O estudo mostrou que a amígdala não responde à questão racial em crianças: a sensação de medo começa a aparecer ao longo da adolescência, o que pode indicar que o racismo é aprendido ao longo da vida.

19 Já as pesquisas na área de psicologia experimental, que muitas vezes estudam o comportamento dos animais, poderiam encontrar uma explicação para o racismo de bases
22 evolutivas — apesar de não existirem, nos animais, traços de preconceito ou discriminação propriamente dita. "Nós não identificamos em animais um correlato exato ao preconceito,
25 especialmente porque preconceito é uma construção verbal e social típica das culturas humanas", diz Patrícia Izar, professora doutora do departamento de psicologia
28 experimental da Universidade de São Paulo (USP). "O que existe tipicamente entre os primatas, os macacos, é um comportamento de proteger o grupo ao qual eles
31 pertencem; em geral, um grupo com alto grau de parentesco contra outro grupo.".

O geneticista Sérgio Pena não concorda com estudos
34 evolutivos: "Ao postular a existência de uma natureza humana evolutivamente moldada para ser etnocêntrica, paroquial, bairrista e chauvinista, esses discursos geralmente terminam
37 por atribuir ao racismo uma inevitabilidade natural. Isso não é verdade. Pelo contrário, as 'raças' e o racismo não têm nenhuma justificativa biológica e não passam de uma invenção
40 muito recente na história da humanidade.".

Internet: <www.uol.com.br> (com adaptações).

33. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item a seguir.
O verbo 'postular' (l.34) está empregado no texto com o mesmo sentido de **pressupor**.

( ) CERTO ( ) ERRADO

34. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item a seguir.
A correção gramatical do texto seria mantida caso a forma "existirem" (l.22) fosse substituída por **existir**.

( ) CERTO ( ) ERRADO

35. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item a seguir.
O emprego do sinal indicativo de crase no trecho "não responde à questão racial" (l. 15 e 16) é obrigatório, dados o caráter definido do termo "questão racial" e a acepção do verbo **responder** no período.

( ) CERTO ( ) ERRADO

36. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item a seguir.
A correção gramatical e os sentidos do texto seriam mantidos caso o período "Assim, foge da postura típica dos animais, que só passam a rejeitar aquilo que os prejudica a partir da experiência adquirida." (l. 7 a 9) fosse reescrito da seguinte forma: Assim, o preconceito foge da postura típica dos animais, que rejeitam aquilo que é prejudicial a partir da experiência adquirida.

( ) CERTO ( ) ERRADO

37. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item a seguir.
A substituição da forma verbal "seja" (l.3) por **é** manteria a coerência e a correção gramatical do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

38. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item a seguir.
O emprego de aspas no vocábulo 'raças' (l.38), na fala do geneticista Sérgio Pena, reproduz a intenção desse pesquisador de demonstrar a inadequação da palavra no contexto apresentado por ele.

( ) CERTO ( ) ERRADO

39. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item a seguir.
A professora doutora Patrícia Izar destaca que, no reino animal, o que motiva o comportamento agressivo típico dos macacos para a proteção do grupo é análogo ao que motiva o ser humano a ter uma atitude racista.

( ) CERTO ( ) ERRADO

40. Acerca das ideias, dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue o item a seguir.
Depreende-se do texto que a psicologia experimental é uma área do conhecimento científico que concorda com a tese do caráter hereditário do racismo em humanos.

( ) CERTO ( ) ERRADO

(SEFAZ-AL – AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARREXADAÇÕES DA FAZENDA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Leia o texto a seguir e responda as questões 41,42, 43, 44 e 45.

É uma loja grande e escura no centro da cidade, uma quadra distante da estação de trem. Quando visito a família, entre um churrasco e outro, vou até lá para olhar as gôndolas atulhadas de baldes, bacias, chaves de fenda, garfos, colheres, facas, afiadores de vários modelos, pedras de amolar, parafusos, porcas, pregos, anzóis e varas de pescar.

É uma loja grande e escura, eu dizia, no centro da cidade onde nasci, e dentro dela me sinto protegido, distante da neurose e dos problemas, sonhando com uma das vidas que não tive e me esquecendo da vida real em que me perco enquanto a atravesso e sou por ela atravessado.

Tem meia dúzia de atendentes, conheço dois ou três pelo nome, e o dono do lugar é sempre simpático comigo. Sabe que gosto do seu negócio, que, se me mudasse de novo para lá, seria seu freguês. Mas também sei que me vê como um tipo que há vinte anos vive na capital, que a essa altura é mais metropolitano que interiorano, um cara talvez meio esquisito, ou apenas ridículo, que se interessa por coisas de que não precisa, coisas das quais não entende.

Da última vez gastei uma eternidade olhando uma caneca de alumínio. Não a coloquei na cesta de compras. Para ser sincero, mal consegui tocá-la. De repente minha existência pareceu absurda, e eu teria que trocar de roupa e de pele antes de usar aquela caneca industrial. Ou pelo menos pintar de outra cor as paredes da sala. Era trabalho demais, desisti. Agora tenho uma caneca imaginária — que brilha na sombra quando bebo água.

Fabrício Corsaletti. Escura. In: Perambule. São Paulo: Editora 34, 2018 (com adaptações).

41. No que concerne às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o item a seguir.
A substituição da expressão "das quais" (l.19) por **que** preservaria tanto o sentido quanto a correção gramatical do período.

( ) CERTO ( ) ERRADO

42. No que concerne às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o item a seguir.
O texto evidencia o sentimento ambíguo de nostalgia e de deslocamento do autor em relação à sua cidade natal.

( ) CERTO ( ) ERRADO

43. No que concerne às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o item a seguir.
A expressão "um cara talvez meio esquisito" (l.17) é empregada pelo narrador para caracterizar "o dono do lugar" (l.13).

( ) CERTO ( ) ERRADO

44. No que concerne às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o item a seguir.
A supressão da vírgula empregada após o vocábulo "família" (l.2) implicaria alteração no sentido do período.

( ) CERTO ( ) ERRADO

45. No que concerne às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue o item a seguir.
Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, a expressão "uma quadra distante da estação de trem" (l. 1 e 2) poderia ser substituída por **a uma quadra de distância da estação de trem**.

( ) CERTO ( ) ERRADO

(SEFAZ-AL – AUDITOR FISCAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Leia o texto a seguir e responda as questões de 46 a 55.

Texto CG1A1-I

Grandes companhias globais falam muito em sustentabilidade ambiental e descarbonização de sua produção, mas o que fazem na prática é insuficiente. A implementação de programas de sustentabilidade corporativa tem sido lenta, conforme estudo de dois professores do International Institute for Management Development (IMD), instituto de administração sediado na cidade suíça de Lausanne.

Dos executivos consultados em outra pesquisa realizada pelo IMD, 62% consideram estratégias de sustentabilidade necessárias para serem competitivos atualmente, e outros 22% dizem que isso será importante no futuro. Sustentabilidade é vista como uma abordagem de negócios para criar valor a longo prazo, levando-se em conta como uma companhia opera nos ambientes ecológico, social e econômico.

Em pesquisa com dez setores industriais ao longo de três anos, os dois professores do IMD concluíram que, ao contrário do otimismo gerado pelo Acordo de Paris para combater a mudança climática e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, as iniciativas nas empresas deixam a desejar. Na pesquisa, eles constataram que menos de um terço das companhias desenvolveram casos de negócios claros ou proposições de valor apoiadas em sustentabilidade. Além disso, apenas 10% das empresas estão conseguindo captar o valor total da sustentabilidade, enquanto muitas companhias restam presas na "divulgação". Alguns setores têm melhores resultados na implementação de programas de sustentabilidade, como o setor de material de construção, em comparação ao de telecomunicações.

Os professores alertam que o tempo está esgotando.
31 Estudos mostram que a poluição de carbono precisa ser cortada quase pela metade até 2030 para evitar 1,5 grau de aquecimento do planeta. Isso requer revisões ainda mais
34 drásticas das indústrias globais e dos governos.

Os dois professores destacam que os investidores reconhecem cada vez mais o impacto, para a sociedade, das
37 empresas nas quais investem. Eles notam que a necessidade de desenvolver modelos de negócios mais sustentáveis está aumentando tão rapidamente quanto os níveis de dióxido de
40 carbono na atmosfera. E sugerem um forte senso de foco que chamam de "vetorização", que inclui programas de sustentabilidade corporativa mais acelerados.

43 Os pesquisadores alertam que companhias que trabalham em boas causas sem relação com seus negócios centrais tendem a ser menos efetivas.

Assis Moreira. Valor econômico, 18/3/2019. Internet: <valor.globo.com> (com adaptações).

46. Considerando os aspectos linguísticos do texto CG1A1-I, julgue o item a seguir.
No trecho "os investidores reconhecem cada vez mais o impacto, para a sociedade, das empresas nas quais investem" (*l.* 35 a 37), a substituição de "nas quais" por **aonde** prejudicaria a correção gramatical do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

47. Considerando os aspectos linguísticos do texto CG1A1-I, julgue o item a seguir.
Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, o período "Sustentabilidade é vista como uma abordagem de negócios para criar valor a longo prazo, levando-se em conta como uma companhia opera nos ambientes ecológico, social e econômico." (*l.* 12 a 15) poderia ser reescrito da seguinte forma: Vê-se sustentabilidade como uma abordagem de negócios para criar valor a longo prazo, considerando-se como uma companhia opera no ambiente ecológico, no social e no econômico.

( ) CERTO ( ) ERRADO

48. Considerando os aspectos linguísticos do texto CG1A1-I, julgue o item a seguir.
Dada a regência do verbo **tender**, é facultativo o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo "a" em "tendem a ser menos efetivas" (*l.*45).

( ) CERTO ( ) ERRADO

49. Considerando os aspectos linguísticos do texto CG1A1-I, julgue o item a seguir.
A substituição da forma verbal "desenvolveram" (*l.*22) por **desenvolveu** manteria a correção gramatical do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

50. Considerando os aspectos linguísticos do texto CG1A1-I, julgue o item a seguir.
Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, a forma verbal "restam" (*l.*26) poderia ser substituída por **mantém-se**.

( ) CERTO ( ) ERRADO

51. Considerando os aspectos linguísticos do texto CG1A1-I, julgue o item a seguir.
O texto é um artigo de opinião, em que predomina o tipo argumentativo, haja vista a presença de diversos argumentos para sustentar a ideia defendida por seu autor.

( ) CERTO ( ) ERRADO

52. Considerando as informações veiculadas no texto CG1A1-I, julgue o item seguinte.
Conclui-se da noção de sustentabilidade presente no texto que ser sustentável é incompatível com criar valor.

( ) CERTO ( ) ERRADO

53. Considerando as informações veiculadas no texto CG1A1-I, julgue o item seguinte.
O texto informa que os investidores levam em consideração o impacto social das empresas nas quais investem, o que é comprovado pelo estudo mencionado no segundo parágrafo.

( ) CERTO ( ) ERRADO

54. Considerando as informações veiculadas no texto CG1A1-I, julgue o item seguinte.
De acordo com as informações do texto, setores econômicos distintos apresentam resultados diferentes em termos de ações voltadas para a sustentabilidade.

( ) CERTO ( ) ERRADO

55. Considerando as informações veiculadas no texto CG1A1-I, julgue o item seguinte.
Os resultados da pesquisa realizada pelos dois professores do IMD refletem a atitude dos executivos quanto à sustentabilidade, conforme comprovam as informações do segundo parágrafo do texto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

(TJ-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2020) Leia o texto a seguir e responda as questões 56 e 57.

Texto CG4A1-II

Na década de cinquenta, cresceu a participação feminina no mercado de trabalho, especialmente no setor de serviços de consumo coletivo, em escritórios, no comércio ou em serviços públicos. Surgiram então mais oportunidades de emprego em profissões como as de enfermeira, professora, funcionária burocrática, médica, assistente social, vendedora, as quais exigiam das mulheres certa qualificação e, em contrapartida, tornavam-nas profissionais remuneradas. Essa tendência demandou maior escolaridade feminina e provocou, sem dúvida, mudanças no status social das mulheres. Entretanto, eram nítidos os preconceitos que cercavam o trabalho feminino nessa época. Como as mulheres ainda eram vistas prioritariamente como donas de casa e mães, a ideia da incompatibilidade entre casamento e vida profissional tinha grande força no imaginário social. Um dos principais argumentos dos que viam com ressalvas o trabalho feminino era o de que, trabalhando, a mulher deixaria de lado seus afazeres domésticos e suas atenções e cuidados para com o marido: ameaças não só à organização doméstica como também à estabilidade do matrimônio.

Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. In: História das mulheres no Brasil. 8.ª ed. São Paulo: Contexto, 2004 (com adaptações).

56. Na linha 19 do texto CG4A1-II, os dois-pontos foram utilizados para introduzir uma

a) ressalva.
b) enumeração.
c) enunciação.
d) hipótese.
e) explicação.

57. Infere-se do texto CG4A1-II que, na década de cinquenta, as mulheres

a) começaram a ingressar no mercado de trabalho remunerado.
b) começaram a ser bem remuneradas no mercado de trabalho.
c) conquistaram o direito de exercer determinadas profissões.
d) começaram a seguir determinado caminho que influenciou a sua relação com a vida doméstica.
e) superaram os preconceitos que as impediam de ingressar no mercado de trabalho remunerado.

58. (TJ-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2020)

Texto CG4A1-I

O peso de Eurídice se estabilizou, assim como a rotina da família Gusmão Campelo. Antenor saía para o trabalho, os filhos saíam para a escola e Eurídice ficava em casa, moendo carne e remoendo os pensamentos estéreis que faziam da sua vida infeliz. Ela não tinha emprego, ela já tinha ido para a escola, e como preencher as horas do dia depois de arrumar as camas, regar as plantas, varrer a sala, lavar a roupa, temperar o feijão, refogar o arroz, preparar o suflê e fritar os bifes? Porque Eurídice, vejam vocês, era uma mulher brilhante. Se lhe dessem cálculos elaborados, ela projetaria pontes. Se lhe dessem um laboratório, ela inventaria vacinas. Se lhe dessem páginas brancas, ela escreveria clássicos. No entanto, o que lhe deram foram cuecas sujas, que Eurídice lavou muito rápido e muito bem, sentando-se em seguida no sofá, olhando as unhas e pensando no que deveria pensar. E foi assim que concluiu que não deveria pensar, e que, para não pensar, deveria se manter ocupada todas as horas do dia, e que a única atividade caseira que oferecia tal benefício era aquela que apresentava o dom de ser quase infinita em suas demandas diárias: a culinária. Eurídice jamais seria uma engenheira, nunca poria os pés em um laboratório e não ousaria escrever versos, mas essa mulher se dedicou à única atividade permitida que tinha um certo quê de engenharia, ciência e poesia. Todas as manhãs, depois de despertar, preparar, alimentar e se livrar do marido e dos filhos, Eurídice abria o livro de receitas da Tia Palmira.

Martha Batalha. A vida invisível de Eurídice Gusmão. 1.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 (com adaptações).

No trecho "e que a única atividade caseira que oferecia tal benefício era aquela que apresentava o dom de ser quase infinita em suas demandas diárias: a culinária" (R. 17 a 20), do texto CG4A1-I, o vocábulo "demandas" foi empregado no sentido de

a) diligência.
b) exigência.
c) determinação.
d) desígnio.
e) busca.

GABARITO

1	CERTO
2	ERRADO
3	ERRADO
4	CERTO
5	CERTO
6	ERRADO
7	CERTO
8	CERTO
9	ERRADO
10	ERRADO
11	CERTO
12	CERTO
13	CERTO
14	ERRADO
15	ERRADO
16	ERRADO
17	ERRADO
18	CERTO
19	CERTO
20	CERTO
21	CERTO
22	ERRADO
23	ERRADO
24	CERTO
25	ERRADO
26	CERTO
27	ERRADO
28	ERRADO
29	ERRADO
30	CERTO
31	CERTO
32	ERRADO
33	CERTO
34	ERRADO
35	CERTO
36	ERRADO
37	CERTO
38	CERTO
39	ERRADO
40	ERRADO
41	ERRADO
42	CERTO
43	ERRADO
44	CERTO
45	CERTO
46	CERTO
47	CERTO
48	ERRADO
49	CERTO
50	ERRADO
51	ERRADO
52	ERRADO
53	ERRADO
54	CERTO
55	ERRADO
56	E
57	D
58	B

ANOTAÇÕES

RACIOCÍNIO LÓGICO

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (SEFAZ-AL – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE-CEBRASPE – 2020)
Leia o texto a seguir e responda as questões 1, 2, 3, 4 e 5.

- P1: "Se há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa, então o trabalho dos servidores públicos que atuam nesse setor pode ficar prejudicado".
- P2: "Se há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa, então os beneficiários dos serviços prestados por esse setor podem ser mal atendidos".
- P3: "Se o trabalho dos servidores públicos que atuam no setor Alfa fica prejudicado, então os servidores públicos que atuam nesse setor padecem".
- P4: "Se os beneficiários dos serviços prestados pelo setor Alfa são mal atendidos, então os beneficiários dos serviços prestados por esse setor padecem".
- C: Se há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa, então os servidores públicos que atuam nesse setor padecem e os beneficiários dos serviços prestados por esse setor padecem".

Considerando esse argumento, julgue o item seguinte.

O argumento em questão é válido.

( ) CERTO ( )ERRADO

2. Considerando esse argumento, julgue o item seguinte.

A negação da proposição "Os servidores públicos que atuam nesse setor padecem e os beneficiários dos serviços prestados por esse setor padecem". é corretamente expressa por "Os servidores públicos que atuam nesse setor não padecem e os beneficiários dos serviços prestados por esse setor não padecem.".

( ) CERTO ( )ERRADO

3. Considerando esse argumento, julgue o item seguinte.

A proposição P1^P2 é equivalente à proposição "Se há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa, então o trabalho dos servidores públicos que atuam nesse setor pode ficar prejudicado e os beneficiários dos serviços prestados por esse setor podem ser mal atendidos.".

( ) CERTO ( )ERRADO

4. Considerando esse argumento, julgue o item seguinte.

A proposição P3 é equivalente à proposição "Se os servidores públicos que atuam nesse setor não padecem, então o trabalho dos servidores públicos que atuam no setor Alfa não fica prejudicado.".

( ) CERTO ( )ERRADO

5. Considerando esse argumento, julgue o item seguinte.

Se a proposição P4 for verdadeira, então a proposição "Os beneficiários dos serviços prestados pelo setor Alfa são mal atendidos." será, necessariamente, verdadeira.

( ) CERTO ( )ERRADO

6. (SEFAZ-AL – AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL – CESPE--CEBRASPE – 2020) Leia o texto a seguir e responda as questões 6, 7, 8 e 9.

Seis amigos — Alberto, Bruno, Carla, Dani, Evandro e Flávio — estão enfileirados, da esquerda para a direita, e dispostos da seguinte forma:

I. Bruno está em uma posição anterior à de Carla;
II. Carla está imediatamente após Dani;
III. Evandro não está antes de todos os outros, mas está mais próximo da primeira posição do que da última;
IV. Flávio está em uma posição anterior à de Bruno;
V. Bruno não ocupa a quarta posição da fila.

Com base nessas informações, julgue o item a seguir, considerando a ordenação da esquerda para a direita.

Bruno e Dani estão, necessariamente, em posições consecutivas.

( ) CERTO ( )ERRADO

7. A quarta posição da fila somente pode ser ocupada por Dani.

( ) CERTO ( )ERRADO

8. Carla pode ocupar a última posição da fila ou a penúltima.

( ) CERTO ( )ERRADO

9. A segunda e a terceira posições da fila são ocupadas por Evandro e Bruno.

( ) CERTO ( )ERRADO

10. (TJ-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE-CEBRASPE – 2020) Considere a situação hipotética seguinte, que aborda compreensão de estruturas lógicas.
No processo de manutenção de um computador, as seguintes afirmações são válidas:

p: se aumentar o tamanho da memória ou instalar um novo antivírus, então a velocidade da internet aumentará;
q: se a velocidade da Internet aumentar, então os aplicativos abrirão mais rapidamente.

Concluída a manutenção, foi verificado que a velocidade da Internet não aumentou.

Nessa situação, é correto concluir que

a) os aplicativos não abrirão mais rápido.
b) o tamanho da memória não foi aumentado e também não foi instalado um novo antivírus.
c) ou o tamanho da memória não foi aumentado ou um novo antivírus não foi instalado.
d) o tamanho da memória pode ter sido aumentado, mas um novo antivírus não foi instalado.
e) um novo antivírus pode ter sido instalado, mas o tamanho da memória não foi aumentado.

11. (TJ-PR– ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE-CEBRASPE – 2020) Considere as seguintes sentenças.

I. A ouvidoria da justiça recebe críticas e reclamações relacionadas ao Poder Judiciário do estado.
II. Nenhuma mulher exerceu a presidência do Brasil até o ano 2018.
III. Onde serão alocados os candidatos aprovados no concurso para técnico judiciário do TJ/PR?

Assinale a opção correta.

a) Apenas a sentença I é proposição.
b) Apenas a sentença III é proposição.
c) Apenas as sentenças I e II são proposições.
d) Apenas as sentenças II e III são proposições.
e) Todas as sentenças são proposições.

12. (TJ-PR– ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE-CEBRASPE – 2020) Assinale a opção que apresenta a proposição lógica que é equivalente à seguinte proposição:

"Se Carlos foi aprovado no concurso do TJ/PR, então Carlos possui o ensino médio completo."

a) "Carlos não foi aprovado no concurso do TJ/PR ou Carlos possui o ensino médio completo."
b) "Se Carlos não foi aprovado no concurso do TJ/PR, então Carlos não possui o ensino médio completo."
c) "Carlos possuir o ensino médio completo é condição suficiente para que ele seja aprovado no concurso do TJ/PR."
d) "Carlos ser aprovado no concurso do TJ/PR é condição necessária para que ele tenha o ensino médio completo."
e) "Carlos possui o ensino médio completo e não foi aprovado no concurso do TJ/PR."

13. (CGE-CE – AUDITOR DE CONTROLE INTERNO – CESPE-CEBRASPE – 2019) Leia o texto a seguir e responda as questões 13 e 14.

Argumento CB1A5-II

No argumento seguinte, as proposições P1, P2 e P3 são as premissas, e C é a conclusão.

- P1: Se os recursos foram aplicados em finalidade diversa da prevista ou se a obra foi superfaturada, então a prestação de contas da prefeitura não foi aprovada.
- P2: Se a prestação de contas da prefeitura não foi aprovada, então a prefeitura ficou impedida de celebrar novos convênios ou a prefeitura devolveu o dinheiro ao governo estadual.
- P3: A obra não foi superfaturada, e a prefeitura não devolveu o dinheiro ao governo estadual.
- C: A prefeitura ficou impedida de celebrar novos convênios.

13. As proposições P1, P2, P3 e C, que integram o argumento CB1A5-II, são compostas por diversas proposições simples, e o argumento CB1A5-II pode ser escrito, na forma simbólica, como $P1 \wedge P2 \wedge P3 \rightarrow C$. Dessa forma, na tabela-verdade do argumento CB1A5-II, a quantidade mínima de linhas que precisam ser preenchidas para se determinar a validade ou invalidade do argumento é igual a

a) 4.
b) 8.
c) 16.
d) 32.
e) 64.

14. Com relação ao argumento CB1A5-II, assinale a opção correspondente à proposição equivalente à negação da proposição P1.

a) "Os recursos foram aplicados em finalidade diversa da prevista ou a obra foi superfaturada, mas a prestação de contas da prefeitura foi aprovada".
b) "Os recursos foram aplicados em finalidade diversa da prevista e a obra foi superfaturada, mas a prestação de contas da prefeitura foi aprovada".
c) "Os recursos não foram aplicados em finalidade diversa da prevista e a obra não foi superfaturada, mas a prestação de contas da prefeitura foi aprovada".
d) "Se os recursos não foram aplicados em finalidade diversa da prevista e a obra não foi superfaturada, então a prestação de contas da prefeitura foi aprovada".
e) "Se a prestação de contas da prefeitura foi aprovada, então os recursos não foram aplicados em finalidade diversa da prevista e a obra não foi superfaturada".

15. (PGE-PE – ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA – CESPE-CEBRASPE – 2019) A União tem, hoje, 138 estatais sob sua gestão, entre elas o Banco do Brasil S.A., a PETROBRAS e a CAIXA. Dessas 138, somente três devem permanecer sob a gestão da União; as demais serão privatizadas.
Considerando essa afirmação, julgue o próximo item.

Supondo-se que a PETROBRAS e o Banco do Brasil S.A. sejam estatais já escolhidas para permanecerem sob a gestão da União, se a terceira estatal for escolhida ao acaso, a chance de a CAIXA ser privatizada será superior a 99%.

( ) CERTO ( )ERRADO

16. (PGE-PE – ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA – CESPE-CEBRASPE – 2019)
Leia o texto a seguir e responda as questões 16, 17 e 18.

Considere as seguintes proposições.

- P1: Se a empresa privada causar prejuízos à sociedade e se o governo interferir na sua gestão, então o governo dará sinalização indesejada para o mercado.
- P2: Se o governo der sinalização indesejada para o mercado, a popularidade do governo cairá.
- Q1: Se a empresa privada causar prejuízos à sociedade e se o governo não interferir na sua gestão, o governo será visto como fraco.
- Q2: Se o governo for visto como fraco, a popularidade do governo cairá

Tendo como referência essas proposições, julgue o item seguinte, a respeito da lógica de argumentação.

A tabela-verdade da proposição $P1 \wedge P2 \wedge Q1 \wedge Q2$ tem mais de 30 linhas.

( ) CERTO ( )ERRADO

17. O argumento em que as proposições P1, P2, Q1 e Q2 são as premissas e a conclusão é a proposição "A popularidade do governo cairá." é um argumento válido.

( ) CERTO ( )ERRADO

18. O argumento em que as proposições Q1 e Q2 são as premissas e a conclusão é a proposição "Se a empresa privada causar prejuízos à sociedade e se o governo não interferir na sua gestão, a popularidade do governo cairá." é um argumento válido.

( ) CERTO ( )ERRADO

19. (PGE-PE – ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA – CESPE-CEBRASPE – 2019) Acerca da lógica sentencial, julgue o item que segue.
Se P, Q, R e S forem proposições simples, então a tabela-verdade da proposição $P \wedge Q \rightarrow R \vee S$ terá menos de 20 linhas.

( ) CERTO ( )ERRADO

20. (PGE-PE – ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA – CESPE-CEBRASPE – 2019) Acerca da lógica sentencial, julgue o item que segue.
Se P, Q, R e S forem proposições simples, então as proposições $P \vee R \rightarrow Q \wedge S$ e $(\sim Q) \vee (\sim S) \rightarrow (\sim P) \wedge (\sim R)$ serão equivalentes.

( ) CERTO ( )ERRADO

21. (PGE-PE – ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA – CESPE-CEBRASPE – 2019) Acerca da lógica sentencial, julgue o item que segue.
Se uma proposição na estrutura condicional — isto é, na forma $P \rightarrow Q$, em que P e Q são proposições simples — for falsa, então o precedente será, necessariamente, falso.

( ) CERTO ( )ERRADO

22. (PGE-PE – ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA – CESPE-CEBRASPE – 2019) Acerca da lógica sentencial, julgue o item que segue.
A lógica bivalente não obedece ao princípio da não contradição, segundo o qual uma proposição não assume simultaneamente valores lógicos distintos.

( ) CERTO ( )ERRADO

23. (PGE-PE – ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA – CESPE-CEBRASPE – 2019) Acerca da lógica sentencial, julgue o item que segue.
Se as proposições "A afirmação foi feita pelo político." e "A população acredita na afirmação feita pelo político." forem falsas, então a proposição "Se a afirmação foi feita pelo político, a população não acredita na afirmação feita pelo político." também será falsa.

( ) CERTO ( )ERRADO

24. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE-CEBRASPE – 2019)
Leia o texto a seguir e responda as questões 24, 25 e 26.
Uma unidade da PRF interceptou, durante vários meses, lotes de mercadorias vendidas por uma empresa com a emissão de notas fiscais falsas. A sequência dos números das notas fiscais apreendidas, ordenados pela data de interceptação, é a seguinte: 25, 75, 50, 150, 100, 300, 200, 600, 400, 1.200, 800, ...
Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item seguinte, considerando que a sequência dos números das notas fiscais apreendidas segue o padrão apresentado.

Se a_n for o *n*-ésimo termo da sequência, em que n = 1, 2, 3, ..., então, para $n \geq 3$, tem-se que $a_n = 2 \times a_{n-2}$.

( ) CERTO ( )ERRADO

25. A partir do padrão da sequência, infere-se que o 12.º termo é o número 1.600.

( ) CERTO ( )ERRADO

26. O padrão apresentado pela referida sequência indica que os números podem corresponder, na ordem em que aparecem, a ordenadas de pontos do gráfico de uma função afim de inclinação positiva.

( ) CERTO ( )ERRADO

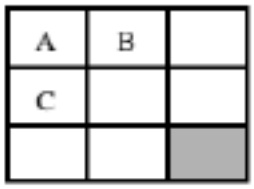
27. (SEFAZ-RS – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE-CEBRASPE – 2019) Em determinada cidade, foram fiscalizadas 20 empresas, classificadas quanto ao porte e quanto ao setor de atividade econômica em que atuam. Quanto ao porte, cada empresa recebe uma única classificação: microempresa (ME), pequena (P), média (M) ou grande (G). Quanto ao setor, cada empresa também recebe uma única classificação: 1, 2, 3, 4 ou 5. Não há empresa que receba, simultaneamente, a mesma classificação de porte e de setor que outra empresa já recebe. Para a realização dessa fiscalização, tais empresas foram distribuídas igualmente e designadas a quatro auditores fiscais, Aldo, Bruno, Carlos e Dário. Cada empresa foi fiscalizada por apenas um desses auditores. Após a conclusão do trabalho, os auditores fizeram as seguintes afirmações:

I. Aldo: "Fiscalizei cinco empresas de porte médio".
II. Bruno: "Fiscalizei quatro empresas de um mesmo setor".
III. Carlos: "Fiscalizei cinco empresas cujo porte recebe uma classificação que começa com a letra M".
IV. Dário: "Fiscalizei três empresas de um setor e duas empresas de outro setor".

Considerando que, nessa situação hipotética, somente uma das afirmações feitas pelos auditores seja falsa, assinale a opção que apresenta o maior número de empresas de porte G que podem ser fiscalizadas por um mesmo auditor.

a) 1
b) 2
c) 3
d) 4
e) 5

28. (SEFAZ-RS – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE-CEBRASPE – 2019) João pretende completar as casas de um tabuleiro 3×3, utilizando as letras A, B ou C. Cada casa é formada por um quadrado, conforme apresentado na figura a seguir.



Para completar o tabuleiro, preenchendo cada casa com apenas uma dessas letras, de modo que casas com lados adjacentes não sejam preenchidas com a mesma letra, João deverá escrever na casa destacada na figura

a) somente a letra A.
b) somente a letra B.
c) somente a letra C.
d) somente a letra B ou a letra C.
e) qualquer uma das letras A, B ou C.

29. (SEFAZ-RS – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE-CEBRASPE – 2019) Durante uma audiência para tratar da autuação da empresa X, um auditor fiscal fez as seguintes afirmações sobre essa empresa:

- A1: "Se identifiquei erro ou inconsistência na declaração de imposto da empresa X, eu a notifiquei".
- A2: "Se o erro não foi sanado, eu a autuei".
- A3: "Se a empresa não recorreu da autuação, eu a multei".

Nessa situação hipotética, à luz da premissa estabelecida no texto 1A10-I, assinale a opção que apresenta uma proposição necessariamente verdadeira.

a) "A empresa X errou em sua declaração de imposto".
b) "A empresa X apresentou inconsistência em sua declaração de imposto".
c) "A empresa X foi notificada, autuada e multada".
d) "A empresa X não sanou o erro identificado e foi autuada".
e) "A empresa X recorreu da autuação ou foi multada".

30. (SEFAZ-RS – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE-CEBRASPE – 2019)

Texto 1A10-I

No exercício de suas atribuições profissionais, auditores fiscais sempre fazem afirmações verdadeiras, ao passo que sonegadores sempre fazem proposições falsas. Saulo, sonegador de impostos, fez a seguinte afirmação durante uma audiência para tratar de sua eventual autuação: "como sou um pequeno comerciante, se vendo mais a cada mês, pago meus impostos em dia".

Nessa situação hipotética, considerando as afirmações estabelecidas no texto 1A10-I, assinale a opção que apresenta uma afirmação verdadeira.

a) "Saulo não é um pequeno comerciante".
b) "Saulo vende mais a cada mês".
c) "Saulo não vende mais a cada mês".
d) "Saulo paga seus impostos em dia".
e) "Se Saulo vende mais em um mês, paga seus impostos em dia".

31. (SEFAZ-RS – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE-CEBRASPE – 2019)

Texto 1A10-I

No exercício de suas atribuições profissionais, auditores fiscais sempre fazem afirmações verdadeiras, ao passo que sonegadores sempre fazem proposições falsas. Em uma audiência para tratar de autuações, formou-se uma fila de 200 pessoas, constituída apenas de auditores fiscais e sonegadores. A primeira pessoa da fila afirma que todos os que estão atrás dela são sonegadores. Todas as demais pessoas da fila afirmam que a pessoa que está imediatamente à sua frente é sonegadora.

Nessa situação hipotética, de acordo com o texto 1A10-I, a quantidade de sonegadores que estão nessa fila é igual a

a) 0.
b) 99.
c) 100.
d) 199.
e) 200.

32. (SEFAZ-RS – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE-CEBRASPE – 2019) Os funcionários de uma repartição foram distribuídos em sete grupos de trabalhos, de modo que cada funcionário participa de exatamente dois grupos, e cada dois grupos têm exatamente um funcionário em comum.

Nessa situação, o número de funcionários da repartição é igual a

a) 7.
b) 14.
c) 21.
d) 28.
e) 35.

33. (SEFAZ-RS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO FAZENDÁRIO – CESPE-CEBRASPE – 2018) Alberto, Anderson, Bernardo, Cláudio, Dionísio e Tadeu, lotados em um mesmo departamento, viajarão a serviço, em duplas. Cada dupla utilizará um meio de transporte diferente: avião, trem ou carro. Alberto e Bernardo viajarão juntos; Anderson viajará de avião; Cláudio não formará dupla com Dionísio nem viajará de avião; Tadeu não viajará de trem.

Dessas informações conclui-se que

a) Alberto viajará de trem, e Tadeu, de carro.
b) Dionísio viajará de trem, e Anderson e Cláudio formarão uma dupla.
c) Tadeu formará dupla com Dionísio, e Bernardo viajará de avião.
d) Bernardo viajará de carro, e Cláudio, de avião.
e) Anderson viajará de avião, e Alberto, de carro.

34. (SEFAZ-RS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO FAZENDÁRIO – CESPE-CEBRASPE – 2018) De acordo com o assunto de que tratavam, os processos de um departamento foram separados e guardados em capas brancas (B), vermelhas (V), laranjas (L) e azuis (A). O assistente administrativo responsável agrupou esses processos pelas respectivas cores das capas e os colocou em uma estante. Os de capas brancas ficaram à esquerda dos de capas vermelhas e dos de capas laranjas; os de capas azuis ficaram à direita dos de capas laranjas e à esquerda dos de capas vermelhas.

Nesse caso, da esquerda para a direita, os processos ficaram organizados, pelas cores das capas, na seguinte ordem:

a) B – A – V – L.
b) B – V – A – L.
c) B – L – A – V.
d) B – L – V – A.
e) B – A – L – V.

35. (SEFAZ-RS – TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL – CESPE-CEBRASPE – 2018) Em determinado dia, os órgãos responsáveis atenderam 50 contribuintes para resolver pendências relativas ao IPTU, ao IPVA e a outros tributos. Sabe-se que foram atendidos:

- 18 contribuintes com pendências de IPTU;
- 23 contribuintes com pendências de IPVA;
- 8 contribuintes com pendências de IPTU e IPVA.

Nesse caso, a quantidade de contribuintes atendidos cujas pendências não se referiam a IPTU nem a IPVA foi igual a

a) 9.
b) 10.
c) 15.
d) 17.
e) 25.

36. (SEFAZ-RS – TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL – CESPE-CEBRASPE – 2018) As proposições P, Q e R são as descritas a seguir.

- P: "Ele cuida das nascentes".
- Q: "Ela cuida do meio ambiente".
- R: "Eles gostam de acampar".

Nesse caso, a proposição $(\sim P)\rightarrow[Q\vee(\sim R)]$ está corretamente descrita como

a) "Se ele não cuida das nascentes, então ela cuida do meio ambiente ou eles não gostam de acampar"
b) "Se ele não cuida das nascentes, então ela não cuida do meio ambiente ou eles não gostam de acampar".
c) "Se ele não cuida das nascentes, então ela não cuida do meio ambiente ou eles gostam de acampar".
d) "Se ele não cuida das nascentes, então ela cuida do meio ambiente e eles não gostam de acampar".
e) "Se ele não cuida das nascentes, então ela não cuida do meio ambiente e eles não gostam de acampar".

37. (SEFAZ-RS – TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL – CESPE-CEBRASPE – 2018) Se P, Q e R são proposições simples, então a proposição $\sim[P\rightarrow(Q\rightarrow R)]$ é equivalente a

a) $(\sim P)\wedge Q\wedge R$.
b) $P\wedge Q\wedge(\sim R)$.
c) $(\sim P)\rightarrow(Q\rightarrow R)$.
d) $(R\rightarrow Q)\rightarrow P$
e) $(\sim P)\rightarrow[(\sim Q)\rightarrow(\sim R)]$.

38. (SEFAZ-RS – TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL – CESPE-CEBRASPE – 2018) Arnaldo, Beatriz, Carlos, Denise e Evaldo chegaram a uma reunião em momentos diferentes. Sabe-se que:

- Beatriz e Denise chegaram depois de Arnaldo;
- Carlos e Evaldo não chegaram antes de Beatriz;
- Beatriz e Carlos chegaram antes de Denise;
- apenas uma dessas pessoas chegou depois de Carlos.

Assinale a opção que apresenta a correta ordem de chegada dessas pessoas a essa reunião, da primeira até a última.

a) Arnaldo / Beatriz / Denise / Carlos / Evaldo
b) Arnaldo / Evaldo / Beatriz / Carlos / Denise
c) Arnaldo / Beatriz / Evaldo / Carlos / Denise
d) Beatriz / Arnaldo / Evaldo / Carlos / Denise
e) Carlos / Arnaldo / Evaldo / Denise / Beatriz

39. (SEFAZ-RS – TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL – CESPE-CEBRASPE – 2018) A negação da proposição "O IPTU, eu pago parcelado; o IPVA, eu pago em parcela única" pode ser escrita como

a) "Eu não pago o IPTU parcelado e não pago o IPVA em parcela única".
b) "Eu não pago o IPTU parcelado e pago o IPVA parcelado".
c) "Eu não pago o IPTU parcelado ou não pago o IPVA em parcela única"
d) "Eu pago o IPTU em parcela única e pago o IPVA parcelado".
e) "Eu pago o IPTU em parcela única ou pago o IPVA parcelado".

40. (SEFAZ-RS – TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL – CESPE-CEBRASPE – 2018) Considere que as seguintes proposições sejam verdadeiras.

- "Se José pagou o IPVA ou o IPTU, então ele comprou o apartamento e vendeu a casa".
- "José não comprou o apartamento".

Nessa situação, é correto inferir que

a) "José pagou somente um dos dois impostos, mas não é possível determinar qual deles".
b) "José pagou os dois impostos, mas ele não vendeu a casa".
c) "José não pagou o IPVA, mas pagou o IPTU".
d) "José não pagou o IPTU, mas pagou o IPVA".
e) "José não pagou o IPVA nem o IPTU".

41. (SEFAZ-RS – TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL – CESPE-CEBRASPE – 2018) Para construir a sequência a_1, a_2, a_3, a_4, a_5, de números positivos, foram dados a_1 e a_2, e, a partir de a_3, cada termo foi construído como sendo o produto de todos os termos anteriores. Se $a_5 < 1$, então, nessa sequência,

a) todos os termos são, necessariamente, menores que 1.
b) apenas dois termos são menores que 1.
c) apenas três termos são menores que 1.
d) apenas um termo pode ser maior que 1.
e) dois termos podem ser maiores que 1.

42. (BNB – ESPECIALISTA TÉCNICO – CESPE-CEBRASPE – 2018) A partir do argumento "A saúde é uma fonte de riqueza, pois as pessoas saudáveis são muito trabalhadoras, e as pessoas trabalhadoras sempre enriquecem.", julgue o próximo item.

A proposição "A saúde é uma fonte de riqueza." é a conclusão do referido argumento.

( ) CERTO ( )ERRADO

43. (BNB – ESPECIALISTA TÉCNICO – CESPE-CEBRASPE – 2018) A partir do argumento "A saúde é uma fonte de riqueza, pois as pessoas saudáveis são muito trabalhadoras, e as pessoas trabalhadoras sempre enriquecem.", julgue o próximo item.

O referido argumento constitui um argumento válido.

( ) CERTO ( )ERRADO

44. (BNB – ESPECIALISTA TÉCNICO – CESPE-CEBRASPE – 2018) Julgue o item que segue, a respeito de lógica proposicional.

Se P e Q forem proposições simples, então a proposição $\neg[P \vee (\neg Q)] \leftrightarrow [(\neg P) \wedge Q]$ é uma tautologia.

( ) CERTO ( )ERRADO

45. (BNB – ESPECIALISTA TÉCNICO – CESPE-CEBRASPE – 2018) Julgue o item que segue, a respeito de lógica proposicional.

A sentença "O reconhecimento crescente da necessidade de reformas na área econômica é consequência da crise que acompanha a sociedade há várias décadas." pode ser representada na forma $P \rightarrow Q$, sendo P e Q proposições lógicas simples convenientemente escolhidas.

( ) CERTO ( )ERRADO

46. (BNB – ESPECIALISTA TÉCNICO – CESPE-CEBRASPE – 2018) Julgue o item que segue, a respeito de lógica proposicional.

A sentença "No **Livro dos Heróis da Pátria** consta o nome de Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, por sua atuação como líder abolicionista no estado do Ceará." é uma proposição simples.

( ) CERTO ( )ERRADO

Dessa forma, por exemplo, $A_1 = 3$ e $A_2 = 5$. Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

Dessa forma, por exemplo, $A_1 = 3$ e $A_2 = 5$. Com base nessas informações, julgue o item seguinte.

Para todo índice j, tem-se que $A_{2j} - A_{2j-1} + A_{3j} > 2$.

( ) CERTO ( )ERRADO

58. O produto dos primeiros 53 termos dessa sequência é igual a 15^{18}.

( ) CERTO ( )ERRADO

GABARITO

1	ERRADO
2	ERRADO
3	CERTO
4	CERTO
5	ERRADO
6	ERRADO
7	ERRADO
8	CERTO
9	CERTO
10	B
11	C
12	A
13	C
14	A
15	CERTO
16	CERTO
17	ERRADO
18	CERTO
19	CERTO
20	CERTO
21	ERRADO
22	ERRADO
23	ERRADO
24	CERTO
25	ERRADO
26	ERRADO
27	D
28	E
29	E
30	B
31	C
32	C
33	A
34	C
35	D
36	A
37	B
38	C
39	C
40	E
41	D
42	CERTO
43	ERRADO
44	CERTO
45	ERRADO
46	CERTO
47	ERRADO
48	CERTO
49	ERRADO
50	CERTO
51	CERTO
52	ERRADO
53	ERRADO
54	CERTO
55	CERTO
56	CERTO
57	ERRADO
58	CERTO

INFORMÁTICA

INFORMÁTICA

1. (SEFAZ-AL – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Julgue o próximo item, relativo a segurança da informação.

Identificação e autenticação são requisitos de segurança da informação que consistem em identificar usuários do sistema e verificar as suas identidades, como pré-requisito para permitir o acesso desses usuários ao sistema.

( ) CERTO ( ) ERRADO

2. (SEFAZ-AL – AUDITOR FISCAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Acerca do navegador Google Chrome, julgue o item seguinte.

O atalho SHIFT + ESC permite acessar o Gerenciador de Tarefas para visualizar e finalizar processos do Google Chrome em execução.

( ) CERTO ( ) ERRADO

3. (SEFAZ-AL – AUDITOR FISCAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Com relação ao MS Excel 2013, julgue o próximo item.

A função PROCV permite localizar itens em qualquer posição de uma tabela ou em um intervalo por coluna, pesquisando-se a partir de determinado valor para se obter o valor de retorno.

( ) CERTO ( ) ERRADO

4. (SEFAZ-AL – AUDITOR FISCAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) A respeito de componentes funcionais de computadores e do sistema operacional Linux, julgue o item a seguir.

No Linux, o diretório /home é o local onde é instalada a maior parte dos aplicativos e das bibliotecas do sistema operacional, enquanto no diretório /usr são armazenados os arquivos dos usuários.

( ) CERTO ( ) ERRADO

5. (TJ-AM – ASSISTENTE JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2019) Com relação a informática e processo digital, julgue o item que se segue.

Apesar de a Internet ser uma rede mundial de acesso amplo e gratuito, os usuários domésticos a utilizam por meio de algum provedor de acesso à Internet, isto é, uma empresa privada que cobra pelo acesso ao serviço.

( ) CERTO ( ) ERRADO

6. (TJ-AM – ASSISTENTE JUDICIARIO – CESPE/CEBRASPE – 2019) Com relação a informática e processo digital, julgue o item que se segue.

O acesso aos arquivos e diretórios no ambiente Windows é possível tanto por meio do utilitário Windows Explorer quanto pela opção Abrir Arquivo que é disponibilizada nas ferramentas de editores de textos e planilhas.

( ) CERTO ( ) ERRADO

7. (TJ-AM – ASSISTENTE JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2019) Com relação a conceitos básicos de informática, julgue o item que se segue.

As *intranets* utilizam tecnologias da Internet para viabilizar a comunicação entre os empregados de uma empresa, permitindo-lhes compartilhar informações e trabalhar de forma colaborativa.

( ) CERTO ( ) ERRADO

8. (TJ-AM – ASSISTENTE JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2019) Com relação a conceitos básicos de informática, julgue o item que se segue.

Um certificado digital validado por uma autoridade certificadora permite associar uma mensagem ao seu remetente, garantindo-se, assim, a autenticidade da comunicação.

( ) CERTO ( ) ERRADO

9. (TJ-PR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2019) Uma rede de computadores apresenta as seguintes características: utiliza protocolo TCP/IP, é embasada no modelo *web*, oferece serviços de *email*, transferência de arquivos e acesso a páginas HTTP a um conjunto restrito de usuários internos de uma empresa, para troca de informações corporativas.

As características dessa rede de computadores são típicas de

a) rede de correio eletrônico.
b) extranet.
c) Internet.
d) intranet.
e) World Wide Web (WWW).

10. (TJ-PR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2019) No Excel, a fórmula =(B2+C2+D2+E2)/4

a) permite o cálculo da média entre os valores contidos nas células B2, C2, D2 e E2.
b) permite o cálculo da soma dos valores entre as células B2 até E2.
c) não é válida, pois o Excel não permite fórmulas com parênteses.
d) permite o cálculo da divisão do valor de cada célula por 4, individualmente.
e) permite multiplicar o valor em cada célula pela soma dos valores nas 4 células.

11. (TJ-PR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2019) No programa MS Excel, as fórmulas podem ser criadas por meio de referências relativas ou absolutas. Assinale a opção que apresenta o sinal a ser utilizado para que não haja alteração da fórmula nem de seu conteúdo quando ela for copiada para uma nova célula na planilha, tornando-a assim absoluta.

a) =
b) +
c) $
d) *
e) /

12. (TJ-PR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2019) No programa de edição de textos MS Word, é possível realizar alterações em um documento, mantendo-se o controle e a visualização de cada mudança realizada — seja inserção, seja retirada de palavras, nova formatação de texto e leiaute de página. Essas atividades podem ser realizadas por meio da guia

a) Página Inicial, opção Alterar Estilos.
b) Exibição, opção Layout de Impressão.
c) Layout da Página, opção Orientação.
d) Arquivo, opção Salvar Como, Outros Formatos.
e) Revisão, opção Controlar Alterações.

13. (TJ-AM – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2019) Os sistemas operacionais oferecem serviços como acesso ao ambiente computacional, execução de programas e gerenciamento de entrada e saída de dados. Assinale a opção que apresenta exemplo de sistema operacional gratuito para uso em computadores do tipo *desktop*.

a) Android
b) Apple MacOS
c) Linux
d) Microsoft Windows
e) IOS

14. (MPC-PA – ASSISTENTE MINISTRAL DE INFORMÁTICA – CESPE/CEBRASPE – 2019) A Internet apresenta como característica o fato de

a) ter seus conteúdos disponibilizados controlados pelo registro.br.
b) ser controlada de forma global pela ARPANET (Advanced Research Projects Agency Network).
c) ser restrita aos usuários de uma rede corporativa.
d) ter criptografia nativa em todas as comunicações.
e) ser formada por diferentes redes.

15. (MPC-PA – ASSISTENTE MINISTRAL DE INFORMÁTICA – CESPE/CEBRASPE – 2019) Uma empresa possui, em sua rede de computadores, um computador que disponibiliza arquivos para muitos usuários, o que possibilita manter o controle do acesso de pessoas a arquivos, de acordo com o usuário autenticado e o endereço IP do computador que foi acessado. Para acessar um arquivo armazenado nesse computador, o usuário deverá anexar esse arquivo em um email e enviá-lo a outro usuário.

Nesse caso, o computador do usuário conectado a essa rede é considerado

a) um servidor.
b) uma estação de trabalho.
c) um provedor de serviços.
d) um gerenciador de serviços.
e) um orquestrador de infraestrutura.

16. (CGE-CE – AUDITO DE CONTROLE INTERNO – CESPE/CEBRASPE – 2019) A promoção da conectividade entre várias pessoas simultaneamente, por meio de listas de amigos, seguidores e até mesmo desconhecidos, é a principal característica

a) da tecnologia social.
b) do marketing social.
c) da comunicação de massa.
d) de redes sociais.
e) de mídias sociais.

17. (CGE-CE – AUDITO DE CONTROLE INTERNO – CESPE/CEBRASPE – 2019) O gerenciador de conteúdo e de documentos Alfresco possui vasta biblioteca que pode ser customizada pelo cliente. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

a) O Alfresco desenha fluxogramas por meio da criação de regras automáticas por usuário e todos os documentos.
b) Um documento disponibilizado no portal Alfresco do cliente possui características não editáveis, o que impede o gerenciador de documentos de indexar para buscas futuras.
c) Um grupo de usuários do portal Alfresco possui acesso apenas aos documentos originais do sistema.
d) Ao acessar o Alfresco na última versão do Firefox, é possível adicionar folders e seus arquivos, inclusive subdiretórios, apenas arrastando-os e soltando-os dentro de sua biblioteca.
e) Uma pasta de documentos possui regras apenas para os documentos contidos no diretório raiz do documento, e as subpastas não herdam essas regras.

18. (PGE-PE – ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA – CESPE/CEBRASPE – 2019) A respeito de redes de computadores, julgue o item que segue.
Entre os delimitadores de pesquisa pelo Google, o comando *filetype:pdf* delimita a busca apenas de arquivos no formato PDF.

( ) CERTO ( ) ERRADO

19. (PGE-PE – ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA – CESPE/CEBRASPE – 2019) Com relação a sistemas operacionais e ferramentas de edição de texto e planilhas, julgue o item a seguir.
No Excel, o uso de referências absolutas com auxílio do sinal $ (cifrão) garante que uma fórmula não seja alterada quando for copiada.

( ) CERTO ( ) ERRADO

20. (PGE-PE – ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA – CESPE/CEBRASPE – 2019) Com relação a sistemas operacionais e ferramentas de edição de texto e planilhas, julgue o item a seguir.
No Excel, para uma fórmula que tenha vários operadores, as operações serão realizadas na seguinte ordem: adição ou subtração (+ ou –); multiplicação ou divisão (* ou /); exponenciação (^); porcentagem (%).

( ) CERTO ( ) ERRADO

21. (PGE-PE – ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA – CESPE/CEBRASPE – 2019) Com relação a sistemas operacionais e ferramentas de edição de texto e planilhas, julgue o item a seguir.
Na edição de um documento no Microsoft Word, a inserção de recuos nos parágrafos deve ser feita por meio da barra de espaço do teclado, uma vez que nem sempre a régua está visível e os comandos de recuo só funcionam para tabelas.

( ) CERTO ( ) ERRADO

22. (PGE-PE – ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA – CESPE/CEBRASPE – 2019) Com relação a sistemas operacionais e ferramentas de edição de texto e planilhas, julgue o item a seguir.
O *shell* e o *kernel* são duas partes essenciais do sistema operacional Linux: o primeiro serve para interpretar os comandos do usuário, e o segundo, para controlar os dispositivos do computador

( ) CERTO ( ) ERRADO

23. (PGE-PE – ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA – CESPE/CEBRASPE – 2019) Com relação a sistemas operacionais e ferramentas de edição de texto e planilhas, julgue o item a seguir.
Programas e arquivos que estejam abertos e em uso no ambiente Windows podem ser acessados pelo Painel de controle, que é uma barra horizontal localizada na parte inferior da tela.

( ) CERTO ( ) ERRADO

24. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE/CEBRASPE – 2019) A respeito de computação em nuvem, julgue o próximo item.

A computação em nuvem do tipo *software as a service* (SaaS) possibilita que o usuário acesse aplicativos e serviços de qualquer local usando um computador conectado à Internet.

( ) CERTO ( ) ERRADO

25. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE/CEBRASPE – 2019) Acerca de proteção e segurança da informação, julgue o seguinte item.

No acesso a uma página *web* que contenha o código de um vírus de *script*, pode ocorrer a execução automática desse vírus, conforme as configurações do navegador.

( ) CERTO ( ) ERRADO

26. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE/CEBRASPE – 2019) Julgue o item subsequente, a respeito de conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet.

Por meio de uma aplicação de acesso remoto, um computador é capaz de acessar e controlar outro computador, independentemente da distância física entre eles, desde que ambos os computadores estejam conectados à Internet.

( ) CERTO ( ) ERRADO

27. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE/CEBRASPE – 2019) ulgue o item subsequente, a respeito de conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet.

As versões mais modernas dos navegadores Chrome, Firefox e Edge reconhecem e suportam, em instalação padrão, os protocolos de Internet FTP, SMTP e NNTP, os quais implementam, respectivamente, aplicações de transferência de arquivos, correio eletrônico e compartilhamento de notícias.

( ) CERTO ( ) ERRADO

28. (SEFAZ-RS – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2019) Acerca de certificação digital, assinale a opção correta.

a) Normalmente, cada certificado inclui a chave pública referente à chave privada de posse da entidade especificada no certificado.
b) Certificado digital comprado não pode ser revogado.
c) É função da autoridade certificadora identificar e cadastrar usuários presencialmente e, depois, encaminhar as solicitações de certificados, mantendo registros das operações.
d) No Brasil, adota-se o modelo de certificação hierárquica com várias raízes; SERPRO, SERASA e CERTISIGN são exemplos de autoridades certificadoras raiz que credenciam os participantes e auditam os processos.
e) A utilização do certificado digital em documentos ainda não dispensa a apresentação física destes documentos no formato impresso em órgãos públicos.

29. (SEFAZ-RS – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2019) Julgue os itens a seguir, acerca de segurança da informação.

I. São exemplos de ameaças as contas sem senhas ou configurações erradas em serviços DNS, FTP e SMTP.
II. Não repúdio indica que o remetente de uma mensagem não deve ser capaz de negar que enviou a mensagem.
III. Vulnerabilidade é a fragilidade de um ativo ou de um grupo de ativos que pode ser explorada.
IV. Pessoas não são consideradas ativos de segurança da informação.

Estão certos apenas os itens

a) I e III.
b) I e IV.
c) II e III.
d) I, II e IV.
e) II, III e IV.

30. (SEFAZ-RS – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2019) Para o estabelecimento de padrões de segurança, um dos princípios críticos é a necessidade de se verificar a legitimidade de uma comunicação, de uma transação ou de um acesso a algum serviço. Esse princípio refere-se à

a) confidencialidade.
b) autenticidade.
c) integridade.
d) conformidade.
e) disponibilidade.

31. (FUB – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) Julgue o item seguinte, a respeito da versão mais atual do programa de navegação Chrome e dos mecanismos de busca avançada no Google.

Em uma pesquisa por meio do Google, o uso da expressão "concurso fub" -"nível médio", incluindo as aspas duplas, permite encontrar informações somente dos concursos de nível médio da FUB que estiverem disponíveis na Internet.

( ) CERTO ( ) ERRADO

32. (FUB – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) Julgue o item seguinte, a respeito da versão mais atual do programa de navegação Chrome e dos mecanismos de busca avançada no Google.

Embora o Google possua diversos recursos para filtrar resultados de pesquisas, não é possível encontrar uma imagem em um sítio ou domínio específico.

( ) CERTO ( ) ERRADO

33. (FUB – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) Julgue o item seguinte, a respeito da versão mais atual do programa de navegação Chrome e dos mecanismos de busca avançada no Google.

No navegador Chrome, se a opção de sincronização estiver ativada, informações como favoritos, históricos e senhas serão salvas na conta do Google do usuário e poderão ser recuperadas, se necessário.

( ) CERTO ( ) ERRADO

34. (FUB – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) Julgue o item seguinte, a respeito da versão mais atual do programa de navegação Chrome e dos mecanismos de busca avançada no Google.

A limpeza do histórico de navegação do Chrome implica a exclusão, da página Histórico, dos endereços da Web visitados, e também não serão mais exibidas as previsões da barra de endereço dos sítios visitados.

( ) CERTO ( ) ERRADO

35. (FUB – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) Acerca do sistema operacional Linux, do gerenciador de arquivos Windows Explorer e do Microsoft Excel 2010, julgue o item subsequente.

No Microsoft Excel 2010, é possível formatar células por meio das opções Alinhamento, Borda e Fonte, desde que a formatação seja realizada antes da inserção dos dados.

( ) CERTO ( ) ERRADO

36. (FUB – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) Acerca do sistema operacional Linux, do gerenciador de arquivos Windows Explorer e do Microsoft Excel 2010, julgue o item subsequente.

A menos que o texto esteja entre aspas, o Microsoft Excel 2010 não diferencia letras minúsculas e maiúsculas; assim, as fórmulas =soma(c5:c10) e =SOMA(C5:C10) produzirão o mesmo resultado.

( ) CERTO ( ) ERRADO

37. (FUB – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) Acerca do sistema operacional Linux, do gerenciador de arquivos Windows Explorer e do Microsoft Excel 2010, julgue o item subsequente.

No Windows Explorer, por meio de opções disponibilizadas ao se clicar o botão Organizar, é possível copiar, colar e recortar itens selecionados, e também realizar modificação do leiaute de exibição da seção.

( ) CERTO ( ) ERRADO

38. (FUB – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) Acerca do sistema operacional Linux, do gerenciador de arquivos Windows Explorer e do Microsoft Excel 2010, julgue o item subsequente.

Há uma diversidade grande de distribuições do sistema Linux, cada uma delas com estrutura de diretórios e *kernel* diferentes.

( ) CERTO ( ) ERRADO

39. (FUB – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE/CEBRASPE – 2018) Julgue o item seguinte, relativo ao programa de navegação Internet Explorer 11 e aos mecanismos de busca avançada no Google.

O mecanismo de busca do Google permite encontrar imagens com base em diversos filtros, como, por exemplo, o tamanho e o tipo da imagem; contudo, não é possível pesquisar imagens por meio de sua(s) cor(es).

( ) CERTO ( ) ERRADO

40. (FUB – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE/CEBRASPE – 2018) Julgue o item seguinte, relativo ao programa de navegação Internet Explorer 11 e aos mecanismos de busca avançada no Google.

Na realização de pesquisa por meio do Google, o uso do termo info:www.unb.br permite a obtenção de detalhes sobre o sítio eletrônico da UnB.

( ) CERTO ( ) ERRADO

41. (FUB – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE/CEBRASPE – 2018) Julgue o item seguinte, relativo ao programa de navegação Internet Explorer 11 e aos mecanismos de busca avançada no Google.

No Internet Explorer 11, o recurso de salvar senhas não é ativado por padrão; caso se deseje ativá-lo, deve-se realizar o seguinte procedimento: clicar o botão Ferramentas __ ⚙ __, escolher Opções da Internet e, na lista disponibilizada, clicar a opção Salvar Senhas.

( ) CERTO ( ) ERRADO

42. (FUB – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE/CEBRASPE – 2018) Julgue o item seguinte, relativo ao programa de navegação Internet Explorer 11 e aos mecanismos de busca avançada no Google.

Se, em uma sessão, a página inicial do Internet Explorer 11 for alterada, ela somente aparecerá novamente quando se abrir uma nova sessão de navegação ou janela e se clicar o botão Início — ⌂ — ou, ainda, se forem usadas as teclas de atalho Alt + Home.

( ) CERTO ( ) ERRADO

43. (FUB – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE/CEBRASPE – 2018) Julgue o item a seguir, a respeito do sistema operacional Windows 8, da manipulação de arquivos e pastas e do Microsoft Word 2010.

No Word 2010, por meio do botão Pincel de Formatação, é possível somente copiar a formatação de texto selecionado, já que esse botão não copia a formatação de estruturas como parágrafos, tabelas etc.

( ) CERTO ( ) ERRADO

44. (FUB – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE/CEBRASPE – 2018) Julgue o item a seguir, a respeito do sistema operacional Windows 8, da manipulação de arquivos e pastas e do Microsoft Word 2010.

No ambiente Windows 8, as pastas, diferentemente dos arquivos, não podem ser recortadas, podendo apenas ser copiadas ou excluídas.

( ) CERTO ( ) ERRADO

45. (FUB – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE/CEBRASPE – 2018) Julgue o item a seguir, a respeito do sistema operacional Windows 8, da manipulação de arquivos e pastas e do Microsoft Word 2010.

No Windows 8, alguns recursos estão disponíveis por meio de entradas ocultas guardadas nos cantos do ambiente; um exemplo de entrada oculta é a barra Charms.

( ) CERTO ( ) ERRADO

46. (FUB – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE/CEBRASPE – 2018) Julgue o item a seguir, a respeito do sistema operacional Windows 8, da manipulação de arquivos e pastas e do Microsoft Word 2010.

No Windows 8, para informar as credenciais que permitem fazer *logon* no sistema, o usuário deverá antes desbloquear uma tela que é exibida antes da tela de *logon*.

( ) CERTO ( ) ERRADO

47. (FUB – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE/CEBRASPE – 2018) Assinale a opção correspondente ao conceito de entrega sob demanda de poder computacional, armazenamento de banco de dados, aplicações e outros recursos de tecnologia da informação por meio de uma plataforma de serviços via Internet.

a) rede privada virtual
b) extranet
c) computação em nuvem
d) computação quântica
e) zona desmilitarizada, do inglês demilitarized zone (DMZ)

48. (SEFAZ-RS – ASSITENTE ADMINISTRATIVO FAZENDÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) Do ponto de vista da comunicação entre computadores, a Internet é tecnicamente baseada em

a) comutação de células.
b) comutação de circuitos.
c) rótulos de comutação.
d) comutação de pacotes.
e) comutação de mensagens.

49. (SEFAZ-RS – ASSITENTE ADMINISTRATIVO FAZENDÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) Em uma rede de computadores, o acesso remoto a programas, equipamentos, impressoras e dados, independentemente da localização física desses recursos e dos próprios usuários, é possível mediante a utilização de

a) becape corporativo.
b) controle de acesso lógico.
c) gerenciamento de contas.
d) processamento centralizado.
e) compartilhamento de recursos.

50. (SEFAZ-RS – ASSITENTE ADMINISTRATIVO FAZENDÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) Caso deseje evitar que *cookies*, histórico de sítios acessados e dados de formulários sejam gravados pelo programa navegador *web* enquanto acessa a Internet, o usuário deverá optar pelo uso de

a) teclado virtual.
b) máquina virtual.
c) antivírus.
d) bloqueador de pop-ups.
e) navegação anônima.

51. (SEFAZ-RS – ASSITENTE ADMINISTRATIVO FAZENDÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) A superexposição em redes sociais virtuais, com a publicação indiscriminada de informações e imagens pessoais do usuário, seus dados profissionais, seus hábitos, sua localização, seu patrimônio e seus relacionamentos, aumenta significativamente o risco de

a) bloqueio das senhas de acesso a programas instalados.
b) exploração de vulnerabilidades dos programas instalados.
c) criação de perfis falsos em redes sociais.
d) invasão de privacidade.
e) ataques de ransomware.

52. (SEFAZ-RS – ASSITENTE ADMINISTRATIVO FAZENDÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) A possibilidade de invasores explorarem vulnerabilidades existentes em programas instalados em um computador pessoal pode ser reduzida significativamente pela

a) utilização de criptografia de disco.
b) criação de uma senha forte para acesso aos sistemas.
c) realização frequente da atualização dos programas.
d) utilização preferencial de software livre.
e) realização periódica de becape dos programas instalados e dos dados.

53. (SEFAZ-RS – TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2018) A respeito de segurança da informação, julgue os itens a seguir.

I. Autenticidade se refere às ações tomadas para assegurar que informações confidenciais e críticas não sejam roubadas do sistema.
II. A gestão de segurança da informação deve garantir a disponibilidade da informação.
III. A confidencialidade garante a identidade de quem envia a informação.
IV. De acordo com o conceito de integridade, os dados devem ser mantidos intactos, sem alteração, conforme foram criados e fornecidos.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.
b) I e III.
c) II e IV
d) I, III e IV
e) II, III e IV.

54. (SEFAZ-RS – TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2018) Na Internet, um usuário pode se apossar indevidamente do *login* e da senha de outra pessoa para acessar o sistema em seu lugar. Assinale a opção que indica uma tecnologia utilizada para impedir esse tipo de acesso indevido.

a) biometria.
b) senha com oito caracteres (letras maiúsculas, minúsculas e caracteres especiais).
c) captcha
d) geração automática de login para acesso
e) validação de redes sociais

55. (SEFAZ-RS – TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2018) Considerando que uma empresa tenha contratado serviços em nuvem, assinale a opção correta.

a) A empresa deverá encomendar novas máquinas de servidores para o trabalho em nuvem.
b) A empresa terá de alterar o contrato de fornecimento de espaço em disco caso necessite de mais espaço de armazenamento.
c) A empresa terá de alterar o contrato de fornecimento de serviço de processamento caso necessite de maior capacidade de processamento.
d) Os serviços contratados podem ser acessados apenas de computadores localizados dentro da empresa.
e) Os serviços contratados podem ser desligados em horários predeterminados, para economia de custos.

56. (SEFAZ-RS – TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2018) O *software* que, instalado em uma central multimídia (como, por exemplo, a de um automóvel), implementa e executa funções diversas para o usuário e para o próprio sistema é conhecido como

a) software de aplicação.
b) software de engenharia.
c) aplicativo Web.
d) sistema embarcado.
e) software de inteligência artificial.

57. (BNB – ANALISTA BANCÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) Acerca de pesquisas na Web e de vírus e ataques a computadores, julgue o item subsequente.

Se um *rootkit* for removido de um sistema operacional, esse sistema não voltará à sua condição original, pois as mudanças nele implementadas pelo *rootkit* permanecerão ativas.

( ) CERTO ( ) ERRADO

58. (BNB – ANALISTA BANCÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2018) Acerca de pesquisas na Web e de vírus e ataques a computadores, julgue o item subsequente.

Entre as categorias de antivírus disponíveis gratuitamente, a mais confiável e eficiente é o *scareware*, pois os antivírus dessa categoria fazem uma varredura nos arquivos e são capazes de remover 99% dos vírus existentes

( ) CERTO ( ) ERRADO

GABARITO

1	CERTO
2	CERTO
3	ERRADO
4	ERRADO
5	CERTO
6	CERTO
7	CERTO
8	CERTO
9	D
10	A
11	C
12	E
13	C
14	E
15	B
16	D
17	D
18	CERTO
19	CERTO
20	ERRADO
21	ERRADO
22	CERTO
23	ERRADO
24	CERTO
25	CERTO
26	CERTO
27	ERRADO
28	A
29	C
30	B
31	ERRADO
32	ERRADO
33	CERTO
34	ERRADO
35	CERTO
36	CERTO
37	CERTO
38	ERRADO
39	ERRADO
40	CERTO
41	ERRADO
42	CERTO
43	ERRADO
44	ERRADO
45	CERTO
46	CERTO
47	C
48	D
49	E
50	E
51	D
52	C
53	C
54	A
55	E
56	D
57	CERTO
58	ERRADO

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (MPE-CE – ANALISTA MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Julgue o próximo item, relativo à organização político-administrativa do Estado.

Pesquisas de opinião, abaixo-assinados e declarações de organizações comunitárias favoráveis à criação, à incorporação ou ao desmembramento de municípios são capazes de suprir o rigor e a legitimidade do plebiscito exigido pela Constituição Federal de 1988.

( ) CERTO ( ) ERRADO

2. (MPE-CE – ANALISTA MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Os direitos fundamentais são prerrogativas próprias dos cidadãos em função de sua especial condição de pessoa humana, e as garantias fundamentais são os instrumentos e mecanismos necessários para a proteção, a salvaguarda ou o exercício desses direitos. Com relação a esse assunto, julgue o item que se segue.

Ações afirmativas, como a reserva de vagas para negros em concursos públicos, são uma forma de garantia dos direitos fundamentais e visam minimizar ou eliminar uma situação histórica de desigualdade ou discriminação.

( ) CERTO ( ) ERRADO

3. (MPE-CE – ANALISTA MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Os direitos fundamentais são prerrogativas próprias dos cidadãos em função de sua especial condição de pessoa humana, e as garantias fundamentais são os instrumentos e mecanismos necessários para a proteção, a salvaguarda ou o exercício desses direitos. Com relação a esse assunto, julgue o item que se segue.

Os direitos fundamentais não podem ser considerados absolutos, posto que todos os direitos são passíveis de relativização e podem entrar em conflito entre si.

( ) CERTO ( ) ERRADO

4. (MPE-CE – ANALISTA MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Os direitos fundamentais são prerrogativas próprias dos cidadãos em função de sua especial condição de pessoa humana, e as garantias fundamentais são os instrumentos e mecanismos necessários para a proteção, a salvaguarda ou o exercício desses direitos. Com relação a esse assunto, julgue o item que se segue.

Direitos individuais implícitos estão subentendidos nas regras de garantias fundamentais, sendo exemplos os desdobramentos do direito à vida.

( ) CERTO ( ) ERRADO

5. (MPE-CE – TECNICO MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item que se segue.

O STF é o órgão responsável pelo controle da atuação administrativa e financeira de todo o Poder Judiciário, bem como do cumprimento funcional dos deveres dos juízes.

( ) CERTO ( ) ERRADO

6. (MPE-CE – TÉCNICO MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item que se segue.

Compete ao STF processar e julgar o presidente da República por infrações penais comuns.

( ) CERTO ( ) ERRADO

7. (MPE-CE – TÉCNICO MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item que se segue.

A Advocacia-Geral da União é responsável por promover inquérito civil e ação civil pública para proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

( ) CERTO ( ) ERRADO

8. (MPE-CE – TÉCNICO MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item que se segue.

O Ministério Público, observando sua autonomia funcional e administrativa, pode propor ao Poder Legislativo a extinção e a criação de cargos e serviços auxiliares para o próprio Ministério Público.

( ) CERTO ( ) ERRADO

9. (MPE-CE – TÉCNICO MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Os analfabetos não podem registrar-se como eleitores.

( ) CERTO ( ) ERRADO

10. (MPE-CE – TÉCNICO MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

A honra e a imagem das pessoas são invioláveis, sendo assegurado o direito de reparação por dano material ou moral em caso de violação.

( ) CERTO ( ) ERRADO

11. (MPE-CE – TÉCNICO MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Brasileiro naturalizado pode ocupar o cargo de presidente da Câmara dos Deputados.

( ) CERTO ( ) ERRADO

12. (MPE-CE – TÉCNICO MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Acerca de direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Se, com o intuito de eximir-se de obrigação legal a todos imposta, uma pessoa se recusar a cumprir prestação alternativa, invocando convicção filosófica e política ou crença religiosa, os direitos associados a tais convicções poderão ser restringidos.

( ) CERTO ( ) ERRADO

13. (MPE-CE – TÉCNICO MINISTRAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) No que diz respeito à administração pública direta, à administração pública indireta e aos agentes públicos, julgue o item que se segue.

Cargos, empregos e funções públicas devem ser exercidos por brasileiros que preencham as condições estabelecidas em lei, contudo, na forma da lei, há possibilidade de acesso para os estrangeiros.

( ) CERTO ( ) ERRADO

14. (SEFAZ-AL – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

É viável a extinção de órgãos públicos por meio de decreto do presidente da República na hipótese de redução de despesa para a União.

( ) CERTO ( ) ERRADO

15. (SEFAZ-AL – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

Tanto em caso de infrações penais comuns quanto de crimes de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação apresentada contra o presidente da República.

( ) CERTO ( ) ERRADO

16. (SEFAZ-AL – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

Em razão da garantia de autonomia financeira, as propostas orçamentárias encaminhadas pelo Poder Judiciário não se submetem aos limites impostos pela lei de diretrizes orçamentárias.

( ) CERTO ( ) ERRADO

17. (SEFAZ-AL – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CSPE/CEBRASPE – 2020) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

A competência do Tribunal de Contas da União para julgar as contas dos responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos não abrange as contas do presidente da República.

( ) CERTO ( ) ERRADO

18. (SEFAZ-AL – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

A atuação das comissões parlamentares de inquérito insere-se no âmbito da função fiscalizatória do Poder Legislativo, considerada função típica desse poder

( ) CERTO ( ) ERRADO

19. (SEFAZ-AL – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o item subsequente.

Diante da inexistência de lei federal pertinente, os estados possuem capacidade plena para legislar sobre normas gerais em direito tributário.

( ) CERTO ( ) ERRADO

20. (SEFAZ-AL – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o item subsequente.

Por expressa disposição constitucional, as competências materiais e legislativas dos municípios subordinam-se integralmente ao disposto nas constituições dos respectivos estados-membros a que eles pertencem.

( ) CERTO ( ) ERRADO

21. (SEFAZ-AL – AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o item subsequente.

Em razão da capacidade de auto-organização dos estados-membros, as constituições estaduais não se sujeitam a quaisquer limitações previstas pela Constituição Federal de 1988.

( ) CERTO ( ) ERRADO

22. (SEFAZ-AL – AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÕES DA FAZENDA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Com relação a déficit público, reforma administrativa, reforma previdenciária, responsabilidade fiscal, regra de ouro e ordenação de despesa, julgue o item a seguir.

Com a reforma administrativa ocorrida em 1998, os servidores públicos passaram a adquirir a estabilidade a partir da posse no cargo público.

( ) CERTO ( ) ERRADO

23. (SEFAZ-AL – AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÕES DA FAZENDA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

É viável a extinção de órgãos públicos por meio de decreto do presidente da República na hipótese de redução de despesa para a União.

( ) CERTO ( ) ERRADO

24. (SEFAZ-AL – AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÕES DA FAZENDA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

Tanto em caso de infrações penais comuns quanto de crimes de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação apresentada contra o presidente da República.

( ) CERTO ( ) ERRADO

25. (SEFAZ-AL – AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÕES DA FAZENDA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

Em razão da garantia de autonomia financeira, as propostas orçamentárias encaminhadas pelo Poder Judiciário não se submetem aos limites impostos pela lei de diretrizes orçamentárias.

( ) CERTO ( ) ERRADO

26. (SEFAZ-AL – AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÕES DA FAZENDA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

A competência do Tribunal de Contas da União para julgar as contas dos responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos não abrange as contas do presidente da República.

( ) CERTO ( ) ERRADO

27. (SEFAZ-AL – AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÕES DA FAZENDA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

A atuação das comissões parlamentares de inquérito insere-se no âmbito da função fiscalizatória do Poder Legislativo, considerada função típica desse poder.

( ) CERTO ( ) ERRADO

28. (SEFAZ-AL – AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÕES DA FAZENDA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o item subsequente.

Diante da inexistência de lei federal pertinente, os estados possuem capacidade plena para legislar sobre normas gerais em direito tributário.

( ) CERTO ( ) ERRADO

29. (SEFAZ-AL – AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÕES DA FAZENDA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue o item subsequente.

Por expressa disposição constitucional, as competências materiais e legislativas dos municípios subordinam-se integralmente ao disposto nas constituições dos respectivos estados-membros a que eles pertencem.

( ) CERTO ( ) ERRADO

30. (SEFAZ-AL – AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÕES DA FAZENDA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Com relação à aplicabilidade das normas constitucionais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são reconhecidos como válidos somente os direitos e as garantias previstas no texto constitucional ou os a ele incorporados formalmente.

( ) CERTO ( ) ERRADO

31. (SEFAZ-AL – AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÕES DA FAZENDA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Com relação à aplicabilidade das normas constitucionais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

Em se tratando de norma constitucional contida, enquanto não sobrevier condição que reduza sua aplicabilidade, considera-se plena sua eficácia.

( ) CERTO ( ) ERRADO

32. (SEFAZ-AL – AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÕES DA FAZENDA ESTADUAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Com relação à aplicabilidade das normas constitucionais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

O grau de eficácia de uma norma constitucional não pode ser aferido a partir da sua entrada em vigor, sendo necessária, para tal aferição, a verificação da incidência da lei em um caso concreto.

( ) CERTO ( ) ERRADO

33. (MPE-CE – PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INICIAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Art. 5.º. (...) LVIII – o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

Art. 18. (...) § 1.º Brasília é a Capital Federal.
Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: (...)
VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília – DF: Senado Federal, 1988.

Quanto ao grau de eficácia, as normas constitucionais precedentes classificam-se, respectivamente, como de eficácia

a) programática, plena e contida.
b) limitada, plena e contida.
c) contida, limitada e plena.
d) plena, contida e limitada.
e) contida, plena e limitada.

34. (MPE-CE – PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INICIAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Conforme as previsões constitucionais e a jurisprudência do STF sobre segurança pública, em especial sua estrutura e organização, admite-se que

a) lei estadual crie órgãos diversos de segurança pública, de forma diferente da estabelecida constitucionalmente para os órgãos federais.
b) lei municipal constitua guardas municipais destinadas à proteção dos bens, dos serviços e das instalações do município.
c) lei municipal subordine excepcionalmente as polícias militares e a reserva do Exército aos prefeitos, em caso de calamidade pública.
d) lei estadual atribua às polícias civis funções de apuração de infrações penais militares.
e) lei federal transfira temporariamente aos corpos de bombeiros militares a execução de atividades de defesa civil.

35. (MPE-CE – PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INICIAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Segundo a CF, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

a) conta obrigatoriamente com advogados públicos e juízes na sua composição.
b) é competente para exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público.
c) pode rever, desde que mediante provocação, processos disciplinares de membros do Ministério Público.
d) escolherá, em votação secreta, um corregedor nacional, dentre todos os membros integrantes do CNMP.
e) é presidido pelo corregedor nacional do Ministério Público.

36. (MPE-CE – PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INICIAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas.

37. (MPE-CE – PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INICIAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Um membro do Ministério Público que atua em tribunal de justiça discorda do decidido em um acórdão da corte e pretende recorrer. Percebe, contudo, que o tribunal acolhera integralmente o que fora preconizado para o caso pelo promotor com atuação no primeiro grau.

Nesse caso, o membro do *parquet*

a) não poderá recorrer, devido a preclusão processual lógica.
b) não poderá recorrer, devido ao princípio institucional da unidade do Ministério Público.
c) não poderá recorrer, devido ao princípio institucional da indivisibilidade do Ministério Público.
d) poderá recorrer, devido ao princípio institucional da independência funcional.
e) poderá recorrer, por ocupar posição hierárquica superior em relação ao promotor com atuação no primeiro grau.

38. (MPE-CE – PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INICIAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Conforme a jurisprudência do STF, a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei, afaste sua incidência, no todo ou em parte, viola, especificamente,

a) a cláusula de reserva de plenário.
b) a presunção de constitucionalidade da lei.
c) a sistemática do controle difuso de constitucionalidade.
d) o princípio da motivação adequada das decisões judiciais.
e) o princípio da segurança jurídica.

39. (MPE-CE – PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INICIAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Mudança no regime de imunidade parlamentar no plano federal

a) é aplicável imediatamente aos deputados estaduais.
b) será aplicável aos deputados estaduais depois de implementada a adaptação formal das constituições estaduais.
c) não repercute nas imunidades de parlamentares estaduais, que são definidas nas constituições estaduais.
d) repercute imediatamente nos deputados estaduais se for mais benéfica que o regime da respectiva constituição estadual.
e) repercute nos deputados estaduais se for mais restritiva que o regime da respectiva constituição estadual, após adaptação formal desta.

40. (MPE-CE – PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA INICIAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Acerca da teoria do poder constituinte, julgue os seguintes itens.

I. Constituição superveniente torna inconstitucionais leis anteriores com ela conflitantes.
II. Uma vez aprovada proposta de emenda constitucional pelo Congresso Nacional em exercício do seu poder constituinte derivado reformador, não haverá sanção ou veto pelo presidente da República.
III. Norma anterior não será recepcionada se sua forma não for mais admitida pela Constituição superveniente, ainda que seu conteúdo seja compatível com esta.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.
b) Apenas o item II está certo.
c) Apenas os itens I e III estão certos.
d) Apenas os itens II e III estão certos.
e) Todos os itens estão certos.

41. (SEFAZ-DF – AUDITOR FISCAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Considerando os princípios gerais da atividade econômica previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

A União detém o monopólio da pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural, sendo-lhe permitida a contratação de empresas estatais e privadas para a realização dessas atividades, desde que observadas as condições estabelecidas em lei.

( ) CERTO ( )ERRADO

42. (SEFAZ-DF – AUDITOR FISCAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Considerando os princípios gerais da atividade econômica previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

As empresas públicas e as sociedades de economia mista gozam de privilégios fiscais não extensivos às sociedades comerciais do setor privado.

( ) CERTO ( )ERRADO

43. (SEFAZ-DF – AUDITOR FISCAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Acerca dos direitos e garantias fundamentais, das cláusulas pétreas e da organização político-administrativa do Estado, julgue o item a seguir.

Embora a Constituição Federal de 1988 preveja expressamente não distinção entre brasileiros, o próprio constituinte estabeleceu, no texto constitucional, hipóteses de tratamentos distintos entre homens e mulheres.

( ) CERTO ( ) ERRADO

44. (SEFAZ-DF – AUDITOR FISCAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Acerca dos direitos e garantias fundamentais, das cláusulas pétreas e da organização político-administrativa do Estado, julgue o item a seguir.

As cláusulas pétreas correspondem às limitações temporais, implícitas, circunstanciais e materiais de alteração da Constituição Federal de 1988.

( ) CERTO ( ) ERRADO

45. (SEFAZ-DF – AUDITOR FISCAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Acerca dos direitos e garantias fundamentais, das cláusulas pétreas e da organização político-administrativa do Estado, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente a exigência de inscrição em conselho de fiscalização para o exercício de qualquer atividade profissional.

( ) CERTO ( ) ERRADO

46. (SEFAZ-DF – AUDITOR FISCAL – CESPE/CEBRASPE – 2020) Em relação à organização do Estado e da administração pública, julgue o seguinte item.

Compete privativamente à União legislar sobre o sistema monetário e de medidas, títulos e garantia de valores.

( ) CERTO ( ) ERRADO

47. (TJ-PA – OFICIAL DE JUSTIÇA – CESPE/CEBRASPE – 2020) Determinado estado da Federação pretende instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Nessa situação, o ente federativo poderá efetivar tal medida mediante

a) lei ordinária federal.
b) lei complementar federal.
c) medida provisória estadual.
d) lei ordinária estadual de iniciativa do Poder Executivo.
e) lei complementar estadual de iniciativa parlamentar.

48. (TJ-PA – OFICIAL DE JUSTIÇA – CESPE/CEBRASPE – 2020) Considerando o entendimento do STF acerca do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue os itens a seguir.

I. Embora seja órgão do Poder Judiciário, o CNJ não é dotado de função jurisdicional.
II. O CNJ deve atuar somente se houver necessariamente o exaurimento da instância administrativa ordinária.
III. O CNJ tem competência para apurar violações aos deveres funcionais dos magistrados e servidores do Poder Judiciário.
IV. Não é permitido ao CNJ apreciar a constitucionalidade dos atos administrativos, mas somente sua legalidade.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.
b) I e IV.
c) III e IV.
d) I, II e III.
e) II, III e IV.

49. (TJ-PA – OFICIAL DE JUSTIÇA – CESPE/CEBRASPE – 2020) Um grupo de pais apresentou requerimento a determinado município, solicitando autorização para realizar manifestação pacífica na praça pública onde está sediada a prefeitura, a fim de protestar contra políticas públicas municipais. A autoridade pública competente negou o pedido, sob o fundamento de que frustraria outra reunião anteriormente convocada para o mesmo horário e local.

Nessa situação hipotética, para realizar a referida manifestação, o grupo de pais utilizou o instrumento

a) inadequado, porque o direito de reunião não requer autorização, mas apenas prévio aviso.
b) inadequado, entretanto a autoridade competente não poderia ter negado o direito com base no fundamento utilizado.
c) adequado, porque o direito de reunião requer prévia autorização administrativa, cabendo ao grupo ajuizar ação popular contra a decisão que negou o referido pedido.
d) adequado, porque o direito de reunião requer prévia autorização administrativa, cabendo ao grupo impetrar habeas corpus contra a decisão que negou o referido pedido.
e) adequado, porque o direito de reunião requer prévia autorização administrativa, cabendo ao grupo impetrar mandado de segurança contra a decisão que negou o referido pedido.

50. (TJ-PA – OFICIAL DE JUSTIÇA – CESPE/CEBRASPE – 2020) Caso tribunal de justiça estadual profira decisão em última instância denegando habeas corpus, caberá ao interessado interpor recurso

a) especial, a ser julgado pelo STJ.
b) ordinário, a ser julgado pelo STF.
c) ordinário, a ser julgado pelo STJ.
d) extraordinário, a ser julgado pelo STJ.
e) extraordinário, a ser julgado pelo STF.

51. (TJ-PA – OFICIAL DE JUSTIÇA – CESPE/CEBRASPE – 2020) A Constituição Federal de 1988 prevê o uso do mandado de injunção como uma garantia constitucional sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Nesse sentido, segundo o STF, o cabimento do mandado de injunção pressupõe a demonstração da existência de omissão legislativa relativa ao gozo de liberdades ou direitos garantidos constitucionalmente pelas normas constitucionais de eficácia

a) plena lato sensu.
b) contida lato sensu.
c) plena stricto sensu.
d) contida stricto sensu.
e) limitada stricto sensu.

52. (TJ-PA – AUXILIAR JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2020) Assinale a opção que apresenta o princípio constitucional que se aplica diretamente à carreira de defensoria pública.

a) livre exercício da ação penal
b) independência funcional
c) inamovibilidade
d) vitaliciedade
e) irrecusabilidade

53. (TJ-PA – AUXILIAR JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2020) O STF é competente para julgar

a) os governadores dos estados e do Distrito Federal em caso de crimes comuns.
b) os desembargadores dos tribunais de justiça dos estados em caso de crimes de responsabilidade.
c) os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias de um estado e autoridades administrativas de outro estado.
d) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União.
e) lei local válida contestada em face de lei federal por meio de recurso extraordinário.

54. (TJ-PA – AUXILIAR JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2020) A possibilidade de exclusão de cometimento ilícito por parlamentares decorre do instituto denominado

a) inviolabilidade.
b) irrenunciabilidade.
c) prerrogativa de foro.
d) extinção de punibilidade.
e) imunidade material.

55. (TJ-PA – AUXILIAR JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2020) A autonomia do Estado para gerir negócios próprios, pela ação administrativa do governador, denomina-se

a) autogestão.
b) autolegislação.
c) autoadministração.
d) autogoverno.
e) soberania.

56. (TJ-PA – AUXILIAR JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2020) Assinale a opção que apresenta um princípio que rege as relações internacionais do Brasil.

a) prevalência dos direitos humanos
b) garantia do desenvolvimento nacional
c) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
d) pluralismo político
e) construção de sociedade livre, justa e solidária

57. (TJ-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2020) Determinado estado da Federação pretende instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Nessa situação, o ente federativo poderá efetivar tal medida mediante

a) lei ordinária federal.
b) lei complementar federal.
c) medida provisória estadual.
d) lei ordinária estadual de iniciativa do Poder Executivo.
e) lei complementar estadual de iniciativa parlamentar.

58. (TJ-PA – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE/CEBRASPE – 2020) Segundo o STF, lei editada pelo Poder Legislativo de estado da Federação para regulamentar o inquérito policial deverá ser considerada

a) inconstitucional, porque a competência legislativa para tratar do tema é privativa da União.
b) inconstitucional, porque a competência legislativa para tratar do tema é exclusiva da União.
c) constitucional, porque a competência legislativa para tratar de direito processual é comum à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
d) constitucional, porque a competência legislativa para tratar do tema é concorrente, porém a superveniência de lei federal com normas gerais sobre o tema revogará a lei estadual.
e) constitucional, porque a competência legislativa para tratar do tema é concorrente e, caso não haja lei federal sobre normas gerais, o estado poderá exercer a competência legislativa plena.

GABARITO

1	ERRADO	30	ERRADO
2	CERTO	31	CERTO
3	CERTO	32	ERRADO
4	CERTO	33	E
5	ERRADO	34	B
6	CERTO	35	B
7	ERRADO	36	B
8	CERTO	37	D
9	ERRADO	38	A
10	CERTO	39	A
11	ERRADO	40	B
12	CERTO	41	CERTO
13	CERTO	42	ERRADO
14	ERRADO	43	CERTO
15	CERTO	44	ERRADO
16	ERRADO	45	ERRADO
17	CERTO	46	CERTO
18	CERTO	47	E
19	CERTO	48	B
20	ERRADO	49	A
21	ERRADO	50	C
22	ERRADO	51	E
23	ERRADO	52	B
24	CERTO	53	E
25	ERRADO	54	E
26	CERTO	55	C
27	CERTO	56	A
28	CERTO	57	E
29	ERRADO	58	A

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ MI/ 2013) Acerca da ética no serviço público, julgue o item que se segue.

1. Considere a seguinte situação hipotética.

Juarez, servidor público do Poder Executivo Federal, constatou ato de improbidade cometido por seu chefe imediato, mas não o representou à autoridade competente, dada sua relação de subordinação em relação ao chefe.

Nessa situação hipotética, a falta cometida por Juarez, que não comunicou fato contrário ao interesse público, poderá ser escusada com base no princípio do respeito à hierarquia.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR/ MMA/ 2014) No que se refere à ética no serviço público, julgue os itens subsecutivos.

2. Exerce seu dever de cidadania, em conformidade com os padrões éticos aceitos, o servidor público que não se deixa corromper e denuncia todos os atos de corrupção de que toma conhecimento.

3. Suponha que um servidor utilize, às vezes, o veículo da repartição para resolver problemas particulares. Isso constitui ilícito no serviço público mesmo que a resolução desses problemas proporcione melhoria do desempenho do servidor no exercício de suas funções.

4. Um agente administrativo de um órgão público federal, que não detenha posição de chefia, não pode ser autorizado a aplicar penalidades administrativas.

5. Promover ações de apreço no interior da repartição pública não fere nenhuma norma ética ou administrativa do serviço público, uma vez que, com isso, pretende-se garantir um bom ambiente de trabalho.

6. O servidor que, para algumas situações de trabalho, avalia com cuidado qual a melhor maneira de agir para alcançar os resultados esperados e se orienta por princípios de justiça, está em concordância com a ética.

7. O servidor que é visto habitualmente embriagado fora de seu horário de expediente, mas cumpre suas atividades com esmero durante seu horário de trabalho não fere a ética do serviço público.

8. Considere que um servidor, ao atender um usuário, tenha-o deixado esperando por muito tempo, fato que resultou na formação de uma longa fila em seu setor. Nesse caso, como o servidor se prestou a buscar informações benéficas para o usuário, primando pela precisão de seu trabalho, acima da celeridade, ele não feriu o Código de Ética do Servidor Público do Poder Executivo Federal.

(CESPE/ AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL/ DEPEN/ 2013) Julgue o item subsecutivo à luz das disposições constantes do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

9. A pena aplicável ao servidor público pela comissão de ética é a pena de suspensão do serviço público por, no máximo, trinta dias.

(CESPE/ AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – DIREITO/ TCE-RO/ 2013) Acerca da ética no serviço público, julgue o item que se segue.

10. Considere que um servidor recém-empossado em um tribunal de contas tenha observado que, em sua repartição, é comum o recebimento de presentes de pessoas físicas auditadas pelo referido tribunal. Nessa situação, caso esse servidor aceite presentes dessa natureza, ele estará agindo de acordo com parâmetros éticos, visto que esse é um comportamento consolidado no ambiente de trabalho.

(CESPE/ TÉCNICO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – ASSISTENTE TÉCNICO/ TELEBRAS/ 2015) A respeito de ética no serviço público, julgue os itens subsequentes.

11. As decisões do servidor público, cuja conduta deve ser pautada na ética, deverão ser pautadas na legalidade, na conveniência, na oportunidade, na justiça e na honestidade.

12. A embriaguez habitual, ainda que fora do ambiente de trabalho, é conduta vedada ao servidor público.

13. Se uma servidora pública que praticou ato de interesse de terceiro receber, como presente, uma joia enviada por esse terceiro interessado, não há improbidade administrativa, uma vez que, embora reprovável de acordo com o Código de Ética, o recebimento do presente não causou prejuízo ao erário.

14. No âmbito da administração pública federal, as comissões de ética têm por objetivo orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, não lhe cabendo a aplicação de penalidade, que depende de processo administrativo.

(CESPE/ AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL/ DPF/ 2014) Julgue os itens que se seguem, relativos à ética no serviço público.

15. Ocorrerá desvio ético na conduta de servidor público que se recuse a utilizar um eficiente sistema de gestão de almoxarifado, sob a alegação de maior confiabilidade do seu controle manual de entrada e saída de materiais.

16. Se uma autoridade administrativa proibir o uso de bermudas ou *shorts* nas dependências de determinada repartição pública e essa vedação causar indignação entre seus subordinados, constatar-se-ão, nessa hipótese, indícios de desvio ético na conduta do gestor.

(CESPE/ ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ADMINISTRAÇÃO/ ANP/ 2013) Com referência à ética no serviço público e ao Código de Ética Profissional do servidor público civil do Poder Executivo federal, julgue o próximo item.

17. Os atos inerentes à conduta do servidor em sua vida privada não podem influenciar o seu bom conceito na vida funcional, já que o exercício da função pública não se confunde com a vida particular de cada servidor.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR/ CADE/ 2014) Com relação aos princípios éticos, à sua aplicação no serviço público e aos marcos legais relacionados, julgue os itens subsecutivos.

18. O servidor público, no uso de suas atribuições, deve ser um vetor da promoção da cidadania, executando com esmero as atividades que lhes são atribuídas, contribuindo, assim, para um serviço público efetivo a favor dos cidadãos.

19. Um servidor público possui o dever de resistir às pressões de superiores em hierarquia, interessados ou contratantes que visem obter vantagens, favores ou qualquer outro benefício em função de ações indevidas.

20. A ética, campo de reflexão acerca das atividades dos seres humanos, é encarregada de levar os valores morais, como certo e errado, a serem fundamentados e exercitados no contexto das relações humanas.

21. No desempenho de seu trabalho, um servidor público pode optar por utilizar ferramentas tradicionais, prescindindo de aparatos tecnológicos mais recentes, desde que isso não o impossibilite de executar as suas atividades.

22. A compaixão, a beneficência e a honestidade são características comportamentais eticamente aceitas, ressalvando-se os casos em que não se pode garantir que haja algum benefício para o agente da ação.

(CESPE/ TÉCNICO DO MPU – ADMINISTRAÇÃO/ MPU/ 2013) No que se refere à ética no serviço público, julgue o item que se segue.

23. Considere a seguinte situação hipotética.

O chefe de determinada repartição pediu a um subordinado, que estava de saída para comprar um lanche em estabelecimento localizado no próprio órgão, que fosse até o supermercado mais próximo comprar fraldas. Para agradar o chefe, o subordinado prontamente atendeu a solicitação.

Nessa situação, o chefe não cometeu falta ética, pois o subordinado já estava de saída para satisfazer um interesse pessoal.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR/ CADE/ 2014) Com base na legislação acerca de ética no serviço público, julgue os itens subsequentes.

24. Um servidor público federal com pretensões de exercer atividade privada que possa suscitar conflito de interesses deverá consultar o órgão público acerca dessa possibilidade, por meio de petição eletrônica que contenha a identificação do interessado e uma descrição genérica da atividade objeto de análise.

25. Um servidor que preste serviços a pessoa física ou jurídica interessada em decisão do agente público ao qual o servidor está vinculado só incorrerá em conflito de interesses caso forneça informações privilegiadas a que teve acesso.

(CESPE/ PSICÓLOGO/ POLÍCIA FEDERAL/ 2014) Julgue os itens subsecutivos, relativos aos agentes públicos e à ética no serviço público.

26. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, tratar mal um cidadão significa causar-lhe dano moral.

27. No processo administrativo disciplinar, a não intimação dos indiciados para que possam rebater os relatórios finais das comissões processantes não constitui violação ao contraditório.

28. Segundo resolução da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, é vedada a aceitação de presentes por autoridades públicas, independentemente do valor, quando o ofertante tiver interesse pessoal ou profissional em decisão que possa ser tomada, em razão do cargo, pela autoridade.

(CESPE/ CONHECIMENTOS BÁSICOS/ TJDFT/ 2015) Com referência às disposições inscritas no Código de Ética Profissional do Serviço Público, julgue o próximo item.

29. O registro sobre a conduta ética do servidor será fornecido pela comissão de ética aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira, com o objetivo de instruir e fundamentar promoções.

(CESPE/ ENGENHEIRO CIVIL/ POLÍCIA FEDERAL/ 2014) Julgue o item subsecutivo, relativo aos agentes públicos e à ética no serviço público.

30. No processo administrativo disciplinar, a não intimação dos indiciados para que possam rebater os relatórios finais das comissões processantes não constitui violação ao contraditório.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR/ ICMBIO/ 2014) No que se refere à ética no serviço público, julgue o item subsecutivo.

31. Considere que um servidor, ao atender um usuário, tenha-o deixado esperando por muito tempo, fato que resultou na formação de uma longa fila em seu setor. Nesse caso, como o servidor se prestou a buscar informações benéficas para o usuário, primando pela precisão de seu trabalho, acima da celeridade, ele não feriu o Código de Ética do Servidor Público do Poder Executivo Federal.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ MPU/ 2013) No que se refere à ética no serviço público, julgue o item a seguir.

32. Segundo o Código de Ética do Servidor Público Federal, o servidor está impedido de representar contra omissão ou abuso de poder de seus superiores hierárquicos.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ CNJ/ 2013) Acerca de ética no serviço público, julgue os itens a seguir.

33. Para apuração de qualquer falta ética no setor público, deve-se considerar como servidor público o indivíduo que presta serviço na condição de servidor efetivo e concursado.

34. Estimular a observância do Código de Ética do Serviço Público é um dever de todo e qualquer servidor público.

(CESPE/ ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL/ DPF/ 2013) Acerca de ética no serviço público, julgue o seguinte item.

35. A constituição da comissão de ética deverá ser comunicada formalmente, com indicação de seus membros titulares e respectivos suplentes, à Secretaria de Administração Federal da Presidência da República.

(CESPE/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ MTE/ 2014) Julgue os itens a seguir acerca da ética no serviço público e suas instruções legais.

36. O servidor público pode alterar o teor de documentos que deva encaminhar para providências sempre que notar que a modificação colabora para o melhor andamento do serviço.

37. Considere que Edilson, presidente de uma autarquia federal, tenha recebido um presente de entidade comercial privada que mantém relações com a referida autarquia. Considere, ainda, que em função da impossibilidade de devolução do presente, Edilson tenha determinado a incorporação do presente ao patrimônio da autarquia. Nessa situação hipotética, não foi infringida nenhuma resolução da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

38. O servidor público tem o dever de demonstrar integridade de caráter, escolhendo a melhor e mais vantajosa opção para o bem comum quando estiver diante de uma diversidade de alternativas.

39. Considere que Vagner, servidor do MTE, no final de semana, quando não trabalhava, tenha feito circular mensagem de correio eletrônico que caluniava Sílvia, colega de trabalho. Nessa situação, como a mensagem não partiu do espaço de trabalho e foi feita fora do horário de serviço, Vagner não cometeu atitude que fira o Código de Ética do MTE.

(CESPE/ ANALISTA – COMUNICAÇÃO SOCIAL/ MPU/ 2013) Julgue o seguinte item, acerca das comissões de ética tratadas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

40. Suponha que determinado particular, sem ligação direta ou indireta com qualquer órgão estatal, tenha feito uso de informações privilegiadas obtidas por intermédio de seu amigo servidor público no âmbito interno do serviço público. Nessa situação, para fins de apuração do comprometimento ético, o particular não se enquadrará no conceito de servidor público previsto na lei.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/ TJDFT/ 2013) Julgue o item subsequente, relativo à ética no serviço público.

41. A modicidade das tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos é um exemplo da conduta ética do Estado para com a sociedade.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – JUDICIÁRIA/ CNJ/ 2013) Com relação à ética no serviço público, julgue o item a seguir.

42. No intuito de solucionar o problema de um cidadão, o servidor público pode criar mecanismos para evitar a morosidade da burocracia organizacional, inclusive desconsiderando, caso seja necessário, as regras hierárquicas que possam impedir a fluidez do trabalho.

(CESPE/ ANALISTA AMBIENTAL – TEMA 2/ IBAMA/ 2013) Acerca da ética no serviço público, julgue o item que segue.

43. Quando um servidor define fins, prioriza valores e delimita regras de conduta conforme sua concepção particular de bem, ele age em consonância com princípios da ética pública.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TJDFT/ 2013) A respeito de ética no serviço público, julgue o próximo item.

44. Os atos típicos de improbidade administrativa restringem-se ao descumprimento do princípio do sigilo e da confidencialidade de informações.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ FUB/ 2015) No que se refere ao processo administrativo e às disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item subsequente.

45. Sindicância constitui o meio sumário de que se utiliza a administração para, sigilosa ou publicamente, com indiciados ou não, proceder à apuração de ocorrências anômalas no serviço público, que, se confirmadas, fornecerão elementos para a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades.

(CESPE/ CONHECIMENTOS BÁSICOS/ TJDFT/ 2015) Com referência às disposições inscritas no Código de Ética Profissional do Serviço Público, julgue o próximo item.

46. O registro sobre a conduta ética do servidor será fornecido pela comissão de ética aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira, com o objetivo de instruir e fundamentar promoções.

(CESPE/ CONTADOR/ POLÍCIA FEDERAL/ 2014) Julgue o item subsecutivo, relativo aos agentes públicos e à ética no serviço público.

47. No processo administrativo disciplinar, a não intimação dos indiciados para que possam rebater os relatórios finais das comissões processantes não constitui violação ao contraditório.

(CESPE/ ANALISTA ADMINISTRATIVO/ IBAMA/ 2013) Acerca de ética no serviço público, julgue os itens que se seguem.

48. Considere que um servidor público tenha sido agredido verbalmente por um colega de trabalho e que, em virtude das ofensas, tenha agredido fisicamente seu par. Nesse caso, o servidor que agrediu fisicamente não poderá ser demitido, pois a gravidade da situação é atenuada pela agressão verbal sofrida anteriormente.

49. A utilização de cargo público para favorecer enriquecimento ilícito de amigo ou parente é considerada improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

(CESPE/ ANALISTA ADMINISTRATIVO – ADMINISTRAÇÃO/ ANTT/ 2013) No que concerne à ética no serviço público, julgue o item abaixo.

50. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade na conduta do servidor público fundamenta a motivação do ato administrativo, devendo o servidor distinguir não só entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, mas também entre o honesto e o desonesto.

(CESPE/ ADMINISTRADOR/ UNIPAMPA/ 2013) Acerca da ética no serviço público, julgue o item subsequente.

51. Os direitos e os deveres dos servidores públicos são caracterizados pelo conjunto de regras morais implicadas nos problemas éticos comuns ao serviço público.

(CESPE/ ADMINISTRADOR/ POLÍCIA FEDERAL/ 2014) Julgue o item subsecutivo, relativo aos agentes públicos e à ética no serviço público.

52. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, tratar mal um cidadão significa causar-lhe dano moral.

(CESPE/ ADMINISTRADOR/ MS/ 2013) Com base no Código de Ética Profissional do Serviço Público, julgue o item que se segue.

53. O servidor público que se apresentar embriagado habitualmente fora do ambiente de trabalho sujeita-se à penalidade de censura, cuja aplicação deve ser feita pela comissão de ética do órgão a que o servidor se vincula.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ TJDFT/ 2013) Julgue o item subsequente, relativo à ética no serviço público.

54. A modicidade das tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos é um exemplo da conduta ética do Estado para com a sociedade.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS NÍVEL MÉDIO/ ICMBIO/ 2014) Com relação à ética no serviço público, julgue o item subsequente.

55. Caso um servidor, preocupado com o bem-estar dos usuários os quais atende, opte por ocultar uma decisão oficial que contraria os interesses de determinado usuário, ele será considerado um servidor comprometido eticamente com seu serviço e com sua relação com o público.

(CESPE/ AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL/ DEPEN/ 2013) Acerca de ética e função pública, bem como ética no serviço público, julgue o item subsequente.

56. A moralidade do ato praticado pela administração pública é evidenciada pela exclusiva análise da distinção entre o bem e o mal.

GABARITO

1.	E	15.	C	29.	C	43.	E
2.	C	16.	E	30.	C	44.	E
3.	C	17.	E	31.	E	45.	C
4.	C	18.	C	32.	E	46.	C
5.	E	19.	C	33.	E	47.	C
6.	E	20.	C	34.	C	48.	E
7.	E	21.	E	35.	C	49.	C
8.	E	22.	E	36.	E	50.	E
9.	E	23.	E	37.	C	51.	E
10.	E	24.	E	38.	C	52.	C
11.	C	25.	E	39.	E	53.	C
12.	C	26.	C	40.	C	54.	C
13.	E	27.	C	41.	C	55.	E
14.	E	28.	C	42.	E	56.	E

DIREITO CONSTITUCIONAL

57. (CESPE/ TRT 9/ ANALISTA JUDICIÁRIO/ 2007) Os direitos e garantias fundamentais não se aplicam às relações privadas, mas apenas às relações entre os brasileiros ou os estrangeiros residentes no país e o próprio Estado.

58. (CESPE/ DPE-CE/ DEFENSOR PÚBLICO/ 2008) É essencial para verificação da legitimação que o autor de ação popular demonstre a condição de cidadão brasileiro no exercício dos direitos políticos.

59. (CESPE/ DPE-CE/ DEFENSOR PÚBLICO/ 2008) O mandado de segurança está vocacionado para fins cíveis, não constituindo instrumento idôneo para o processo penal, que dispõe do *habeas corpus* para sanar eventuais ilegalidades.

60. (CESPE/ HEMOBRAS/ ANALISTA DE GESTÃO CORPORATIVA – ADVOGADO/ 2008) O direito de petição pode ser exercido por qualquer pessoa, não havendo a necessidade de assistência de advogado.

61. (CESPE/ STF/ ANALISTA JUDICIÁRIO/ 2008) A CF exige que o *habeas corpus* seja cabível apenas contra ato de autoridade pública.

62. (CESPE/ AGU/ ADVOGADO DA UNIÃO/ 2009) De acordo com o princípio da legalidade, apenas a lei decorrente da atuação exclusiva do Poder Legislativo pode originar comandos normativos prevendo comportamentos forçados, não havendo a possibilidade, para tanto, da participação normativa do Poder Executivo.

63. (CESPE/ ANATEL/ ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TELECOMUNICAÇÕES/ 2009) Segundo a jurisprudência do STF, a proibição contida na norma constitucional que estabelece ser inviolável o sigilo das comunicações telefônicas refere-se à interceptação e à consequente captação de conversa, por terceira pessoa, sem a autorização e (ou) o conhecimento dos interlocutores e interessados na conversa telefônica.

64. (CESPE/ MMA/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ 2009) Os direitos e garantias fundamentais encontram-se destacados exclusivamente no artigo 5º do texto constitucional.

65. (CESPE/ MMA/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ 2009) No constitucionalismo, a existência de discriminações positivas iguala materialmente os desiguais.

66. (CESPE/ ANATEL/ 2009) Qualquer cidadão poderá impetrar *Habeas data* no Poder Judiciário para assegurar o conhecimento de informações relativas a sua pessoa disponíveis na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), independentemente de ter formulado o pedido diretamente na agência.

67. (CESPE/ MPU/ ANALISTA PROCESSUAL/ 2010) O ordenamento constitucional veda o envio compulsório de brasileiros ao exterior, que caracterizaria a pena de banimento, assim como proíbe a retirada coativa de estrangeiros do território nacional, que caracterizaria a pena de expulsão.

68. (CESPE/ MPU/ ANALISTA PROCESSUAL/ 2010) Considerando que os direitos sejam bens e vantagens prescritos no texto constitucional e as garantias sejam os instrumentos que asseguram o exercício de tais direitos, a garantia do contraditório e da ampla defesa ocorre nos processos judiciais de natureza criminal de forma exclusiva.

69. (CESPE/ MPU/ ANALISTA DE ORÇAMENTO/ 2010) O livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é norma constitucional de eficácia contida; portanto, o legislador ordinário atua para tornar exercitável o direito nela previsto.

70. (CESPE/ MPU/ ANALISTA DE ORÇAMENTO/ 2010) Sendo os direitos fundamentais válidos tanto para as pessoas físicas quanto para as jurídicas, não há, na Constituição Federal de 1988 (CF), exemplo de garantia desses direitos que se destine exclusivamente às pessoas físicas.

71. (ESAF/ MPOG/ ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/ 2010) Os direitos fundamentais assegurados pela Constituição vinculam diretamente não apenas os poderes públicos, estando direcionados também à proteção dos particulares em face dos poderes privados.

72. (CESPE/ MPOG/ ANALISTA DE INFRAESTRUTURA/ 2010) Caso determinada associação tenha tido suas atividades suspensas por ato devidamente fundamentado da administração pública, esse ato será considerado válido, já que foi emanado de órgão público em decisão devidamente fundamentada.

73. (CESPE/ MPOG/ ANALISTA DE INFRAESTRUTURA/ 2010) A CF assegura a todos, tanto no âmbito judicial como no administrativo, a razoável duração do processo.

74. (ESAF/ MPOG/ ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/ 2010) O mandado de segurança é ação voltada para fins cíveis, não constituindo instrumento adequado para defesa de direito líquido e certo no âmbito do processo penal.

75. (ESAF/ MPOG/ ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/ 2010) O *Habeas data* é instrumento adequado à defesa do indivíduo que se encontra privado ilegalmente do direito de liberdade de locomoção para que a autoridade esclareça os motivos que levaram à sua prisão.

76. (CESPE/ MPOG/ ANALISTA DE INFRAESTRUTURA/ 2010) Considere que André tenha requerido certidão para a defesa de direito pessoal junto a determinada repartição pública e que essa repartição tenha exigido o recolhimento de taxa para cobrir as despesas relativas à correspondente expedição. Nessa situação hipotética, a exigência foi inconstitucional, já que a obtenção em repartições públicas para a defesa de direitos independe do pagamento de taxas.

77. (CESPE/ TCU/ AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – PSICOLOGIA/ 2011) O princípio da isonomia decorre do fundamento, constitucionalmente expresso, da dignidade da pessoa humana.

78. (CESPE/ TCU/ AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – PSICOLOGIA/ 2011) Considere que um delegado de polícia, com o objetivo de obter provas em inquérito policial, determine que se proceda à interceptação das comunicações telefônicas de determinado suspeito. Nesse caso, considera-se lícita a prova obtida por meio da interceptação.

79. (CESPE/ TCU/ AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – PSICOLOGIA/ 2011) Caso haja evidências de que um servidor público tenha desviado recursos públicos, será possível a quebra do sigilo fiscal e bancário do suspeito para subsidiar a investigação a respeito do fato.

80. (CESPE/ TCU/ AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – AUDITORIA GOVERNAMENTAL/ 2011) Se indícios da prática de ilícito penal por determinada pessoa constarem de escritos anônimos, a peça apócrifa, por si só, em regra, não será suficiente para a instauração de procedimento investigatório, haja vista a vedação ao anonimato prevista na CF.

81. (FGV/ EXAME DA OAB/ 2011.1) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

82. (FGV/ EXAME DA OAB/ 2011.1) É assegurado a todos, mediante pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

83. (CESPE/ TJ-PB/ JUIZ SUBSTITUTO/ 2011) A jurisprudência do STF reconhece que os estrangeiros, mesmo os não residentes no país, são destinatários dos direitos fundamentais consagrados pela CF, sem distinção de qualquer espécie em relação aos brasileiros. No mesmo sentido, as pessoas jurídicas são destinatárias dos direitos e garantias elencados na CF, na mesma proporção das pessoas físicas.

84. (CESPE/ TJ-PB/ JUIZ SUBSTITUTO/ 2011) São legitimados para impetrar mandado de segurança a pessoa física, nacional ou estrangeira, e a pessoa jurídica privada, mas não a pública, visto o mandado de segurança ter como função garantir direito líquido e certo contra ato de autoridade pública.

85. (CESPE/ STM/ ANALISTA ADMINISTRATIVO/ 2011) As pessoas jurídicas são beneficiárias dos direitos e garantias individuais, desde que tais direitos sejam compatíveis com sua natureza.

86. (CESPE/ STM/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ 2011) Os direitos e as garantias expressos na Constituição Federal de 1988 (CF) excluem outros de caráter constitucional decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, uma vez que a enumeração constante no artigo 5º da CF é taxativa.

87. (CESPE/ STM/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ 2011) A imparcialidade do Poder Judiciário e a segurança do povo contra o arbítrio estatal são garantidas pelo princípio do juiz natural, que é assegurado a todo e qualquer indivíduo, brasileiro e estrangeiro, abrangendo, inclusive, pessoas jurídicas.

88. (CESPE/ TJ-AL/ AUXILIAR JUDICIÁRIO/ 2012) A CF assegura o direito de reunião em locais abertos ao público, desde que a reunião tenha caráter pacífico e não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida, para tanto, apenas prévia autorização da autoridade competente.

89. (CESPE/ TJ-AL/ AUXILIAR JUDICIÁRIO/ 2012) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial, mas a suspensão de suas atividades é medida que se insere no âmbito do poder de polícia da administração, em caso de relevante interesse social ou de ofensa ao bem-estar coletivo.

90. (CESPE/ TJ-AL/ AUXILIAR JUDICIÁRIO/ 2012) São gratuitas as ações que visam assegurar as liberdades públicas e a proteção de direito líquido e certo, como o *habeas corpus* e o mandado de segurança.

91. (CESPE/ MPE/ ANALISTA/ 2012) A CF estabelece direitos e garantias fundamentais de todas as pessoas, de tal modo que não deve haver quaisquer formas de discriminação, reconhecendo os direitos aos homossexuais e igual valoração jurídica nas relações homoafetivas.

92. (CESPE/ MPE/ ANALISTA/ 2012) Todas as pessoas têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, com exceção das informações que exijam sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

93. (CESPE/ MPE/ ANALISTA/ 2012) A vedação constitucional ao anonimato impede a utilização de peças apócrifas como prova formal.

94. (CESPE/ MPE/ ANALISTA/ 2012) O polo passivo do mandado de injunção jamais poderá ser ocupado por particular.

95. (CESPE/ BANCO DA AMAZÔNIA/ TÉCNICO-DIREITO/ 2012) O direito à propriedade, embora incluído entre os direitos individuais, já não consiste em puro direito individual, tendo sido, na CF, relativizados seu conceito e significado e preordenados os princípios da ordem econômica à vista da realização de seu fim maior, que é garantir a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social.

96. (CESPE/ AGU/ ADVOGADO DA UNIÃO/ 2012) De acordo com o entendimento do STF, o estado-membro não dispõe de legitimidade para propor, contra a União, mandado de segurança coletivo em defesa de supostos interesses da população residente na unidade federada.

97. (CESPE/ STJ/ ANALISTA JUDICIÁRIO/ 2012) De acordo com a CF, é admitida, mediante ordem judicial, a violação das comunicações telefônicas, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal, instrução processual penal ou em processos político-administrativos.

98. (CESPE/ STJ/ ANALISTA JUDICIÁRIO/ 2012) O estabelecimento de regras distintas para homens e mulheres, quando necessárias para atenuar desníveis, é compatível com o princípio constitucional da isonomia e poderá ocorrer tanto na CF quanto na legislação infraconstitucional.

99. (CESPE/ DPF/ AGENTE/ 2012) O direito ao silêncio, constitucionalmente assegurado ao preso, estende-se a pessoa denunciada ou investigada em qualquer processo criminal, em inquérito policial, em processo administrativo disciplinar e àquela que for convocada a prestar depoimento perante comissão parlamentar de inquérito.

100. (CESPE/ DPF/ AGENTE/ 2012) O exercício do direito à liberdade de reunião em locais abertos ao público, previsto na Constituição Federal, condiciona-se a dois requisitos expressos: o encontro não pode frustrar outro anteriormente convocado para o mesmo local e a autoridade competente deve ser previamente avisada a respeito de sua realização.

101. (CESPE/ CNJ/ ANALISTA JUDICIÁRIO/ 2013) Os estrangeiros somente não gozarão dos mesmos direitos assegurados aos brasileiros quando a própria Constituição autorizar a distinção, tendo-se presente o princípio de que a lei não deve distinguir entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição e ao gozo dos direitos civis.

102. (CESPE/ CNJ/ ANALISTA ADMINISTRATIVO/ 2013) Considere que um argentino tenha sido preso em flagrante em território brasileiro e que, com base no direito constitucional brasileiro, tenha impetrado *habeas corpus* redigido em língua espanhola. Nessa situação, a despeito de o pedido de *habeas corpus* destinar-se à salvaguarda de direito fundamental, o writ não deverá ser conhecido, pois é imprescindível o uso da língua portuguesa na redação dessa ação, consoante jurisprudência do STF.

103. (CESPE/ CNJ/ ANALISTA ADMINISTRATIVO/ 2013) Considere a seguinte situação hipotética. Um servidor público gravou, por conta própria, conversa telefônica em que um empresário lhe oferecia, indevidamente, quantia em dinheiro em troca da obtenção de facilidades em procedimento licitatório. Munido dessa evidência, o servidor público representou ao Ministério Público. Nessa situação hipotética, apesar de o servidor público não ter autorização judicial para realizar a gravação, a prova gerada é considerada lícita, conforme jurisprudência do STF.

104. (CESPE/ CNJ/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ 2013) Considere que determinada associação seja ré em ação judicial que pleiteie a suspensão de suas atividades. Nessa situação hipotética, caso o juiz competente julgue procedente o pleito, será necessário aguardar o trânsito em julgado da decisão judicial para que a referida associação tenha suas atividades suspensas.

105. (CESPE/ CNJ/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ANÁLISE DE SISTEMAS/ 2013) Será concedido *habeas corpus* àquele que sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

106. (CESPE/ STM/ JUIZ AUDITOR/ 2013) A existência de direito subjetivo constitucionalmente previsto não é pressuposto do mandado de injunção.

107. (CESPE/ TRT 5/ JUIZ DO TRABALHO/ 2013) Caso órgão público negue, ilegalmente, a determinada pessoa informação de terceiros de interesse coletivo, caberá a impetração de *Habeas data*.

108. (CESPE/ TRT 5/ JUIZ DO TRABALHO/ 2013) Estrangeiro residente no Brasil possui legitimidade ativa para ingressar com ação popular preventiva com o objetivo de evitar a prática de ato lesivo ao patrimônio público.

109. (CESPE/ MPU/ TÉCNICO/ 2013) É possível a concessão de mandado de segurança coletivo impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, para proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *Habeas data*, quando o responsável pelo abuso de poder for ministro de Estado.

110. (CESPE/ MPU/ TÉCNICO/ 2013) A extradição de brasileiro, expressamente vedada em caso de brasileiro nato, é admitida em caso de brasileiro naturalizado que tenha cometido crime comum antes da naturalização ou cujo envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes ou drogas afins tenha sido comprovado, ainda que após a naturalização.

111. (CESPE/ PC-BA/ DELEGADO DE POLÍCIA/ 2013) O mandado de injunção é remédio jurídico apto a enfrentar a inconstitucionalidade por omissão.

112. (CESPE/ PC-BA/ DELEGADO DE POLÍCIA/ 2013) A conversa telefônica gravada por um dos interlocutores não é considerada interceptação telefônica.

113. (CESPE/ PC-BA/ DELEGADO DE POLÍCIA/ 2013) A proteção do direito à vida tem como consequência a proibição da pena de morte em qualquer situação, da prática de tortura e da eutanásia.

114. (CESPE/ PC-BA/ DELEGADO DE POLÍCIA/ 2013) O brasileiro nato que cometer crime no exterior, quaisquer que sejam as circunstâncias e a natureza do delito, não pode ser extraditado pelo Brasil a pedido de governo estrangeiro.

115. (CESPE/ MS/ ADMINISTRADOR/ 2013) A República Federativa do Brasil não pode conceder extradição de estrangeiro por crime político.

116. (CESPE/ MS/ ADMINISTRADOR/ 2013) Ninguém poderá ser obrigado a associar-se ou a permanecer associado, salvo nos casos previstos em lei.

117. (CESPE/ DEFENSOR PÚBLICO DO DF/ 2013) Para o exercício do direito de reunião em locais públicos, faz-se necessário apenas que os interessados dirijam à autoridade competente pedido de autorização prévia, como forma de evitar que frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

118. (CESPE/ DEFENSOR PÚBLICO DO DF/ 2013) Qualquer pessoa é parte legítima para impetrar *Habeas data*, em seu favor ou de outrem, visando conhecer ou retificar informações constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

119. (CESPE/ DPF/ PERITO/ 2013) Considere que a Polícia Federal tenha recebido denúncia anônima a respeito de suposta prática delituosa inserida em seu âmbito de investigação. Nessa situação, o órgão não poderá investigar, visto que a CF veda expressamente o anonimato e a consequente deflagração da persecução penal com fundamento na referida denúncia anônima.

120. (CESPE/ DPF/ DELEGADO/ 2013) Segundo o STF, caso o interessado alegue que a sentença condenatória tenha sido prolatada exclusivamente com fundamento em prova emprestada, é possível a arguição de nulidade dessa decisão em sede de *habeas corpus*.

121. (CESPE/ DPF/ DELEGADO/ 2013) O exercício do direito de associação e a incidência da tutela constitucional relativa à liberdade de associação estão condicionados à prévia existência de associação dotada de personalidade jurídica.

122. (CESPE/ IBAMA/ ANALISTA ADMINISTRATIVO/ 2013) A liberdade de reunião é uma norma de eficácia plena e não pode sofrer restrições ou suspensões em seu cumprimento.

123. (CESPE/ MPOG/ NÍVEL SUPERIOR PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA/ 2013) A escusa de consciência por motivos religiosos, filosóficos ou políticos é protegida constitucionalmente, exceto nos casos de invocação para se eximir de obrigação legal imposta a todos e de recusa de cumprimento de prestação alternativa fixada em lei.

124. (CESPE/ MPOG/ NÍVEL SUPERIOR PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA/ 2013) Os tratados e convenções internacionais de direitos humanos podem ser internalizados com status constitucional, desde que sejam aprovados, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros de cada casa.

125. (CESPE/ MPOG/ NÍVEL SUPERIOR PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA/ 2013) O *Habeas data*, importante ação constitucional, assegura o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público, mas veda ao impetrante a retificação desses dados.

126. (CESPE/ MPOG/ NÍVEL SUPERIOR PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA/ 2013) A passeata pacífica, sem armas, realizada em local público, é protegida pelo direito constitucional à liberdade de reunião, porém está condicionada à prévia autorização da autoridade competente, de modo a não frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

127. (CESPE/ MPOG/ NÍVEL SUPERIOR PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA/ 2013) O contraditório e a ampla defesa são direitos constitucionais assegurados aos servidores públicos no âmbito de processo administrativo disciplinar.

128. (CESPE/ ANTT/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Caso matéria publicada em jornal tenha sido ofensiva a determinada pessoa, o ofendido não poderá cumular o pedido de indenização pelo dano material, moral ou à imagem com o direito de resposta, uma vez que estes configuram direitos excludentes entre si, conforme preceitua a CF.

129. (CESPE/ DPRF/ POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL/ 2013) No que se refere às relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelos princípios da igualdade entre os Estados, da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e da concessão de asilo político, entre outros.

130. (CESPE/ DPRF/ POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL/ 2013) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

131. (CESPE/ DPRF/ POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL/ 2013) O estrangeiro condenado por autoridades estrangeiras pela prática de crime político poderá ser extraditado do Brasil se houver reciprocidade do país solicitante.

132. (CESPE/ DPRF/ POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL/ 2013) Aos que comprovem insuficiência de recursos é assegurada a gratuidade na prestação de assistência jurídica integral pelo Estado.

133. (CESPE/ DPRF/ POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL/ 2013) Somente aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país é assegurado o direito de petição em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

134. (CESPE/ MC/ TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Caso o Estado impeça, de forma ilegítima, o direito de reunião, qualquer cidadão poderá utilizar do remédio constitucional denominado *habeas corpus*, tendo em vista restrições no seu direito de locomoção.

135. (CESPE/ MC/ TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/ 2013) A CF garante aos cidadãos, de modo irrestrito, a liberdade de realizarem reuniões em locais abertos ao público.

136. (CESPE/ MC/ TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/ 2013) O STF considera que a defesa, em espaços públicos, da legalização das drogas ou da abolição de qualquer outro tipo penal é amparada pelo exercício legítimo do direito à livre manifestação do pensamento, propiciada pelo exercício do direito de reunião.

137. (CESPE/ IRB/ DIPLOMATA/ 2013) O catálogo de direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal não é exaustivo, pois inclui outros direitos, de envergadura constitucional, decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

138. (CESPE/ IRB/ DIPLOMATA/ 2013) Os brasileiros, natos e naturalizados, e os estrangeiros residentes no país são igualmente destinatários dos direitos e garantias fundamentais. Apenas os estrangeiros não residentes que estejam em trânsito pelo território nacional não dispõem de meios jurisdicionais para assegurar a validade e o gozo desses direitos.

139. (CESPE/ MJ/ ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ 2013) O direito à tutela jurisdicional efetiva tem o condão de direcionar a atuação do juiz, vinculando-o em seu modo de proceder, já que é seu dever empregar a técnica processual adequada ao caso concreto.

140. (CESPE/ TCE-RS/ OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO/ 2013) É um direito individual fundamental a livre expressão da atividade científica, independentemente de licença.

141. (CESPE/ TCE-RS/ OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO/ 2013) Negado formalmente o pedido de informações sobre a carga horária de trabalho de determinado servidor do TCE/ RS feito ao tribunal por um estrangeiro naturalizado brasileiro, esse estrangeiro poderá impetrar *Habeas data* para pleitear o atendimento de sua solicitação.

142. (CESPE/ TCE-RS/ OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO/ 2013) Conforme a CF, tanto o indivíduo quanto o Estado só podem fazer o que a lei expressamente autoriza ou determina.

143. (CESPE/ TCE-RS/ OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO/ 2013) Para propor ação popular objetivando anular ato lesivo ao patrimônio público, não é necessário que o indivíduo esteja no gozo de direitos que lhe permitam participar da vida política.

144. (CESPE/ TCE-RS/ OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO/ 2013) Sendo a obtenção de certidões em repartição pública que objetivem o esclarecimento de situações de interesse pessoal um direito assegurado a todas as pessoas, caso haja negativa, na via administrativa, em atender a solicitação de emissão desse tipo de certidão, o interessado poderá impetrar mandado de segurança pleiteando sua emissão.

145. (CESPE/ MPU/ NÍVEL MÉDIO/ 2013) Considere que Gabriel, brasileiro nato, ao retornar para o Brasil após ter residido alguns anos nos Estados Unidos da América (EUA), tenha descoberto que fora condenado criminalmente pela justiça americana por tráfico ilícito de entorpecentes. Nessa situação hipotética, Gabriel poderá ser extraditado mediante pedido formal dos EUA.

146. (CESPE/ MPU/ NÍVEL MÉDIO/ 2013) Embora os direitos e as garantias fundamentais se destinem essencialmente às pessoas físicas, alguns deles podem ser estendidos às pessoas jurídicas.

147. (CESPE/ MPU/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Qualquer cidadão é parte legítima para propor mandado de segurança coletivo.

148. (CESPE/ MPU/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Apesar do inegável anseio social, não existe previsão expressa na CF/1988 assegurando a todos, no âmbito judicial, a razoável duração do processo.

149. (CESPE/ MPU/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais são de imediata aplicação.

150. (CESPE/ BACEN/ PROCURADOR/ 2013) O direito de petição, assegurado às pessoas naturais, nacionais ou estrangeiras residentes no país, não se estende às pessoas jurídicas.

151. (CESPE/ BACEN/ PROCURADOR/ 2013) A CF atribui ao Poder Judiciário autorização exclusiva para dissolver compulsoriamente associações.

152. (CESPE/ BACEN/ PROCURADOR/ 2013) A interceptação telefônica, considerada, na doutrina pátria, sinônimo de quebra do sigilo telefônico, configura matéria sujeita à reserva jurisdicional.

153. (CESPE/ BACEN/ PROCURADOR/ 2013) Para o cabimento do *Habeas data*, não é necessário que o impetrante comprove prévia recusa do acesso a informações ou de sua retificação.

154. (CESPE/ FUB/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) A imunidade contra a autoincriminação é traduzida como garantia constitucional e consiste no direito de deixar de responder a uma indagação de autoridade pública cuja resposta possa advir ao declarante a imputação de uma infração penal.

155. (CESPE/ FUB/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Para exercer o poder fiscalizador da administração tributária, é permitido que o agente fiscal ingresse em domicílio do contribuinte sem autorização judicial prévia.

156. (CESPE/ PC-DF/ ESCRIVÃO/ 2013) O direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder é assegurado a todos, desde que paga a respectiva taxa.

157. (CESPE/ PC-DF/ ESCRIVÃO/ 2013) Uma lei complementar não pode subtrair da instituição do júri a competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

158. (CESPE/ PC-DF/ ESCRIVÃO/ 2013) Havendo iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior se houver dano.

159. (CESPE/ BACEN/ NÍVEL MÉDIO/ 2013) O acesso à informação é um direito fundamental de todos, devendo os órgãos e entidades públicas disponibilizar informações de interesse coletivo ou de interesse particular do solicitante, ressalvadas as informações que sejam imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado ou as que violem o direito à privacidade.

160. (CESPE/ BACEN/ NÍVEL MÉDIO/ 2013) O princípio constitucional da igualdade garante a todos o direito ao tratamento idêntico no âmbito da elaboração e da aplicação da lei, sendo proibido qualquer tipo de tratamento normativo diferenciado.

161. (CESPE/ BACEN/ NÍVEL MÉDIO/ 2013) É juridicamente possível a requisição, diretamente pelo Ministério Público, de informações bancárias de cidadãos brasileiros, dada a inexistência de proteção constitucional específica do sigilo bancário.

162. (CESPE/ BACEN/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) De acordo com a CF, é direito fundamental do cidadão a livre associação para fins lícitos. Todavia, pode a administração pública, a bem do interesse público, intervir no funcionamento de associações civis e suspender temporariamente suas atividades.

163. (CESPE/ AGU/ PROCURADOR FEDERAL/ 2013) Como decorrência do princípio da legalidade, a organização e o funcionamento da administração federal somente podem ser disciplinados por lei.

164. (CESPE/ AGU/ PROCURADOR FEDERAL/ 2013) Segundo o princípio da reserva legal, todas as pessoas, órgãos e entidades sujeitam-se às diversas espécies legislativas descritas na CF.

165. (CESPE/ AGU/ PROCURADOR FEDERAL/ 2013) O sigilo das comunicações telefônicas só poderá ser afastado por decisão judicial e somente para fins da instrução processual penal.

166. (CESPE/ ANCINE/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Se uma agência reguladora indeferir administrativamente, de forma errônea, o pleito legítimo de um servidor relativo à sua progressão na carreira, será possível a esse servidor alcançar a referida pretensão por meio de impetração de mandado de segurança para reaver todos os efeitos financeiros pretéritos daí advindos.

167. (CESPE/ ANCINE/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Se um servidor público, em procedimento administrativo disciplinar instaurado pela autoridade competente, para apurar denúncia de cometimento de ilegalidade no desempenho de suas funções, optar por exercer sua impugnação apenas com suas próprias justificativas, por meio de autodefesa, ausência de defesa técnica por meio de advogado, nesse caso, não afrontará o postulado constitucional da ampla defesa.

168. (CESPE/ ANCINE/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) O princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto na CF, pode ser utilizado para prevenir ameaça de lesão a direito, por meio da censura prévia, com o intuito de evitar eventuais danos à imagem e à honra dos cidadãos, sem que isso caracterize cerceamento do direito à liberdade de imprensa.

169. (CESPE/ ANCINE/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Constituem os chamados direitos de primeira geração os direitos civis e sociais, caracterizados pelo valor da liberdade, enquanto os denominados direitos de segunda geração são aqueles relacionados aos direitos econômicos, políticos e culturais, decorrentes do ideal da igualdade, e os chamados direitos de terceira geração são representados pelos direitos correlacionados ao valor da solidariedade ou fraternidade.

170. (CESPE/ ANCINE/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Caso fotos íntimas com cenas de nudez de determinada pessoa cujo computador tenha sido invadido por um hacker sejam por este divulgadas na Internet, caracterizando essa situação flagrante violação da imagem e da honra dessa pessoa e acarretando a esta a sua demissão do emprego, ela poderá pleitear indenização pelos danos morais advindos, devendo ser significativo o valor da indenização, para amenizar o constrangimento sofrido e porque esse é o único meio de reparação civil previsto em lei para situações como essa.

171. (CESPE/ ANCINE/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) O mandado de segurança que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou a entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente ou ao patrimônio histórico e cultural substitui a ação popular, já que fará que cesse a ilegalidade.

172. (CESPE/ FUNASA/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Por meio do poder constituinte derivado, emendou-se a CF, a fim de estabelecer que todos os tratados e convenções sobre direitos humanos, dos quais o Brasil for signatário, serão recepcionados automaticamente como emendas constitucionais.

173. (CESPE/ PG-DF/ PROCURADOR/ 2013) Ao Congresso Nacional é vedado rejeitar tratado internacional que, firmado pelo presidente da República, verse sobre direitos humanos.

174. (CESPE/ PG-DF/ PROCURADOR/ 2013) Os tratados internacionais se incorporam ao ordenamento jurídico brasileiro com o status de emenda constitucional.

175. (CESPE/ PG-DF/ PROCURADOR/ 2013) Os tratados sobre direitos humanos incorporados ao direito pátrio e em conformidade com a CF revogam as leis ordinárias conflitantes.

176. (CESPE/ STF/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Considerando-se que o artigo 5º da CF prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, é correto afirmar que aos estrangeiros não residentes no Brasil não se garantem esses direitos.

177. (CESPE/ STF/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) De acordo com o STF, o *Habeas data* não pode ser utilizado para garantir o conhecimento de informações concernentes a terceiros.

178. (CESPE/ TRT 17/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) As normas definidoras dos direitos individuais são especificamente determinadas em números fechados e não admitem interpretação extensiva ou ampliativa.

179. (CESPE/ MDIC/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ 2014) Terá legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo o partido político que tenha, no mínimo, um representante na Câmara dos Deputados e um no Senado Federal.

180. (ESAF/ MTUR/ NÍVEL SUPERIOR/ 2014) A Constituição prevê que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, nem mesmo quando tal convicção implicar o titular ter que se eximir de obrigação legal a todos imposta.

181. (ESAF/ MTUR/ NÍVEL SUPERIOR/ 2014) Entre os direitos garantidos pela Constituição, está que a casa é asilo inviolável do indivíduo. Para que haja uma real proteção ao direito do indivíduo, a casa referida pelo legislador constituinte deve ser interpretada da forma mais ampla possível. Por isso, o dispositivo aplica-se aos bares, cafés, restaurantes, lojas e estabelecimentos durante o período em que estejam abertos ao público, mesmo os seus proprietários não residindo neles.

182. (ESAF/ MTUR/NÍVEL SUPERIOR/ 2014) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, mesmo a de caráter paramilitar se realmente for para fins lícitos.

183. (ESAF/ MTUR/ NÍVEL SUPERIOR/ 2014) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, salvo nos casos previstos em lei.

184. (CESPE/ DPF/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ 2014) O terrorismo, o racismo, a tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes são crimes hediondos, inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia.

185. (CESPE/ DPF/ NÍVEL SUPERIOR/ 2014) No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, a CF incorpora o princípio da irretroatividade irrestrita da lei penal, em respeito ao princípio da legalidade.

186. (CESPE/ TCDF/ TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/ 2014) É livre o exercício das profissões, podendo a lei exigir inscrição em conselho de fiscalização profissional apenas quando houver potencial lesivo na atividade, o que não ocorre com a profissão de músico, por exemplo.

187. (CESPE/ TCDF/ TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/ 2014) Embora a casa seja asilo inviolável do indivíduo, em caso de flagrante delito, é permitido nela entrar, durante o dia ou à noite, ainda que não haja consentimento do morador ou determinação judicial para tanto.

188. (CESPE/ SUFRAMA/ NÍVEL SUPERIOR/ 2014) O princípio da legalidade, também chamado de princípio da reserva legal, exige que os comportamentos humanos regulados pelo direito sejam disciplinados por meio de lei.

189. (CESPE/ SUFRAMA/ NÍVEL SUPERIOR/ 2014) O devido processo legal tem como corolários os direitos à ampla defesa e ao contraditório, os quais deverão ser assegurados aos litigantes nos processos judiciais. Tais direitos, porém, não se aplicam ao processo administrativo.

190. (CESPE/ SUFRAMA/ NÍVEL SUPERIOR/ 2014) O direito à vida, assim como todos os demais direitos fundamentais, é protegido pela CF de forma não absoluta.

191. (CESPE/ SUFRAMA/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ 2014) Caso José, servidor público, responda a processo administrativo disciplinar, deverá ser assegurado a ele o contraditório e a ampla defesa, conforme garantia expressa da CF.

192. (CESPE/ SUFRAMA/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ 2014) Poderá a administração pública indeferir recurso administrativo de cidadão que não tenha comprovado o devido preparo.

193. (CESPE/ SUFRAMA/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ 2014) A CF admite que tratados internacionais de direitos humanos, desde que aprovados por quórum especial no Congresso Nacional, sejam incorporados com a mesma hierarquia das emendas constitucionais, o que se coaduna com o princípio da prevalência dos direitos humanos que rege a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais.

194. (CESPE/ ANATEL/ NÍVEL MÉDIO/ 2014) Um estrangeiro residente no Brasil, após ir ao jogo da final da Copa do Mundo de 2014, foi preso pela polícia, durante uma briga, na saída do estádio. Nessa situação, independentemente da intervenção de qualquer autoridade consular de seu país, o estrangeiro poderá impetrar diretamente um pedido de *habeas corpus*.

195. (CESPE/ PM-CE/ PRIMEIRO-TENENTE/ 2014) No ordenamento jurídico brasileiro, são previstos dois remédios jurídicos para enfrentar a denominada inconstitucionalidade por omissão: o mandado de injunção e a ação de inconstitucionalidade por omissão.

196. (CESPE/ PM-CE/ PRIMEIRO-TENENTE/ 2014) No ordenamento jurídico brasileiro, o *habeas corpus* somente pode ser impetrado na forma repressiva, ou seja, somente no caso de alguém efetivamente ter sofrido violência que limite liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

197. (CESPE/ PM-CE/ PRIMEIRO-TENENTE/ 2014) Segundo a doutrina majoritária, os direitos fundamentais de terceira geração, também denominados de direitos de fraternidade ou de solidariedade, caracterizam-se por se destinarem à proteção de direitos transindividuais.

198. (CESPE/ PM-CE/ PRIMEIRO-TENENTE/ 2014) De acordo com a doutrina e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a casa, domicílio, que constitui o objeto de proteção da garantia da inviolabilidade consagrada pelo texto constitucional é todo o espaço delimitado que determinado indivíduo utiliza para uso residencial ou profissional. Dessa forma, um simples quarto de hotel ou um escritório podem ser abrangidos pela referida proteção constitucional.

199. (CESPE/ MTE/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ 2014) A legislação brasileira em vigor dá liberdade para a criação de cooperativas nos diferentes setores da atividade econômica, no entanto impõe o controle do poder público em sua gestão para garantir a distribuição equitativa dos lucros.

200. (CESPE/ TJ-SE/ ANALISTA JUDICIÁRIO/ 2014) A historicidade, como característica dos direitos fundamentais, proclama que seu conteúdo se modifica e se desenvolve de acordo com o lugar e o tempo. Por isso, os direitos fundamentais podem surgir e se transformar.

201. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ TÉCNICO LEGISLATIVO/ 2014) Se um servidor público federal incorporar ao seu patrimônio, de forma lícita, certa vantagem pessoal e, posteriormente, lei ordinária revogar a regra que previa tal incorporação, de modo que o servidor não faça mais jus à vantagem, tal lei, nesse caso, será inconstitucional.

202. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ TÉCNICO LEGISLATIVO/ 2014) Prescinde de previsão legal a exigência de aprovação em exame psicotécnico para habilitação de candidato a cargo público.

203. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ TÉCNICO LEGISLATIVO/ 2014) Os direitos e garantias individuais previstos na CF têm caráter absoluto.

204. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) Interceptações telefônicas — comumente chamadas de grampos — e gravações ambientais realizadas por autoridade policial, sem autorização judicial, ainda que em situações emergenciais, constituem violações aos princípios estruturantes do Estado Democrático de Direito e da dignidade da pessoa humana.

205. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) Quando um estado da Federação deixa de invocar a proteção de Deus no preâmbulo de sua constituição, contraria a CF, pois tal invocação é norma central do direito constitucional positivo brasileiro.

206. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) Para que uma entidade de classe ajuíze mandado de segurança coletivo em favor de seus associados, além do prazo mínimo de um ano de regular existência dessa entidade, é necessário que ela conte com autorização da respectiva assembleia.

207. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) Se o poder público tiver a intenção de condicionar o exercício de determinada profissão a certas exigências, e se tais exigências forem estabelecidas mediante lei formal, elas serão constitucionais, pois o Estado tem discricionariedade para eleger as restrições que entenda cabíveis para todos os ofícios ou profissões, desde que o faça por lei federal.

208. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) Historicamente, os direitos fundamentais de primeira dimensão pressupõem dever de abstenção pelo Estado, ao contrário dos direitos fundamentais de segunda dimensão, que exigem, para sua concretização, prestações estatais positivas.

209. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) As associações legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano poderão impetrar, em nome próprio, mandado de segurança coletivo em favor de seus associados, independentemente da autorização expressa destes.

210. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) As disposições meramente declaratórias, que instituem as garantias, imprimem existência legal aos direitos reconhecidos, e as disposições assecuratórias, que instituem direitos, limitam o poder, em defesa dos direitos.

211. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) Conforme já manifestou o STF e a doutrina dominante, os direitos individuais e coletivos não se restringem aos elencados no artigo quinto da CF, podendo ser encontrados ao longo do texto constitucional.

212. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) As cláusulas pétreas existentes na CF estão dispostas apenas em seu artigo quinto, referente aos direitos e às garantias fundamentais.

213. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) A CF classifica, para fins de sistematização, o gênero direitos e garantias fundamentais em dois grupos: direitos e deveres individuais e coletivos e direitos sociais.

214. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) Os direitos de primeira dimensão, ou direitos de liberdades, têm por titular o indivíduo, são oponíveis ao Estado, traduzem-se como faculdades ou atributos da pessoa, ostentando a subjetividade como traço característico, e são considerados direitos de resistência ou de oposição perante o Estado.

215. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) A CF garante, sem restrição, a liberdade de manifestação de pensamento, durante a qual, se for causado dano material, moral ou à imagem de um indivíduo, é assegurado a ele o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização.

216. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) No âmbito judicial e administrativo, a todos são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, previsão essa caracterizada como direito fundamental no Pacto de San José da Costa Rica e instituída na CF por emenda constitucional.

217. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) A CF determina que os crimes de racismo, a prática da tortura e o terrorismo são imprescritíveis, inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.

218. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONSULTOR LEGISLATIVO/ 2014) Em uma execução fiscal, se o juiz da causa, ao constatar o desaparecimento de certo bem objeto de penhora, determinar a prisão do correspondente depositário judicial, essa ordem de prisão, segundo o STF, será válida, uma vez que somente se proíbe a prisão do depositário infiel contratual.

219. (CESPE/ TJ-SE/ ANALISTA ADMINISTRATIVO/ 2014) Os direitos fundamentais têm o condão de restringir a atuação estatal e impõem um dever de abstenção, mas não de prestação.

220. (CESPE/ CORPO DE BOMBEIRO-CE/ PRIMEIRO-TENENTE/ 2014) A ação popular, um dos instrumentos de tutela jurisdicional do princípio da moralidade, pode ser proposta por qualquer cidadão visando anular atos do poder público lesivos à moralidade administrativa.

221. (CESPE/ CORPO DE BOMBEIRO-CE/ PRIMEIRO-TENENTE/ 2014) Bombeiro militar preso em flagrante acusado de homicídio pode, por meio de advogado, peticionar liberdade provisória, mas não impetrar ordem de *habeas corpus*.

222. (CESPE/ CORPO DE BOMBEIRO-CE/ PRIMEIRO-TENENTE/ 2014) Estrangeiro residente no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal não pode impetrar ação popular, mas pode se valer do direito e garantia fundamental individual de petição, sem a necessidade de advogado.

223. (CESPE/ CORPO DE BOMBEIRO-CE/ PRIMEIRO-TENENTE/ 2014) Ao bombeiro militar que comprove insuficiência de recursos é garantida assistência jurídica integral e gratuita por meio da defensoria pública.

224. (CESPE/ ANTAQ/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ 2014) O direito fundamental à razoável duração do processo só pode ser exigido no âmbito judicial.

225. (CESPE/ FUB/ ASSISTENTE/ 2015) Será extinto por ilegitimidade superveniente o mandado de segurança coletivo impetrado por partido político que, embora possua representante no Congresso Nacional no momento da impetração, venha a perder essa representação no curso da ação.

226. (CESPE/ FUB/ ASSISTENTE/ 2015) A legitimidade para impetração de *habeas corpus* é universal, abrangendo a pessoa jurídica e também aqueles que não possuem capacidade civil plena.

227. (CESPE/ FUB/ ASSISTENTE/ 2015) Deverá ser concedida a ordem em mandado de segurança quando, na fase de produção de provas, o impetrante demonstrar a existência de direito líquido e certo, ainda que inexistam elementos fáticos para convencimento da existência do direito no momento inicial da impetração.

228. (CESPE/ FUB/ ASSISTENTE/ 2015) O mandado de segurança coletivo impetrado por sindicato dispensa autorização prévia de sindicalizados.

229. (CESPE/ FUB/ ASSISTENTE/ 2015) Uma entidade de classe que estiver em funcionamento há apenas seis meses não possui, por essa razão, legitimidade para impetração de mandado de segurança coletivo em defesa de interesse de seus membros.

230. (CESPE/ FUB/ASSISTENTE/ 2015) O princípio da razoável duração do processo e dos meios que garantam a celeridade de sua tramitação não alcança o inquérito policial em razão das peculiaridades que envolvem o trabalho investigativo.

231. (CESPE/ FUB/ ASSISTENTE/ 2015) O direito à razoável duração do processo deve observar tanto a segurança jurídica quanto o direito de acesso à jurisdição efetiva, prevenindo, com isso, que, a pretexto de maior celeridade, seja inviabilizada a tutela jurisdicional do direito material.

232. (CESPE/ CNJ/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ 2013) Nas negociações coletivas de trabalho, é obrigatória a participação dos sindicatos.

233. (CESPE/ STM/ JUIZ AUDITOR/ 2013) A realização prática dos direitos sociais, subordinada à reserva do possível, exige apenas a disponibilidade financeira do Estado para tornar efetivas as prestações positivas pleiteadas.

234. (CESPE/ STM/ JUIZ AUDITOR/ 2013) A cláusula da reserva do possível não é limitada pela garantia do mínimo existencial.

235. (CESPE/ TCE-RS/ OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO/ 2013) A CF veda a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais que os executem.

236. (CESPE/ BACEN/ PROCURADOR/ 2013) De acordo com a jurisprudência do STF, os direitos sociais previstos na CF não se estendem aos servidores contratados em caráter temporário.

237. (CESPE/ BACEN/ NÍVEL MÉDIO/ 2013) A criação de sindicatos depende de autorização prévia do estado, já que na CF é prevista a regra da liberdade sindical condicionada.

238. (CESPE/ AGU/ PROCURADOR FEDERAL/ 2013) A CF estabelece um rol de direitos de natureza trabalhista que tem como destinatários tanto os trabalhadores urbanos quanto os rurais.

239. (CESPE/ TRT 17/ NÍVEL MÉDIO/ 2013) Sempre que um brasileiro tornar-se nacional de outro país, deve-se declarar perdida sua nacionalidade brasileira.

240. (CESPE/ TRT 17/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Considera-se brasileiro naturalizado o estrangeiro de qualquer nacionalidade casado com brasileiro nato por mais de cinco anos.

241. (CESPE/ MDIC/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ 2014) A CF prevê o direito de greve na iniciativa privada e determina que cabe à lei definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

242. (CESPE/ SUFRAMA/ NÍVEL SUPERIOR/ 2014) Os direitos sociais são direitos fundamentais que, assim como os direitos individuais, têm aplicação imediata. Por esse motivo, sempre que omissão regulatória por parte do poder público representar entrave ao fiel exercício desses direitos, será cabível mandado de injunção.

243. (CESPE/ TST/ ANALISTA JUDICIÁRIO/ 2008) Considere que Andréa, nascida na França e naturalizada brasileira há cinco anos, é uma advogada de 37 anos, que há doze anos exerce essa profissão no Brasil. Nesse caso, Andréa pode ser nomeada juíza de um tribunal regional do trabalho (TRT), mas não pode ser nomeada ministra do TST.

244. (CESPE/ PCTO/ AGENTE DE POLÍCIA/ 2008) A perda de nacionalidade ocorrerá, em qualquer circunstância, se o brasileiro vier a adquirir outra nacionalidade.

245. (ESAF/ MPOG/ ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/ 2010) O brasileiro naturalizado, comprovadamente envolvido com tráfico ilícito de entorpecentes, não poderá ser extraditado se o crime em comento for cometido depois da concessão da cidadania brasileira.

246. (FCC/ TCE-RO/ AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO/ 2010) João reside em Portugal e é filho de um casal formado por pai estrangeiro e mãe nascida no estrangeiro de pais que estavam a serviço da República Federativa do Brasil. Para o ordenamento jurídico brasileiro, em relação à nacionalidade, João é considerado

a. estrangeiro.
b. português equiparado, desde que comprove residência fixa no Brasil por mais de um ano ininterrupto.
c. brasileiro nato, se optar pela nacionalidade brasileira depois de atingida a maioridade, mesmo se continuar residindo em Portugal, independentemente de ter sido registrado ou não em repartição brasileira competente.
d. brasileiro naturalizado com dupla cidadania, desde que retire seu título de eleitor em repartição brasileira competente, devendo, em eleições brasileiras, votar ou justificar sua ausência.
e. brasileiro nato, desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

247. (CESPE/ TJ-AL/ AUXILIAR JUDICIÁRIO/ 2012) O Brasil adota, na atribuição de nacionalidade, o critério do *jus soli*, e, assim, são considerados brasileiros natos, independentemente de qualquer outro fator, os nascidos no território brasileiro, ainda que de pais estrangeiros.

248. (CESPE/ TJ-AL/ AUXILIAR JUDICIÁRIO/ 2012) Os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal podem adquirir a nacionalidade brasileira, desde que formalmente a requeiram, e, assim, assumir a condição de brasileiros naturalizados.

249. (CESPE/ TRE-RJ/ ANALISTA JUDICIÁRIO/ 2012) Com a Emenda Constitucional n. 36/2002, a situação jurídica de brasileiros natos e naturalizados, no que se refere à propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, foi igualada.

250. (CESPE/ TRE-RJ/ ANALISTA JUDICIÁRIO/ 2012) Os efeitos jurídicos de sentença transitada em julgado que trate da perda da nacionalidade brasileira não são personalíssimos, podendo-se estender, portanto, a terceiros.

251. (CESPE/ TRE-RJ/ ANALISTA JUDICIÁRIO/ 2012) Apenas brasileiros natos podem compor o Conselho da República, já que ele é formado pelo vice-presidente da República, pelo presidente da Câmara dos Deputados, pelo presidente do Senado Federal, pelos líderes da maioria e da minoria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além do ministro de Estado da Justiça.

252. (CESPE/ STM/ JUIZ AUDITOR/ 2013) Os cargos de oficial das Forças Armadas e de ministro da Defesa não podem ser ocupados por brasileiros naturalizados.

253. (CESPE/ IBAMA/ ANALISTA ADMINISTRATIVO/ 2013) O cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal poderá ser ocupado por brasileiro nato ou naturalizado.

254. (CESPE/ DPRF/ POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL/ 2013) Consideram-se brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

255. (CESPE/ BACEN/ PROCURADOR/ 2013) A sentença judicial que determina ao brasileiro naturalizado a perda da nacionalidade, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, tem natureza declaratória e efeitos *ex tunc.*

256. (CESPE/ FUB/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Um cidadão naturalizado brasileiro não pode ser eleito para o cargo de senador da República.

257. (CESPE/ FUB/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) O cargo de capitão do Exército Brasileiro somente poderá ser exercido por brasileiro nato.

258. (CESPE/ FUB/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Se um casal de cidadãos italianos que, por motivo de trabalho, resida no Brasil e tiver um filho em território brasileiro, esse filho será considerado como brasileiro nato.

259. (CESPE/ MDIC/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ 2014) Considere que Ana, cidadã brasileira, casada com Vladimir, cidadão russo, ocupe posto diplomático brasileiro na China quando Victor, filho do casal, nascer. Nessa situação, Victor será considerado brasileiro nato.

260. (CESPE/ DPF/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ 2014) Considere que uma criança tenha nascido nos Estados Unidos da América (EUA) e seja filha de pai americano e de mãe brasileira, que trabalhava, à época do parto, na embaixada brasileira nos EUA. Nesse caso, a criança somente será considerada brasileira nata se for registrada na repartição brasileira competente nos EUA.

261. (CESPE/ CNJ/ ANALISTA ADMINISTRATIVO/ 2013) A consulta aos cidadãos, em momento posterior ao ato legislativo, é realizada mediante plebiscito.

262. (CESPE/ MPU/ ANALISTA/ 2013) Considere que Marcos, cidadão brasileiro, com vinte anos de idade, pretenda se eleger na próxima eleição, pela primeira vez, vereador de determinado município e que seu irmão adotivo seja atualmente vereador do referido município. Nessa situação, Marcos é considerado relativamente inelegível.

263. (CESPE/ DPF/ PERITO/ 2013) Conforme a CF, admite-se a perda de direitos políticos na hipótese de cancelamento da naturalização por decisão administrativa definitiva.

264. (CESPE/ MC/ TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/ 2013) A CF assegura autonomia aos partidos políticos para definirem sua estrutura interna, organização e funcionamento, sendo-lhes permitido, inclusive, adotar os critérios de escolha e o regime de suas obrigações eleitorais.

265. (CESPE/ MC/ TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/ 2013) A CF, entre outras condições, estabelece, como requisito para a elegibilidade, que o cidadão saiba ler e escrever o seu próprio nome.

266. (CESPE/ MC/TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/ 2013) A participação popular, por intermédio do plebiscito, consiste na participação direta do povo no exercício da soberania popular.

267. (CESPE/ MC/ TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/ 2013) O plebiscito, consistente em consulta prévia formulada ao cidadão para que ele manifeste sua concordância ou não com ato legislativo; o referendo, consulta realizada posteriormente à edição do ato legislativo; e a iniciativa popular, procedimento no qual a população exige, mediante o exercício do direito de manifestação, modificações no ordenamento jurídico, são formas de exercício da soberania popular.

268. (CESPE/ TCE-RS/ OFICIAL DE CONTROLE EXTERNO/ 2013) Os brasileiros natos e os naturalizados, por possuírem cidadania brasileira, e os estrangeiros, por poderem pleiteá-la, podem participar da vida política, sendo, portanto, sujeitos de direitos políticos.

269. (CESPE/ FUB/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) À luz dos preceitos constitucionais, é possível que uma pessoa detenha a nacionalidade brasileira, mas não possa exercer a sua cidadania.

270. (CESPE/ FUNASA/ NÍVEL SUPERIOR/ 2013) Plebiscito e referendo são formas de exercício direto da soberania popular e expressam os contornos do regime democrático brasileiro, o qual possui tanto elementos de uma democracia direta quanto de uma democracia representativa.

271. (CESPE/ PG-DF/ PROCURADOR/ 2013) Caso já ocupe o cargo de deputado distrital, filho de governador do estado torna-se elegível para o mesmo cargo na eleição subsequente.

272. (CESPE/ PG-DF/ PROCURADOR/ 2013) O governador do DF é inelegível para quaisquer outros cargos, a não ser que renuncie a seu mandato com uma antecedência mínima de seis meses em relação à data do pleito.

273. (CESPE/ PG-DF/ PROCURADOR/ 2013) Filho de governador de estado é inelegível para qualquer cargo eletivo em âmbito nacional.

274. (CESPE/ ANTAQ/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ 2014) Não há previsão constitucional para a iniciativa popular de leis no processo legislativo estadual.

Paulo, de trinta e cinco anos de idade, exerce o segundo mandato consecutivo de prefeito do município X. Pretendendo candidatar-se ao cargo de governador do estado no pleito seguinte, Paulo renunciou ao mandato seis meses antes das eleições, assumindo o cargo o então vice-prefeito, Marcos, de trinta e dois anos de idade, marido de Maria, de vinte anos de idade. Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes, a respeito das condições de elegibilidade.

275. (CESPE/ FUB/ ASSISTENTE/ 2015) Se Paulo não fosse candidato a governador, ele não poderia, nas eleições imediatamente seguintes à sua renúncia, candidatar-se e ser validamente eleito para o cargo de vice-prefeito do município X.

276. (CESPE/ FUB/ ASSISTENTE/ 2015) Marcos poderá candidatar-se e ser validamente eleito para o mandato de deputado estadual nas eleições imediatamente seguintes à sua investidura no cargo de prefeito.

277. (CESPE/ FUB/ ASSISTENTE/ 2015) Maria poderá candidatar-se e ser validamente eleita para o mandato de deputada estadual nas eleições imediatamente seguintes à investidura de Marcos no cargo de prefeito, desde que em estado diverso daquele em que se situa o município X.

GABARITO

57.	E	112.	C	167.	C	222.	C
58.	C	113.	E	168.	E	223.	C
59.	E	114.	C	169.	E	224.	E
60.	C	115.	C	170.	E	225.	E
61.	E	116.	E	171.	E	226.	C
62.	E	117.	E	172.	E	227.	E
63.	C	118.	E	173.	E	228.	C
64.	E	119.	E	174.	E	229.	E
65.	C	120.	E	175.	C	230.	E
66.	E	121.	E	176.	E	231.	C
67.	E	122.	E	177.	C	232.	C
68.	E	123.	C	178.	E	233.	E
69.	E	124.	C	179.	E	234.	E
70.	E	125.	E	180.	E	235.	C
71.	C	126.	E	181.	E	236.	E
72.	E	127.	C	182.	E	237.	E
73.	C	128.	E	183.	E	238.	C
74.	E	129.	C	184.	E	239.	E
75.	E	130.	C	185.	E	240.	E
76.	C	131.	E	186.	C	241.	C
77.	C	132.	C	187.	C	242.	C
78.	E	133.	E	188.	E	243.	E
79.	C	134.	E	189.	E	244.	E
80.	C	135.	E	190.	C	245.	E
81.	C	136.	C	191.	C	246.	e
82.	E	137.	C	192.	E	247.	E
83.	E	138.	E	193.	C	248.	C
84.	E	139.	C	194.	C	249.	E
85.	C	140.	C	195.	C	250.	E
86.	E	141.	E	196.	E	251.	E
87.	C	142.	E	197.	C	252.	C
88.	E	143.	E	198.	C	253.	E
89.	E	144.	C	199.	E	254.	E
90.	E	145.	E	200.	C	255.	E
91.	C	146.	C	201.	C	256.	E
92.	C	147.	E	202.	E	257.	C
93.	E	148.	E	203.	E	258.	C
94.	C	149.	C	204.	C	259.	E
95.	C	150.	E	205.	E	260.	C
96.	C	151.	C	206.	E	261.	E
97.	E	152.	E	207.	E	262.	E
98.	C	153.	E	208.	C	263.	E
99.	C	154.	C	209.	C	264.	E
100.	C	155.	E	210.	E	265.	C
101.	C	156.	E	211.	C	266.	C
102.	C	157.	C	212.	E	267.	C
103.	C	158.	C	213.	E	268.	E
104.	E	159.	C	214.	C	269.	C
105.	C	160.	E	215.	E	270.	C
106.	E	161.	E	216.	C	271.	C
107.	E	162.	E	217.	E	272.	C
108.	E	163.	E	218.	E	273.	E
109.	C	164.	E	219.	E	274.	E
110.	C	165.	E	220.	C	275.	C
111.	C	166.	E	221.	E	276.	E
						277.	E

DIREITO ADMINISTRATIVO

(CESPE/ ANALISTA DO MPU – DIREITO/MPU/ 2013) Julgue os itens a seguir, relativos aos atos administrativos.

278. A revogação do ato administrativo, quando legítima, exclui o dever da administração pública de indenizar, mesmo que esse ato tenha afetado o direito de alguém.

279. A autorização é ato administrativo discricionário mediante o qual a administração pública outorga a alguém o direito de realizar determinada atividade material.

(CESPE/ GRUPO GESTOR/ MPOG/ 2013) Julgue os próximos itens, relativos à organização administrativa.

280. As autarquias são consideradas fazenda pública, razão pela qual, nos processos judiciais em que sejam partes, elas têm os mesmos prazos que a fazenda pública para contestar e recorrer.

281. Toda pessoa integrante da administração indireta é submetida a controle pela administração direta do ente a que seja vinculada, a exemplo das escolas e universidades, que, pela natureza de sua função, ficam sob o controle do Ministério da Educação.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA TRT 10ª REGIÃO/ 2013) A respeito dos atos administrativos, julgue os próximos itens.

282. De acordo com a doutrina, o ato administrativo será considerado perfeito, inválido e eficaz, quando, concluído o seu ciclo de formação, e não se conformando às exigências normativas, ele produzir os efeitos que lhe seriam inerentes.

283. A competência administrativa pode ser transferida e prorrogada pela vontade dos interessados, assim como pode ser delegada e avocada de acordo com o interesse do administrador.

(CESPE/ ADMINISTRADOR MI/ 2013) No que se refere à organização administrativa, julgue o seguinte item.

284. A administração direta do Estado abrange todos os órgãos dos poderes políticos das pessoas federativas cuja competência seja a de exercer a atividade administrativa.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TJDFT/ 2013) Com relação aos atos administrativos, julgue os itens subsecutivos.

285. O ato administrativo eivado de vício de forma é passível de convalidação, mesmo que a lei estabeleça forma específica essencial à validade do ato.

286. Considere que determinado agente público detentor de competência para aplicar a penalidade de suspensão resolva impor, sem ter atribuição para tanto, a penalidade de demissão, por entender que o fato praticado se encaixaria em uma das hipóteses de demissão. Nesse caso, a conduta do agente caracterizará abuso de poder, na modalidade denominada excesso de poder.

(CESPE/ ADMINISTRADOR/ FUB/ 2013) Com relação ao processo administrativo federal e ao estágio probatório, julgue os próximos itens à luz das Leis n. 9.784/1999 e n. 8.112/1990, respectivamente.

287. O servidor que entrar no exercício de cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo período de vinte e quatro meses, durante o qual a sua aptidão e a sua capacidade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo. Nessa condição, ele poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento tanto no órgão ou entidade de lotação quanto em órgão para o qual seja cedido.

288. O princípio da autotutela impõe à administração pública o dever de anular seus atos por ilegalidade ou, presentes os requisitos de conveniência e oportunidade, anulá-los quando não mais servirem ao interesse público.

289. Nos processos administrativos que visem apurar responsabilidade do servidor público, o recurso administrativo interposto contra a decisão que lhe imponha multa pecuniária somente será conhecido se apresentado com a caução do valor atribuído pela autoridade ou com a indicação de um bem para esse fim.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRT 10ª REGIÃO/ 2013)

290. Consoante a doutrina, as entidades autárquicas são pessoas jurídicas de direito público, de natureza administrativa, criadas por lei, para realizar, de forma descentralizada, atividades, obras ou serviços.

(CESPE/ ANALISTA DO MPU – GESTÃO PÚBLICA/ MPU/ 2013) Acerca da administração direta e indireta, julgue os itens a seguir.

291. Por serem pessoa jurídica de direito público de capacidade exclusivamente administrativa, as autarquias têm autonomia para, mediante lei, instituir direitos e obrigações a si mesmas.

292. As fundações instituídas pelo poder público, criadas mediante lei específica, gozam de autonomia administrativa, não estando sujeitas ao controle administrativo da administração direta.

293. As autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público gozam de imunidade tributária em relação aos impostos sobre seu patrimônio.

294. O desempenho de atividade de natureza econômica e a sujeição ao controle estatal são aspectos compartilhados pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista.

(CESPE/ ANALISTA AMBIENTAL – TEMA 2/ IBAMA/ 2013) O IBAMA multou e interditou uma fábrica de solventes que, apesar de já ter sido advertida, insistia em dispensar resíduos tóxicos em um rio próximo a suas instalações. Contra esse ato a empresa impetrou mandado de segurança, alegando que a autoridade administrativa não dispunha de poderes para impedir o funcionamento da fábrica, por ser esta detentora de alvará de funcionamento, devendo a interdição ter sido requerida ao Poder Judiciário.

Em face dessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

295. A concessão de alvará de funcionamento constitui ato administrativo discricionário, razão por que tal ato somente pode ser anulado por autoridade administrativa.

(CESPE/ AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL/ DEPEN/ 2013) Com relação aos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

296. Um banco estatal que celebra com o particular um contrato para fornecimento de cheque especial pratica um ato administrativo.

297. Enquanto não for declarada a invalidade do ato administrativo pela administração ou pelo Poder Judiciário, o ato inválido produzirá normalmente seus efeitos.

298. Um ato individual só pode ser revogado se não houver gerado direito adquirido para o seu destinatário.

299. A cobrança de multas, em caso de resistência do particular, é um ato administrativo autoexecutório.

(CESPE/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ MTE/ 2014) Acerca da disciplina do funcionalismo público no Brasil, julgue os itens subsequentes no que tange à disciplina constitucional e à Lei n. 8.112/1990.

300. Apenas por meio de prévia aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos, poderá o cidadão brasileiro ter acesso aos cargos e empregos públicos.

301. O servidor que, por descumprimento de seus deveres funcionais, causar dano ao erário, ficará obrigado ao ressarcimento, em ação regressiva.

302. O administrador público que age fora dos limites de sua competência atua com desvio de poder.

(CESPE/ GRUPO GESTOR/ MPOG/ 2013) Em relação ao direito administrativo, julgue o item subsequente.

303. A vedação da prática do nepotismo no âmbito da administração direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios está relacionada aos princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa.

(CESPE/ ANALISTA ADMINISTRATIVO – I/ ANCINE/ 2013) Em relação ao processo de descentralização e de delegação, julgue o item a seguir.

304. Descentralização de atividades confunde-se com delegação, uma vez que ambas ocorrem quando o ocupante de determinado cargo transfere parte de suas atribuições, atividades e sua autoridade para os ocupantes de outros cargos.

(CESPE/ TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/ TCDF/ 2014) A respeito da organização administrativa, julgue os próximos itens.

305. Configura hipótese de descentralização administrativa a criação de uma eventual Secretaria de Estado de Aquisições do DF.

306. O Serviço Social do Comércio, exemplo de entidade de direito privado que atua em colaboração com o Estado, apesar de ter sido criado por lei, não integra a administração indireta.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRT 17ª REGIÃO/ 2013) No que se refere à improbidade administrativa, julgue o item seguinte.

307. Nas ações em que o objeto for ato de improbidade administrativa, não será possível a transação, o acordo ou a conciliação.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ ANTAQ/ 2014) Julgue os itens seguintes, com base no disposto na Lei n. 8.112/1990.

308. As sanções civis, penais e administrativas, por serem dependentes entre si, não poderão acumular-se.

309. A ação disciplinar contra servidor público prescreve em dois anos, quanto à suspensão.

310. Uma das penalidades disciplinares aplicáveis ao servidor público é a cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

(CESPE/ GRUPO GESTOR/ MPOG/ 2013) No que se refere à organização político-administrativa do Estado e à administração pública, julgue o item a seguir.

311. Em regra, a investidura em emprego público não depende da prévia aprovação em concurso público, dado que o regime jurídico aplicável ao caso é o celetista.

(CESPE/ AGENTE DE POLÍCIA/ PC/DF/ 2013) Durante rebelião em um presídio, Charles, condenado a vinte e oito anos de prisão por diversos crimes, decidiu fugir e, para tanto, matou o presidiário Valmir e o agente penitenciário Vicente. A fim de viabilizar sua fuga, Charles roubou de Marcos um carro que, horas depois, abandonou em uma estrada de terra, batido e com o

motor fundido. Charles permaneceu foragido por cinco anos e, depois desse período, foi preso em flagrante após tentativa de assalto a banco em que explodiu os caixas eletrônicos de uma agência bancária, tendo causado a total destruição desses equipamentos e a queima de todo o dinheiro neles armazenado.

Com referência a essa situação hipotética e à responsabilização da administração, julgue os itens a seguir.

312. Se as famílias de Valmir e Vicente decidirem pleitear indenização ao Estado, terão de provar, além do nexo de causalidade, a existência de culpa da administração, pois, nesses casos, a responsabilidade do Estado é subjetiva.

313. A responsabilidade do Estado com relação aos danos causados à agência bancária é objetiva, uma vez que a falha do Estado foi a causa da fuga, da qual decorreu o novo ato ilícito praticado por Charles.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ FUB/ 2015) Com base nas disposições contidas nas Leis n. 8.112/1990 e n. 8.429/1992, julgue os itens subsequentes.

314. Suponha que determinado servidor público federal tenha permitido, de forma culposa, a realização de despesas não autorizadas em lei. Nessa hipótese, embora tenha sido cometido ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, nos termos da lei, não se exige o ressarcimento integral do dano, haja vista a inexistência de dolo na conduta do servidor.

315. A licença de um servidor para tratar de assuntos particulares, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei, dependerá da concessão da administração. No entanto, a interrupção da licença somente ocorrerá com o consentimento do servidor licenciado.

(CESPE/ TÉCNICO DO MPU – ADMINISTRAÇÃO/ MPU/ 2013) No que se refere aos poderes administrativos, julgue o item a seguir.

316. É denominado regulamento executivo o decreto editado pelo chefe do Poder Executivo Federal para regulamentar leis.

(CESPE/ DEFENSOR PÚBLICO DE SEGUNDA CATEGORIA/ DP/DF/ 2013) Julgue o item subsecutivo, referentes ao controle da administração pública.

317. Considere que, negado o pleito de um indivíduo perante a administração pública, o chefe da respectiva repartição pública tenha inadmitido o recurso administrativo sob a alegação de que o recorrente não teria apresentado prévio depósito ou caução, exigidos por lei. Nessa situação hipotética, o agente público agiu de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, visto que, segundo entendimento do STF, a exigência de depósito ou caução pode ser realizada desde que amparada por lei.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ ANTAQ/ 2014) Em relação à organização administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens a seguir.

318. As entidades que compõem o serviço social autônomo prestam serviço público e, por isso, integram a administração pública indireta, estando sujeitas ao controle do tribunal de contas.

319. Embora as autarquias não estejam hierarquicamente subordinadas à administração pública direta, seus bens são impenhoráveis e seus servidores estão sujeitos à vedação de acumulação de cargos e funções públicas.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS/ TRE/GO/ 2015) A respeito da Lei n. 8.112/1990, os próximos itens apresentam uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

320. Um processo administrativo disciplinar instaurado para apurar possíveis irregularidades cometidas por um servidor público federal revelou o desvio de verbas públicas. Nessa situação, o eventual ajuizamento da ação penal não extinguirá o procedimento administrativo contra o servidor.

321. Em razão de uma reforma administrativa realizada no âmbito do Poder Judiciário, os cargos ocupados por alguns servidores estáveis de determinado TRE foram extintos, e esses servidores foram colocados em disponibilidade. Nessa situação, o retorno dos servidores à atividade pública poderá dar-se por recondução, caso em que eles passarão a ocupar cargos de atribuições e vencimentos compatíveis com os anteriormente ocupados.

322. Alice, aprovada em concurso público para o cargo de técnico administrativo de um TRE, precisa acompanhar cirurgia de ente familiar que ocorrerá no mesmo dia em que foi marcada sua posse. Nessa situação, Alice poderá nomear, por procuração específica, alguém que a represente no ato da posse.

323. Paulo, técnico judiciário em exercício na capital do estado de jurisdição de um TRE, pediu sua remoção para outra cidade, na mesma jurisdição desse tribunal. Nessa situação, se for removido, Paulo não terá direito a ajuda de custo.

(CESPE/ GRUPO GESTOR/ MPOG/ 2013) Com relação aos poderes da administração, julgue o item a seguir.

324. A administração pública exercerá o poder regulamentar ao multar determinado contratado que esteja construindo um imóvel público em área urbana e que atrase sucessivamente etapas da obra.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRE/GO/ 2015) Acerca de ato administrativo e agentes públicos, julgue os itens subsecutivos.

325. Promoção e readaptação são formas de provimento em cargo público.

326. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

327. A presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos é absoluta.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ ANP/ 2013) Acerca de ato administrativo e poderes administrativos, julgue o item que se segue.

328. A autorização em que a administração reconhece que um particular é detentor de um direito subjetivo configura um ato administrativo vinculado.

(CESPE/ ADMINISTRADOR/ MS/ 2013) No que se refere à organização administrativa e às administrações direta, indireta, centralizada e descentralizada, julgue o item a seguir.

329. Considere que um órgão público contrate pessoa jurídica de direito privado para executar determinado serviço público. Considere, ainda, que esse órgão conserve a titularidade da prestação desse serviço. Nessa situação, ocorreu a descentralização por serviços.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO/ TRE/GO/ 2015) Acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, os próximos itens apresentam uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

330. Ana, que está em licença por afastamento de seu marido, e Júlio, que está de férias, são servidores do TRE/GO e foram nomeados para ocupar cargos na administração pública federal. Nessa situação, as posses dos dois servidores em seus novos cargos devem ocorrer no prazo de trinta dias contados da publicação dos respectivos atos de provimento nos cargos.

331. Flávia, analista judiciária do TRE/GO, acumula licitamente o cargo de analista e um cargo de professora na rede pública de ensino em Goiânia. Por sua competência, foi convidada a ocupar cargo em comissão no governo estadual de Goiás. Nesse caso, para ocupar o cargo em comissão, Flávia deve afastar-se dos dois cargos efetivos.

332. Luana, analista judiciária do TRE/GO, tem procedido de forma desidiosa no exercício de suas atribuições. Nessa situação, Luana comete transgressão disciplinar e está sujeita à pena de demissão do serviço público.

333. Pablo, técnico judiciário do TRE/GO, recebe mensalmente adicional de qualificação por ter concluído curso de mestrado na sua área de atuação. Nessa situação, os valores recebidos por Pablo pela referida qualificação incorporam-se ao seu vencimento.

334. Pedro, analista judiciário, tomou posse no TRE/GO em 10/10/2011; Gilson, outro analista do tribunal, que havia sido demitido do serviço público, foi reintegrado ao cargo, já ocupado por Pedro, em dezembro de 2014. Nessa situação, o cargo deve passar a ser novamente ocupado por Gilson, e Pedro deve ser redistribuído.

335. O TRE/GO recebeu denúncias sobre supostas irregularidades praticadas por José, um de seus analistas judiciários. Nessa situação, ainda que os atos atribuídos a José não configurem evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a autoridade responsável do tribunal deve determinar a instauração de processo administrativo disciplinar.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ UNIPAMPA/ 2013) Julgue o próximo item, relativo à administração pública e aos serviços públicos.

336. A iluminação pública caracteriza-se como serviço uti singuli, visto que objetiva a satisfação individual do cidadão e pode ser prestado de forma indireta.

(CESPE/ ANALISTA ADMINISTRATIVO/ I ANCINE/ 2013) A respeito de contratos com a administração pública, julgue os itens a seguir.

337. Havendo inexecução culposa do contrato administrativo, poderá a administração contratante rescindir, unilateralmente, o contrato administrativo.

338. Uma das peculiaridades atinentes ao contrato administrativo diz respeito à possibilidade de a empresa vencedora do certame ser chamada para discutir as cláusulas do contrato, de modo a melhor ajustá-lo aos interesses de ambas as partes.

(CESPE/ PROCURADOR FEDERAL DE 2ª CATEGORIA/ AGU/ 2013) No que se refere às entidades da administração pública indireta, julgue o próximo item.

339. As fundações públicas podem exercer atividades típicas da administração, inclusive aquelas relacionadas ao exercício do poder de polícia.

(CESPE/ AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO/ TC/ DF/ 2013) Com relação aos agentes administrativos, julgue o item a seguir.

340. Os candidatos inscritos em concurso público não têm direito adquirido à realização do certame.

(CESPE/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ MTE/ 2014) O Decreto n. 5.063/2004 aprovou a estrutura regimental do MTE, órgão vinculado à administração federal. Compõem sua estrutura as superintendências regionais do trabalho e emprego, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), entidade vinculada, dotada de personalidade jurídica própria.

Considerando as informações acima, julgue os próximos itens acerca da organização administrativa do Estado.

341. A FUNDACENTRO compõe a administração indireta da União.

342. A criação do MTE e das superintendências regionais do trabalho e emprego caracteriza a utilização da técnica denominada desconcentração administrativa.

(CESPE/ ANALISTA DE INFORMÁTICA/ TCE/RO/ 2013) Em relação ao controle e à responsabilidade civil da administração, julgue os itens subsequentes.

343. Os recursos administrativos são meios formais de controle administrativo previstos em diversas leis e atos administrativos e não têm uma tramitação previamente determinada.

344. Uma infração administrativa de impontualidade de um servidor causa a sua responsabilidade administrativa e também acarreta sua responsabilidade penal.

(CESPE/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ ANS/ 2013) Acerca dos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

345. Um secretário estadual de educação é considerado um agente político.

346. Os ocupantes de cargo ou função em comissão são considerados agentes honoríficos.

347. A extinção de cargo público preenchido somente pode ser efetivada mediante lei. No entanto, nos casos de cargo vago, essa extinção pode ser efetivada mediante decreto autônomo.

348. Agente público é aquele que exerce emprego ou função pública mediante remuneração.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRE/GO/ 2015) Julgue os itens que se seguem, referentes aos poderes da administração pública.

349. O poder hierárquico é aquele que confere à administração pública a capacidade de aplicar penalidades.

350. Poder disciplinar é aquele que permite à administração pública disciplinar, de forma concreta, a aplicação de leis gerais e abstratas.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ CNJ/ 2013) A respeito do controle e responsabilização da administração, dos atos de improbidade administrativa e do processo administrativo, julgue os itens a seguir.

351. Quando um servidor público ordena ou permite a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento, ele comete ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

352. Quando uma autoridade administrativa delega parte de sua competência, ela pode revogá-la a qualquer tempo.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – EXECUÇÃO DE MANDADOS/ TRT 10ª REGIÃO/ 2013) Em relação a controle e responsabilização da administração, julgue os itens a seguir.

353. Ao Tribunal de Contas da União não cabe julgar as contas dos administradores de sociedades de economia mista e empresas públicas, visto que a participação majoritária do Estado na composição do capital não transmuda em públicos os bens dessas entidades.

354. Os atos administrativos do Poder Executivo não são passíveis de revogação pelo Poder Judiciário.

(CESPE/ ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL CLASSE A, PADRÃO I – SUPORTE À GESTÃO – A7 – FORMAÇÃO DIREITO/ INPI/ 2013) Com relação à administração pública direta e indireta, às autarquias e às empresas públicas, julgue o item que segue.

355. As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito privado, com totalidade de capital público, cuja criação depende de autorização legislativa, e sua estruturação jurídica pode se dar em qualquer forma admitida em direito.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRE/GO/ 2015) Acerca das entidades paraestatais e do terceiro setor, julgue os itens seguintes.

356. As organizações da sociedade civil de interesse público são pessoas jurídicas de direito privado que firmam contrato de gestão com o poder público, com a finalidade de firmar parceria entre as partes, objetivando o fomento e a execução de atividades de interesse social, sem fins lucrativos.

357. Entidades paraestatais são pessoas jurídicas de direito público ou privado que atuam ao lado do Estado, executando atividades de interesse público, porém não privativos do ente estatal.

(CESPE/ TÉCNICO LEGISLATIVO – AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ 2014) Julgue os seguintes itens, referentes ao regime jurídico dos servidores públicos federais.

358. Os cargos de confiança vagos só poderão ser preenchidos, ainda que de forma interina, mediante o instituto jurídico da nomeação.

359. Servidor técnico legislativo da Câmara dos Deputados em gozo de licença para tratar de interesses particulares poderá participar da gerência de sociedade privada, sendo-lhe vedado apenas o exercício de atos de comércio.

360. Considere que determinada autoridade tenha instaurado processo disciplinar para apurar denúncia que relata o cometimento de irregularidades por servidor lotado no setor sob sua responsabilidade. Nessa situação, como medida cautelar e a fim de evitar que o servidor denunciado influa na apuração, a autoridade poderá afastá-lo do exercício do cargo durante todo o curso do processo, sem prejuízo de sua remuneração.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – JUDICIÁRIA/ TRE/ GO/ 2015) Acerca dos atos administrativos e do processo administrativo sob o regime da Lei n. 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

361. Conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, a revogação de ato administrativo que já gerou efeitos concretos exige regular processo administrativo.

362. Conforme expressa disposição da Lei n. 9.784/1999, se ocorrer equivocada interposição de recurso administrativo perante autoridade incompetente, será indicada ao recorrente a autoridade competente e devolvido o prazo recursal.

(CESPE/ AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL/ DEPEN/ 2013) A respeito de controle e responsabilização da administração, julgue os itens seguintes.

363. Considere que o Ministério Público ingressou com uma ação judicial pleiteando o ressarcimento ao erário de valores provenientes de enriquecimento ilícito de um prefeito municipal. Nessa situação, a morte do prefeito gera a imediata extinção do processo, já que a obrigação de ressarcimento não se transmite aos herdeiros.

364. Para que fique configurada a responsabilidade civil objetiva do Estado, é necessário que o ato praticado pelo agente público seja ilícito.

(CESPE/ GRUPO GESTOR/ MPOG/ 2013) No que se refere ao ato administrativo, julgue os itens a seguir.

365. Atos praticados por concessionárias e permissionárias de serviços públicos, ainda que regidos pelo direito público, não podem ser qualificados como atos administrativos.

366. A imperatividade presente em todos os atos administrativos é uma das características que distingue o ato administrativo do ato de direito privado.

(CESPE/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ TCE/RO/ 2013) A respeito da responsabilidade civil e da responsabilização da administração, julgue o item subsequente.

367. O fato que gera a responsabilidade tem de estar diretamente atrelado ao aspecto da licitude e ilicitude do fato.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR/ CADE/ 2014) A respeito do processo administrativo disciplinar, julgue o item subsecutivo.

368. Caso o relatório da comissão processante de processo administrativo disciplinar conclua pela aplicação da penalidade de quarenta e cinco dias de suspensão a bibliotecário em exercício no CADE, os autos do processo deverão ser encaminhados ao ministro da Justiça, autoridade competente para decisão nesse processo.

(CESPE/ GRUPO GESTOR/ MPOG/ 2013) No que diz respeito à administração pública, julgue o item seguinte.

369. Em consequência do princípio da legalidade, pode-se concluir que, havendo discordância entre determinada conduta e a lei, deverá a conduta ser corrigida para eliminar-se a ilicitude.

(CESPE/ ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ MI/ 2013) Em relação aos princípios básicos da administração pública, aos poderes administrativos e à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

370. O poder de polícia, prerrogativa conferida à administração pública para que possa praticar toda e qualquer ação restritiva em relação ao administrado em benefício do interesse público, é exercido pela polícia civil, no âmbito dos estados, e pela polícia federal, no âmbito da União.

371. Considere que um servidor público, após regular processo administrativo disciplinar, seja suspenso por decisão da autoridade competente, por praticar irregularidades no exercício do cargo. Nessa situação, a imposição pela administração pública da sanção ao servidor, independentemente de decisão judicial, decorre do poder hierárquico.

(CESPE/ ANALISTA DE INFORMÁTICA/ TCE/RO/ 2013) Com referência a serviços públicos e à organização administrativa, julgue o item seguinte.

372. As autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são categorias de entidades que integram a administração indireta, ainda que não prestem serviço público ou exerçam atividade econômica de natureza empresarial.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TJDFT/ 2013) A respeito da administração direta e indireta e dos conceitos de centralização e descentralização, julgue os próximos itens.

373. Entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado que integram a administração indireta, não podem exercer atividade de natureza lucrativa.

374. A criação, por uma universidade federal, de um departamento específico para cursos de pós-graduação é exemplo de descentralização.

(CESPE/ ANALISTA DE PLANEJAMENTO – GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL / ADMINISTRAÇÃO GERAL / ADMINISTRAÇÃO/ INPI/ 2013) A respeito de descentralização e delegação, julgue o item subsequente.

375. Nas organizações centralizadas, há predominância de uniformidade de procedimentos, enquanto, nas organizações descentralizadas, há perda de uniformidade e tendência ao desperdício e à duplicação.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ TRT 10ª REGIÃO/ 2013) Julgue o item seguinte, a respeito da Lei n. 8.112/1990.

376. O servidor público civil que fizer jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade acumulará ambos os acréscimos sobre seu vencimento.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRT 10ª REGIÃO/ 2013) Em relação aos agentes públicos, julgue o item a seguir.

377. Os servidores ocupantes de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, desde que não ocupem também cargo efetivo, submetem-se ao regime geral de previdência social.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TJDFT/ 2013) À luz do que dispõe a Lei n. 9.784/1999, julgue os próximos itens.

378. O servidor que estiver litigando judicialmente contra a companheira de um interessado em determinado processo administrativo estará impedido de atuar nesse processo.

379. O processo administrativo pode ser iniciado a pedido do interessado, mediante formulação escrita, não sendo admitida solicitação oral.

(CESPE/ TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/ TC/DF/ 2014) Com relação ao direito administrativo, julgue os itens subsequentes.

380. Considere que determinado secretário de Estado do DF tenha editado um ato administrativo que, embora legal, tenha gerado controvérsia entre os servidores do órgão. Nessa situação, havendo mudança da titularidade do cargo, novo secretário poderá revogar, com efeito retroativo, o referido ato administrativo.

381. Em virtude do princípio da reserva legal, a criação dos entes integrantes da administração indireta depende de lei específica.

(CESPE/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ MTE/ 2014) Acerca do regime jurídico administrativo e dos atos administrativos, julgue os próximos itens.

382. Em razão da submissão ao regime jurídico administrativo, a administração pública não dispõe da mesma liberdade para contratar que é conferida a particular.

383. Viola o princípio da impessoalidade a edição de ato administrativo que objetive a satisfação de interesse meramente privado.

(CESPE/ TÉCNICO DO MPU – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE/ MPU/ 2015) Julgue os itens a seguir, de acordo com o regime jurídico das autarquias.

384. As autarquias responderão objetivamente pelos danos provocados por seus agentes a terceiros, ainda que se comprove que esses agentes tenham agido com prudência, perícia e cuidados exigidos.

385. Autarquia é entidade dotada de personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa e financeira, não sendo possível que a lei institua mecanismos de controle da entidade pelo ente federativo que a criou.

386. O instrumento adequado para a criação de autarquia é o decreto, pois o ato é de natureza administrativa e de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

(CESPE/ ADMINISTRADOR/ MI/ 2013) Em relação a atos administrativos, julgue o item seguinte.

387. O atributo da imperatividade não está presente em todos os atos administrativos.

(CESPE/ TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/ FUB/ 2015) De acordo com as disposições da Lei n. 8.429/1992, do Decreto n. 1.171/1994 e do Estatuto da Universidade de Brasília, julgue o item subsequente.

388. O servidor público que praticar ato de improbidade administrativa que implique em enriquecimento ilícito ficará sujeito à perda de bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio. Em caso de óbito do agente público autor da improbidade, esse ônus não será extensível aos seus sucessores.

(CESPE/ DEFENSOR PÚBLICO DE SEGUNDA CATEGORIA/ DP/DF/ 2013) No que se refere aos agentes públicos, julgue os itens subsequentes.

389. Segundo entendimento do STJ, a acumulação de proventos de servidor aposentado em decorrência do exercício cumulado de dois cargos de profissionais da área de saúde legalmente exercidos, nos termos autorizados pela CF, não se submete ao teto constitucional, devendo os cargos ser considerados isoladamente para esse fim.

390. Recondução é a forma de provimento de cargo público em que um servidor público estável retorna ao cargo anteriormente ocupado, por reprovação em estágio probatório, desistência de estágio probatório ou por reintegração do anterior ocupante do cargo, de acordo com a Lei Complementar Distrital n. 840/2011.

391. Servidores públicos transferidos de ofício e que estejam matriculados em instituição de ensino superior têm direito a matrícula em instituição de ensino superior do local de destino, desde que observado o requisito da congeneridade em relação à instituição de origem. Entretanto, conforme entendimento dominante do STJ, se não houver curso correspondente em estabelecimento congênere no local da nova residência ou em suas imediações, ao servidor não será assegurado o direito à matrícula em instituição não congênere.

(CESPE/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ MDIC/ 2014) No que concerne à licitação, ao controle da administração pública e ao regime jurídico-administrativo, julgue os itens.

392. As formas de controle interno na administração pública incluem o controle ministerial, exercido pelos ministérios sobre os órgãos de sua estrutura interna, e a supervisão ministerial, exercida por determinado ministério sobre as entidades da administração indireta a ele vinculadas.

393. Os princípios da administração pública expressamente dispostos na CF não se aplicam às sociedades de economia mista e às empresas públicas, em razão da natureza eminentemente empresarial dessas entidades.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA TRT 10ª REGIÃO/ 2013) Julgue os itens seguintes, acerca de organização da administração pública e das entidades que prestam serviço público.

394. As sociedades de economia mista não estão sujeitas ao controle externo realizado pelos respectivos tribunais de contas.

395. Pessoa jurídica de direito privado pode ser concessionária de serviço público, mas deve responder objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

(CESPE/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ MTE/ 2014) Acerca das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), julgue os itens a seguir.

396. A entidade interessada em qualificar-se como OSCIP deve preencher requisitos expressos em lei, por exemplo, dar publicidade ao relatório anual de suas atividades e sujeitar-se a auditorias externas independentes.

397. A celebração do termo de parceria, instrumento de comum acordo que discriminará direitos, responsabilidades e obrigações do poder público e das OSCIPs, deve ser precedida de consulta aos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes nos respectivos níveis de governo.

398. A qualificação de uma pessoa jurídica de direito privado como OSCIP ocorre por meio de ato de ministro de Estado ou titular de órgão supervisor, ou ainda pelo regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social.

(CESPE/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ MDIC/ 2014) No que se refere aos agentes públicos e aos poderes administrativos, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, refere-se à Constituição Federal de 1988.

399. Considere que um servidor vinculado à administração unicamente por cargo em comissão cometa uma infração para a qual a Lei n. 8.112/1990 preveja a sanção de suspensão. Nesse caso, se comprovadas a autoria e a materialidade da irregularidade, o servidor sofrerá a penalidade de destituição do cargo em comissão.

400. Suponha que, após uma breve discussão por questões partidárias, determinado servidor, que sofria constantes perseguições de sua chefia por motivos ideológicos, tenha sido removido, por seu superior hierárquico, que desejava puni-lo, para uma localidade inóspita. Nessa situação, houve abuso de poder, na modalidade excesso de poder.

401. Com a promulgação da CF, foram extintos os denominados cargos vitalícios, tendo sido resguardado, entretanto, o direito adquirido daqueles que ocupavam esse tipo de cargo à época da promulgação da CF.

(CESPE/ TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/ FUB/ 2015) Com relação aos servidores públicos, julgue o próximo item, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

402. O servidor público da administração direta que for investido no mandato de vereador deverá optar entre a remuneração da vereança e a de seu cargo público.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRT 10ª REGIÃO/ 2013) De acordo com a Lei n. 8.112/1990, que dispõe a respeito do regime disciplinar dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item seguinte.

403. Uma vez aplicadas ao servidor faltoso, as penalidades de advertência e de suspensão ficarão permanentemente registradas em seu assentamento funcional.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – JUDICIÁRIA/ TRE/ GO/ 2015) Acerca de improbidade administrativa e controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

404. Conforme a doutrina dos checks and balances, a preservação do equilíbrio das instituições democráticas, inclui-se entre os objetivos do controle administrativo.

405. Embora possa corresponder a crime definido em lei, o ato de improbidade administrativa, em si, não constitui crime.

406. A sanção de perda da função pública decorrente de sentença em ação de improbidade administrativa não tem natureza de sanção administrativa.

(CESPE/ ADMINISTRADOR/ MI/ 2013) Julgue os itens que se seguem, relativos ao controle e à responsabilização da administração pública.

407. O caso fortuito e a força maior não possibilitam a exclusão da responsabilidade do poder público, visto ser objetiva a responsabilidade do Estado.

408. O controle legislativo, que se aplica estritamente à administração pública direta, restringe-se ao controle político e financeiro.

409. O controle administrativo tem como fundamento o dever-poder de autotutela que a administração pública tem sobre suas atividades, atos e agentes, sendo um de seus instrumentos o direito de petição.

410. É vedado o controle prévio pelo Poder Judiciário de atos a cargo da administração pública.

(CESPE/ DEFENSOR PÚBLICO/ DPE/PE/ 2015) Julgue os itens que se seguem, a respeito de atos administrativos.

411. Os atos da administração que apresentarem vício de legalidade deverão ser anulados pela própria administração. No entanto, se de tais atos decorrerem efeitos favoráveis a seus destinatários, o direito da administração de anular esses atos administrativos decairá em cinco anos, contados da data em que forem praticados, salvo se houver comprovada má-fé.

412. Em obediência ao princípio da solenidade das formas, o ato administrativo deve ser escrito, registrado e publicado, não se admitindo no direito público o silêncio como forma de manifestação de vontade da administração.

(CESPE/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ ANS/ 2013) A respeito das administrações direta e indireta, julgue os itens seguintes.

413. Os bens de uma autarquia não podem ser penhorados como garantia dos credores nem podem ser adquiridos por terceiros por meio de usucapião.

414. A criação de autarquia ocorre pela publicação de lei específica e posterior registro dos estatutos em cartório competente.

415. A PETROBRAS é exemplo de sociedade de economia mista.

416. As empresas públicas, por serem pessoas jurídicas de direito privado, estão sujeitas à falência.

417. As fundações públicas são entidades integrantes da administração direta e podem ser criadas para a exploração de atividade econômica.

418. Não é necessária a autorização legislativa para a criação de empresa pública subsidiária se houver previsão para esse fim na própria lei que instituiu a empresa matriz.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ ANTAQ/ 2014) Com relação ao que dispõe a Lei n. 8.429/1992, julgue os próximos itens.

419. Constituem atos de improbidade administrativa a permissão, a facilitação e a concorrência para o enriquecimento ilícito de terceiros.

420. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público está sujeito às cominações dessa lei até o limite do valor da herança.

(CESPE/ PERITO CRIMINAL FEDERAL/ DPF/ 2013) Com relação ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

421. As penas aplicadas a quem comete ato de improbidade não podem ser cumuladas, uma vez que estaria o servidor sendo punido duas vezes pelo mesmo ato.

422. O Banco Central do Brasil é uma autarquia federal e compõe a administração pública direta da União.

423. A posse de um candidato aprovado em concurso público somente poderá ocorrer pessoalmente.

(CESPE/ TÉCNICO DO MPU – ADMINISTRAÇÃO/ MPU/ 2013) A respeito dos agentes públicos, julgue o próximo item.

424. É permitida a acumulação remunerada de cargo de professor de universidade pública estadual com o de procurador da República, ainda que não haja compatibilidade de horários.

(CESPE/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ ANTT/ 2013) Em relação ao ato administrativo e aos agentes públicos, julgue o item a seguir.

425. Tanto os atos discricionários quanto os atos vinculados são passíveis de revogação pela administração pública.

(CESPE/ AGENTE DE POLÍCIA/ PC/DF/ 2013) Acerca do que dispõe a Lei de Improbidade Administrativa e dos poderes da administração, julgue os itens que se seguem.

426. Considere a seguinte situação hipotética.

Após investigação, constatou-se que determinado servidor público adquiriu, em curto período de tempo, uma lancha, uma casa luxuosa e um carro importado avaliado em cem mil reais, configurando um crescimento patrimonial incompatível com sua renda. Apesar de a investigação não ter apontado a origem ilícita dos recursos financeiros, o referido servidor foi condenado à perda dos bens acrescidos ao seu patrimônio, à demissão, à suspensão dos direitos políticos e ao pagamento de multa.

Nessa situação hipotética, o servidor foi indevidamente condenado por improbidade administrativa, haja vista não ter ficado comprovado ilicitude na aquisição dos bens.

427. O poder hierárquico, na administração pública, confere à administração capacidade para se auto-organizar, distribuindo as funções dos seus órgãos. No entanto, não se reconhece a existência de hierarquia entre os servidores admitidos por concurso público, pois tal situação representaria uma afronta ao princípio da isonomia.

428. O poder de polícia administrativa, que se manifesta, preventiva ou repressivamente, a fim de evitar que o interesse individual se sobreponha aos interesses da coletividade, difere do poder de polícia judiciária, atividade estatal de caráter repressivo e ostensivo que tem a função de reprimir ilícitos penais mediante a instrução policial criminal.

(CESPE/ AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO/TC/ DF/ 2013) Julgue os próximo itens, referentes à responsabilidade civil do Estado.

429. Incidirá a responsabilidade civil objetiva do Estado quando, em processo judicial, o juiz, dolosamente, retardar providência requerida pela parte.

430. A responsabilidade do Estado por danos causados por fenômenos da natureza é do tipo subjetiva.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRE/GO/ 2015) Com relação a licitações, julgue o item que se segue.

431. Com exceção das sociedades de economia mista, que – devido à participação da iniciativa privada em seu capital – seguem regras próprias, os órgãos da administração indireta estão sujeitos à regra de licitar.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/ TJDFT/ 2013) No que concerne ao direito administrativo, julgue o item a seguir.

432. O oficial de justiça que, no exercício do cargo público, aufira vantagem patrimonial indevida estará sujeito, além das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, às cominações arroladas na Lei n. 8.429/1992, por configurar a situação ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ STF/ 2013) Com relação ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, julgue os itens a seguir.

433. De acordo com a Lei n. 8.112/1990, a aplicação das penalidades disciplinares advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade deve ser precedida da garantia, ao servidor público, do direito ao exercício do contraditório e da ampla defesa, não se aplicando tal garantia aos casos de penalidades de destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada, por serem de livre nomeação e exoneração.

434. A sindicância e o processo administrativo disciplinar (PAD), procedimentos administrativos de apuração de infrações, devem ser, obrigatoriamente, instaurados pela autoridade responsável sempre que esta tiver ciência de irregularidade no serviço público. O PAD, mais complexo do que a sindicância, deve ser instaurado em caso de ilícitos para os quais sejam previstas penalidades mais graves do que a suspensão por trinta dias.

(CESPE/ DEFENSOR PÚBLICO DE SEGUNDA CATEGORIA/ DP/DF/ 2013) Julgue os itens a seguir, concernentes aos atos administrativos.

435. Caso verifique que determinado ato administrativo se tornou inoportuno ao atual interesse público e, ao mesmo tempo, ilegal, a administração pública terá, como regra, a faculdade de decidir pela revogação ou anulação do ato.

436. O direito da administração de anular os atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que tenham sido praticados, salvo comprovada má-fé. Segundo o STF, tal entendimento aplica-se às hipóteses de auditorias realizadas pelo TCU em âmbito de controle de legalidade administrativa.

(CESPE/ ADMINISTRADOR/ MS/ 2013) A respeito do controle e da responsabilização da administração pública, julgue os itens a seguir.

437. O pressuposto da responsabilidade civil é a existência de dano, ou seja, sem que ele ocorra, inexiste essa responsabilidade.

438. É vedado ao Poder Judiciário realizar controle judicial prévio dos atos administrativos.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRT 10ª REGIÃO/ 2013)

439. A administração pública é una, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRE/GO/ 2015) Pedro, servidor de um órgão da administração pública, foi informado por seu chefe da possibilidade de ser removido por ato de ofício para outra cidade, onde ele passaria a exercer suas funções.

Nessa situação hipotética, considerando as regras dispostas na Lei n. 8.112/1990, julgue o item subsequente.

440. Pedro não poderá se recusar à remoção, que tem fundamento no denominado poder hierárquico da administração pública.

(CESPE/ TÉCNICO DO MPU – ADMINISTRAÇÃO/ MPU/ 2013) Em relação ao controle e à responsabilização da administração, julgue os itens subsecutivos.

441. Considere que veículo oficial conduzido por servidor público, motorista de determinada autoridade pública, tenha colidido contra o veículo de um particular. Nesse caso, tendo o servidor atuado de forma culposa e provados a conduta comissiva, o nexo de causalidade e o resultado, deverá o Estado, de acordo com a teoria do risco administrativo, responder civil e objetivamente pelo dano causado ao particular.

442. O direito de petição constitui instrumento de controle administrativo da administração pública.

(CESPE/ DEFENSOR PÚBLICO DE SEGUNDA CATEGORIA/ DP/DF/ 2013) A respeito da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

443. Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, todas as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado que integrem a administração pública responderão objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

444. Caso um DP recorra de decisão judicial que arbitre indenização de valor irrisório a ser paga pelo poder público, pleiteando revisão do valor, o recurso interposto, segundo a jurisprudência consolidada do STJ, será inviável, visto que a revisão do valor a ser indenizado somente é possível quando a importância arbitrada é exorbitante.

(CESPE/ TÉCNICO DO MPU – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE/ MPU/ 2015) Acerca do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue os itens subsequentes.

445. O servidor ocupante de cargo em comissão pode ser exonerado a qualquer momento, independentemente de motivação.

446. Os impedimentos, as proibições e os deveres previstos na Lei n. 8.112/1990 somente se aplicam ao servidor público após a posse, momento em que ocorre a investidura no cargo.

(CESPE/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ ANTT/ 2013) A respeito de licitação, controle e responsabilização da administração, Lei n. 8.112/1990 e Lei n. 8.666/1993, julgue os seguintes itens.

447. O controle judicial sobre a administração abrange tanto os atos vinculados como os discricionários, já que todos têm de obedecer aos requisitos de validade. Um vício de competência tanto pode ocorrer em ato vinculado como em ato discricionário.

448. A escolha da modalidade de licitação é discricionária, e cabe ao administrador selecionar as regras a serem observadas na realização do certame.

(CESPE/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ DPF/ 2014) Julgue os itens que se seguem, relativos aos atos administrativos e poderes da administração.

449. Há presunção de legitimidade e veracidade nos atos praticados pela administração durante processo de licitação.

450. O poder para a instauração de processo administrativo disciplinar e aplicação da respectiva penalidade decorre do poder de polícia da administração.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRE/GO/ 2015) A respeito da Lei n. 8.112/1990, o próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

451. Paulo, técnico judiciário em exercício na capital do estado de jurisdição de um TRE, pediu sua remoção para outra cidade, na mesma jurisdição desse tribunal. Nessa situação, se for removido, Paulo não terá direito a ajuda de custo.

Acerca dos conceitos ligados à organização administrativa, julgue os itens seguintes.

452. As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público.

453. A descentralização é caracterizada pela distribuição de competência de forma externa, ou seja, de uma pessoa jurídica para outra criada para esse fim específico, o que resulta em uma relação hierárquica entre elas.

454. Na desconcentração, há divisão de competências dentro da estrutura da entidade pública com atribuição para desempenhar determinada função.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS NÍVEL MÉDIO/ ICMBIO/ 2014) Com base na Lei n. 8.112/1990 e na Lei n. 9.784/1999, julgue os itens subsecutivos.

455. Caso um técnico do ICMBio tenha tomado posse no seu cargo em/ 2013 e entre em gozo de licença para atividade política em 2014, o estágio probatório deverá ser suspenso durante o período de afastamento.

456. Um técnico do ICMBio aprovado no estágio probatório somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar em que lhe sejam assegurados a ampla defesa e o contraditório.

457. Considere que o ICMBio tenha instaurado processo administrativo que necessite da realização de atos em município que não tenha órgão hierarquicamente subordinado ao instituto. Nessa situação, se houver, naquela localidade, outro órgão administrativo apto a executar os atos necessários à instrução do processo, é possível que parte da competência do instituto lhe seja delegada.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRT 17ª REGIÃO/ 2013) Acerca de organização administrativa, julgue os itens subsecutivos.

458. A PETROBRAS é um exemplo de empresa pública.

459. Uma autarquia federal pode ser criada mediante decreto específico do presidente da República.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRE/GO/ 2015) No que se refere ao regime jurídico-administrativo brasileiro e aos princípios regentes da administração pública, julgue os próximos itens.

460. O regime jurídico-administrativo brasileiro está fundamentado em dois princípios dos quais todos os demais decorrem, a saber: o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e o princípio da indisponibilidade do interesse público.

461. O princípio da eficiência está previsto no texto constitucional de forma explícita.

(CESPE/ ANALISTA DO MPU – DIREITO/ MPU/ 2013) Considerando as disposições da Lei n. 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

462. O período em que o servidor estiver de licença para desempenhar mandato classista conta como tempo de serviço, sendo considerado de efetivo exercício, salvo para efeito de promoção por merecimento.

463. São requisitos para a investidura em cargo público, entre outros, a idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental, podendo as atribuições do cargo justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

(CESPE/ TÉCNICO DO MPU – ADMINISTRAÇÃO/ MPU/ 2013) Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue o item subsequente.

464. Para efeito apenas de aposentadoria, sem repercussão financeira, deve-se contar em favor do servidor o tempo de serviço em atividade privada, desde que esta seja vinculada à previdência social.

(CESPE/ ANALISTA DO MPU – DIREITO/ MPU/ 2013) Acerca do controle legislativo da administração e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

465. A responsabilidade civil do Estado incide apenas se os danos causados forem de caráter patrimonial.

466. No exercício do controle legislativo, compete ao Senado Federal, em caráter privativo, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, bem como os contratos que padeçam de ilegalidade, neste último caso, mediante solicitação da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

(CESPE/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ ANTT/ 2013) No que concerne aos poderes administrativos, julgue o item que se segue.

467. As multas de trânsito são um exemplo de sanções aplicadas no exercício do poder de polícia do Estado.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – JUDICIÁRIA/ TRT 10ª REGIÃO/ 2013) No tocante à responsabilidade civil da administração, julgue o item subsequente.

468. Pela teoria da faute du service, ou da culpa do serviço, eventual falha é imputada pessoalmente ao funcionário culpado, isentando a administração da responsabilidade pelo dano causado.

(CESPE/ AGENTE DE POLÍCIA/ PC/DF/ 2013) No que se refere a controle da administração, julgue os itens que se seguem.

469. Membros da direção de entidades privadas que prestem serviços sociais autônomos, a exemplo do Serviço Social da Indústria (SESI), estão sujeitos a prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), haja vista receberem recursos públicos provenientes de contribuições parafiscais.

470. Os atos administrativos estão sujeitos ao controle judicial; no entanto, tal controle não autoriza que o juiz, em desacordo com a vontade da administração, se substitua ao administrador, determinando a prática de atos que entender convenientes e oportunos.

(CESPE/ PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO/ TC/DF/ 2013) Acerca do controle da administração pública, julgue o item a seguir.

471. A competência do Senado Federal para fixar, por proposta do presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada do DF, é uma das hipóteses de controle político exercido pelo Poder Legislativo.

(CESPE/ ANALISTA DE INFORMÁTICA/ TCE/RO/ 2013) Julgue os itens, a respeito dos atos e agentes administrativos e dos poderes da administração.

472. O exercício da discricionariedade tanto pode concretizar-se no momento em que o ato é praticado, quanto, posteriormente, no momento em que a administração decide por sua revogação.

473. Por meio do poder regulamentar, a administração pública poderá complementar e alterar a lei a fim de permitir a sua efetiva aplicação.

(CESPE/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ ANTT/ 2013) Acerca da administração direta, indireta e fundacional, julgue o item a seguir.

474. As fundações públicas destinam-se à realização de atividades não lucrativas e atípicas do poder público, porém de interesse coletivo.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRE/GO/ 2015) Durante a realização de escavações para a expansão de obra de metrô, de responsabilidade do governo federal, ocorreu acidente que resultou na abertura de imensa cratera em área residencial e consequente desmoronamento de um edifício com soterramento de veículos. Os particulares prejudicados pretendem formular pedidos de ressarcimento junto à administração pública.

Considerando essa situação hipotética e as regras contidas na Lei n. 9.784/1999, julgue o item que se segue.

475. Se não houver preceito legal em sentido contrário, os pedidos dos interessados podem ser reunidos em um único requerimento, desde que tenham conteúdo e fundamentos idênticos.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRT 10ª REGIÃO/ 2013) Com relação aos poderes da administração pública, julgue o próximo item.

476. A conduta abusiva da administração pode ocorrer quando o servidor atua fora dos limites de sua competência ou quando, embora dentro de sua competência, ele se afasta do interesse público exigido legalmente.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ MI/ 2013) Julgue os itens subsequentes, relativos a contratos administrativos.

477. O resumo do instrumento de contrato deve ser publicado na imprensa oficial no prazo máximo de vinte dias, contados a partir do quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

478. A administração pública pode rescindir unilateralmente o contrato administrativo, devendo motivar formalmente sua decisão e assegurar ao particular a ampla defesa e o contraditório.

(CESPE/ PROMOTOR DE JUSTIÇA/ MPE/SC/ 2013 MPE/SC)

479. A descentralização por colaboração se verifica quando, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, transfere-se a execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado, previamente existente, conservando o Poder Público a titularidade do serviço.

(CESPE/ TÉCNICO DO MPU – ADMINISTRAÇÃO/ MPU/ 2013) Acerca do ato administrativo, julgue os itens seguintes.

480. A redistribuição, de ofício, de servidor público promovida como punição por algum ato por ele praticado caracteriza vício quanto ao motivo, um dos requisitos do ato administrativo.

481. O ato de nomeação de cinquenta candidatos habilitados em concurso público classifica-se, quanto a seus destinatários, como ato administrativo individual ou concreto.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/ TJDFT/ 2013) Julgue os itens seguintes, relacionados aos atos administrativos.

482. A designação de ato administrativo abrange toda atividade desempenhada pela administração.

483. Os atos administrativos regulamentares e as leis em geral têm efeitos gerais e abstratos, ou seja, não diferem por sua natureza normativa, mas pela originalidade com que instauram situações jurídicas novas.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TJDFT/ 2013) Com base no disposto na Lei n. 8.429/1992, julgue os itens seguintes.

484. As penalidades aplicadas ao servidor ou a terceiro que causar lesão ao patrimônio público são de natureza pessoal, extinguindo-se com a sua morte.

485. O servidor que estiver sendo processado judicialmente pela prática de ato de improbidade somente perderá a função pública após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ ANTAQ/ 2014) Em relação aos atos administrativos, aos agentes públicos, aos poderes administrativos e à responsabilidade do Estado, julgue os itens que se seguem.

486. O ato de delegação de competência, revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante, decorre do poder administrativo hierárquico.

487. Caso um servidor público federal se ausente do serviço durante o expediente sem a prévia autorização do chefe imediato, a autoridade administrativa que tomar ciência da irregularidade estará obrigada a promover a apuração imediata dos fatos, mediante processo administrativo disciplinar.

(CESPE/ ADMINISTRADOR/ FUB/ 2013) A respeito da administração pública, julgue os itens subsecutivos.

488. As secretarias estaduais compõem a estrutura da administração indireta de um estado da Federação.

489. As entidades políticas são aquelas que recebem suas atribuições da própria CF, exercendo-as com plena autonomia.

(CESPE/ DEFENSOR PÚBLICO/ DPE/PE/ 2015) No que se refere ao controle da administração pública, julgue o seguinte item.

490. Por ser um órgão constitucional autônomo, a DP não está sujeita a controle interno de suas funções administrativas.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRT 10ª REGIÃO/ 2013) Julgue o item seguinte, relativo a poderes administrativos, licitação e controle e responsabilidade da administração pública.

491. Os atos discricionários praticados pela administração pública estão sujeitos ao controle pelo Poder Judiciário quanto à legalidade formal e substancial, observada a vinculação da administração aos motivos embasadores dos atos por ela praticados, os quais conferem a eles legitimidade e validade.

(CESPE/ TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/ TC/DF/ 2014) No que se refere aos agentes públicos e aos dispositivos da Lei Complementar n. 840/2011, julgue o seguinte item.

492. Se candidato aprovado em concurso público comprovar, perante a administração, a incapacidade transitória por motivo de saúde para tomar posse em determinado cargo público no dia previamente determinado, poderá a posse ocorrer com efeito retroativo.

(CESPE/ ANALISTA DO MPU – GESTÃO PÚBLICA/ MPU/ 2013) No que diz respeito à organização da administração pública brasileira e à gestão pública, julgue o item que se segue.

493. A preferência de um cidadão por um servidor público para o desenvolvimento de determinadas atividades, em função do destaque deste na comunidade, viola o princípio da impessoalidade.

(CESPE/ TÉCNICO – SUPORTE ADMINISTRATIVO/ SERPRO/ 2013) No que tange à licitação no serviço público, julgue o item seguinte.

494. O agente público que pretenda realizar licitação por convite não é obrigado a publicar edital.

(CESPE/ PROCURADOR/ PGE/BA/ 2014) Em relação aos poderes administrativos, julgue os itens subsecutivos.

495. Ao secretário estadual de finanças é permitido delegar, por razões técnicas e econômicas e com fundamento no seu poder hierárquico, parte de sua competência a presidente de empresa pública, desde que o faça por meio de portaria.

496. A aplicação das penas de perda da função pública e de ressarcimento integral do dano em virtude da prática de ato de improbidade administrativa situa-se no âmbito do poder disciplinar da administração pública.

(CESPE/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ MDIC/ 2014) Acerca da organização administrativa e dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

497. Adotando-se o critério de composição do capital, podem-se dividir as entidades que compõem a administração indireta em dois grupos: um grupo, formado pelas autarquias e fundações públicas, cujo capital é exclusivamente público; e outro grupo, constituído pelas sociedades de economia mista e empresas públicas, cujo capital é formado pela conjugação de capital público e privado.

498. Suponha que determinado ato administrativo, percorrido seu ciclo de formação, tenha produzido efeitos na sociedade e, posteriormente, tenha sido reputado, pela própria administração pública, desconforme em relação ao ordenamento jurídico. Nesse caso, considera-se o ato perfeito, eficaz e inválido.

499. Se, em razão do grande número de contratações realizadas pela União, for criado um Ministério de Aquisições, ter-se-á, nessa situação, exemplo do fenômeno denominado desconcentração administrativa.

(CESPE/ AGENTE ADMINISTRATIVO DPF/ 2014) A respeito de processos licitatórios, julgue o seguinte item.

500. A transferência, mediante ato administrativo, da execução de determinado serviço público a uma autarquia configura descentralização administrativa por outorga.

(CESPE/ ANALISTA – GESTÃO EMPRESARIAL/ SERPRO/ 2013) No que concerne a sociedades de economia mista e empresas públicas, julgue os itens seguintes.

501. As sociedades de economia mista da União federal devem revestir-se da forma de sociedade anônima.

502. A sociedade de economia mista não se sujeita à falência, mas seus bens são penhoráveis e executáveis, e a entidade pública que a instituiu responde, subsidiariamente, pelas suas obrigações.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL/ TJDFT/ 2013) Em relação ao direito administrativo, julgue o item a seguir.

503. Pertence à justiça federal a competência para julgar as causas de interesse das empresas públicas, dado o fato de elas prestarem serviço público, ainda que detenham personalidade jurídica de direito privado.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRT 10ª REGIÃO/ 2013) Julgue o item a seguir, referente a atos administrativos.

504. A administração está obrigada a divulgar informações a respeito dos seus atos administrativos, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado e à proteção da intimidade das pessoas.

(CESPE/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ TCE/RO/ 2013) A respeito de atos administrativos e dos poderes administrativos, julgue o próximo item.

505. O poder discricionário é um poder absoluto e intocável, concretizando-se no momento em que o ato é praticado pela administração.

(CESPE/ ESCRIVÃO DE POLÍCIA/ PC/DF/ 2013) Considerando que os poderes administrativos são os conjuntos de prerrogativas de direito público que a ordem jurídica confere aos agentes administrativos para o fim de permitir que o Estado alcance seus fins, julgue o item seguinte.

506. Tanto a polícia administrativa quanto a polícia judiciária, embora tratem de atividades diversas, enquadram-se no âmbito da função administrativa do Estado, uma vez que representam atividades de gestão de interesse público.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRT 10ª REGIÃO/ 2013) Julgue o item a seguir, relativo à administração pública.

507. As ações judiciais promovidas contra sociedade de economia mista sujeitam-se ao prazo prescricional de cinco anos.

(CESPE/ PROMOTOR DE JUSTIÇA/ MPE/SC/ 2013)

508. Os agentes honoríficos não são servidores públicos, mas momentaneamente exercem uma função pública e, enquanto a desempenham, sujeitam-se à hierarquia e disciplina do órgão a que estão servindo, incidindo as proibições constitucionais de acumulação de cargos, funções ou empregos, tal como de mesário eleitoral e a função de jurado.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRT 17ª REGIÃO/ 2013) No que se refere aos poderes da administração, julgue o item a seguir.

509. O poder discricionário diz respeito à liberdade de atuação que possui a administração pública, podendo valorar a oportunidade e a conveniência da prática de ato administrativo, desde que sejam respeitados os limites legais.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – JUDICIÁRIA/ TJDFT/ 2013) No que se refere ao conceito de administração pública e à classificação dos órgãos públicos, julgue os itens seguintes.

510. Administração pública em sentido orgânico designa os entes que exercem as funções administrativas, compreendendo as pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes incumbidos dessas funções.

511. Os órgãos públicos classificam-se, quanto à estrutura, em órgãos singulares, formados por um único agente, e coletivos, integrados por mais de um agente ou órgão.

(CESPE/ AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL DEPEN/ 2013) Com referência à administração pública e seus agentes, julgue o item subsequente.

512. O princípio da impessoalidade, referido na Constituição Federal de 1988, nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de direito indica como objetivo do ato, de forma impessoal.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TJDFT/ 2013) Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item abaixo.

513. Se um particular sofrer dano quando da prestação de serviço público, e restar demonstrada a culpa exclusiva desse particular, ficará afastada a responsabilidade da administração. Nesse tipo de situação, o ônus da prova, contudo, caberá à administração.

(CESPE/ GRUPO GESTOR/ MPOG/ 2013) Julgue o item seguinte, a respeito do controle da administração.

514. Existem formas jurídicas de controle, como é o caso do controle judicial dos atos da administração, e formas administrativas de controle, como é o caso do pedido de certa comunidade à prefeitura de sua cidade para o asfaltamento das vias públicas de trânsito.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – JUDICIÁRIA/ TJDFT/ 2013) No que concerne aos atos administrativos, julgue o item abaixo.

515. São sempre convalidáveis os atos administrativos com vícios de competência, forma e motivo, mas não os atos com vícios de finalidade e objeto.

(CESPE/ TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/ TC/DF/ 2014) No que se refere ao ato administrativo, julgue os itens que se seguem.

516. Ato administrativo de manifesto conteúdo discriminatório editado por ministério poderá ser invalidado, com efeitos retroativos, tanto pela administração como pelo Poder Judiciário, ressalvados os direitos de terceiros de boa-fé.

517. Caso determinado servidor, no exercício de sua competência delegada, edite ato com vício sanável, a autoridade delegante poderá avocar a competência e convalidar o ato administrativo, independentemente da edição de novo ato normativo.

518. O aluguel, pelo TC/DF, de espaço para ministrar cursos de especialização aos seus servidores constitui ato administrativo, ainda que regido pelo direito privado.

(CESPE/ ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ MDIC/ 2014) Com relação aos agentes públicos e aos poderes da administração pública, julgue o item subsecutivo.

519. O exercício dos poderes administrativos não é uma faculdade do agente público, mas uma obrigação de atuar; por isso, a omissão no exercício desses poderes poderá ensejar a responsabilização do agente público nas esferas cível, penal e administrativa.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ ANTAQ/ 2014) No que se refere ao controle da administração pública, à improbidade administrativa e ao processo administrativo, julgue o item subsequente.

520. As decisões das agências reguladoras federais estão sujeitas à revisão ministerial, inclusive por meio de recurso hierárquico impróprio.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR/ CADE/ 2014) Acerca do terceiro setor e da responsabilidade civil do Estado, julgue o item subsequente.

521. Considere a seguinte situação hipotética. Otávio é dirigente de cooperativa destinada à promoção de assistência social em cuja estrutura há conselho administrativo, mas não conselho fiscal. Marcos é dirigente de fundação privada, sem fins lucrativos, destinada à promoção do voluntariado, em cujo organograma se encontra conselho fiscal, mas não conselho administrativo. Ambos os dirigentes buscam a qualificação das referidas entidades como organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Nessa situação, ambas as pessoas jurídicas mencionadas estão legalmente impedidas de serem qualificadas como OSCIP.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRT 10ª REGIÃO/ 2013)

522. As entidades paraestatais não se sujeitam à licitação, e seus empregados submetem-se ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, às normas acidentárias e à justiça trabalhista.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA TRT 17ª REGIÃO/ 2013) Julgue o próximo item, no que se refere à responsabilidade civil da administração pública.

523. A teoria do risco administrativo prega que a responsabilidade civil do Estado depende da comprovação da ausência do serviço público.

(CESPE/ DEFENSOR PÚBLICO/ DPE/PE/ 2015) A respeito dos servidores públicos, julgue o item subsequente.

524. Conforme entendimento atual do STF, é dever da administração pública nomear candidato aprovado em concurso público dentro das vagas previstas no edital, em razão do princípio da boa-fé e da proteção da confiança, salvo em situações excepcionais caracterizadas pela necessidade, superveniência e imprevisibilidade.

(CESPE/ ADMINISTRADOR/ MI/ 2013) Acerca de agentes administrativos, julgue os itens subsecutivos.

525. O dever de prestar contas do agente público refere-se exclusivamente aos atos relativos a dinheiro público e gestão financeira.

526. O desfazimento da nomeação de um agente administrativo somente pode ocorrer depois de assegurada a ele a garantia do contraditório e da ampla defesa.

(CESPE/ ESCRIVÃO DE POLÍCIA/ PC/DF/ 2013) Em relação ao controle legislativo dos atos administrativos, julgue o item a seguir.

527. O Poder Legislativo exerce controle sobre os atos da administração pública, contando com vários instrumentos para desempenhar tal atividade, por exemplo, o julgamento pelo Tribunal de Contas da União das contas prestadas pelo presidente da República.

(CESPE/ AGENTE DE POLÍCIA/ PC/DF/ 2013) Julgue os itens a seguir, concernentes à administração pública.

528. Os cargos em comissão e as funções de confiança podem ser preenchidos por livre escolha da autoridade administrativa entre pessoas sem vínculo com a administração pública.

529. Membros de Poder, detentores de mandato eletivo, ministros de Estado e secretários estaduais e municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado por ato administrativo de responsabilidade da mesa diretora ou do chefe de cada Poder. A remuneração dos servidores públicos, entretanto, só pode ser fixada ou alterada por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso.

(CESPE/ GRUPO GESTOR/ MPOG/ 2013) Com base no disposto na Lei n. 8.429/1992, que versa sobre improbidade administrativa, julgue o próximo item.

530. Não configura improbidade administrativa a conduta do servidor público que, ciente de conduta ilícita de colega ímprobo, de mesma hierarquia, não comunica o fato ao superior hierárquico.

(CESPE/ AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO/ TC-DF/ 2013) A respeito dos atos administrativos, julgue o item seguinte.

531. O fator limitador do ato administrativo discricionário é o critério da conveniência e oportunidade.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR/ MMA/ 2014) Julgue o item que se segue, com base nas disposições da Lei n. 8.112/1990 e da Lei n. 9.784/1999.

532. Considere que Pedro, técnico judiciário de um tribunal de justiça, tenha tomado posse no cargo de analista do ICMBio em 2011 e se aposentado voluntariamente, aos sessenta anos de idade, em 2012. Nessa situação hipotética, se Pedro requerer sua reversão ao instituto em 2014, ainda que haja cargo vago e interesse da administração, sua solicitação deverá ser indeferida.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ CGE/PI/ 2015) Julgue o item a seguir, acerca dos atos administrativos e da responsabilidade civil do Estado.

533. As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.

(CESPE/ PROMOTOR DE JUSTIÇA/ MPE/SC/ 2013 MPE/SC)

534. O ato discricionário praticado por autoridade incompetente, ou realizado por forma diversa da prescrita em lei, ou informado de finalidade estranha ao interesse público, é ilegítimo e nulo. Em tal circunstância, deixaria de ser ato discricionário para ser ato arbitrário e ilegal.

(CESPE/ ADMINISTRADOR/ FUB/ 2013) Com referência à Lei Federal n. 8.429/1992, também conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, julgue o item subsequente.

535. O agente público que venha a praticar ato de improbidade administrativa que cause lesão ao patrimônio público deverá ressarcir integralmente o dano e, caso venha a falecer antes de terminado o processo, seus sucessores responderão até o limite do valor da herança.

(CESPE/ TÉCNICO DO MPU – ADMINISTRAÇÃO/ MPU/ 2013) No que concerne aos atos administrativos, julgue o item abaixo.

536. Validade e eficácia são qualidades do ato administrativo cuja existência seja necessariamente pressuposta no plano fático.

(CESPE/ ANALISTA DE PLANEJAMENTO – GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL / ADMINISTRAÇÃO GERAL / ADMINISTRAÇÃO/ INPI/ 2013) A respeito da administração direta, indireta e fundacional, julgue o item que se segue.

537. As empresas públicas possuem todo o seu capital composto por recursos públicos, e as suas causas judiciárias tramitarão na Justiça Federal.

(CESPE/ AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL/ DEPEN/ 2013) No que se refere à organização administrativa, julgue o próximo item.

538. Sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, instituídas pelo Poder Público, sob qualquer forma jurídica, para exploração de atividades de natureza econômica ou execução de serviços públicos.

(CESPE/ ANALISTA DO MPU – DIREITO/ MPU/ 2013) Com base no disposto na Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o item subsequente.

539. A lei caracteriza como ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito a conduta do servidor público que implique o uso, em proveito próprio, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de órgãos e entidades da administração pública.

(CESPE/ ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – DIREITO/ CPRM/ 2013) Julgue o próximo item, referente ao controle e à responsabilização da administração pública.

540. O controle judicial do ato administrativo praticado pelo poder público aprecia exclusivamente a legalidade e a legitimidade do ato, nunca o mérito administrativo.

(CESPE/ AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO/ TC/ DF/ 2013) Com base na Lei de Improbidade Administrativa, julgue o item seguinte.

541. De acordo com a referida lei, a aplicação da pena de ressarcimento aos cofres públicos independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

(CESPE/ TÉCNICO DO MPU – SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE/ MPU/ 2015) Acerca de deveres, proibições e penalidades previstos na Lei n. 8.112/1990, julgue o item subsecutivo.

542. Atrasos constantes no cumprimento da jornada de trabalho podem caracterizar conduta desidiosa, procedimento que, de acordo com o estatuto dos servidores públicos civis da União, pode resultar em demissão.

(CESPE/ GRUPO GESTOR/ MPOG/ 2013) Julgue o item abaixo, referente aos regimes jurídicos dos agentes administrativos.

543. As constituições estaduais têm competência para regular aspectos próprios do regime estatutário dos servidores públicos, como aposentadoria, remuneração e vantagens pecuniárias.

(CESPE/ AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – DIREITO/ TCE/RO/ 2013) No que se refere ao controle da administração pública, julgue o item que se segue.

544. O Poder Legislativo tem competência para, ao constatar a existência de ilegalidades na execução de determinado contrato administrativo, solicitar ao Poder Executivo a adoção de medidas saneadoras, sob pena de sustação do contrato.

(CESPE/ TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/ FUB/ 2015) Com base no que dispõem as Leis n. 8.112/1990 e n. 9.784/1999, julgue o item que se segue.

545. Considere que João, de setenta anos de idade, servidor público federal aposentado por invalidez, tenha solicitado a reversão de sua aposentadoria. Nessa situação, mesmo que a junta médica oficial tenha concluído que o referido servidor não apresenta qualquer condição incapacitante para o exercício profissional, a administração deverá indeferir a solicitação de João.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRT 17ª REGIÃO/ 2013) Com relação aos atos administrativos, julgue o item seguinte.

546. O ato praticado com vício de competência não admite convalidação.

(CESPE/ TÉCNICO ADMINISTRATIVO/ ANS/ 2013) A respeito dos poderes administrativos, julgue o item seguinte.

547. O ato discricionário implica liberdade de atuação administrativa, contudo sempre nos limites previstos em lei.

(CESPE/ ADMINISTRADOR/ MS/ 2013) Em relação aos poderes administrativos, julgue o próximo item.

548. Considere que um servidor público, no exercício de suas atribuições, abuse do poder a ele conferido. Nessa situação, a invalidação dos atos por ele praticados pode ocorrer na própria esfera administrativa ou por meio de ação judicial, podendo, ainda, sua conduta configurar ilícito penal.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA/ TRT 10ª REGIÃO/ 2013) Em relação ao controle da administração pública, julgue o item seguinte.

549. Portaria de caráter normativo editada pelo Ministério da Educação que seja ilegal poderá ser sustada pelo Congresso Nacional.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ FUB/ 2015) Com base no que dispõem a Lei n. 9.784/1999, o Estatuto e o Regimento Geral da UnB, julgue o item que se segue.

550. Considere que, em um processo administrativo, um servidor público federal tenha requerido a concessão de vantagem pessoal. Considere, ainda, que a administração tenha fixado prazo para que o interessado apresentasse os documentos necessários à análise do pedido formulado e que esses documentos não tenham sido entregues no prazo estipulado. Nessa situação, o processo deverá ser arquivado.

GABARITO

278.	E	319.	C
279.	C	320.	C
280.	C	321.	E
281.	C	322.	C
282.	C	323.	C
283.	E	324.	E
284.	C	325.	C
285.	E	326.	E
286.	C	327.	E
287.	E	328.	E
288.	E	329.	E
289.	E	330.	E
290.	C	331.	E
291.	E	332.	C
292.	E	333.	C
293.	C	334.	E
294.	C	335.	E
295.	E	336.	E
296.	E	337.	C
297.	C	338.	E
298.	C	339.	C
299.	E	340.	C
300.	E	341.	C
301.	E	342.	C
302.	E	343.	C
303.	C	344.	E
304.	E	345.	C
305.	E	346.	E
306.	C	347.	C
307.	C	348.	E
308.	E	349.	E
309.	C	350.	E
310.	C	351.	E
311.	E	352.	C
312.	E	353.	E
313.	E	354.	C
314.	E	355.	C
315.	E	356.	E
316.	C	357.	E
317.	E	358.	C
318.	E	359.	E

360. E
361. C
362. C
363. E
364. E
365. E
366. E
367. E
368. C
369. C
370. E
371. E
372. E
373. E
374. E
375. C
376. E
377. C
378. C
379. E
380. E
381. C
382. C
383. C
384. C
385. E
386. E
387. C
388. E
389. C
390. C
391. E
392. C
393. E
394. E
395. C
396. C
397. C
398. E
399. C
400. E
401. E
402. E
403. E
404. E
405. C
406. C
407. E
408. E
409. C
410. E
411. C
412. C
413. C
414. E
415. C
416. E
417. E
418. C
419. C
420. C
421. E
422. E
423. E
424. E
425. E
426. E
427. E
428. C
429. E
430. C
431. E
432. C
433. E
434. C
435. E
436. C
437. C
438. E
439. C
440. C
441. C
442. C
443. E
444. E
445. C
446. E
447. C
448. E
449. C
450. E
451. C
452. E
453. E
454. C
455. C
456. C
457. C
458. E
459. E
460. C
461. C
462. C
463. C
464. E
465. E
466. E
467. C
468. E
469. C
470. C
471. C
472. C
473. E
474. C
475. C
476. C
477. C
478. C
479. C
480. E
481. C
482. E
483. C
484. E
485. C
486. C
487. E
488. E
489. C
490. E
491. C
492. E
493. C
494. C
495. E
496. E
497. E
498. C
499. C
500. E
501. C
502. C
503. E
504. C
505. E
506. C
507. E
508. E
509. C
510. C
511. E
512. C
513. C
514. C
515. E
516. C
517. C
518. E
519. C
520. C
521. E
522. E
523. E
524. C
525. E
526. C
527. E
528. E
529. E
530. E
531. E
532. C
533. E
534. C
535. C
536. C
537. C
538. E
539. C
540. C
541. E
542. C
543. C
544. C
545. C
546. E
547. C
548. C
549. C
550. E

LÍNGUA PORTUGUESA

(CESPE/ ESTATÍSTICO/ FUB/ 2015)

"O preconceito linguístico é um equívoco, e tão nocivo quanto os outros. Segundo Marcos Bagno, especialista no assunto, dizer que o brasileiro não sabe português é um dos mitos que compõem o preconceito mais presente na cultura brasileira: o linguístico".

A redação acima poderia ter sido extraída do editorial de uma revista, mas é parte do texto *O oxente e o ok*, primeiro lugar na categoria opinião da 4ª Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, realizada pelo Ministério da Educação em parceria com a Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC).

A autora do artigo é estudante do 2º ano do ensino médio em uma escola estadual do Ceará, e foi premiada ao lado de outros dezenove alunos de escolas públicas brasileiras, durante um evento em Brasília, no último mês de dezembro. Como nos três anos anteriores, vinte alunos foram vencedores — cinco em cada gênero trabalhado pelo projeto. Além de opinião (2º e 3º anos do ensino médio), a olimpíada destacou produções em crônica (9º ano do ensino fundamental), poema (5º e 6º anos) e memória (7º e 8º anos). Tudo regido por um só tema: "O lugar em que vivo".

Língua Portuguesa, 1/2015. Internet: <www.revistalingua.uol.com.br> (com adaptações).

No que se refere aos sentidos, à estrutura textual e aos aspectos gramaticais do texto, julgue os itens a seguir.

551. A inserção de vírgula antes do "que" (ℓ. 3) provocaria alteração de sentido no texto.

552. O termo "o brasileiro" (ℓ. 3) exerce a função de sujeito da oração em que se insere.

553. Os trechos "especialista no assunto" (ℓ. 3), "o linguístico" (ℓ. 5) e "primeiro lugar na categoria opinião da 4ª Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro" (ℓ. 8 e 9) exercem a mesma função sintática, a de aposto.

554. O elemento coesivo "mas" (ℓ. 7) inicia uma oração coordenada que exprime a ideia de concessão em uma sequência de fatos.

555. De acordo com as informações constantes do texto acima, a 4ª Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro contou com a participação de alunos da rede pública que trabalharam com cinco gêneros textuais, tendo ficado em primeiro lugar na categoria opinião o texto *O oxente e o ok*.

556. De acordo com o primeiro parágrafo do texto, para o especialista Marcos Bagno, o preconceito linguístico nasce da ideia de que existe uma única língua portuguesa correta.

557. Na linha 18, caso o travessão fosse substituído por dois-pontos, não haveria prejuízo para a correção gramatical do texto.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – SAÚDE BUCAL/ STJ/ 2015)

Julgue os itens subsequentes, relativos às estruturas linguísticas do texto *Teoría General Del Derecho*.

O problema da justiça refere-se à correspondência, ou não, entre a norma e os valores supremos ou finais que inspiram determinado ordenamento jurídico. Não importa comentar se existe um ideal de bem comum, idêntico para todos os tempos e para todos os lugares. Todo ordenamento jurídico persegue certos fins e esses representam os valores a cuja realização o legislador, mais ou menos conscientemente e adequadamente, dirige sua própria atividade. Quando se considera que há valores absolutos, objetivamente evidentes, a pergunta acerca de se uma norma é justa ou injusta equivale a perguntar se esta é apta ou não a realizar aqueles valores. No caso de não se acreditar em valores absolutos, o problema da justiça ou da injustiça de uma norma tem um sentido: equivale a perguntar se essa norma é apta ou não a realizar os valores históricos que inspiram esse ordenamento jurídico, concreta e historicamente determinado.

Norberto Bobbio. Teoría general del derecho. Bogotá/CO: Temis S.A., 1999, p. 20-2 (tradução livre, com adaptações).

De acordo com as ideias do texto *Teoría General Del Derecho*,

558. Na estrutura textual, o vocábulo "esta" (ℓ.12) e a expressão "aqueles valores" (ℓ.13) fazem referência, respectivamente, ao termo "norma" (ℓ.11) e à expressão "valores absolutos" (ℓ.10).

559. Na concatenação das ideias do texto, ocorre uma sequenciação textual conjugada entre a oração iniciada com "Quando" (ℓ.9) e a oração começada por "No caso de" (ℓ.13).

560. Na linha 18, caso se substituísse o vocábulo "concreta" por **concreto**, não haveria prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos originais do texto, já que esse novo termo concordaria com a expressão "ordenamento jurídico".

561. Sem prejuízo para a correção gramatical e para a coerência do texto, o primeiro período poderia ser assim reescrito: A questão da justiça concerne a correspondência ou não entre a norma e valores absolutos, ou finais, inspiradores de dado ordenamento jurídico.

562. A questão de se definir se uma norma jurídica é justa ou injusta é um problema deontológico do direito, ou seja, remete a um juízo de valor.

563. Estudar o problema da justiça ou da injustiça de uma norma jurídica pressupõe o exame de sua aptidão para o ideal do bem comum.

564. O problema da justiça é estudado a partir da análise entre o mundo ideal e o mundo real, entre o dever-ser, que representa a norma justa, e o não dever-ser, que corresponde à norma injusta.

(CESPE/ ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – ANALISTA SUPERIOR SUBITIVIDADE – ADMINISTRATIVO/ TELEBRAS/ 2015)

A reestruturação do setor de telecomunicações no Brasil veio acompanhada da privatização do Sistema TELEBRAS — operado pela Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRAS) —, monopólio estatal vertical mente integrado e organizado em diversas subsidiárias, que prestava serviços por meio de uma rede de telecomunicações interligada, em todo o território nacional.

A ideia básica do novo modelo era a de adequar o setor de telecomunicações ao novo contexto de globa liza ção econômica, de evolução tecnológica setorial, de novas exigências de diversificação e modernização das redes e dos serviços, além de permitir a universalização da prestação de serviços básicos, tendo em vista a elevada demanda reprimida no país.

A privatização, ao contrário do que ocorreu em diversos países em desenvolvimento e mesmo em outros setores de infraestrutura do Brasil, foi precedida da montagem de detalhado modelo institucional, dentro do qual se destaca a criação de uma agência reguladora independente e autônoma, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Além disso, a reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro foi precedida de reformas setoriais em vários outros países, o que trouxe a possibilidade de aprendizado com as experiências

José Claudio Linhares Pires. A reestruturação do setor de telecomunicações no Brasil. Internet: <www.bndespar.com.br> (com adaptações).

Conforme as ideias veiculadas no texto *A reestruturação do setor de telecomunicações no Brasil,*

565. O rompimento do monopólio do Sistema TELEBRAS ocorreu com vistas à adequação desse sistema às necessidades do mercado globalizado.

566. Antes da privatização do Sistema TELEBRAS, a prestação de serviços básicos de telecomunicações era feita de forma global e universal, abrangendo todos os rincões do país.

No que se refere às estruturas linguísticas e às ideias do texto *A reestruturação do setor de telecomunicações no Brasil*, julgue os itens seguintes.

567. A substituição de "autônoma" (ℓ. 20) por **com autonomia** prejudicaria a correção gramatical do texto.

568. Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, nas estruturas "da privatização" (ℓ. 2), "da montagem" (ℓ.17) e "de reformas setoriais" (ℓ. 22 e 23), os elementos sublinhados podem ser substituídos, respectivamente, pelas formas **pela**, **pela** e **por**.

569. O trecho "monopólio estatal verticalmente integrado e organizado em diversas subsidiárias" (ℓ. 4 e 5) funciona, sintaticamente, como expressão explicativa em relação a "Sistema TELEBRAS" (ℓ. 2 e 3).

570. A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam preservados se, no primeiro parágrafo, todas as vírgulas fossem eliminadas e a forma verbal "prestava" (ℓ. 6) fosse substituída por **prestavam**.

571. No segundo parágrafo do texto, há relação de encadeamento entre "adequar" (ℓ.8) e "permitir" (ℓ.12), formas que se relacionam com a expressão "A ideia básica do novo modelo" (ℓ.8).

572. Relativamente à adequação do setor de telecomunicações ao novo contexto de evolução tecnológica setorial e de diversificação e modernização das redes e dos serviços, o pressuposto era o de que a administração privada, mas regulada, dos serviços de telecomunicação poderia proporcionar eficiência, qualidade, presteza e resultados positivos a esses serviços.

573. Com a reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro, o Estado, por meio da ANATEL, passou a exercer controle total desse setor de serviços, definindo, entre outros aspectos, o modo como as empresas prestadoras de serviços de telecomunicação devem se comportar no mercado, quanto investirão e de que modo o farão.

(CESPE/ ESTATÍSTICO/ FUB/ 2015)

Estação do ano mais aguardada pelos brasileiros, o verão não é sinônimo apenas de praia, corpos à mostra e pele bronzeada. O calor extremo provocado por massas de ar quente — fenômeno comum nessa época do ano, mas acentuado na última década pelas mudanças climáticas — traz desconfortos e riscos à saúde. Não se trata somente de desidratação e insolação. Um estudo da Faculdade de Saúde Pública de Harvard (EUA), o maior a respeito do tema feito até o momento, mostrou que as temperaturas altas aumentam hospitalizações por falência renal, infecções do trato urinário e até mesmo sepse, entre outras enfermidades. "Embora tenhamos feito o estudo apenas nos EUA, as ondas de calor são um fenômeno mundial. Portanto, os resulta-

dos podem ser considerados universais", diz Francesca Domininci, professora de bioestatística da faculdade e principal autora do estudo, publicado no jornal Jama, da Associação Médica dos Estados Unidos. No Brasil, não há estudos específicos que associem as ondas de calor a tipos de internações. "Não é só aí. No mundo todo, há pouquíssimas investigações a respeito dessa relação", afirma Domininci. "Precisamos que os colegas de outras partes do planeta façam pesquisas semelhantes para compreendermos melhor essa importante questão para a saúde pública", observa.

Internet: <www.correioweb.com.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e às estruturas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

574. Seria mantida a correção gramatical do período caso o fragmento "Estação do ano mais aguardada pelos brasileiros" (ℓ. 1 e 2) fosse deslocado e inserido, entre vírgulas, após "verão" (ℓ. 2) feitos os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas.

575. Os acentos gráficos das palavras "bioestatística" e "específicos" têm a mesma justificativa gramatical.

576. Mantêm-se a correção gramatical e o sentido original do texto ao se substituir "há" (ℓ.19) por **existe**.

577. Depreende-se das informações do texto que o calor causado por massas de ar quente e intensificado por mudanças climáticas transformou o verão em uma estação prejudicial à saúde das pessoas, pelo aumento de hospitalizações por doenças como falência renal.

578. Elementos presentes no texto permitem classificá-lo como narrativo.

579. O termo "aí" (ℓ. 20) tem como referente "Brasil" (ℓ. 19).

580. O emprego da vírgula após "momento" (ℓ. 9) explica-se por isolar o adjunto adverbial, que está anteposto ao verbo, ou seja, deslocado de sua posição padrão.

581. Infere-se do texto que ainda falta a contribuição de muitos países para as pesquisas que associem altas temperaturas a internações por enfermidades relacionadas aos efeitos do calor.

(CESPE /CONHECIMENTOS BÁSICOS /TJDFT /2015)

Acerca dos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens seguintes.

Os juízes que se deparam com o tema dos conflitos familiares e da violência doméstica assistem a situações de violência extrema, marcadas pelo abuso das relações de afeto e parentesco, pela deslealdade nas relações íntimas de afeto e confiança. A violência doméstica exclui e segrega os integrantes da família, pois as vítimas são muitas vezes consideradas responsáveis pelas agressões que sofrem. É a mulher agredida quem "gosta de apanhar", é a criança espancada quem "provoca" os pais. Obviamente os membros da família ficam apavorados diante da possibilidade da agressão e da exclusão e temem pela própria vida quando dependem da família para sobreviver emocional ou materialmente. Assim, todos são atingidos pela agressão a um deles dirigida.

Importa destacar que a violência intrafamiliar pode se dar tanto de forma omissiva, pela ausência de cuidados necessários ao desenvolvimento do indivíduo, de alimentação regular e abrigo, quanto comissiva, pela prática de atos que violam a liberdade e a integridade física e psíquica da vítima, agressões físicas ou verbais. Esses atos são capazes de gerar sentimento de insegurança nos membros da família.

No âmbito doméstico, as agressões decorrem da vontade de dominar e subjugar o mais fraco, da luta por poder dentro de casa. A maior parte dos ataques tem motivos banais, como o espancamento de mulheres que se recusam a preparar o almoço ou a esquentar a comida dos companheiros, ou, como no caso das crianças, o choro excessivo.

O processo judicial restaura a verdade dos fatos. O agressor é sentado no banco dos réus e é tratado como tal. A vítima tem o direito de expor a dor, o sofrimento e exigir a reparação devida. Muitas vezes não se persegue o encarceramento do agressor, mas apenas a responsabilização pelos atos, de natureza cível ou criminal.

O juiz observa as partes com os olhos da lei, da equidade, da justiça. A justiça analisa tais casos dia após dia, noite após noite, e os diversos agentes envolvidos no amparo e proteção às vítimas desenvolvem sensibilidade especial para o tema. E, movidos pela empatia com os mais fracos nas relações sociais e familiares, buscam ajudar a restabelecer a linguagem de respeito entre os membros da comunidade familiar, propiciando o resgate dos sentimentos que a mantêm coesa e saudável.

Theresa Karina de Figueiredo Gaudêncio Barbosa. Paz em casa. In: Correio Braziliense, 26/2/2015 (com adaptações).

No que se refere às ideias apresentadas no texto, julgue os itens que se seguem.

582. Na linha 1, o "que" é um elemento expletivo, empregado apenas para dar realce a "Os juízes".

583. Em "Importa destacar" (ℓ. 15), a oração "destacar" exerce função de sujeito.

584. Em "não se persegue" (ℓ. 32 e 33), a partícula "se" está empregada como um recurso para indeterminar o sujeito.

585. Em "que a mantêm coesa e saudável" (ℓ. 44), o deslocamento do pronome "a" para logo após a forma verbal "mantêm" prejudicaria a correção gramatical do período.

586. No primeiro parágrafo, as aspas foram empregadas em trechos que reproduzem discursos de outras pessoas, e não da autora do texto.

587. A busca da manutenção de relações de poder assimétricas motiva grande parte dos atos de violência doméstica.

Cada um dos itens a seguir, que apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto — entre aspas —, deve ser julgado certo se, ao mesmo tempo, a proposta estiver gramaticalmente correta e não acarretar prejuízo ao sentido original do texto, ou errado, em caso contrário.

588. "O agressor [...] como tal" (ℓ. 30 e 31): O agressor senta-se no banco dos réus e como réu ele é considerado.

589. Nos casos de violência doméstica, muito comumente, há o que se pode denominar inversão da culpa, ou seja, observam-se vítimas sendo tratadas pelos seus agressores como responsáveis pela violência que sofrem.

590. "Esses atos [...] membros da família" (ℓ. 21 e 22): É capaz desses atos gerarem sentimento de insegurança nos membros da família.

591. Em se tratando de violência doméstica, o objetivo do processo judicial é a responsabilização do agressor, estando a prisão desse agressor relegada a último plano.

592. A palavra-chave referente à violência intrafamiliar omissiva é omissão, ao passo que a referente à violência intrafamiliar comissiva é ação.

593. "Obviamente os membros da família [...] da agressão" (ℓ. 10 e 11): Os integrantes da família apavoram-se, de fato, perante à possibilidade da agressão.

Tendo como referência os aspectos gramaticais do texto, julgue os próximos itens.

A natureza é capaz de produzir materiais preciosos, como o ouro e o cobre — condutor de ENERGIA ELÉTRICA.

O ouro já é escasso. A energia elétrica caminha para isso. Enquanto cientistas e governos buscam novas fontes de energia sustentáveis, faça sua parte aqui no TJDFT:

— Desligue as luzes nos ambientes onde é possível usar a iluminação natural.

— Feche as janelas ao ligar o ar- condicionado.

— Sempre desligue os aparelhos elétricos ao sair do ambiente.

— Utilize o computador no modo espera. Fique ligado! Evite desperdícios. Energia elétrica. A natureza cobra o preço do desperdício.

Internet: <www.tjdft.jus.br> (com adaptações).

Considerando as ideias expressas no texto, bem como seus aspectos tipológicos e linguísticos, julgue os itens subsequentes.

594. A substituição da palavra "energia", em "novas fontes de energia sustentáveis" (ℓ. 4 e 5) por energias prejudicaria a clareza do texto, por resultar em ambiguidade em relação ao termo que a palavra "sustentáveis" modifica.

595. A oração "de produzir materiais preciosos" (ℓ. 1 e 2) e o termo "de ENERGIA ELÉTRICA" (ℓ. 2) desempenham a mesma função sintática no período.

596. A vírgula empregada logo depois de "sustentáveis" (ℓ. 6) é obrigatória, e sua supressão prejudicaria a correção gramatical do texto.

597. O pronome "isso" (ℓ. 5) retoma a ideia expressa no primeiro período do parágrafo, ou seja, refere-se ao fato de o ouro ser escasso.

598. Na linha 2, o termo "como o ouro e o cobre" expressa uma informação que torna mais preciso o significado de "materiais preciosos" (ℓ. 2).

599. A oração "usar a iluminação natural" (ℓ. 8) exerce a função de complemento do adjetivo "possível" (ℓ. 7).

600. A expressão "Fique ligado" (ℓ. 12), típica da oralidade, é empregada no texto com o significado de fique atento e funciona como uma estratégia para estabelecer uma relação de proximidade com o interlocutor.

601. Há no texto elementos característicos das tipologias expositiva e injuntiva.

602. A finalidade do texto é alertar o interlocutor sobre as consequências que podem resultar do desperdício de energia elétrica e apresentar-lhe um conjunto de ações recomendadas pelo TJDFT com vistas a evitar o desperdício de energia elétrica.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – COMUNICAÇÃO SOCIAL/ STJ/ 2015)

Julgue os itens que se seguem, relativos às estruturas linguísticas do texto *Estado social e princípio da solidariedade.*

A ideia de solidariedade acompanha, desde os primórdios, a evolução da humanidade. Aristóteles, por exemplo, em clássica passagem, afirma que o homem não é um ser que possa viver isolado; é, ao contrário, ordenado teleologicamente a viver em sociedade. É um ser que vive, atua e relaciona-se na comunidade, e sente-se vinculado aos seus semelhantes. Não pode renunciar à sua condição inata de membro do corpo social, porque apenas os animais e os deuses podem prescindir da sociedade e da companhia de todos os demais.

O primeiro contato com a noção de solidariedade mostra uma relação de pertinência: as nossas ações sociais incidem, positiva ou negativamente, sobre todos os demais membros da comunidade. A solidariedade implica, por outro lado, a corresponsabilidade, a compreensão da transcendência social das ações humanas, do coexistir e do conviver comunitário. Percebe-se, aqui, igualmente, a sua inegável dimensão ética, em virtude do necessário reconhecimento mútuo de todos como pessoas, iguais em direitos e obrigações, o que dá suporte a exigências recíprocas de ajuda ou sustento.

A solidariedade, desse modo, exorta atitudes de apoio e cuidados de uns com os outros. Pede diálogo e tolerância. Pressupõe um reconhecimento ético e, portanto, corresponsabilidade. Entretanto, para que não fique estagnada em gestos tópicos ou se esgote em atitudes episódicas, a modernidade política impõe a necessidade dialética de um passo maior em direção à justiça social: o compromisso constante com o bem comum e a promoção de causas ou objetivos comuns aos membros de toda a comunidade.

Marcio Augusto de Vasconcelos Diniz. Estado social e princípio da solidariedade. In: Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, Vitória, n.3, p. 31-48, jul.-dez./2008.internet: <www.fdv.br>(com adaptações).

De acordo com as ideias do texto *Estado social e princípio da solidariedade,*

603. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados se a oração "A solidariedade, desse modo, exorta atitudes de apoio e cuidados de uns com os outros" (ℓ. 23 e 24) fosse reescrita da seguinte forma: Atitudes de apoio e cuidados de uns com os outros são exigidas para o exercício da solidariedade.

604. A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se empregasse o sinal indicativo de crase no vocábulo "a" em "dá suporte a exigências recíprocas" (ℓ. 21 e 22).

605. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso se inserisse o pronome se imediatamente antes da forma verbal "pode" (ℓ. 7).

606. Nas linhas 18 e 19, a expressão "a sua inegável dimensão ética" constitui o sujeito da forma verbal "Percebe-se".

607. Os animais e os deuses podem viver isoladamente, sem participação em uma comunidade, mas não os seres humanos.

608. A solidariedade é uma característica inata dos seres humanos.

609. O fato de as ações sociais de cada indivíduo incidirem sobre todos os demais membros da comunidade ratifica a dimensão ética da solidariedade, conquanto o reconhecimento mútuo de todos como pessoas iguais em direitos e obrigações configure-se como uma necessidade.

610. O compromisso constante com o bem comum e a promoção de causas ou objetivos comuns aos membros de toda a comunidade contribuem para que a solidariedade não fique restrita a ações locais e(ou) eventuais.

(CESPE/ ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/ FUB/ 2015)

Ofício n. 0072/2015/PROGRAD

Brasília, 30 de junho de 2015.

Senhor Professor,

Como Pró-Reitor de Graduação, cabe-me agradecer a Vossa Senhoria os serviços prestados para o alcance, com êxito, dos objetivos da Pró-Reitoria durante o primeiro período letivo de 2015.

Nesta oportunidade, expresso oficialmente o reconhecimento, por esta Universidade, de vosso trabalho e dedicação como colaborador direto, na direção do Departamento de Registro Acadêmico.

Isso posto, estendo o reconhecimento a vossos colaboradores e subscrevo-me atenciosamente.

Fulano de tal,
Pró-Reitor

Tendo como referência a comunicação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir à luz das Normas para **Padronização de Documentos da Universidade de Brasília.**

611. No corpo do documento apresentado, faculta-se o emprego de negrito ou de aspas no nome Departamento de Registro Acadêmico, com o intuito de destacá-lo.

612. Caso o texto do ofício ocupasse duas páginas, o verso do papel deveria ser impresso com as distâncias das margens direita e esquerda invertidas.

613. O expediente em análise deveria ter sido redigido sob a forma de carta, devido ao fato de ser essa a comunicação oficial adequada para agradecimentos.

614. O número do documento apresentado segue a obrigatoriedade de que, em ofícios, assim como em memorandos e resoluções, sejam preenchidos com zeros os espaços dos números compostos por menos de quatro dígitos.

615. Considerando-se o emprego de pronomes nas comunicações oficiais, poder-se-iam empregar, alternativamente, as formas pronominais possessivas **vosso** e **vossos** na terceira pessoa.

TEXTO I

Anísio Spínola Teixeira nasceu no dia 12 de julho de 1900, em Caetité-BA, onde passou os primeiros anos de vida sob os cuidados da mãe, Anna Spínola Teixeira.

O pai, Deocleciano Pires Teixeira, sonhava que o

filho fosse político e o mandou estudar no Rio de Janeiro. Anísio diplomou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922.

Como educador, Teixeira viajou para a Europa e os Estados Unidos da América para observar os sistemas escolares. No Brasil, defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como forma de garantir a democracia e foi o primeiro a tratar a educação com base filosófica.

Instituiu na Bahia, em 1950, a primeira escola-parque, que procurava oferecer à criança uma escola integral, que cuidasse da alimentação, da higiene, da socialização, além do preparo para o trabalho. Nas escolas-parques, os alunos ainda tinham contato com as artes plásticas. Naquela época, essas aulas eram orientadas por profissionais de renome, como Caribé e Mário Cravo.

Sempre brigou pela democracia na educação. Publicou vários livros defendendo a educação e a cultura para todos. Foi um dos fundadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Universidade de Brasília (UnB), da qual foi reitor em 1963.

Candidatou-se à Academia Brasileira de Letras, em 1971, mas faleceu antes da eleição, ao cair no poço do elevador de seu prédio, em 11 de março de 1971, quando saía para visitar Aurélio Buarque de Holanda.

Internet: <www.unb.br> (com adaptações).

Com base nas ideias e estruturas linguísticas do texto I, julgue os itens subsecutivos.

616. No primeiro período do quarto parágrafo, feitos os devidos ajustes de pontuação, o deslocamento da expressão "em 1950" para o final do período preservaria a correção do texto, mas acarretar-lhe-ia ambiguidade.

617. Sem prejuízo para a correção gramatical e os sentidos do texto, o trecho "que cuidasse da alimentação [...] para o trabalho" (ℓ. 15 e 16) poderia ser assim reescrito: que cuidasse de alimentação, higiene e socialização dos alunos, além do preparo para o trabalho.

618. Nas linhas 17 e 18, a expressão "essas aulas" retoma, semanticamente, "artes plásticas", razão por que se pode inferir que Caribé e Mário Cravo orientavam aulas de artes plásticas nas escolas-parques.

619. Em "à criança" (ℓ.14), caso o vocábulo "criança" fosse empregado no plural, o acento indicativo de crase deveria ser mantido.

620. A forma nominal "filho" (ℓ. 5) e a forma pronominal "se" (ℓ. 6 e 25) referem-se a Anísio Spínola Teixeira.

621. O emprego do acento indicativo de crase em "Candidatou-se à Academia Brasileira de Letras" (ℓ. 25) é obrigatório, devido à fusão da preposição que segue a forma verbal com o artigo definido feminino singular que precede o termo "Academia".

622. O texto é essencialmente narrativo, haja vista a predominância do emprego de formas verbais no pretérito.

(CESPE/ ANALISTA – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/ MPOG/ 2015)

Acerca das estruturas linguísticas do texto *A gestão pública adaptada ao novo paradigma da eficiência*, julgue os itens subsecutivos.

As mudanças políticas, sociais e culturais, nos últimos vinte anos, fizeram-se sentir no âmbito do direito administrativo e, mais especificamente, na forma de administrar a coisa pública. Diante dessa nova realidade, para atender às necessidades fundamentais da sociedade de forma eficaz e com o menor custo possível, a administração pública precisou aperfeiçoar sua atuação, afastando-se da administração burocrática e adotando uma administração gerencial.

A antiga forma de administrar empregada pela administração pública calcava-se essencialmente em uma gestão eivada de processos burocráticos, criados para evitar desvios de recursos públicos, o que a tornava pouco ágil, pouco econômica e ineficiente. A nova administração gerencial tende a simplificar a atividade do gestor público sem afastá-lo, porém, da legalidade absoluta, uma vez que dispõe de valores públicos que devem ser bem empregados para garantir que os direitos fundamentais dos cidadãos sejam atendidos.

Assim, implementou-se a administração gerencial e, para isso, foi necessário que os agentes públicos mudassem suas posturas e se adequassem para desenvolver a nova gestão pública. O novo gestor público precisou lançar mão de técnicas de gestão utilizadas pela iniciativa privada e verificou, ainda, que era necessário o acompanhamento constante da execução das atividades propostas, para que efetivamente se chegasse a uma gestão eficiente, uma gestão por resultados.

Para levar a cabo o novo modelo de gestão pública, será preciso adotar novas tecnologias e promover condições de trabalho adequadas, assim como mudanças culturais, desenvolvimento pessoal dos agentes públicos, planejamento de ações e controle de resultados.

Maria Denise Abeijon Pereira Gonçalves. A gestão pública adaptada ao novo paradigma da eficiência. Internet: <www.egov.ufsc.br> (com adaptações).

De acordo com as ideias do texto *A gestão pública adaptada ao novo paradigma da eficiência*,

623. A correção gramatical do período seria preservada ao se substituir "implementou-se" (ℓ.20) por **foi implementada.**

624. As vírgulas empregadas nas linhas 3 e 7 isolam segmento de natureza adverbial: "para atender [...] custo possível".

625. Na linha 29, a correção gramatical do trecho seria mantida, caso se inserisse acento indicativo de crase no vocábulo “a” que compõe a locução “a cabo”.

626. Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos originais do texto, o vocábulo “eivada” (ℓ.12) poderia ser substituído por **repleta**.

627. O conceito de gestão pública eficiente relaciona-se ao emprego de técnicas de administração consagradas pelas empresas do setor privado e ao controle constante dos processos e dos resultados.

628. Há relação de causa e efeito entre as transformações políticas, sociais e culturais e as mudanças ocorridas no âmbito da administração pública.

629. A concepção de administração gerencial apresenta aspectos positivos e negativos: por um lado, abre espaço para a desburocratização dos processos e, por outro, pode provocar o desrespeito à legalidade no atendimento das demandas da população pelo gestor estatal.

O conceito de planejamento surgiu no final do século XIX, na Inglaterra, como um conceito vinculado ao planejamento de cidades. Data dessa época, por exemplo, o conceito de “cidade-jardim” (Howard, 1902), segundo o qual se poderia planejar uma cidade, distribuindo-se espacialmente suas funções, a fim de tornar o espaço mais agradável a todos. Esse conceito gerou forte impacto na área de urbanismo do século passado, com o aparecimento de várias cidades-jardim ao redor do mundo. Até essa época, planejamento era função estritamente técnica do urbanista ou do arquiteto, considerados uma espécie de visionários. Com a criação da União Soviética, no início da década de 20 do século passado, outra vertente de planejamento apareceu: o planejamento econômico centralizado. Sob essa ótica, o Estado teria completo controle sobre os recursos e os distribuiria de acordo com planos e metas determinados por políticos ou burocratas. Já a partir da década de 70 do século passado, o conceito de planejamento não era mais tão visto como um instrumento técnico e, sim, como um instrumento político capaz de moldar e de articular os diversos interesses envolvidos no processo de intervenção de políticas públicas. O planejador deveria ser o mediador dos interesses da sociedade no processo, e o resultado final deveria ser encontrado preferivelmente em consenso.

José Antônio Puppim de Oliveira. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

Considerando as estruturas linguísticas e os sentidos do texto anterior — *Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas* —, julgue os próximos itens.

630. A correção gramatical do texto seria mantida caso o trecho “Com a criação [...] apareceu” (ℓ.12 a 15) fosse assim reescrito: No início da década de 20 do século passado, outra vertente de planejamento apareceu, relacionada a criação da União Soviética.

631. Infere-se do texto que o conceito de planejamento sempre esteve relacionado à construção de cidades planejadas.

632. Depreende-se do texto que, após 1970, o Estado planejador passou a agir, considerando como premissa o fato de que a técnica propicia o consenso necessário à consecução de políticas públicas.

633. Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos originais do texto, seu segundo período poderia ser assim reescrito: O conceito de cidade-jardim, por exemplo, proposto por Howard (1902), data dessa época. De acordo com esse conceito, uma cidade poderia ser planejada por meio da distribuição espacial de suas funções, com a finalidade de tornar o espaço mais aprazível para as pessoas.

634. A locução “capaz de” (ℓ.22) poderia, sem prejuízo do sentido original do texto, ser substituída por **para**.

(CESPE/ ANALISTA JUDICIÁRIO – COMUNICAÇÃO SOCIAL/ STJ/ 2015)

Acerca das estruturas linguísticas do texto *Evolução histórica da responsabilidade civil e efetivação dos direitos humanos*, julgue os itens a seguir.

A história da responsabilidade civil entrelaça-se com a história da sanção. O homem primitivo atribuía (e algumas tribos indígenas ainda o fazem) a fenômenos da natureza caráter punitivo, cominado por espíritos ou deuses. Nas relações entre os homens, à ofensa correspondia a vingança privada, brutal e ilimitada, como se esta desfizesse a ofensa praticada.

No período pré- romano da história ocidental, a sanção tinha fundamento religioso e pretensão de satisfação da divindade ofendida pela conduta do ofensor. Nesse período, surgiu a chamada Lei do Talião, do latim *Lex Talionis* — *Lex* significando lei e *Talionis*, tal qual ou igual. É de onde se extraiu a máxima “Olho por olho, dente por dente”, encontrada, inclusive, na Bíblia.

Embora hoje possa parecer pouco razoável a ideia de sanção baseada na retaliação ou na prática pelo ofendido de ato da mesma espécie da que o ofensor praticou contra ele, a *Lex Talionis,* em verdade, representou grande avanço, pois, da vingança privada, passou-se a algo que se pode chamar de justiça privada. Com a justiça privada, o tipo de pena ou sanção deixou de ser uma surpresa para seu destinatário, e não mais correspondia a todo e qualquer ato que o ofendido pretendesse; ao contrário, a punição do ofensor passou a sofrer os limites da extensão e da intensidade do dano causado.

Obviamente, isso quer dizer que, se o dano fosse físico, a retaliação também o seria; por outro lado,

fosse a ofensa apenas moral, não poderia ser de outra natureza o ato do ofendido contra o originário ofensor.

Carlos B. I. Silva e Cynthia L. Costa. Evolução histórica da responsabilidade civil e efetivação dos direitos humanos. In: Renata F. de Barros e Paula Maria T. Lara (Orgs.). Direitos humanos: um debate contemporâneo. Raleigh, Carolina do Norte, EUA: Lulu Publishing, 2012, p. 69-70. Internet: <https://books.google.com.br> (com adaptações).

Julgue os seguintes itens com base nas ideias veiculadas no texto *Evolução histórica da responsabilidade civil e efetivação dos direitos humanos.*

635. A substituição das formas verbais "deixou" (ℓ. 21), "correspondia" (ℓ. 22) e "passou" (ℓ. 23) por **deixa**, **corresponde** e **passa**, respectivamente, manteria a correção e a coerência do texto.

636. Do ponto de vista sintático, as vírgulas que isolam a frase "se o dano fosse físico" (ℓ. 26 e 27) são de emprego facultativo, razão por que a correção do texto seria preservada caso se eliminassem ambas ou se apenas uma delas — seja a primeira, seja a segunda — fosse eliminada.

637. Na linha 12, a vírgula que se segue ao vocábulo "Talionis" representa a elipse da forma verbal "significando".

638. A menção à Bíblia, no final do segundo parágrafo, reforça a defesa da Lei do Talião, a qual se encontra implicitamente presente no texto.

639. A diferença entre a vingança privada e a justiça privada é que, nesta, a punição ao ofensor é proporcional ao dano por ele causado.

640. Para certos povos, os deuses ou os espíritos impunham castigos, por meio de fenômenos da natureza, aos homens que atentassem contra as leis da natureza.

(CESPE/ ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – ANALISTA SUPERIOR SUBITIVIDADE – ADMINISTRATIVO TELEBRAS/ 2015)

Com relação às estruturas linguísticas do texto *O ambiente socioeconômico do setor de telecomunicações,* julgue os seguintes itens.

Desde 1990, no Brasil, tem havido uma melhora sistemática do coeficiente de Gini, índice comumente utilizado para medir a desigualdade de distribuição de renda: melhorou dos 0,603 de 1993 para os 0,501 de 2013.

Tendo por base os valores de 1998, ano da privatização dos serviços de telecomunicações do Brasil, o PIB *per capita* do brasileiro aumentou apenas 35,0% no período findo em 2014, ao passo que, no mesmo período, a densidade de telefones fixos aumentou 84,5% e a de telefones celulares aumentou 3.114%.

A penetração dos serviços de telefonia — fixa ou móvel — só não foi maior devido ao irrisório crescimento da renda *per capita* no período, agravado pela carga tributária incidente sobre serviços de telecomunicações, essenciais para o desenvolvimento sustentável com inclusão social.

No cenário mundial, o Brasil passou do 54º lugar, em 2002, para o 65º lugar, em 2013, segundo o índice de desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação (TIC), da União Internacional de Telecomunicações, indicando que o país está defasado no aproveitamento dos benefícios que as TIC propiciam para o desenvolvimento sustentável com inclusão social e com inserção no mundo globalizado.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2013, 92,5% dos domicílios tinham acesso aos serviços telefônicos — fixos ou móveis. Em 1998, apenas 32% dos domicílios tinham acesso a esses serviços, o que indica um volumoso aumento no período mencionado.

No final do primeiro semestre de 2015, 41.310 localidades eram servidas pela telefonia fixa, em função da realização das metas do Plano Geral de Metas de Universalização; no final do primeiro semestre do ano anterior, eram 40.907 localidades e, em 1992, eram 16.950.

O ambiente socioeconômico do setor de telecomunicações. In: O desempenho do setor de telecomunicações no Brasil. Séries temporais 1S15. Elaborado pela Telebrasil em parceria com o Teleco. Rio de Janeiro, agosto de 2015, p. 7-9. Internet: <www.telebrasil.org.br > (com adaptações).

De acordo com as ideias do texto *O ambiente socioeconômico do setor de telecomunicações*, julgue os itens subsequentes.

641. No final do primeiro parágrafo, caso se substituíssem o sinal de dois-pontos por vírgula e a palavra "melhorou" por **que passou**, a correção gramatical do período seria mantida.

642. Desde que fossem feitas as necessárias adaptações redacionais, o conteúdo veiculado no texto em apreço poderia compor o corpo de um relatório referente ao crescimento socioeconômico do setor de telecomunicações no Brasil, desde a privatização do setor.

643. O enunciado "índice comumente utilizado para medir a desigualdade de distribuição de renda" (ℓ. 2 e 3) tem função adjetiva, pois confere uma qualidade ao antecedente "coeficiente de Gini" (ℓ. 2), à semelhança do que ocorre, no segundo parágrafo, com "ano da privatização dos serviços de telecomunicações do Brasil" (ℓ. 5 e 6) em relação a "1998" (ℓ. 5).

644. Na linha 13, a flexão do termo "agravado" na forma feminina faria que esse termo passasse a concordar com "renda *per capita*", sem que isso resultasse em prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto.

645. Do texto se deduz que o fato de, em 2013, o Brasil passar a ocupar a 65ª posição no ranque internacional de desenvolvimento de TIC indica que, embora o setor de telecomunicações do país tenha tido significativo desempenho, este tem de melhorar em comparação aos índices de desenvolvimento sustentável com inclusão social e com inserção no mundo globalizado dos países ricos e desenvolvidos.

646. Houve significativa melhoria do desempenho socioeconômico do setor de telecomunicações, se comparados 1998, ano da privatização desses serviços, e 2015, ano corrente, cujo primeiro semestre é objeto de análise no texto.

647. A evolução do PIB per capita mostra que, de 1998 a 2014, o poder aquisitivo médio do brasileiro aumentou na mesma proporção que a densidade de telefones fixos e celulares nos domicílios do país.

648. Conforme os dados da PNAD mencionados no texto, houve enorme aumento de acesso, por domicílio, aos serviços telefônicos fixos ou móveis, no período compreendido entre 1998 e 2013.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – SAÚDE BUCAL /STJ/ 2015)

O termo justiça expressa o que se faz conforme o direito ou segundo as regras prescritas em lei. Desse modo, o termo justiça como conformidade da conduta a uma norma é empregado para julgar o comportamento da pessoa humana diante de uma norma, seja esta moral, seja de direito natural ou de direito positivo. Já o termo justiça como eficiência de uma norma (ou de um sistema de normas), no sentido de se possibilitar as relações entre os homens, é empregado para julgar a própria norma que regula o comportamento humano.

Carlos Henrique Bezerra Leite et al. A validade e a eficácia das normas jurídicas. (Coord. Renan Lotufo). Barueri/SP: Manole, 2005, p. 7 (com adaptações).

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto *A validade e a eficácia das normas jurídicas,* julgue os itens a seguir.

649. Conclui-se do texto que existem dois significados principais do termo justiça, que se complementam, mas que, diretamente, não se equivalem.

650. Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos originais do texto, a estrutura "Desse modo [...] diante de uma norma" (ℓ. 2 a 4) poderia ser assim reescrita: Assim sendo, emprega-se o termo justiça para julgar o comportamento do ser humano em consonância à norma de conduta.

651. Em "seja esta moral, seja de direito natural" (ℓ. 5 e 6), é obrigatório o emprego da vírgula para indicar a relação de alternância entre os elementos de orações de mesmo nível sintático.

652. No primeiro período do texto, a partícula "se" é empregada para realçar o que está sendo afirmado nesse período.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ FUB/ 2015)

Queria falar da felicidade, do desejo consciente e inconsciente de ser feliz. É algo que se traz da infância, do companheirismo com a meninada, dos jogos de rua, da molecagem diária. Quanto mais o tempo passa para mim, mais me convenço de como é necessário que todos busquemos ser felizes. São sentimentos para guardar por todo o nosso tempo. A vida real, com suas tragédias e guerras, com o ódio e a competição sem freios, parece nos levar para longe desse objetivo.

Não que se diga "dane-se" ao mundo. Vivemos nele e não devemos nos eximir de responsabilidades, mas a bandeira que carrego, e vejo que muitos dos que amo e admiro também a empunham, é a procura de harmonia na vida pessoal, familiar e social.

Fernando Brant. Para a boa nova se espalhar. In: Correio Braziliense. Caderno Economia, 14/6/2015, p. 7 (com adaptações).

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens subsecutivos.

653. O elemento "desse", em "desse objetivo" (ℓ. 9), retoma a oração "que todos busquemos ser felizes" (ℓ. 6).

654. O texto destaca a isenção de obrigações das pessoas para com o mundo material.

655. No trecho "e vejo que muitos dos que amo e admiro também a empunham" (ℓ. 12 e 13), o vocábulo "também" denota inclusão.

656. No trecho "também a empunham" (ℓ. 13), o elemento "a" foi empregado em substituição ao termo "responsabilidades" (ℓ.11).

(CESPE/ CONHECIMENTOS BÁSICOS/ TJ DFT /2015)

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto, julgue os próximos itens.

Os dados revelam realidade alarmante: conforme o IPEA, 63% das pessoas envolvidas em conflito não aciona o sistema de justiça; a prática de tortura é sistêmica, segundo as Nações Unidas; o sistema carcerário, cuja população aumentou 67% nos últimos 10 anos, é medieval e dá em oferenda nossos jovens (negros em sua maioria) à rede de facções criminosas. A violência contra os segmentos mais vulneráveis (idosos, crianças, negros, mulheres, deficientes, população indígena e LGBT) ecoa na sociedade pelas vozes que incitam o ódio sob o manto de pretensa imunidade.

No cenário de exclusão e violência, é preciso radicalizar a política de ampliação do acesso à justiça. Para tanto, não basta a inclusão no sistema da maioria excluída. Há consenso de que o acesso à justiça não se limita ao direito de acessar o Judiciário. Para que a promoção da justiça seja tarefa de todos, é necessário romper os limites das liturgias forenses e levar a justiça onde o conflito está, ou seja, na vida, na

casa e na rua. Nesse sentido, a política de universalização do acesso à justiça deve contemplar dois eixos de atuação: o de proteção dos direitos violados (inclusive quando o órgão violador é o próprio Estado) e o de prevenção da violência, por meio do envolvimento da sociedade na formulação de uma política que assegure direitos e promova a paz.

No primeiro eixo, é preciso coragem para a adoção de políticas públicas no âmbito penal com franco apelo popular: firmeza no combate à tortura e à violência policial, reestruturação da política penitenciária e fortalecimento da defensoria pública para assegurar a proteção dos direitos humanos. Não é aceitável que o Brasil pretenda consolidar sua democracia praticando um direito penal patrimonialista e revanchista que olha para o passado, julga e pune, sob a pretensão de que a privação da liberdade vai "reeducar" o indivíduo a viver em sociedade.

Os estatutos penais devem absorver as práticas restaurativas que recuperam as relações afetadas pela violência. São inúmeras as alternativas penais possíveis que, por sua efetividade, afastam a impunidade: as prestações de serviços comunitários; os círculos restaurativos nos moldes da Resolução n. 2.002/2012 da Organização das Nações Unidas; a mediação de conflitos no âmbito penal, civil e familiar. No eixo da prevenção da violência, a sociedade pode promover a justiça comunitária antes da judicialização dos conflitos, por meio da mediação, da educação para os direitos e da articulação de uma rede de participação na gestão da comunidade.

A política de acesso à justiça deve mobilizar todos os segmentos sociais contra a violência que emerge no cotidiano, dentro e fora do Estado. Para além das múltiplas portas que o sistema de justiça deve abrir, é necessária a adoção de espaços livres de coerção para a construção de uma justiça acessível, mas, sobretudo, realizada por todos.

Glaúcia Falsarella Foley. Nova política de acesso à justiça é possível. In: Correio Braziliense, 22/12/2014 (com adaptações).

657. O uso do modo subjuntivo em "que assegure direitos e promova a paz" (ℓ. 25) indica que a ideia expressa nessas orações é uma possibilidade.

658. O emprego do verbo "dever" e o uso das expressões "ser preciso" e "ser necessário" ao longo do texto servem para sinalizar ações consideradas importantes e programáticas no desenvolvimento de uma nova política de acesso à justiça.

659. A oração "radicalizar a política de ampliação do acesso à justiça" (ℓ. 12 e 13) e o termo "consenso" (ℓ. 15) exercem a mesma função sintática nos períodos em que ocorrem.

660. Em "mas, sobretudo, realizada por todos" (ℓ. 54), a palavra "sobretudo" significa **especialmente** e serve para reforçar a ideia de oposição veiculada pela conjunção "mas".

661. No segundo período do terceiro parágrafo, a escolha vocabular — exemplificada por "revanchista" (ℓ. 33), entre outros exemplos — e o uso de certas estruturas sintáticas — ilustradas por "Não é aceitável" (ℓ. 31) — contribuem para a veiculação da opinião da autora do texto.

662. No primeiro parágrafo do texto, utiliza-se trecho de natureza descritiva para fundamentar a argumentação, pois o parágrafo se inicia com uma ideia que é corroborada pela descrição de uma série de fatos relevantes.

663. Historicamente, a sociedade tem atuado à sombra do Poder Judiciário na luta contra a violência. Atualmente, essa situação mudou e o envolvimento da sociedade na formulação de políticas de prevenção da violência é cada vez mais fundamental.

664. A universalização do acesso à justiça é dificultada pela distância entre os órgãos da justiça e os lugares onde ocorrem conflitos e pela existência de muitos espaços marcados por coerções, exclusões e violência.

665. A radicalização das políticas de promoção da justiça, defendida no texto, não se esgota em medidas de inclusão da maioria excluída no sistema judiciário, devendo contemplar medidas de proteção de direitos violados e medidas de prevenção de violência.

(CESPE/ AUDITOR/ TCE-RN/ 2015)

O poder político é dividido entre órgãos independentes e autônomos, aos quais são atribuídas funções típicas. Ao Poder Legislativo é conferida a função de elaborar a lei; ao Poder Executivo, a função de administrar a aplicação da lei; e, ao Poder Judiciário, a função de dirimir os conflitos legais surgidos entre pessoas ou entre estas e o Estado. Esquece-se, no entanto, que o Poder Legislativo possui outras funções típicas, das quais o poder financeiro e o controle político são exemplos.

A função de poder financeiro nasceu em 1215 com a inserção do princípio do no *taxation without representation* (em tradução livre, tributação só com representação) na Carta Magna da Inglaterra. Esse princípio vinculava a cobrança de tributos à existência de uma lei elaborada por representantes do povo. Foi a partir daí que apareceu a função legislativa — esta mais conhecida que aquela. Mais tarde, a função de poder financeiro ganhou outra conotação: a de controlar o uso e a destinação do dinheiro público pelo detentor do Poder Executivo. Assim, passou a existir a função de controle financeiro dos atos praticados pelo governo, isto é, passou o Poder Legislativo a controlar os gastos do Poder Executivo mediante a fiscalização da matéria orçamentária. É o caso, por exemplo, da elaboração, pelo Poder Legislativo, da lei orçamentária que aprova o orçamento a ser utilizado pelo chefe do Poder Executivo para implantar as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento do país.

Tatiana Penharrubia Fagundes. O controle das contas municipais. Internet: <www.teses.usp.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto *O controle das contas municipais*, julgue os itens que se seguem.

666. As vírgulas empregadas logo após os nomes "Executivo" (ℓ.4) e "Judiciário" (ℓ.5) indicam a elisão da forma verbal composta que as precede no texto.

667. A despeito de atribuir ao Poder Legislativo as funções legislativa e de controle financeiro, o texto é taxativo quanto à primazia daquela em relação a esta.

668. A fiscalização da matéria orçamentária pelo Poder Legislativo teve início em 1215, com a Carta Magna da Inglaterra.

669. O texto permaneceria gramaticalmente correto caso o trecho "vinculava a cobrança de tributos à existência de uma lei" (ℓ. 14 e 15) fosse reescrito da seguinte forma: vinculava à cobrança de tributos a existência de uma lei.

670. A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se substituísse "Esquece-se, [...], que" (ℓ. 7 e 8) por **Esquece-se, [...], de que.**

(CESPE/ ESTATÍSTICO/ FUB/ 2015)

1 A língua que falamos, seja qual for (português, inglês...), não é uma, são várias. Tanto que um dos mais eminentes gramáticos brasileiros, Evanildo Bechara, disse a respeito: "Todos temos de ser poliglotas em nossa
5 própria língua". Qualquer um sabe que não se deve falar em uma reunião de trabalho como se falaria em uma mesa de bar. A língua varia com, no mínimo, quatro parâmetros básicos: no tempo (daí o português medieval, renascentista, do século XIX, dos anos 1940, de
10 hoje em dia); no espaço (português lusitano, brasileiro e mais: um português carioca, paulista, sulista, nordestino); segundo a escolaridade do falante (que resulta em duas variedades de língua: a escolarizada e a não escolarizada) e finalmente varia segundo a situação de comunicação,
15 isto é, o local em que estamos, a pessoa com quem falamos e o motivo da nossa comunicação — e, nesse caso, há, pelo menos, duas variedades de fala: formal e informal.

A língua é como a roupa que vestimos: há um traje para cada ocasião. Há situações em que se
20 deve usar traje social, outras em que o mais adequado é o casual, sem falar nas situações em que se usa maiô ou mesmo nada, quando se toma banho. Trata-se de normas indumentárias que pressupõem um uso "normal". Não é proibido ir à praia de
25 terno, mas não é normal, pois causa estranheza.

A língua funciona do mesmo modo: há uma norma para entrevistas de emprego, audiências judiciais; e outra para a comunicação em compras no supermercado. A norma culta é o padrão de
30 linguagem que se deve usar em situações formais.

A questão é a seguinte: devemos usar a norma culta em todas as situações? Evidentemente que não, sob pena de parecermos pedantes. Dizer "nós fôramos" em vez de "a gente tinha ido" em uma conversa de botequim
35 é como ir de terno à praia. E quanto a corrigir quem fala errado? É claro que os pais devem ensinar seus filhos a se expressar corretamente, e o professor deve corrigir o aluno, mas será que temos o direito de advertir o balconista que nos cobra "dois real" pelo cafezinho?

Língua Portuguesa. Internet: <www.revistalingua.uol.com.br> (com adaptações).

De acordo com o texto acima, julgue os seguintes itens.

671. Conforme o texto, a escola deve ensinar aos alunos a norma-padrão da língua portuguesa, mas é preciso, também, refletir se seria adequado corrigir outras pessoas, como, por exemplo, um porteiro que diz **O elevador tá cum pobrema**.

672. Depreende-se do texto que a língua falada não é uma, mas são várias porque, a depender da situação, o falante pode se expressar com maior ou menor formalidade.

673. O pronome "outra" (ℓ. 28) está empregado em referência ao termo "A língua" (ℓ. 26).

674. O vocábulo "indumentárias" (ℓ. 24) está empregado em sentido figurado.

675. De acordo com o contexto, estaria também correto o emprego do sinal indicativo de crase em "quanto a" (ℓ. 35).

676. Segundo o texto, "temos de ser poliglotas em nossa própria língua" (ℓ. 4 e 5) significa que a língua assume variantes adequadas aos contextos em que são produzidas.

677. Mantêm-se a correção gramatical e as informações originais do texto ao se substituir "Trata-se de" (ℓ. 23) por **Situações como essas se tratam de**.

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – SAÚDE BUCAL/ STJ/ 2015)

1 Consta do preâmbulo da Constituição Federal que a justiça é um dos valores supremos da sociedade, tal qual a harmonia social e a liberdade. Nos demais artigos da Carta Magna, esse termo costuma vir associado
5 à ideia de justiça social. Assim, o primeiro inciso do artigo terceiro da Constituição estabelece que a construção de uma sociedade que seja justa é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil. Ao circunscrever a justiça no espaço da sociedade, o texto
10 constitucional estabelece, em síntese, que a promoção da justiça na sociedade é um fim do Estado brasileiro.

Sérgio Luiz Junkes. A justiça social como norma constitucional. Resenha eleitoral – Nova série, v. 12, n. 1, jan.-jun./2005. Internet: <www.tre-sc.jus.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto *A justiça social como norma constitucional*, julgue os seguintes itens.

678. Compreende-se do texto, em síntese, que a justiça social equipara-se, como valor da sociedade, à harmonia social e à liberdade.

679. Deduz-se do texto, sob o ponto de vista semântico, que a promoção da justiça social constitui meta da República Federativa do Brasil.

680. Nas linha 2 e 3 , sem prejuízo para a correção gramatical, a expressão "tal qual" poderia ser flexionada no plural, para concordar com "valores supremos".

681. À semelhança do que ocorre com a expressão "em síntese" (ℓ. 10), o trecho "que seja justa" (ℓ. 7) constitui uma expressão explicativa, razão por que também poderia ser isolado por um par de vírgulas, sem que isso acarretasse prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto.

(CESPE/ TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO – CONHECIMENTOS BÁSICOS/ TCU/ 2015)

A respeito das ideias e de aspectos linguísticos do texto, julgue os itens que se seguem.

A dimensão "ético-filosófica" do liberalismo denota afirmação de valores e direitos básicos atribuíveis à natureza moral e racional do ser humano. Suas diretrizes se assentam nos princípios da liberdade pessoal, do individualismo, da tolerância, da dignidade e da crença na vida. Já o aspecto "econômico" refere-se, sobretudo, às condições que abrangem a propriedade privada, a economia de mercado, a ausência ou minimização do controle estatal, a livre empresa e a iniciativa privada. Ainda como parte integrante desse referencial, encontram-se os direitos econômicos, representados pelo direito de propriedade, o direito de herança, o direito de acumular riqueza e capital. Por último, a perspectiva "político-jurídica" do liberalismo está calcada em princípios básicos como: consentimento individual, representação política, divisão dos poderes e descentralização administrativa, entre outros.

Tendo presente essas asserções genéricas, podemos compreender melhor as ambiguidades e os limites do liberalismo brasileiro, porquanto, desde os primórdios, ele teve de conviver com uma estrutura político-administrativa patrimonialista e com uma dominação econômica escravista das elites agrárias. Emília Viotti da Costa defende que não se deve realçar em demasia a importância das ideias liberais europeias nas convulsões sociais ocorridas no Brasil (Inconfidência Mineira, Revolução Pernambucana etc.) desde fins do século XVIII, pois tais movimentos não chegaram a ter grande alcance ideológico. Para a autora, a nova doutrina era de conhecimento limitado entre determinados segmentos revolucionários. O que importa ter em vista é essa distinção entre o liberalismo europeu, como ideologia revolucionária articulada por novos setores emergentes e forjados na luta contra os privilégios da nobreza, e o liberalismo brasileiro, uma versão mais restrita do liberalismo europeu.

Antonio Wolkmer. História do direito no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003, p. 63-4 (com adaptações).

682. Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a forma verbal "encontram", em "encontram-se os direitos econômicos" (ℓ. 10 e 11), poderia ser flexionada no singular: encontra-se os direitos econômicos.

683. Sem prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido do período, o trecho "como ideologia revolucionária [...] os privilégios da nobreza" (ℓ. 32 a 34) poderia ser substituído por: que era uma ideologia revolucionária articulada por novos setores emergentes e forjados na luta contra os privilégios da nobreza.

684. No segundo período do segundo parágrafo, a expressão "tais movimentos" (ℓ. 27 e 28) refere-se aos seguintes termos, expressos anteriormente, nesse mesmo período: "ideias liberais", "convulsões sociais", "Inconfidência Mineira" e "Revolução Pernambucana".

685. A ideia introduzida pela conjunção "porquanto" (ℓ. 20) poderia ser expressa também por **conquanto**.

686. No texto, o vocábulo "calcada" (ℓ. 14) está empregado com o sentido de **fundamentada, apoiada.**

Julgue os itens que se seguem, referentes aos sentidos e a aspectos gramaticais do texto.

687. Para o autor do texto, o liberalismo tem sua origem relacionada a três elementos distintos: a dimensão "ético-filosófica", a dimensão econômica e a perspectiva "político-jurídica".

Julgue os próximos itens, relativos às ideias do texto.

688. O autor menciona as ideias defendidas por Emília Viotti da Costa como um contraponto a suas próprias ideias, e acaba por refutar as ideias da referida autora.

689. O terceiro período do primeiro parágrafo do texto poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: Agora cita-se o aspecto econômico relacionado, por princípio, a condições relativas à propriedade privada, a economia de mercado, a ausência ou minimização do controle estatal, a livre empresa e a iniciativa privada.

690. O autor defende que, seja na Europa, seja no Brasil, o liberalismo funcionou historicamente como uma ideologia predominantemente contrarrevolucionária.

691. A forma verbal "denota" (ℓ.1) poderia ser corretamente substituída, no texto, pelo seu sinônimo **manifesta**.

692. Conclui-se do texto que o autor apresenta uma reflexão, de cunho comparativo, acerca das relações estabelecidas entre movimentos sociais ocorridos no Brasil e sua vinculação com determinada doutrina europeia.

693. Segundo o autor do texto, não há coerência entre a perspectiva "político-jurídica" e a dimensão econômica do liberalismo.

(CESPE/ TÉCNICO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – ASSISTENTE TÉCNICO/ TELEBRAS/ 2015)

Com a construção do primeiro satélite geoestacionário brasileiro, a segurança do tráfego de dados importantes no país poderá aumentar, uma vez que eles passarão a ser criptografados. Segundo o presidente da TELEBRAS, um dos objetivos do desenvolvimento do satélite será a proteção às redes que transmitem informações sensíveis do governo federal. Por isso a TELEBRAS vai "trabalhar com algoritmos e criptografia próprios, desenvolvidos pelo governo, de maneira que os dados sensíveis que vão transitar no nosso satélite serão praticamente invioláveis".

A expansão da Internet de banda larga popular em mais de dois mil municípios brasileiros que ainda não são atendidos por via terrestre é mais um dos objetivos da construção do novo satélite. Outra área importante a ser atendida é a militar, que atualmente usa satélites estrangeiros para realizar suas operações.

Para o presidente da TELEBRAS, o fato de o país não ter um satélite próprio faz que o governo não tenha controle do equipamento. Ele considera "recorde" o tempo desde o início da concepção do projeto, em 2011, até hoje.

Internet: <www.exame.abril.com.br> (com adaptações).

No que se refere às estruturas linguísticas do texto acima e às ideias nele desenvolvidas, julgue os itens a seguir.

694. Depreende-se das ideias do texto que a utilização de equipamentos que não tenham sido desenvolvidos no Brasil apresenta um grande risco para a segurança dos dados sensíveis, tais como estratégias de segurança da nação.

695. O sinal indicativo de crase em "proteção às redes" (ℓ. 6) justifica-se pela contração da preposição **a**, exigida pelo substantivo "proteção", com o artigo definido feminino **as**, que determina o vocábulo "redes".

696. Haveria prejuízo da correção e da coerência do texto caso, no primeiro parágrafo, as formas verbais "poderá" (ℓ. 3) e "será" (ℓ. 6) fossem substituídas por **pode** e **é**, respectivamente.

697. O elemento "que", em "que vão transitar" (ℓ. 10) e em "que atualmente usa satélites estrangeiros" (ℓ. 16 e 17), introduz uma oração de natureza restritiva e uma de caráter explicativo, respectivamente.

698. Seria preservado o sentido original do texto caso o termo 'invioláveis' (ℓ. 11) fosse substituído por **indestrutíveis**.

699. Manteria a correção gramatical e os sentidos do texto a seguinte reescrita do primeiro período do segundo parágrafo (ℓ. 12 a 15): O objetivo da construção do novo satélite é o aprimoramento da Internet de banda larga popular para a população de mais de dois mil municípios brasileiros ainda não atendidos por via terrestre.

(CESPE/ ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/ FUB/ 2015)

TEXTO II

A originalidade e a capacidade de enxergar o mundo sob diferentes perspectivas são, sem dúvida, características dos maiores pensadores. Exemplo disso é o romeno Serge Moscovici, um dos grandes nomes da psicologia. Quando os olhares na psicologia social estavam voltados para o indivíduo, ele desenvolveu, em 1961, uma teoria que enxerga as representações sociais e as ideias a partir do coletivo e dos grupos sociais. A Teoria das Representações Sociais, como é chamada, revolucionou a ciência nessa área e, até hoje, repercute nos campos da sociologia, da comunicação e da antropologia. A importância de Moscovici para a ciência mundial foi reconhecida por dez universidades da Europa e da América do Norte, que lhe conferiram o título de Doutor *Honoris Causa*. Em julho de 2007, a UnB tornou-se a primeira instituição de ensino superior da América Latina a homenagear o especialista com a honraria, outorgando-lhe o título durante a V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre Representação Social, em Brasília – DF.

Camila Rabelo. Moscovici é Doutor Honoris Causa.

Internet: <www.secom.unb.br> (com adaptações).

A respeito das ideias e estruturas linguísticas do texto II, julgue os próximos itens.

700. Sem prejuízo para a correção gramatical e os sentidos do texto, a vírgula empregada logo após "Norte" (ℓ.14) poderia ser omitida.

701. Sem prejuízo para o sentido original do texto, a forma verbal "repercute" (ℓ. 11) poderia ser substituída por **reflete**.

702. O emprego da forma verbal "são" (ℓ. 2) na terceira pessoa do plural justifica-se pela concordância com os núcleos do sujeito da oração: "originalidade" e "capacidade", ambos na linha 1.

703. Depreende-se do texto que, no Brasil, a UnB foi a primeira instituição de ensino superior a laurear o criador da Teoria das Representações Sociais.

704. A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se inserisse acento indicativo de crase no "a", em "a homenagear o especialista" (ℓ. 17 e 18).

(CESPE/ CONHECIMENTOS BÁSICOS/ TJDFT/ 2015)

O Programa de Responsabilidade Socioambiental Viver Direito do TJDFT foi instituído por meio da Portaria GPR n. 1.313/2012. As bases do Programa Viver Direito, seus objetivos e sua meta permanente são apresentados, respectivamente, nos artigos 1º, 2º e 3º da referida portaria, os quais são transcritos abaixo:

Art. 1º Reeditar o Programa de Responsabilidade Socioambiental do TJDFT Viver Direito, cuja base é a Agenda Socioambiental do TJDFT que, em permanente revisão, estabelece novas ações sociais e ambientais e as integra às existentes no âmbito do Poder Judiciário do Distrito Federal e Territórios, visando à preservação e à recuperação do meio ambiente, por meio de ações sociais sustentáveis, a fim de torná-lo e mantê-lo ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável.

Art. 2º O Programa de Responsabilidade Socioambiental Viver Direito objetiva indicar e programar ações bem como sensibilizar os públicos interno e externo quanto ao exercício dos direitos sociais, à gestão adequada dos resíduos gerados pelo órgão, ao combate a todas as formas de desperdício dos recursos naturais e à inclusão de critérios socioambientais nos investimentos, nas construções, nas compras e nas contratações de serviços da instituição.

Art. 3º Define-se como meta permanente do Viver Direito a gestão ambientalmente saudável, caracterizada pela adoção de práticas ecologicamente eficientes, que visem poupar matéria-prima, água e energia, bem como enfatizem a reciclagem de resíduos e a pro moção da cidadania e da paz social, com base no desenvolvimento do ser humano e na preservação da vida.

Internet: <www.tjdft.jub.br> (com adaptações).

A respeito das estruturas linguísticas do texto precedente, julgue os itens subsequentes.

705. O termo "ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável" (ℓ. 14 e 15) exerce a função de predicativo.

706. Na linha 8, o antecedente do pronome relativo "cuja" é "base", o que justifica o emprego do feminino singular nesse pronome.

707. O termo "à recuperação do meio ambiente" (ℓ. 12 e 13) desempenha a função de complemento verbal na oração em que ocorre.

708. O deslocamento da partícula "se", em "Define-se" (ℓ. 25), para o início do período — escrevendo-se **Se define** — prejudicaria a correção gramatical do texto.

709. A correção gramatical do texto seria mantida caso a vírgula empregada logo após a palavra "sustentáveis" (ℓ. 14) fosse suprimida.

(CESPE /ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/ FUB/ 2015)

A UnB investe em ideias e projetos comprometidos com a crítica social e a reflexão. Muitas dessas experiências têm fomentado o debate nacional de temas polêmicos da realidade brasileira, das quais uma foi a criação, em 2003, de cotas no vestibular para inserir negros e indígenas na universidade e ajudar a corrigir séculos de exclusão racial. A medida foi polêmica, mas a UnB — a primeira universidade federal a adotar o sistema — buscou assumir seu papel na luta por um projeto de combate ao racismo e à exclusão.

Outra inovação é o Programa de Avaliação Seriada (PAS), criado como alternativa ao vestibular, em que candidatos são avaliados em provas aplicadas ao término de cada uma das séries do ensino médio. A intenção é a de estimular as escolas a preparar melhor o aluno, com conteúdos mais densos desde o primeiro ano do ensino médio. Em treze anos de criação, mais de oitenta mil estudantes participaram desse processo seletivo, dos quais 13.402 tornaram-se calouros da UnB.

Internet: < www.unb.br> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem com relação às ideias e estruturas linguísticas do texto III.

710. O texto é essencialmente argumentativo, haja vista a quantidade de adjetivações que foram utilizadas para convencer o leitor de que os projetos da UnB são positivos.

711. Sem prejuízo para a correção gramatical e os sentidos originais do texto, o período "A UnB [...] e a reflexão" (ℓ.1 e 2) poderia ser assim reescrito: A UnB, comprometida com a crítica social e a reflexão, investe em ideias e projetos.

712. Na linha 12, o pronome relativo "que" refere-se a "vestibular".

713. A medida polêmica abordada no primeiro parágrafo promoveu o debate nacional a respeito da questão dos negros e dos indígenas na realidade brasileira.

714. Infere-se do texto que, até a data de criação do PAS, 13.402 alunos foram aprovados no vestibular da UnB.

715. Infere-se do trecho "Outra inovação" (ℓ.11) que a adoção do sistema de cotas foi uma inovação.

(CESPE/ TÉCNICO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – ASSISTENTE TÉCNICO TELEBRAS/ 2015)

A revolução digital está relacionada à nossa capacidade de conhecer determinadas informações e delas dispor, bem como de agir procurando a compreensão simples de fenômenos complexos. A nova sociedade do conhecimento requer acesso fácil à informação e ao saber. A "nuvem" — tecnologia capaz de gerenciar de forma inteligente enormes quantidades de dados —, a conectividade móvel e as redes sociais levam alguns especialistas a afirmar que estamos no início da quarta revolução digital. Esse é um avanço de maior transcendência que o das três revoluções anteriores (os primeiros computadores empresariais, o computador pessoal e a Internet).

Os territórios inteligentes apostam em uma tecnologia digital mais adequada e que esteja a serviço da qualidade de vida, do acesso à informação e da potencialização da economia criativa. O desenvolvimento das tecnologias da informação, das telecomunicações e da Internet tem facilitado o nascimento de fluxos e redes que favorecem a conexão entre pessoas, instituições e empresas, apesar da distância física entre elas. No futuro, a revolução digital poderá ser o detonador da economia criativa e de uma melhora substancial da competitividade das cidades.

Alfonso Vegara. Os territórios inteligentes. Internet: <http://bibliotecadigital.fgv.br> (com adaptações).

Julgue os próximos itens, a respeito das ideias e estruturas linguísticas do texto *Os territórios inteligentes.*

716. No primeiro parágrafo do texto, os travessões foram utilizados para separar informação de caráter explicativo e, sem prejuízo da correção gramatical, podem ser substituídos por parênteses, desde que suprimida a vírgula empregada logo após o segundo travessão.

717. Infere-se dos sentidos do texto que a palavra "transcendência" (ℓ.10) está empregada com o sentido de **objetividade**.

718. Depreende-se do texto que os territórios inteligentes buscam a integração entre o mundo físico e o virtual estabelecendo uma conexão entre as novas tecnologias e o desenvolvimento da economia e das cidades, por exemplo.

719. A palavra "está" recebe acento gráfico em decorrência da mesma regra que determina o emprego do acento no vocábulo "três".

(CESPE/ CONHECIMENTOS BÁSICOS/ TJDFT/ 2015)

O objetivo do direito é a paz. A luta é o meio de consegui- la. Enquanto o direito tiver de repelir o ataque causado pela injustiça — e isso durará enquanto o mundo estiver de pé —, ele não será poupado.

A vida do direito é a luta: a luta de povos, de governos, de classes, de indivíduos. Todo o direito do mundo foi assim conquistado. Todo ordenamento jurídico que se lhe contrapôs teve de ser eliminado e todo direito, o direito de um povo ou o de um indivíduo, teve de ser conquistado com luta.

O direito não é mero pensamento, mas sim força viva. Por isso, a justiça segura, em uma das mãos, a balança, com a qual pesa o direito, e, na outra, a espada, com a qual o defende. A espada sem a balança é a força bruta, a balança sem a espada é a fraqueza do direito. Ambas se completam e o verdadeiro estado de direito só existe onde a força, com a qual a justiça empunha a espada, é usada com a mesma destreza com que a justiça maneja a balança.

O direito é um labor contínuo, não apenas dos gover nantes , mas de todo o povo. Cada um que se encontra na situação de precisar defender seu direito participa desse trabalho, levando sua contribuição para a concretização da ideia de direito sobre a Terra.

Rudolf von Ihering. A luta pelo direito. Tradução de J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 5. ed. revista da tradução. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 31 (com adaptações).

Com referência às ideias apresentadas no texto precedente e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

720. Ao se utilizar da luta como o meio para alcançar seu objetivo, o direito promove a ressignificação dos conceitos de luta e de paz, passando a encará-los como conceitos complementares.

721. A forma verbal "defende" (ℓ. 14) está flexionada na terceira pessoa do singular por concordar com seu sujeito, cujo referente é "a justiça" (ℓ. 12).

722. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso a oração "que se lhe contrapôs" (ℓ. 8) fosse reescrita como **que foi contraposto a ele**.

723. Por ser um trabalho contínuo e de todo o povo, todos os cidadãos são chamados a tomar parte na tarefa de concretizar a ideia do direito sobre a Terra.

724. O uso combinado de "não é mero" como "mas sim", no primeiro período do terceiro parágrafo do texto, tem o papel de mostrar que o direito, além de ser pensamento, é também uma força viva.

725. A espada e a balança representam dois conceitos a partir dos quais se constrói o sentido do direito, sentido esse que se descaracteriza na falta de um deles.

726. O direito é um produto histórico que resulta de constante luta de uma coletividade ou de um indivíduo.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ FUB/ 2015)

TEXTO II

Constitui alento a informação de que sete universidades brasileiras figuram entre as doze melhores da América Latina. Duas ocupam o pódio: em primeiro lugar, está a Universidade de São Paulo (USP); em segundo, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A Universidade de Brasília (UnB) ocupa a décima posição, seguida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Elaborada pela Quacquarelli Symonds (QS), entre 400 instituições, a pesquisa leva em consideração sete critérios, dois dos quais têm peso maior: reputação acadêmica e reconhecimento no mercado de trabalho. Os demais — relação entre número de fun cionários e alunos, citações na Internet, volume de informações na Web, professores com doutorado e presença online — têm peso igual na ponderação.

O levantamento mostra significativo avanço da UnB. No ano passado, a instituição brasiliense apare cia na 17ª posição. O salto qualitativo deve-se a três fatores: o corpo docente, o impacto na Internet e a reputação acadêmica. Chama atenção a baixa pontuação no parâmetro citações na Internet, que tem custado alto preço às universidades brasileiras. De zero a cem, a UnB ficou com 44,6.

Ser objeto de referência, seja na Web, seja em publicações científicas, constitui fator importante em avaliações globais.

Ana Dubeux. Universidade além da fronteira regional. In: Correio Braziliense. Caderno Economia, 14/06/2015, p. 12 (com adaptações).

A respeito das ideias e das estruturas linguísticas do texto II, julgue os itens subsecutivos.

727. No segundo parágrafo, o trecho isolado por travessões (ℓ. 14 a 17) tem valor sintático equivalente ao da expressão "Os demais" (ℓ. 14).

728. Na linha 1, o vocábulo "alento" poderia ser substituído por **desânimo**, sem prejuízo para o sentido original do texto.

729. As relações estabelecidas pelo emprego da expressão "seja [...] seja" (ℓ. 26), que poderia ser corretamente substituída pelo par **quer [...] quer**, indicam termos sintaticamente dependentes entre si.

730. No primeiro parágrafo, embora haja omissão de termos empregados anteriormente, foi mantido o paralelismo sintático-semântico no trecho.

731. Na linha 1, é facultativo o emprego de sinal indicativo de crase no "a" que antecede "informação", devido à regência nominal do vocábulo "alento".

732. O sinal de dois-pontos empregado logo após "fatores" (ℓ. 21) introduz uma enumeração.

(CESPE/ TÉCNICO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – ASSISTENTE TÉCNICO/ TELEBRAS/ 2015)

Apesar de motivar uma revolução econômica sem precedentes na história mundial, a instalação das primeiras máquinas a vapor nas fábricas inglesas no início do século XIX gerou polêmica. Revoltados contra a mecanização, que diminuiria empregos e pioraria as condições de trabalho, movimentos organizados de trabalhadores ingleses calcularam que o melhor a fazer era destruir as máquinas das indústrias.

Mais de um século depois, analistas de uma empresa de consulto ria inglesa relacionaram a expansão tecnológica com a criação de postos de trabalho. Dessa relação, concluíram que, na realidade, o desenvolvimento de recursos para dinamizar a produção não só melhorou a qualidade de vida dos trabalhadores e expandiu a econo mia, como também criou mais ofertas de emprego.

A partir de dados coletados com base em censos do Reino Unido, os pesquisadores verificaram diminuição de empregos que envolviam grande esforço, como trabalho em minas de carvão e agricultura, e crescimento nas profissões ligadas a serviços e conhecimento, como magistério e medicina.

"Historicamente, a tecnologia destrói empregos em um momento para reconstruí-los em uma segunda etapa, mas esse não é um processo rápido nem simpático", afirma um dos pesquisadores.

Tecnologia gera emprego. Revista Galileu, out./2015 (com adaptações).

Acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto *Tecnologia gera emprego*, julgue os itens subsequentes.

733. O sentido original do texto seria mantido caso o primeiro período fosse reescrito da seguinte forma: Polêmicas, as primeiras máquinas a vapor instaladas nas indústrias inglesas no início do século XIX foram responsáveis por uma revolução econômica inédita no mundo.

734. Infere-se do texto que a revolução provocada pelo uso das máquinas a vapor foi um passo decisivo tanto para o desenvolvimento da economia mundial quanto para a evolução das condições de trabalho.

735. Seriam mantidas a correção gramatical e as relações de sentido do texto caso a forma verbal "diminuiria" (ℓ.5) fosse substituída por **poderia diminuir**.

736. De acordo com as informações do texto, os impactos da atual revolução tecnológica corroboram a decisão tomada pelos trabalhadores do séc. XIX.

737. Infere-se do texto que o desenvolvimento de tecnologias contribuiu para a criação de novos postos de trabalho, que, por sua vez, exigem novas competências.

738. A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos caso, no início do segundo parágrafo, fosse inserida uma vírgula imediatamente após "coletados" (ℓ. 16) e suprimida a utilizada logo após "Reino Unido" (ℓ. 17).

739. No trecho "esse não é um processo" (ℓ. 24), o elemento 'esse' faz referência ao processo de extinção e ressurgimento de empregos que decorre da expansão tecnológica.

Tirinha I

Tirinha II

<www.willtirando.com.br>

Com relação às tirinhas I e II apresentadas, julgue os seguintes itens.

740. O humor da tirinha I reside no fato de que acontecimentos marcantes da história da humanidade não teriam ocorrido se não fossem os problemas de conexão com a Internet.

741. No título da tirinha II, a expressão "tivesse bombando" é característica da linguagem informal, típica do gênero textual tirinha.

742. O conteúdo das duas tirinhas expõe o lado negativo da Internet, que é a limitação da vida das pessoas ao mundo virtual.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ FUB/ 2015)

TEXTO I

1 A sustentabilidade entrou, de forma definitiva, na agenda de debates da sociedade. Um exemplo significativo diz respeito à importância que a sustentabilidade corporativa ganhou nos últimos anos. De conceito vago, tornou-se imperativo para o sucesso das empresas, que precisam, cada vez mais, entregar valor, e não apenas mercadorias, à sociedade.

A sustentabilidade, apesar de intangível, sem existência física, é hoje valor essencial, que se converte em ativo e vantagem competitiva no mundo dos negócios. A sustentabilidade corporativa requer negócios amparados em boas práticas de governança e em benefícios sociais e ambientais, o que influencia os ganhos econômicos, a competitividade e o sucesso das organizações.

O interesse pela sustentabilidade fortalece-se na medida em que a sociedade se dá conta dos limites do modelo de desenvolvimento dependente de recursos não renováveis, no contexto de mudança paulatina dos anseios da sociedade, da busca de segurança energética e de novas possibilidades de produção. Como a população cresce em número e em capacidade de consumo, também aumenta o desejo de que a economia utilize mais recursos de base biológica, recicláveis e renováveis, logo, mais sustentáveis — e essa é a base da bioeconomia.

Maurício Antônio Lopes. O Brasil na bioeconomia. In: Correio Braziliense. Caderno Política, 14/06/2015, p. 13 (com adaptações).

Com relação ao texto I, julgue os próximos itens.

743. Infere-se do texto que o paradigma estabelecido pela bioeconomia vai ao encontro do modelo de desenvolvimento econômico dependente de recursos não renováveis.

744. Na linha 7, o termo "mercadorias" foi empregado em substituição ao termo "valor" como recurso coesivo para que se evite a repetição de termos e se mantenha o sistema de referências da oração que integram.

745. Sem prejuízo à correção gramatical e ao sentido original do texto, a expressão "na medida em que" (ℓ. 16) poderia ser substituída por **à medida que.**

746. O vocábulo "logo" (ℓ. 24), por indicar conclusão de ideia anterior, poderia ser substituído pela expressão **por conseguinte**, o que manteria a correção gramatical e a coerência textual.

747. No trecho "A sustentabilidade [...] ambientais" (ℓ. 11 a 13), para expressar um fato ocorrido em momento anterior ao atual, que foi totalmente terminado, a forma verbal "requer" deveria ser substituída por **requereu**. Nesse caso, mesmo após a alteração do tempo verbal, a referência à pessoa do discurso seria mantida.

GABARITO

551.	X	559.	C	567.	E
552.	C	560.	E	568.	C
553.	C	561.	E	569.	C
554.	E	562.	C	570.	E
555.	E	563.	E	571.	C
556.	E	564.	C	572.	C
557.	C	565.	C	573.	E
558.	C	566.	E	574.	C

575. C
576. E
577. C
578. E
579. C
580. E
581. C
582. E
583. C
584. E
585. C
586. C
587. E
588. E
589. C
590. E
591. E
592. C
593. E
594. E
595. C
596. C
597. E
598. C
599. E
600. C
601. C
602. E
603. E
604. C
605. E
606. C
607. C
608. E
609. E
610. C
611. E
612. C
613. E
614. C
615. E
616. C
617. E
618. C
619. E
620. C
621. C
622. C
623. C
624. C
625. E
626. E
627. C
628. C
629. E
630. E
631. E
632. E
633. C
634. E
635. C
636. E
637. C
638. E
639. C
640. E
641. C
642. C
643. E
644. E
645. C
646. C
647. E
648. E
649. C
650. E
651. C
652. E
653. C
654. E
655. C
656. E
657. C
658. C
659. E
660. E
661. C
662. E
663. E
664. E
665. C
666. C
667. E
668. E
669. C
670. C
671. C
672. C
673. E
674. C
675. E
676. C
677. E
678. C
679. C
680. E
681. E
682. E
683. C
684. E
685. E
686. C
687. E
688. E
689. E
690. E
691. C
692. C
693. E
694. C
695. C
696. E
697. C
698. E
699. E
700. E
701. C
702. C
703. C
704. C
705. E
706. E
707. C
708. C
709. C
710. E
711. E
712. E
713. C
714. E
715. C
716. C
717. E
718. C
719. E
720. E
721. C
722. E
723. E
724. E
725. C
726. C
727. C
728. E
729. E
730. C
731. E
732. C
733. E
734. C
735. E
736. E
737. C
738. E
739. C
740. C
741. C
742. E
743. E
744. E
745. E
746. C
747. C

(CESPE/ AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL/ DPF/ 2014)

O tráfico internacional de drogas começou a desenvolver-se em meados da década de 70, tendo tido o seu boom na década de 80. Esse desenvolvimento está estreitamente ligado à crise econômica mundial. O narcotráfico determina as economias dos países produtores de coca e, ao mesmo tempo, favorece principalmente o sistema financeiro mundial. O dinheiro oriundo da droga corresponde à lógica do sistema financeiro, que é eminentemente especulativo. Este necessita, cada vez mais, de capital "livre" para girar, e o tráfico de drogas promove o "aparecimento mágico" desse capital que se acumula de modo rápido e se move velozmente.

A América Latina participa do narcotráfico na qualidade de maior produtora mundial de cocaína, e um de seus países, a Colômbia, detém o controle da maior parte do tráfico internacional.

A cocaína gera "dependência" em grupos econômicos e até mesmo nas economias de alguns países, como nos bancos da Flórida, em algumas ilhas do Caribe ou nos principais países produtores — Peru, Bolívia e Colômbia, para citar apenas os casos de maior destaque. Na Bolívia, os lucros com o narcotráfico chegam a US$ 1,5 bilhão contra US$ 2,5 bilhões das exportações legais.

Na Colômbia, o narcotráfico gera de US$ 2 a 4 bilhões, enquanto as exportações oficiais geram US$ 5,25 bilhões. Nesses países, a corrupção é generalizada. Os narcotraficantes controlam o governo, as forças armadas, o corpo diplomático e até as unidades encarregadas do combate ao tráfico. Não há setor da sociedade que não tenha ligação com os traficantes e até mesmo a Igreja recebe contribuições destes.

Osvaldo Coggiola. O comércio de drogas hoje In Olho da Histórian. 4. Internet: <www.oolhodahistoria. ufba.br> (com adaptações)

Julgue os próximos itens, referentes aos sentidos do texto acima.

748. Depreende-se do texto uma discrepância na ligação do narcotráfico com a Igreja e com unidades de combate ao tráfico.

749. Infere-se do texto que o lucro com o narcotráfico equivale a duas vezes o lucro com as exportações legais tanto na Bolívia quanto na Colômbia.

750. O texto, que se classifica como dissertativo, expõe a articulação entre o tráfico internacional de drogas e o sistema financeiro mundial.

751. Verifica-se no texto uma ampliação de sentido do termo "dependência": da dependência química causada em usuários de drogas à dependência de grupos e países cuja economia lucra com o narcotráfico.

O uso indevido de drogas constitui, na atualidade, séria e persistente ameaça à humanidade e à estabilidade das estruturas e valores políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os Estados e sociedades. Suas consequências infligem considerável prejuízo às nações do mundo inteiro, e não são detidas por fronteiras: avançam por todos os cantos da sociedade e por todos os espaços geográficos, afetando homens e mulheres de diferentes grupos étnicos, independentemente de classe social e econômica ou mesmo de idade. Questão de relevância na discussão dos efeitos adversos do uso indevido de drogas é a associação do tráfico de drogas ilícitas e dos crimes conexos — geralmente de caráter transnacional — com a criminalidade e a violência. Esses fatores ameaçam a soberania nacional e afetam a estrutura social e econômica interna, devendo o governo adotar uma postura firme de combate ao tráfico de drogas, articulando-se internamente e com a sociedade, de forma a aperfeiçoar e otimizar seus mecanismos de prevenção e repressão e garantir o envolvimento e a aprovação dos cidadãos.

Internet: <www.direitoshumanos.usp.br>.

No que se refere aos aspectos linguísticos do fragmento de texto acima, julgue os próximos itens.

752. O referente do sujeito da oração "articulando-se internamente e com a sociedade" (ℓ. 18 e 19), que está elíptico no texto, é "o governo" (ℓ. 17).

753. O pronome possessivo "Suas" (ℓ. 5) refere-se a "de todos os Estados e sociedades" (ℓ. 4).

754. Caso o termo "na atualidade" (ℓ. 1) fosse deslocado para imediatamente após "drogas" (ℓ. 1), e fossem feitos os devidos ajustes na pontuação do texto, a correção gramatical do texto seria mantida, mas haveria prejuízo para seu sentido original.

755. A forma verbal "infligem" (ℓ. 5) está empregada no texto com o mesmo sentido que está empregada na seguinte frase: Os agentes de trânsito infligem multas aos infratores.

756. O acento indicativo de crase em "à humanidade e à estabilidade" (ℓ. 2) é de uso facultativo, razão por que sua supressão não prejudicaria a correção gramatical do texto.

757. Nas linhas 14 e 15, o emprego da preposição "com", em "com a criminalidade e a violência", deve-se à regência do vocábulo "conexos".

758. Na linha 6, dados os sentidos do trecho introduzido por dois-pontos, o vocábulo "fronteiras" deve ser interpretado em sentido amplo, não estando restrito ao seu sentido denotativo.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ ANTAQ/ 2014)

Acerca do formato das correspondências oficiais, de sua função e da linguagem empregada nessas comunicações, julgue os itens a seguir, de acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República**.

759. O correio eletrônico é uma forma de comunicação caracterizada pela flexibilidade, ou seja, é um texto ao qual não está associada uma estrutura formal rígida. Essa flexibilidade, no entanto, não se estende à linguagem, que deve ser compatível com a comunicação oficial.

760. O memorando, texto oficial cuja esfera de circulação é interna, isto é, estabelece comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, caracteriza-se pela tramitação ágil e procedimento burocrático simples.

761. O aviso e o ofício, embora partilhem a mesma função, diferem em relação aos interlocutores envolvidos: o aviso é expedido por ministros de Estado para autoridades de mesma hierarquia; o ofício é expedido para e pelas demais autoridades.

762. O trecho a seguir é adequado para introduzir expediente que encaminha documentos solicitados anteriormente por meio de outro expediente:
Encaminho, anexa, cópia do Ofício n.º 123, de 12 de agosto de 2014, da Superintendência de Administração e Finanças, que trata da alocação dos servidores recém-admitidos.

(CESPE/ AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL/ DPF/ 2014)

Com referência à adequação da linguagem ao tipo de documento e à adequação do formato do texto ao gênero, julgue os seguintes itens.

763. A identificação do signatário em expediente não remetido pelo presidente da República deve ser feita pelo nome e pelo cargo da autoridade expedidora do documento.

764. O fecho "Respeitosamente", por sua formalidade e impessoalidade, pode ser empregado em qualquer tipo de expediente, independentemente do seu subscritor e do seu destinatário.

765. A forma de tratamento "Vossa Excelência" é adequada para se dirigir a um secretário de segurança pública estadual.

766. Os expedientes que seguem o padrão ofício são documentos que compartilham as mesmas partes e a mesma diagramação, como, por exemplo, o aviso, o memorando e a mensagem.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ ANTAQ/ 2014)

Hidrovia é uma rota predeterminada para o tráfego aquático. Há muito tempo, o homem utiliza a água como estrada, e a Amazônia é o maior exemplo disso. O transporte por hidrovias apresenta grande capacidade de movimentação de cargas a grandes distâncias com baixo consumo de combustível, além de propiciar uma oferta de produtos a preços competitivos. A ampliação do uso da hidrovia é uma tendência mundial por uma questão ambiental. A viabilização de uma navegação segura

no rio Madeira, por exemplo, permite o escoamento da produção de grãos de Rondônia e Mato Grosso para o Amazonas e daí para o Atlântico. Isso cria um corredor de desenvolvimento integrado, com transporte de alta capacidade e baixo custo para grandes distâncias, elimina um grave problema estrutural do setor primário, com a redução significativa da dependência do modal rodoviário até os portos do Sudeste, e representa mais uma opção de integração nacional, com a redução de trânsito pesado nas rodovias da região Centro-Sul.

Idem (com adaptações).

Em relação aos sentidos e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens.

767. Em "a preços" (ℓ. 7), estaria correto o emprego do sinal indicativo de crase.

768. Infere-se das informações do texto que o transporte por hidrovia ajuda a preservar o meio ambiente, dado o baixo consumo de combustível, e reduz a dependência do transporte rodoviário.

769. O emprego de acento gráfico em "água", "distância" e "primário" justifica-se pela mesma regra de acentuação.

770. Estaria mantida a correção gramatical do texto, caso a expressão "com transporte" (ℓ. 13) fosse reescrita como **por meio de transporte**.

Durante a operação de lastreamento do navio, junto com a água também são capturados pequenos organismos que podem acabar sendo transportados e introduzidos em um outro porto previsto na rota de navegação. Teoricamente, qualquer organismo pequeno o suficiente para passar através do sistema de água de lastro pode ser transferido entre diferentes áreas portuárias no mundo. Isso inclui bactérias e outros micróbios, vírus, pequenos invertebrados, algas, plantas, cistos, esporos, além de ovos e larvas de vários animais. Devido à grande intensidade e abrangência do tráfego marítimo internacional, a água de lastro é considerada como um dos principais vetores responsáveis pela movimentação transoceânica e interoceânica de organismos costeiros. As principais consequências negativas da introdução de espécies exóticas e nocivas são: o desequilíbrio ecológico das áreas invadidas, com a possível perda de biodiversidade; os prejuízos em atividades econômicas utilizadoras de recursos naturais afetados e consequente desestabilização social de comunidades tradicionais; e a disseminação de enfermidades em populações costeiras, causadas pela introdução de organismos patogênicos.

Idem (com adaptações)

Em relação ao texto acima, julgue os próximos itens.

771. No texto, a palavra "lastreamento" (ℓ. 1) é empregada com o sentido de ação de acrescentar água para garantir mais peso e dar mais firmeza e estabilidade à embarcação.

772. A concordância de "são capturados" (ℓ. 2), "podem" (ℓ. 3) e "transportados e introduzidos" (ℓ. 3 e 4) é feita com base em referentes diferentes.

773. A forma verbal "pode" (ℓ. 7) está no singular porque concorda com "sistema de água de lastro" (ℓ. 6 e 7).

774. Se a forma "causadas" (ℓ. 23) estivesse no singular — **causada** —, a correção gramatical do período ficaria prejudicada.

775. Entre as acepções da palavra "vetores" (ℓ. 13) inclui-se a de seres vivos que podem transmitir parasitas, bactérias ou vírus.

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens a seguir, acerca de aspectos gerais da redação oficial.

776. Para que os textos oficiais sejam entendidos em sua plenitude e por todos os cidadãos, não se deve empregar, em nenhuma circunstância, a linguagem técnica, pois ela só é inteligível àqueles que com ela estejam familiarizados.

777. O fecho é um elemento da estrutura das comunicações oficiais que tem como funções básicas sinalizar o final da correspondência e saudar aquele a quem ela se destina.

(CESPE/ AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL/ DPF/ 2014)

Julgue os itens que se seguem, relativos a aspectos gerais da redação oficial.

778. Quando se utiliza o memorando, os despachos devem ser dados no próprio documento. Nesse caso, se o espaço disponível for insuficiente para todos os despachos, devem-se usar folhas de continuação.

779. As comunicações oficiais podem ser remetidas em nome do serviço público ou da pessoa que ocupa determinado cargo dentro do serviço público.

GABARITO

748.	E	764.	E
749.	E	765.	C
750.	C	766.	E
751.	C	767.	E
752.	C	768.	C
753.	E	769.	C
754.	X	770.	C
755.	E	771.	C
756.	E	772.	E
757.	E	773.	E
758.	C	774.	E
759.	C	775.	C
760.	C	776.	E
761.	C	777.	C
762.	E	778.	C
763.	C	779.	E

RACIOCÍNIO LÓGICO

(CESPE/ TÉCNICO JUDICIÁRIO – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS/ TRE/GO/ 2015) A respeito de lógica proposicional, julgue os itens subsequentes.

780. Se P, Q e R forem proposições simples e se T for a proposição composta falsa [P^(¬Q)]→R, então, necessariamente, P, Q e R serão proposições verdadeiras.

781. A proposição "Todos os esquizofrênicos são fumantes; logo, a esquizofrenia eleva a probabilidade de dependência da nicotina" é equivalente à proposição "Se a esquizofrenia não eleva a probabilidade de dependência da nicotina, então existe esquizofrênico que não é fumante".

782. A proposição "No Brasil, 20% dos acidentes de trânsito ocorrem com indivíduos que consumiram bebida alcoólica" é uma proposição simples.

783. A proposição "Quando um indivíduo consome álcool ou tabaco em excesso ao longo da vida, sua probabilidade de infarto do miocárdio aumenta em 40%" pode ser corretamente escrita na forma (PVQ)→R, em que P, Q e R sejam proposições convenientemente escolhidas.

Considere as proposições P e Q apresentadas a seguir.
P: Se H for um triângulo retângulo em que a medida da hipotenusa seja igual a *c* e os catetos meçam *a* e *b*, então $c^2 = a^2 + b^2$.
Q: Se ℓ for um número natural divisível por 3 e por 5, então ℓ será divisível por 15.

Tendo como referência as proposições P e Q, julgue o item que se segue, acerca de lógica proposicional.

784. A proposição P será equivalente à proposição (¬R) V S, desde que R e S sejam proposições convenientemente escolhidas.

785. Se ℓ for um número natural e se U, V e W forem as seguintes proposições:
U: "ℓ é divisível por 3";
V: "ℓ é divisível por 5";
W: "ℓ é divisível por 15";
então a proposição ¬Q, a negação de Q, poderá ser corretamente expressa por U^V^(¬W).

786. A veracidade da proposição P implica que a proposição "Se *a*, *b* e *c* são as medidas dos lados de um triângulo T, com $0 < a \leq b \leq c$ e $c^2 \neq a^2 + b^2$, então T não é um triângulo retângulo" é falsa.

(CESPE/ AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL/ DPF/ 2014) Em um restaurante, João, Pedro e Rodrigo pediram pratos de carne, frango e peixe, não necessariamente nessa ordem, mas cada um pediu um único prato. As cores de suas camisas eram azul, branco e verde; Pedro usava camisa azul; a pessoa de camisa verde pediu carne e Rodrigo não pediu frango. Essas informações podem ser visualizadas na tabela abaixo, em que, no cruzamento de uma linha com uma coluna, V corresponde a fato verdadeiro e F, a fato falso.

	carne	frango	peixe	João	Pedro	Rodrigo
azul					V	
branca						
verde	V					
João						
Pedro						
Rodrigo		F				

Considerando a situação apresentada e, no que couber, o preenchimento da tabela acima, julgue os itens seguintes.

787. Se Pedro e Rodrigo não são irmãos, mas dois dos três são filhos da mesma mãe, então é correto concluir que Pedro é irmão de João.

788. Das informações apresentadas, é possível inferir que Pedro pediu frango.

789. Se João pediu peixe, então Rodrigo não usava camisa branca.

790. As informações apresentadas na situação em apreço e o fato de João ter pedido peixe não são suficientes para se identificarem a cor da camisa de cada uma dessas pessoas e o prato que cada uma delas pediu.

(CESPE/ TÉCNICO LEGISLATIVO - AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ 2014) Em determinado colégio, todos os 215 alunos estiveram presentes no primeiro dia de aula; no segundo dia letivo, 2 alunos faltaram; no terceiro dia, 4 alunos faltaram; no quarto dia, 6 alunos faltaram, e assim sucessivamente.

Com base nessas informações, julgue os próximos itens, sabendo que o número de alunos presentes às aulas não pode ser negativo.

791. Se houver um número de aulas suficientes e se a regra que define o número de faltosos for mantida, então haverá um dia letivo em que todos os alunos faltarão.

792. No vigésimo quinto dia de aula, faltaram 50 alunos.

(CESPE/ TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS CLASSE A PADRÃO I/ DPRF/ 2012) Um jovem, visando ganhar um novo smartphone no dia das crianças, apresentou à sua mãe a seguinte argumentação: "Mãe, se tenho 25 anos, moro com você e papai, dou despesas a vocês e dependo de mesada, então eu não ajo como um homem da minha idade. Se estou há 7 anos na faculdade e não tenho capacidade para assumir mi-

nhas responsabilidades, então não tenho um mínimo de maturidade. Se não ajo como um homem da minha idade, sou tratado como criança. Se não tenho um mínimo de maturidade, sou tratado como criança. Logo, se sou tratado como criança, mereço ganhar um novo smartphone no dia das crianças".

Com base nessa argumentação, julgue os itens a seguir.

793. A proposição "Se estou há 7 anos na faculdade e não tenho capacidade para assumir minhas responsabilidades, então não tenho um mínimo de maturidade" é equivalente a "Se eu tenho um mínimo de maturidade, então não estou há 7 anos na faculdade e tenho capacidade para assumir minhas responsabilidades".

794. Considere as seguintes proposições: "Tenho 25 anos", "Moro com você e papai", "Dou despesas a vocês" e "Dependo de mesada". Se alguma dessas proposições for falsa, também será falsa a proposição "Se tenho 25 anos, moro com você e papai, dou despesas a vocês e dependo de mesada, então eu não ajo como um homem da minha idade".

795. A proposição "Se não ajo como um homem da minha idade, sou tratado como criança, e se não tenho um mínimo de maturidade, sou tratado como criança" é equivalente a "Se não ajo como um homem da minha idade ou não tenho um mínimo de maturidade, sou tratado como criança".

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ ANTAQ/ 2014) Julgue os itens seguintes, acerca da proposição P: Quando acreditar que estou certo, não me importarei com a opinião dos outros.

796. Uma negação correta da proposição "Acredito que estou certo" seria "Acredito que não estou certo".

797. A proposição P é logicamente equivalente a "Como não me importo com a opinião dos outros, acredito que esteja certo".

798. Se a proposição "Acredito que estou certo" for verdadeira, então a veracidade da proposição P estará condicionada à veracidade da proposição "Não me importo com a opinião dos outros".

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ MI/ 2013) Ao comentar a respeito da qualidade dos serviços prestados por uma empresa, um cliente fez as seguintes afirmações:

P_1: Se for bom e rápido, não será barato.
P_2: Se for bom e barato, não será rápido.
P_3: Se for rápido e barato, não será bom.

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

799. Um argumento que tenha P_1 e P_2 como premissas e P_3 como conclusão será um argumento válido.

800. A proposição P_2 é logicamente equivalente a "Ou o serviço é bom e barato, ou é rápido".

801. Se P_3 for falsa, então o serviço prestado é bom, é rápido e é barato.

802. A proposição P_1 é logicamente equivalente a "Se o serviço for barato, não será bom nem será rápido".

(CESPE/ AGENTE DE POLÍCIA/ PC/DF/ 2013)

P1: Se a impunidade é alta, então a criminalidade é alta.
P2: A impunidade é alta ou a justiça é eficaz.
P3: Se a justiça é eficaz, então não há criminosos livres.
P4: Há criminosos livres.
C: Portanto a criminalidade é alta.
Considerando o argumento apresentado acima, em que P1, P2, P3 e P4 são as premissas e C, a conclusão, julgue os itens subsequentes.

803. O argumento apresentado é um argumento válido.

804. A negação da proposição P1 pode ser escrita como "Se a impunidade não é alta, então a criminalidade não é alta".

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ FUB/ 2011)

Casados e independentes

Um novo levantamento do IBGE mostra que, no Brasil, o número de casamentos em que pelo menos um dos cônjuges está na faixa dos 60 anos cresce, desde 2003, a um ritmo 60% maior que o observado na população brasileira como um todo, e um fator determinante é que cada vez mais pessoas nessa idade estão no mercado de trabalho, o que lhes garante a independência financeira necessária para o matrimônio. Segundo o IBGE e a OIT, entre 2003 e 2008, o aumento no número de casamentos em que pelo menos um dos cônjuges tinha idade acima de 60 anos foi de 44%, enquanto, na população brasileira, houve um aumento de 28%; a população com mais de 60 anos de idade e que continua no mercado de trabalho passou de 31%, em 2003, para 38%, em 2008.

Demografia. In: Veja, 21/4/2010, p. 112-3 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes.

805. De acordo com o texto, entre 2003 e 2008, a quantidade de casamentos em que um dos cônjuges tinha idade acima de 60 anos de idade foi 60% superior à quantidade de casamentos entre pessoas de outras faixas etárias.

806. Se, em 2003, havia mais de dois milhões de pessoas com mais de 60 anos de idade e que estavam no mercado de trabalho, então a população brasileira com mais de 60 anos, nesse mesmo ano, era superior a 6,4 milhões de pessoas.

(CESPE/ PERITO CRIMINAL FEDERAL/ DPF/ 2013) Suspeita-se de que um chefe de organização criminosa tenha assumido as despesas de determinado candidato em curso de preparação para concurso para provimento de vagas do órgão X.

P1: Existe a convicção por parte dos servidores do órgão X de que, se um chefe de organização criminosa pagou para determinado candidato curso de preparação para concurso, ou o chefe é amigo de infância do candidato ou então esse candidato foi recrutado pela organização criminosa para ser aprovado no concurso;
P2: Há, ainda, entre os servidores do órgão X, a certeza de que, se o candidato foi recrutado pela organização criminosa para ser aprovado no concurso, então essa organização deseja obter informações sigilosas ou influenciar as decisões do órgão X.
Diante dessa situação, o candidato, inquirido a respeito, disse o seguinte:
P3: Ele é meu amigo de infância, e eu não sabia que ele é chefe de organização criminosa;
P4: Pedi a ele que pagasse meu curso de preparação, mas ele não pagou.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsecutivos.

807. A negação da proposição P4 é equivalente a "Não pedi a ele que pagasse meu curso, mas ele pagou".

808. Com fundamento nas proposições P1, P2, P3 e P4, confirma-se a suspeita de que o chefe de organização criminosa tenha custeado para o candidato curso de preparação para o concurso.

(CESPE/ AGENTE DE POLICÍA FEDERAL/ DPF/ 2014) As seguintes premissas referem-se a uma argumentação hipotética:

- Se Paulo é inocente, então João ou Jair é culpado.
- Se João é culpado, então Jair é inocente.
- Se Jair é culpado, então, no depoimento de José e no de Maria, todas as afirmações de José eram verdadeiras e todas as afirmações de Maria eram falsas.

Com referência a essas premissas, julgue os próximos itens.

809. Se Jair é culpado, é correto inferir que João é inocente.

810. Considerando as proposições P: Paulo é inocente; Q: João é culpado; R: Jair é culpado; S: José falou a verdade no depoimento; e T: Maria falou a verdade no depoimento, é correto concluir que $P \rightarrow Q \vee S \vee T$.

(CESPE/ AUXILAR DE MANUTEÇÃO GERAL/ SGA/ 2008) Julgue os itens a seguir, com relação a porcentagens e proporções.

811. Um indivíduo ao comprar um relógio que custava R$ 240,00, recebeu um desconto de 15%. Nesse caso, o indivíduo pagou mais de R$ 200,00 pelo relógio.

812. Em um escritório, trabalham 4 mulheres e esse número representa 25% de todos os empregados desse escritório. Nesse caso, é correto afirmar que, nesse escritório, trabalham mais de 18 pessoas.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ MI/ 2013) O casal Cássio e Cássia tem as seguintes peculiaridades: tudo o que Cássio diz às quartas, quintas e sextas-feiras é mentira, sendo verdade o que é dito por ele nos outros dias da semana; tudo o que Cássia diz aos domingos, segundas e terças-feiras é mentira, sendo verdade o que é dito por ela nos outros dias da semana.

A respeito das peculiaridades desse casal, julgue os itens subsecutivos.

813. Se, em certo dia, ambos disserem "Amanhã é meu dia de mentir", então essa afirmação terá sido feita em uma terça-feira.

814. Se, em uma sexta-feira, Cássio disser a Cássia: "Se eu te amasse, eu não iria embora", será correto concluir que Cássio não ama Cássia.

815. Na terça-feira, Cássia disse que iria ao supermercado no sábado e na quarta-feira, que compraria arroz no sábado. Nesse caso, a proposição "Se Cássia for ao supermercado no sábado, então comprará arroz" é verdadeira.

(CESPE/ TÉCNICO LEGISLATIVO/ AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ 2014)

P_1: Não perco meu voto.
P_2: Se eu votar no candidato X, ele não for eleito e ele não me der um agrado antes da eleição, perderei meu voto.
P_3: Se eu votar no candidato X, ele for eleito e eu não for atingido por uma benfeitoria que ele faça depois de eleito, perderei meu voto.
P_4: Eu voto no candidato X.
C: O candidato X me dará um agrado antes da eleição ou serei atingido por uma benfeitoria que ele fizer depois de eleito.

A partir das proposições de P_1 a P_4 e da proposição C apresentadas acima, julgue os itens seguintes, que se referem à lógica sentencial.

816. Caso as proposições P_1, P_2 e P_4 sejam verdadeiras, será verdadeira a proposição "o candidato X é eleito ou ele me dá um agrado antes da eleição".

817. A proposição C é equivalente à seguinte proposição: "Se o candidato X não me der um agrado antes da eleição, serei atingido por uma benfeitoria que ele fizer após ser eleito".

818. A negação da proposição "Eu voto no candidato X, ele não é eleito e ele não me dá um agrado antes da eleição" está corretamente expressa por "Eu não voto no candidato X, ele é eleito e ele me dá um agrado antes da eleição".

819. O argumento cujas premissas sejam as proposições P_1, P_2, P_3 e P_4 e cuja conclusão seja a proposição C será válido.

820. Se as proposições P_1 e P_4 e a proposição "o candidato X é eleito" forem verdadeiras, a proposição P_3 será verdadeira, independentemente do valor lógico da proposição "não sou atingido por uma benfeitoria que o candidato faça após eleito".

(CESPE/ TÉCNICO EM REGULAÇÃO DA ATIVIDADE CINEMATOGRÁFICA E AUDIOVISUAL/ ANCINE/ 2012) Proposições são sentenças que podem ser julgadas como verdadeiras — V — ou falsas — F —, de forma que um julgamento exclui o outro, e são simbolizadas por letras maiúsculas, como P, Q, R etc. Novas proposições podem ser construídas usando-se símbolos lógicos. Uma expressão da forma P→Q é uma proposição cuja leitura é "se P, então Q" e terá valor lógico F quando P for V e Q for F; caso contrário, será sempre V. Uma expressão da forma P∨Q é uma proposição que se lê: "P ou Q", e será F quando P e Q forem F; caso contrário, será sempre V. Uma expressão da forma P∧Q, que se lê "P e Q", será V quando P e Q forem V; caso contrário, será sempre F. Uma expressão da forma P↔Q, que se lê "P, se e somente se Q" será V quando P e Q tiverem o mesmo valor lógico, caso contrário, será sempre F. A forma ¬P simboliza a negação de P e tem valores lógicos contrários aos de P.
A partir dessas informações, julgue os itens que seguem.

821. A proposição "Um engenheiro de som é desnecessário em um filme se, e somente se, o filme em questão é mudo" é logicamente equivalente a "Um engenheiro de som é desnecessário e o filme em questão é mudo ou um engenheiro de som é necessário e o filme em questão não é mudo".

822. A proposição [(¬P)∨Q]→(R∧S) é logicamente equivalente a [P→Q]→[R∧S].

823. A proposição "Se roteirista não for diretor, então dublador não será maquiador" é logicamente equivalente à proposição "Se algum dublador for maquiador, então algum roteirista será diretor".

824. A proposição [P↔Q]→[(¬P)∨(¬Q)] tem somente o valor lógico V, independentemente dos valores lógicos de P e Q.

(CESPE/ PERITO CRIMINAL FEDERAL/ DPF/ 2013) Nos termos do Edital n. 9/2012 – DGP/DPF, de 10/6/2012, do concurso público para provimento de vagas no cargo de escrivão de polícia federal, cada candidato será submetido, durante todo o período de realização do concurso, a uma investigação social que visa avaliar o procedimento irrepreensível e a idoneidade moral inatacável dos candidatos. O item 19.1 do edital prevê que a nomeação do candidato ao cargo fica condicionada à não eliminação na investigação social e ao atendimento a outros requisitos. Com base nessas informações, e considerando que Pedro Henrique seja um dos candidatos, julgue os itens seguintes.

825. Considere que sejam verdadeiras as proposições "Pedro Henrique não foi eliminado na investigação social" e "Pedro Henrique será nomeado para o cargo". Nesse caso, será também verdadeira a proposição "Se Pedro Henrique foi eliminado na investigação social, então ele não será nomeado para o cargo".

826. As proposições "A nomeação de Pedro Henrique para o cargo fica condicionada à não eliminação na investigação social" e "Ou Pedro Henrique é eliminado na investigação social ou é nomeado para o cargo" são logicamente equivalentes.

(CESPE/ ANALISTA AMBIENTAL – TEMA 2/ IBAMA 2013) Considere que as proposições sejam representadas por letras maiúsculas e que se utilizem os seguintes símbolos para os conectivos lógicos: ∧ – conjunção; ∨ – disjunção; → – condicional; ↔ – bicondicional. Nesse sentido, julgue os itens seguintes.

827. A proposição "Fiscalizar os poderes constituídos é um dos pilares da democracia e garantir a liberdade de expressão, outro pilar da democracia" pode ser corretamente representada por P∧Q.

828. A proposição "Se João implica com Maria e Maria implica com João, então evidencia-se que a relação entre João e Maria é conflituosa" pode ser corretamente representada por [(P→Q)∧(Q→P)]→R.

829. A proposição "Os mineiros são tímidos e os cariocas são extrovertidos são expressões equivalentes" pode ser corretamente representada por P↔Q, escolhendo-se convenientemente as proposições P e Q.

(CESPE/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ DPF/ 2014) Considerando que P seja a proposição "Não basta à mulher de César ser honesta, ela precisa parecer honesta", julgue os itens seguintes, acerca da lógica sentencial.

830. A negação da proposição P está corretamente expressa por "Basta à mulher de César ser honesta, ela não precisa parecer honesta".

831. Se a proposição "Basta à mulher de César ser honesta" for falsa e a proposição "A mulher de César precisa parecer honesta" for verdadeira, então a proposição P será verdadeira.

832. Se a proposição "A mulher de César é honesta" for falsa e a proposição "A mulher de César parece honesta" for verdadeira, então a proposição P será verdadeira.

833. A negação da proposição P está corretamente expressa por "Basta à mulher de César ser honesta ou ela não precisa parecer honesta".

(CESPE/ AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO/ TC/ DF/ 2014) José, Luís e Mário são funcionários públicos nas funções de auditor, analista e técnico, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que José não é analista, que o técnico será o primeiro dos três a se aposentar e que o analista se aposentará antes de Mário. Todo ano os três tiram um mês de férias e, no ano passado, no mesmo mês que José saiu de férias, ou Luís ou Mário também saiu.

Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

834. Mário é analista, José é técnico e Luís, auditor.

835. Considerando-se as proposições "A: José tirou férias em janeiro de 2013"; "B: Luís tirou férias em janeiro de 2013"; e "C: Mário tirou férias em janeiro de 2013", é correto afirmar que a proposição $(A \vee \sim C) \rightarrow B$ não é uma tautologia, isto é, dependendo de A, B ou C serem verdadeiras ou falsas, ela pode ser verdadeira ou falsa.

(CESPE/ AGENTE DE POLÍCIA /PC/DF/ 2013) O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou, em 2013, dados a respeito da violência contra a mulher no país. Com base em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, o instituto apresentou uma estimativa de mulheres mortas em razão de violência doméstica. Alguns dos dados apresentados nesse estudo são os seguintes:

- mais da metade das vítimas eram mulheres jovens, ou seja, mulheres com idade entre 20 e 39 anos: 31% estavam na faixa etária de 20 a 29 anos e 23% na faixa etária de 30 a 39 anos;
- 61% das vítimas eram mulheres negras;
- grande parte das vítimas tinha baixa escolaridade: 48% cursaram até o 8º ano.

Com base nessas informações e considerando que V seja o conjunto formado por todas as mulheres incluídas no estudo do IPEA; $A \subset V$, o conjunto das vítimas jovens; $B \subset V$, o conjunto das vítimas negras; e $C \subset V$, o conjunto das vítimas de baixa escolaridade — vítimas que cursaram até o 8º ano —, julgue os itens que se seguem.

836. Se $V \backslash C$ for o conjunto complementar de C em V, então $(V \backslash C) \cap A$ será um conjunto não vazio.

837. Se 15% das vítimas forem mulheres negras e com baixa escolaridade, então $V = B \cup C$.

Considerando que P e Q representem proposições conhecidas e que V e F representem, respectivamente, os valores verdadeiro e falso, julgue os próximos itens.

838. As proposições Q e $P \rightarrow (\neg Q)$ são, simultaneamente, V se, e somente se, P for F.

839. Se P for F e $P \vee Q$ for V, então Q é V.

840. A proposição $[P \vee Q] \rightarrow Q$ é uma tautologia.

(CESPE/ TÉCNICO LEGISLATIVO/ AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ 2014) Considerando que P seja a proposição "Se o bem é público, então não é de ninguém", julgue os itens subsequentes.

841. A proposição P é equivalente à proposição "Se o bem é de alguém, então não é público".

842. A proposição P é equivalente à proposição "Se o bem é de todos, então é público".

843. A negação da proposição P está corretamente expressa por "O bem é público e é de todos".

(CESPE/ GRUPO GESTOR/ MPOG/ 2013)

- P: Todo número natural primo é ímpar.
- Q: Existe um triângulo equilátero que não é isósceles.
- R: Se $\begin{bmatrix} 2 & -1 & 3 \\ 1 & 4 & -2 \\ 3 & 1 & 0 \end{bmatrix} \begin{bmatrix} x \\ 1 \\ x \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} 9 \\ 2 \\ 7 \end{bmatrix}$, então $x = 2$.
- S: O triângulo cujos lados medem 3 cm, 12 cm e 15 cm é retângulo.

Considerando as proposições apresentadas acima, julgue o próximo item.

844. A proposição $R \rightarrow S$ é verdadeira.

(CESPE/ AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL/ DPF/ 2014) Considerando que P, Q e R sejam proposições simples, julgue o item abaixo.

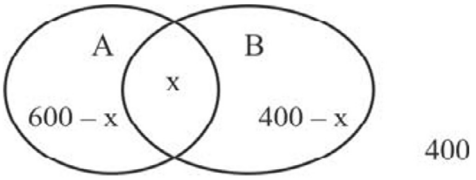
845. A partir do preenchimento da tabela-verdade abaixo, é correto concluir que a proposição $P \wedge Q \wedge R \rightarrow P \vee Q$ é uma tautologia.

P	Q	R	$P \wedge Q \wedge R$	$P \vee Q$	$P \wedge Q \wedge R \rightarrow P \vee Q$
V	V	V			
V	V	F			
V	F	V			
V	F	F			
F	V	V			
F	V	F			
F	F	V			
F	F	F			

(CESPE/ AGENTE ADMINISTRATIVO/ DPF/ 2014) A partir de uma amostra de 1.200 candidatos a cargos em determinado concurso, verificou-se que 600 deles se inscreveram para o cargo A, 400 se inscreveram para o cargo B e 400, para cargos distintos de A e de B. Alguns que se inscreveram para o cargo A também se inscreveram para o cargo B.

A respeito dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

846. Menos de 180 candidatos se inscreveram no concurso para os cargos A e B.



(CESPE/ ANALISTA ADMINISTRATIVO/ ANS/ 2013)

P	Q	R	S
V	V	V	
V	V	F	
V	F	V	
V	F	F	
F	V	V	
F	V	F	
F	F	V	
F	F	F	

Tendo como referência a tabela mostrada acima, que ilustra o esquema para se construir a tabela-verdade de uma proposição S, composta das proposições lógicas simples P, Q e R, julgue os item subsequentes.

847. Se S = (P↔Q)↔[(P→Q)∧(Q→P)], então a coluna da tabela-verdade de S será igual à mostrada abaixo.

S
V
V
F
V
F
V
F
V

848. Se S = (P→Q)∨(Q∧R), então a coluna da tabela-verdade de S será igual à mostrada a seguir.

S
V
V
F
F
V
V
V
V

(CESPE/ AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL/ DEPEN/ 2013) Em determinado estabelecimento penitenciário, todos os detentos considerados perigosos são revistados diariamente, e todos os detentos que cometeram crimes utilizando armas são considerados perigosos.

Com base nessa informação, julgue os itens seguintes.

849. Somente os detentos perigosos serão revistados diariamente.

850. Se um detento cometeu um assalto à mão armada, então ele é revistado diariamente.

851. A negação da proposição "Todos os detentos considerados perigosos são revistados diariamente" é equivalente à proposição "Nenhum detento perigoso é revistado diariamente".

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ ANTAQ/ 2014) Uma pesquisa sobre o objeto de atividade de 600 empresas apresentou o seguinte resultado:

- 5/6 dessas empresas atuam no mercado de transporte fluvial de cargas;
- 1/3 dessas empresas atuam no mercado de transporte fluvial de passageiros;
- 50 dessas empresas não atuam com transporte fluvial, nem de cargas, nem de passageiros;

Com base nessa situação hipotética e sabendo-se que as 600 empresas pesquisadas se enquadram em, pelo menos, uma das 3 opções acima, julgue os itens a seguir.

852. O número de empresas que atuam somente no mercado de transporte fluvial de passageiros é superior ao número de empresas que não atuam com transporte fluvial, nem de cargas, nem de passageiros.

853. A partir do resultado da pesquisa, é correto concluir que 1/4 dessas empresas atuam tanto no mercado de transporte fluvial de cargas quanto no de passageiros.

(CESPE/ ANALISTA ADMINISTRATIVO/ ANS/ 2013) Considerando que N seja o conjunto de todos os números inteiros maiores ou iguais a 1 e que, para cada $m \in N$, o conjunto A(m) seja o subconjunto de N formado por todos os números divisíveis por m, julgue o item a seguir.

854. O conjunto $A(6) \cup A(8)$ contém o conjunto $A(14)$.

855. O conjunto $A(15) \cap A(10)$ contém o conjunto $A(60)$.

(CESPE/ TÉCNICO DO MPU/ ADMINISTRAÇÃO MPU/ 2013) Em razão da limitação de recursos humanos, a direção de determinada unidade do MPU determinou ser prioridade analisar os processos em que se investiguem crimes contra a administração pública

que envolvam autoridades influentes ou desvio de altos valores. A partir dessas informações, considerando P = conjunto dos processos em análise na unidade, A = processos de P que envolvem autoridades influentes, B = processos de P que envolvem desvio de altos valores, CP(X) = processos de P que não estão no conjunto X, e supondo que, dos processos de P, 2/3 são de A e 3/5 são de B, julgue o item a seguir.

856. Selecionando-se ao acaso um processo em trâmite na unidade em questão, a probabilidade de que ele não envolva autoridade influente será superior a 30%.

857. O conjunto $C_P(A) \cup C_P(B)$ corresponde aos processos da unidade que não são prioritários para análise.

(CESPE/ ANALISTA ADMINISTRATIVO/ ANS/ 2013) Com relação às proposições lógicas, julgue os próximos itens.

858. A expressão "Como não se indignar, assistindo todos os dias a atos de violência fortuitos estampados em todos os meios de comunicação do Brasil e do mundo?" é uma proposição lógica que pode ser representada por P→Q, em que P e Q são proposições lógicas convenientemente escolhidas.

859. A frase "O ser humano precisa se sentir apreciado, valorizado para crescer com saúde física, emocional e psíquica" é uma proposição lógica simples.

860. A proposição "A escola não prepara com eficácia o jovem para a vida, pois o ensino profissionalizante não faz parte do currículo da grande maioria dos centros de ensino" estaria corretamente representada por P→Q, em que P e Q fossem proposições lógicas convenientemente escolhidas.

(CESPE/ VÁRIOS CARGOS/ IFB/ 2010) Um grupo de cientistas desenvolveu novo teste para detectar se um indivíduo é, ou não, portador de nova variante de gripe. A tabela abaixo mostra os resultados obtidos na aplicação do teste em um grupo de controle composto por 240 indivíduos não portadores da doença e 150 indivíduos portadores. A primeira coluna da tabela indica se o indivíduo era ou não portador da doença, e as demais colunas indicam o resultado do teste, em porcentagem.

portador da doença	teste	
	positivo	negativo
sim	90%	10%
não	25%	75%

Tendo como referência o texto e a tabela acima, e considerando que um resultado é dito falso se o teste não aponta a real situação do indivíduo, julgue o item seguinte.

861. O número de testes cujo resultado foi positivo é igual ao número de testes cujo resultado foi negativo.

(CESPE/ AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL/ DEPEN/ 2013) Considerando que, P, Q e R sejam proposições conhecidas, julgue o próximo item.

862. A proposição $[(P \wedge Q) \rightarrow R] \vee R$ é uma tautologia, ou seja, ela é sempre verdadeira, independentemente dos valores lógicos de P, Q e R.

GABARITO

780.	E	821.	C
781.	C	822.	C
782.	C	823.	C
783.	C	824.	E
784.	C	825.	C
785.	C	826.	E
786.	E	827.	C
787.	X	828.	E
788.	E	829.	C
789.	C	830.	E
790.	E	831.	C
791.	E	832.	E
792.	E	833.	C
793.	E	834.	E
794.	E	835.	E
795.	C	836.	C
796.	E	837.	E
797.	E	838.	E
798.	C	839.	C
799.	C	840.	E
800.	E	841.	C
801.	C	842.	E
802.	E	843.	E
803.	C	844.	E
804.	E	845.	C
805.	E	846.	E
806.	E	847.	E
807.	E	848.	C
808.	E	849.	E
809.	C	850.	C
810.	C	851.	E
811.	C	852.	E
812.	E	853.	C
813.	C	854.	E
814.	E	855.	C
815.	C	856.	C
816.	C	857.	E
817.	C	858.	E
818.	E	859.	C
819.	C	860.	C
820.	E	861.	C
		862.	E

INFORMÁTICA

863. (CESPE – DETRAN/ES – ASSISTENTE TÉCNICO DE TRÂNSITO) Intranets são redes restritas, normalmente implementadas em empresas que utilizam os mesmos protocolos da Internet, e o acesso às suas aplicações deve ser feito por meio de um navegador.

864. (CESPE – MPU – TÉCNICO DE APOIO) O acesso autorizado à intranet de uma instituição restringe-se a um grupo de usuários previamente cadastrados, de modo que o conteúdo dessa intranet, supostamente, por vias normais, não pode ser acessado pelos demais usuários da Internet.

865. (CESPE – PC/ES – AUXILIAR DE PERÍCIA MÉDICO-LEGAL) Uma intranet consiste em tecnologia que disponibiliza recursos da Internet aos usuários internos de uma empresa, os quais se utilizam desses recursos por meio de serviços e protocolos equivalentes mediante nome de usuário e senha.

866. (CESPE – STM – CONHECIMENTOS BÁSICOS) A intranet é um tipo de rede de uso restrito a um conjunto de usuários específicos de determinada organização.

867. (CESPE – ABIN – OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA) A troca de mensagens eletrônicas entre cidades geograficamente distantes não pode ser realizada por meio de uma intranet, em razão das características dos protocolos de e-mail usados em uma rede corporativa.

868. (CESPE – STM – CONHECIMENTOS BÁSICOS) Considere que um membro da área de recursos humanos de determinada empresa tenha publicado, no espaço acessível de intranet da empresa, documentos relativos às avaliações de desempenho dos departamentos e dos servidores aí lotados. Nesse caso, em função da natureza do meio em que foram disponibilizados, os documentos serão de acesso público e irrestrito para outros usuários da Internet.

869. (DETRAN – TRE/BA – TÉCNICO JUDICIÁRIO) As intranets são estruturadas de maneira que as organizações possam disponibilizar suas informações internas de forma segura, irrestrita e pública, sem que os usuários necessitem de autenticação, ou seja, de fornecimento de nome de login e senha.

870. (CESPE – PC/PB – MOTORISTA POLICIAL) Na intranet, o acesso é restrito a computadores existentes na rede local da organização, ou seja, somente dados internos são exibidos.

871. (CESPE – TRE/ES – BÁSICO NÍVEL MÉDIO) Não é possível disponibilizar o serviço de correio eletrônico em redes intranet, em razão de essas redes serem privadas.

872. (CESPE – TRE/MT – ANALISTA JUDICIÁRIO) Para se acessar a Internet ou uma intranet, é suficiente que o usuário tenha o Internet Explorer instalado em seu computador.

873. (CESPE – TRE/MT – ANALISTA JUDICIÁRIO) A intranet disponibiliza serviços semelhantes aos da Internet dentro de uma rede local, mas não permite que esses serviços sejam acessados de outros locais.

874. (CESPE – TRE/MT – TÉCNICO JUDICIÁRIO) As intranets são destinadas ao uso em locais remotos, onde não se dispõe de acesso a provedores de acesso à Internet.

875. (CESPE – TRT/1ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO) A Memória Cache é um tipo de memória mais lenta que a memória RAM comum, mas que possui maior capacidade de armazenamento.

876. (CESPE – BASA – TÉCNICO CIENTÍFICO) A memória cache do computador é um tipo de memória intermediária que guarda as informações oriundas da memória principal, com a finalidade de agilizar o acesso do processador a essas informações.

877. (CESPE – PC/ES – ESCRIVÃO DE POLÍCIA) As impressoras matriciais já estão obsoletas e, caso estejam disponíveis em um setor, devem ser substituídas por outras mais modernas, de modo a reduzir o consumo de material e o nível de ruído.

878. (CESPE – SEAD/PB – FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) As impressoras a laser são mais rápidas que as impressoras a jato de tinta, sendo indicadas para organizações cujo volume de impressão seja elevado.

879. (CESPE – TRE/GO – TÉCNICO JUDICIÁRIO) As impressoras jato de tinta são classificadas como unidade de entrada.

880. (CESPE – PC/PB – MOTORISTA POLICIAL) A velocidade de formação das imagens em um monitor é diretamente proporcional ao tamanho desse equipamento. Assim, um monitor de 17” — comprimento da diagonal do monitor — é mais rápido que um de 15”.

881. (CESPE – SEAD/PB – FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) O monitor de vídeo é responsável pelo processamento e pela exibição dos dados.

882. (CESPE – PC/ES – DELEGADO DE POLÍCIA) O modem é exemplo de um dispositivo híbrido, pois pode permitir simultaneamente a entrada e a saída de informações na unidade central de processamento.

883. (CESPE – TRE/ES – BÁSICO NÍVEL MÉDIO) Os dispositivos de entrada e saída usam 1 byte como unidade de padrão de transferência de dados, isto é, transferem 1 byte de dados por vez.

884. (CESPE – TRE/ES – BÁSICO NÍVEL SUPERIOR) Quando usado corretamente, um modem adequado pode permitir que um computador transmita e receba dados de outros sistemas computacionais, também conectados a dispositivos adequados e corretamente configurados, por via telefônica.

885. (CESPE – PC/ES – DELEGADO DE POLÍCIA – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) O LibreOffice é um ambiente de software livre que pode ser utilizado em diversos sistemas operacionais diferentes, como o Linux, o Solaris e o Windows.

886. (CESPE – MMA – AGENTE ADMINISTRATIVO – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) O LibreOffice é um software equivalente ao Microsoft Office para ser utilizado em ambiente de software livre, como o Linux.

887. (CESPE – MI – ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) O LibreOffice pode ser instalado em computadores que utilizam o sistema operacional Linux ou o Windows.

888. (CESPE – TRE/MA – ANALISTA JUDICIÁRIO – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) O LibreOffice é um software gratuito e livre, sendo encontrado em versões que podem ser executadas em diferentes plataformas de hardware e sistemas operacionais, incluindo Linux e Windows.

889. (CESPE – TRE/MA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) O LibreOffice pode ser utilizado para se criar e salvar documentos em diversos formatos e tem como vantagem o fato de um arquivo salvo no formato padrão LibreOffice poder ser aberto em qualquer aplicativo de outros fornecedores comerciais.

890. (CESPE – CORREIOS – NÍVEL MÉDIO – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) O LibreOffice é um conjunto de aplicativos livre, para escritório, que possui interface similar à de outros produtos do gênero em ambiente gráfico.

891. (CESPE – ANEEL – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) As funções do LibreOffice são similares às funções do pacote Office da Microsoft no que se refere à edição de textos e planilhas eletrônicas.

892. (CESPE – CAIXA – TÉCNICO BANCÁRIO – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) O LibreOffice oferece um conjunto de software gratuitos, utilizados para a manutenção de ambiente de trabalho, configuração de rede, eliminação de vírus e também acesso à Internet.

893. (CESPE – DPU – ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) O LibreOffice é uma suíte de aplicativos que possui versões específicas para Linux e para Windows; no entanto, para executá-lo no Windows, é necessário fazer logof e acessar o Linux para utilizá-lo.

894. (CESPE – DPU – ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) Um arquivo editado pelo LibreOffice em formato nativo pode ser aberto por qualquer outro aplicativo do mercado, pois ele foi feito para ser aberto e compatível com todos os ambientes, no entanto o contrário não é verdadeiro.

895. (CESPE – DPU – AGENTE ADMINISTRATIVO – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) Os aplicativos do LibreOffice permitem a criação de arquivos nos formatos típicos de outros ambientes, como, por exemplo, da suíte Microsoft (MS) Office. Dessa forma, esses arquivos podem ser abertos e alterados pelo aplicativo correspondente do MS Office.

896. (CESPE – MCT/FINEP – ADMINISTRAÇÃO GERAL – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) Atualmente, é possível encontrar software gratuito que realiza tarefas como edição de textos e de planilhas, e criação de apresentações e de imagens, por exemplo, com funcionalidades equivalentes àquelas disponíveis em software comercial.

897. (CESPE – MDS – AGENTE ADMINISTRATIVO – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) O LibreOffice dispõe de um conjunto de programas gratuitos e de livre distribuição utilizados para a edição de planilhas, textos e apresentações, que podem ser instalados em diversas plataformas ou sistemas operacionais, inclusive no ambiente Windows.

898. (CESPE – SECONT/ES – AUDITOR DO ESTADO – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) Os aplicativos do LibreOffice não são compatíveis com o ambiente do Sistema Operacional Windows XP.

899. (CESPE – ADAGRI/CE – AGENTE ESTADUAL AGROPECUÁRIO – ADAPTADO PARA O LIBREOFFICE) O LibreOffice é um software livre que pode ser gratuitamente utilizado por usuários, e que contém diversas funcionalidades similares àquelas contidas em software proprietários comercialmente disponíveis no mercado.

900. (CESPE – TRE/ES – BÁSICO NÍVEL SUPERIOR – ADAPTADO PARA LIBREOFFICE) O aplicativo Impress, do LibreOffice, pode ser instalado para auxiliar na criação de apresentações multimídia.

901. (CESPE – TRE/MA – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADAPTADO PARA LIBREOFFICE) O Impress é uma alternativa para a criação e edição de planilhas eletrônicas, com opções de formatação visual, regras de cálculo e fórmulas.

902. (CESPE – CAIXA – TÉCNICO BANCÁRIO – ADAPTADO PARA LIBREOFFICE) Os arquivos gerados pelo LibreOffice nos diversos formatos podem ser configurados para impressão pelo Impress, de acordo com as preferências do usuário e considerando as características da impressora conectada ao computador.

903. (CESPE – CAIXA – TÉCNICO BANCÁRIO – ADAPTADO PARA LIBREOFFICE) É recomendado utilizar o Impress para a criação de bancos de dados em ambiente eletrônico.

904. (CESPE – DPU – AGENTE ADMINISTRATIVO – ADAPTADO PARA LIBREOFFICE) O Impress permite a criação de imagens vetoriais (desenhos), as quais podem ser impressas por meio de qualquer aplicativo do LibreOffice.

905. (CESPE – UERN – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – ADAPTADO PARA LIBREOFFICE) O Impress disponibiliza a opção de criar gráficos vetoriais, slides, objetos em três dimensões, com o auxílio de grades e guias.

906. (CESPE – MCT/FINEP – ADMINISTRAÇÃO-GERAL – ADAPTADO PARA LIBREOFFICE) Para se imprimir arquivos de qualquer natureza, inclusive arquivos em qualquer formato do Windows, utiliza-se o aplicativo Impress.

907. (CESPE – ANCINE – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ADAPTADO PARA LIBREOFFICE) Os aplicativos Impress do LibreOffice e PaintBrush da Microsoft são concebidos para se fazer impressão de imagens e textos. Uma das principais funcionalidades desses programas é a configuração de impressoras especiais, que permitem o ajuste das cores que se pretende utilizar.

908. (CESPE – CÂMARA DOS DEPUTADOS – TÉCNICO LEGISLATIVO) O Windows possui recurso que permite compartilhar determinadas pastas e unidades de disco existentes na máquina de um usuário com outros usuários conectados a uma rede de computadores.

909. (CESPE – PCAL – DELEGADO DE POLÍCIA) Por meio de opções de compartilhamento, os arquivos e pastas armazenados no drive C de uma máquina podem ser acessados remotamente, mesmo com o computador desligado.

910. (CESPE – MEC – AGENTE ADMINISTRATIVO) No Windows, a funcionalidade de mapear unidade de rede oferece a opção de se criar uma espécie de disco virtual em outro computador, mas que só pode ser acessado quando os computadores estiverem conectados em rede.

911. (CESPE – DPF – AGENTE DE POLÍCIA) Se o usuário clicar o botão Limpeza de Disco, todos os vírus de computador detectados no disco C serão removidos do sistema operacional.

912. (CESPE – EBC – NÍVEL MÉDIO) A ferramenta Scandisk permite a formatação do disco rígido, por meio da leitura dos dados de setores defeituosos, transferindo-os para setores bons, e marcando os defeituosos, de modo que o sistema operacional não os use mais.

913. (CESPE – MS – BÁSICO NÍVEL SUPERIOR) No Windows, as teclas CTRL e ALT, quando pressionadas simultaneamente, permitem alternar rapidamente entre os programas abertos.

914. (ANEEL – BÁSICO PARA NÍVEL SUPERIOR) Em ambiente Windows, o acionamento simultâneo das teclas CTRL, ALT e DELETE permite, entre outras ações, finalizar uma tarefa pendente no computador, por exemplo, encerrar um aplicativo que não esteja respondendo, como o Word ou o Internet Explorer.

915. (CESPE – CÂMARA DOS DEPUTADOS – TÉCNICO LEGISLATIVO) No Word, mediante o uso da opção Enviar, é possível remeter uma cópia do documento em edição para um destinatário de e-mail, como anexo, de forma automática, cada vez que o documento for salvo pelo remetente. Esse recurso tem por finalidade facilitar a edição colaborativa do documento por duas ou mais pessoas.

916. (CESPE – AL/CE – CADERNO BÁSICO) Arquivos criados e normalmente salvos no Word 2010 são compatíveis com a versão 2007, porém, em versões anteriores, esses arquivos não são abertos corretamente.

917. (CESPE – DPRF – AGENTE ADMINISTRATIVO) O Microsoft Word 2010 disponibiliza ao usuário a ferramenta de recuperação de documentos, que possibilita, entre outras funcionalidades, recuperar parte da informação contida em um arquivo de trabalho que fora fechado inesperadamente, antes de ser salvo adequadamente, ou mesmo retornar para uma versão anterior de um arquivo de trabalho.

918. (CESPE – MPEPI – BÁSICO SUPERIOR E MÉDIO) O Word 2010 permite que sejam atribuídas senhas distintas para leitura e gravação de arquivos, como forma de protegê-los contra acessos indevidos.

919. (CESPE – TCU – TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO) O aplicativo Microsoft Word 2010 conta com o recurso de autorrecuperação de arquivos que garante a geração automática de cópias de segurança (backup) do documento em edição.

920. (CESPE – SES/ES – ESPECIALISTA EM GESTÃO) No MS Excel, um conjunto de planilhas é denominado pasta de trabalho, não havendo possibilidade de as planilhas de uma mesma pasta de trabalho, geralmente constituídas de tabelas com cálculos diversos, serem salvas individualmente, isto é, ao se salvar uma planilha de determinada pasta de trabalho, todas as planilhas dessa pasta serão salvas.

921. (CESPE – TRE/BA – BÁSICO NÍVEL SUPERIOR) Para se inserir dados em uma planilha do Microsoft Excel, deve-se, inicialmente, selecionar a célula onde os dados serão inseridos. Esse procedimento pode ser realizado com o uso do mouse, posicionando o cursor na célula desejada, ou a partir das setas do teclado, ou teclando ENTER, para, em seguida, se digitar os dados na célula e, por fim, confirmar a operação com ENTER.

922. (CESPE – TRE/MT – TÉCNICO JUDICIÁRIO) O software Excel disponibiliza funcionalidades para criar uma planilha que permita associar tabelas e colunas de forma organizada.

923. (CESPE – CORREIOS – NÍVEL MÉDIO) Quando se inicia o aplicativo Excel, três novas pastas de trabalho em branco são abertas automaticamente.

924. (CESPE – UERN – AGENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO) O Excel é destinado à elaboração de tabelas e planilhas eletrônicas para cálculos numéricos, além de servir para a produção de textos organizados por linhas e colunas identificadas por números e letras.

925. (CESPE – UERN – AGENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO) Ao se realizar um cálculo no Excel, a fórmula é inserida em uma célula e o resultado é disponibilizado na barra de fórmulas, no campo fx .

926. (CESPE – UERN – AGENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO) Por padrão, na guia das planilhas do Excel, estão disponibilizadas as planilhas Plan 1, Plan 2 e Plan 3, as quais podem ser usadas para a criação de diferentes planilhas, mas não podem ter os respectivos nomes alterados.

927. (CESPE – MDS – AGENTE ADMINISTRATIVO) No MS Excel, a planilha corresponde às páginas disponíveis ou criadas para uso dentro de um arquivo do Excel, enquanto a pasta de trabalho é o nome do arquivo propriamente dito. Ao se salvar um arquivo, salvam-se todas as planilhas nele contidas.

928. (CESPE – CÂMARA DOS DEPUTADOS – TÉCNICO LEGISLATIVO) Um arquivo de planilhas em formato XLS, para ser aberto, por exemplo, em outro editor diferente do Excel, deverá ser inicialmente salvo no Excel como um arquivo do tipo XLSX para depois ser aberto, livremente em outro software.

929. (CESPE – SES/ES – COMUM PARA NÍVEL SUPERIOR) No Microsoft PowerPoint, conjuntos de slides para apresentação podem ser criados em mesmo tamanho, respeitando-se as dimensões padrão dos slides para que caibam na tela ou possam ser projetados em superfícies.

930. (CESPE – IFB – NÍVEL SUPERIOR) O Microsoft PowerPoint não apresenta recursos que alterem a forma de transição dos slides.

931. (CESPE – SEDUC/AM – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) No PowerPoint, é possível controlar a velocidade de cada efeito de transição de slides e também adicionar a execução de som em cada transição.

932. (CESPE – UERN – AGENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO) A senha de cada usuário pode ser compartilhada apenas por pessoas autorizadas. Caso haja divulgação da senha, deve-se fazer uma denúncia do vazamento de informação.

933. (CESPE – MEC – AGENTE ADMINISTRATIVO) Uma das principais preocupações com relação a ambientes eletrônicos, a segurança deve ser considerada sob diversos aspectos, como de conscientização dos usuários, regras e cuidados de acesso, uso, tráfego de dados em uma rede, além da utilização correta de softwares autorizados, que devem ser legalmente adquiridos.

934. (CESPE – TRE/MT – ANALISTA JUDICIÁRIO) A segurança das informações que transitam pela Internet é de total responsabilidade do administrador de rede.

935. (CESPE – MMA – AGENTE ADMINISTRATIVO) A responsabilidade pela segurança de um ambiente eletrônico é dos usuários. Para impedir a invasão das máquinas por vírus e demais ameaças à segurança, basta que os usuários não divulguem as suas senhas para terceiros.

936. (CESPE – TRE/MT – ANALISTA JUDICIÁRIO) Os sistemas operacionais modernos possuem mecanismos que evitam a propagação de vírus e cavalos de troia. Tais mecanismos devem ser ativados por meio do gerenciador de arquivos ou pelo gerenciador de aplicativos.

937. (CESPE – TRE/MT – TÉCNICO JUDICIÁRIO) De modo a verificar se a máquina está infectada, é recomendável utilizar, frequentemente, os serviços de scan de vírus.

938. (CESPE – SEAPA/DF – BÁSICO NÍVEL SUPERIOR) Os usuários domésticos da Internet que utilizam um provedor de acesso não precisam instalar programas antivírus em suas máquinas, uma vez que a versão instalada nos servidores do provedor serve também para proteger as máquinas de todos os usuários.

939. (CESPE – SEPLAG/DF – ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO) Os programas de antivírus são utilizados para detectar e eliminar vírus de computador que já tenham uma vacina equivalente, assim como manter em quarentena vírus que ainda não possuem vacina.

940. Ao se receber uma mensagem com arquivo anexo, recomenda-se verificar, por meio de um software específico, se há ou não vírus nesse arquivo.

941. (CESPE – MEC – AGENTE ADMINISTRATIVO) Os arquivos recebidos anexados a mensagens eletrônicas devem ser abertos imediatamente, a fim de se descobrir se contêm vírus. Para tanto, basta ter um programa de antivírus instalado, que vai automaticamente eliminar a mensagem, caso seja identificado um vírus dentro dela.

942. (CESPE – CAIXA – TÉCNICO BANCÁRIO) Uma mensagem digital somente pode ser assinada pelo destinatário da mesma.

943. (CESPE – CAIXA – TÉCNICO BANCÁRIO) Para assinar uma mensagem digital, o remetente usa uma chave privada.

944. (CESPE – CAIXA – TÉCNICO BANCÁRIO) O destinatário usa a chave privada do remetente para receber uma mensagem digital assinada.

945. (CESPE – CAIXA – TÉCNICO BANCÁRIO) Para assinar uma mensagem digital, o destinatário usa uma chave pública.

946. (CESPE – CAIXA – CARREIRA ADMINISTRATIVA) A assinatura digital facilita a identificação de uma comunicação, pois baseia-se em criptografia simétrica de uma única chave.

947. (CESPE – CAIXA – CARREIRA ADMINISTRATIVA) Quando um usuário com assinatura digital envia e-mail para um destinatário, a mensagem será assinada por uma chave pública do destinatário, para garantir que seja aberta apenas pelo destinatário.

948. (CESPE – CAIXA – TÉCNICO BANCÁRIO) PKI ou ICP é o nome dado ao certificado que foi emitido por uma autoridade certificadora.

949. (CESPE – CAIXA – TÉCNICO BANCÁRIO) Um certificado digital é pessoal, intransferível e não possui data de validade.

950. (CESPE – CAIXA – TÉCNICO BANCÁRIO) Autoridade certificadora é a denominação de usuário que tem poderes de acesso às informações contidas em uma mensagem assinada, privada e certificada.

951. (CESPE – CAIXA – TÉCNICO BANCÁRIO) A autoridade reguladora tem a função de emitir certificados digitais, funcionando como um cartório da Internet.

GABARITO

863. C
864. C
865. C
866. C
867. E
868. E
869. E
870. E
871. E
872. E
873. E
874. E
875. E
876. C
877. E
878. C
879. E
880. E
881. E
882. C
883. E
884. C
885. C
886. C
887. C
888. C
889. C
890. C
891. C
892. E
893. E
894. E
895. C
896. C
897. C
898. E
899. C
900. C
901. E
902. E
903. E
904. E
905. E
906. E
907. E
908. C
909. E
910. C
911. E
912. E
913. E
914. C
915. E
916. C
917. C
918. C
919. E
920. E
921. C
922. C
923. E
924. C
925. E
926. E
927. C
928. E
929. C
930. E
931. C
932. E
933. C
934. E
935. E
936. E
937. C
938. E
939. C
940. C
941. E
942. E
943. C
944. E
945. E
946. E
947. E
948. E
949. E
950. E
951. E

NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

952. (CESPE/ JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DO TRF 5ª REGIÃO) Mariana exerce cargo exclusivamente em comissão, em determinado órgão da União. Nessa situação, Mariana poderá filiar-se ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos dessa entidade da federação.

953. (PROCURADOR/ INSS) A União responderá por eventual déficit financeiro da Seguridade Social se causado pelo pagamento de benefícios de prestação continuada da previdência social.

954. (AUDITOR FISCAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL) Empregador rural pessoa física contribui para a seguridade com o equivalente a 2,5% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção e com 0,1% sobre essa mesma base de cálculo para custeio das prestações por acidente de trabalho.

955. (PROCURADOR/ INSS/ CESPE) Fazem parte das receitas que financiam a Seguridade Social o montante correspondente a 40% do resultado dos leilões de bens apreendidos pela Secretaria da Receita Federal, bem como 50% do valor do prêmio recolhido a título de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

956. (ANALISTA PREVIDENCIÁRIO/ INSS/ CESPE) Joaquina, dona de casa, segurada facultativa da previdência social, emprega, em sua residência, Maria, como empregada doméstica. Após conhecer os dotes culinários de Maria, Joaquina passou a utilizar-se dos seus serviços para preparar biscoitos e doces que são vendidos em uma feira. Em razão das atividades desenvolvidas, as contribuições relativas à remuneração de Maria devem ser recolhidas como segurada empregada.

957. (PROCURADOR/ INSS/ CESPE) A contribuição do pescador artesanal é calculada mediante a aplicação da alíquota de 2,2% da receita bruta obtida com a comercialização de sua produção.

958. (ANALISTA LEGISLATIVO/ CÂMARA DOS DEPUTADOS) A respeito das contribuições sociais e dos conceitos legais previstos no plano de custeio da previdência social, julgue o seguinte item.
Considera-se empregador doméstico a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.

959. (ANALISTA LEGISLATIVO/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CESPE) A respeito das contribuições sociais e dos conceitos legais previstos no plano de custeio da previdência social, julgue o seguinte item.

São consideradas contribuições sociais aquelas que incidem sobre o salário de contribuição dos trabalhadores.

960. (ANALISTA LEGISLATIVO/ CÂMARA DOS DEPUTADOS) A respeito das contribuições sociais e dos conceitos legais previstos no plano de custeio da previdência social, julgue o seguinte item.

São contribuições sociais as que incidem sobre a receita de concursos de prognósticos.

961. (AUDITOR FISCAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAI/ CESPE) O valor da contribuição devida pelos bancos comerciais, de investimento ou desenvolvimento, cuja base é o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título aos segurados empregados, é de 22,5%, sendo reduzida a 17,5%, quando se tratarem de pagamentos feitos a avulsos e contribuintes individuais.

962. (ADVOGADO DA UNIÃO/ AGU) Não integram o salário de contribuição os benefícios pagos, na forma da lei, pelo RGPS, salvo o salário-maternidade.

963. (PROCURADOR FEDERAL/ AGU) Para efeito de cálculo da contribuição previdenciária, o salário pago em forma de utilidade é usado apenas em relação à parte sob responsabilidade dos empregados, devendo ser excluído da cota dos empregados em razão de não compor o cálculo dos benefícios.

964. (ADVOGADO DA UNIÃO/ AGU) Sobre os valores recebidos pelo segurado empregado a título de gratificação natalina, também conhecida como décimo terceiro salário, não incide contribuição previdenciária.

965. (ADVOGADO DA UNIÃO/ AGU) Considere a seguinte situação hipotética. Elaine é cabeleireira, Sílvia é manicure e Cláudia é esteticista. As três trabalham por conta própria e exercem suas atividades na residência de Elaine. Nessa situação, apesar de não terem vínculo empregatício com qualquer estabelecimento, todas são consideradas seguradas obrigatórias da previdência social na qualidade de contribuinte individual.

966. (JUIZ SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO) A dependência econômica do filho inválido, maior de 21 anos, é presumida.

967. (JUIZ SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO) A dependência econômica dos pais do segurado é sempre presumida.

968. (FISCAL/ INSS) Caso um servidor público civil da União passasse a exercer, concomitantemente, atividade laboral abrangida pelo regime geral de previdência social, então tornar-se-ia segurado obrigatório desse regime. Todavia, não poderia haver contagem recíproca de tempo de contribuição entre os dois regimes.

969. (FISCAL/ INSS) A empresa é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregado e trabalhador avulso a seu serviço, descontando-as das respectivas remunerações e recolhendo-as ao INSS, no prazo es-

tabelecido por lei.

970. (JUIZ SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO) O sistema previdenciário oficial pode cobrir eventos de doença, invalidez, morte, idade avançada, auxílio educação e moradia.

971. De acordo com a medida provisória n. 676/15, a aplicação do fator previdenciário para o cálculo do salário de benefício da aposentadoria por tempo de contribuição é opcional desde que o segurado comprove possuir, em 2015, 95 pontos resultantes da soma de sua idade acrescido do tempo de contribuição.

972. A aplicação do fator previdenciário para o cálculo do salário de benefício da aposentadoria por idade é opcional.

973. A renda mensal do auxílio-doença é 92% do salário de benefício.

974. A renda mensal da aposentadoria por idade corresponde a 70% do salário de benefício + 1% por grupo de 12 contribuições até o limite de 100% do salário de benefício.

975. A aposentadoria por idade é uma prestação previdenciária paga mensalmente ao segurado que completar 60 anos de idade se do sexo masculino e 55 anos se do sexo feminino.

976. O servidor, civil ou militar, amparado por regime próprio, que venha a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo RGPS não precisa contribuir em relação a essas atividades, pois elas já possuem cobertura previdenciária.

977. São beneficiários do RGPS, na condição de dependentes do segurado, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de 21 anos de idade ou inválido.

978. Após a filiação e o primeiro recolhimento, o segurado facultativo poderá recolher contribuições em atraso, desde que não tenham decorrido doze meses da cessação dos recolhimentos.

979. Entre as várias situações cobertas pela previdência social, está a concessão do salário família e do auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados que recebam remuneração até o teto de contribuição do INSS.

980. O segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar, mantém a qualidade de segurado até 6 meses após o licenciamento.

981. Pedro falece deixando pensão por morte para seus dependentes. O benefício será dividido entre sua mulher e sua mãe.

982. Paulo segurado filiado do RGPS tem como seu dependente seu irmão, Pedro, de 16 anos. A dependência econômica de Pedro nessa situação é presumida.

983. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ ANALISTA LEGISLATIVO) Ao se utilizar do método de interpretação teleológico o intérprete busca compatibilizar o texto legal a ser interpretado com as demais normas que compõem o ordenamento jurídico, visualizando a lei objeto de interpretação como parte de um todo.

984. (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ ANALISTA LEGISLATIVO) A vigência da lei de natureza previdenciária segue a regulamentação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, de modo que, salvo disposição contrária, entra em vigor quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

985. (CESPE/ TC-DF/ PROCURADOR) Uma norma legal que apenas altere o prazo de recolhimento das contribuições sociais destinadas à previdência social não se sujeitará ao princípio da anterioridade.

986. (CESPE/ TCDF/ AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO) No tocante ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) não integram o RPPS do DF os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão.

987. (CESPE/ DPE-ES/ DEFENSOR PÚBLICO) A publicação, em 1954, do Decreto n. 35.448, que aprovou o Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, é considerada, pela doutrina majoritária, o marco inicial da previdência social brasileira.

988. (CESPE/ DETRAN-ES/ ADVOGADO) A Lei n. 3.807/1960, conhecida como Lei Orgânica da Previdência Social, notabilizou-se por ter uniformizado a legislação previdenciária dos diversos institutos de aposentadoria e pensão.

989. (CESPE/ TRT 21ª REGIÃO (RN)/ ANALISTA JUDICIÁRIO) Com a criação do Instituto Nacional do Seguro Social, foram unificados, nesse instituto, todos os órgãos estaduais de previdência social.

990. (CESPE/ DPU/ DEFENSOR PÚBLICO) A Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo n. 4.682/1923), considerada o marco da Previdência Social no Brasil, criou as caixas de aposentadoria e pensões das empresas de estradas de ferro, sendo esse sistema mantido e administrado pelo Estado.

991. (CESPE/ INSS/ TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL) Em que pesem os inúmeros avanços alcançados após a promulgação da Constituição Federal de 1988, especialmente com a estruturação do modelo de seguridade social, o Brasil mantém, ainda, resquícios de desigualdade, que podem ser observados, por exemplo, pela existência de benefícios distintos para os trabalhadores urbanos em detrimento dos rurais.

992. (CESPE/ INSS/ ANALISTA DO SEGURO SOCIAL) O trabalho informal é fenômeno evidente nas grandes metrópoles brasileiras e a inserção previdenciária das pessoas nessa situação é um dos fatores que desequi-

libram as contas da previdência social.

993. (CESPE/ TRT 10ª REGIÃO (DF e TO)/ ANALISTA JUDICIÁRIO) Pedro, segurado da previdência social, foi dado como incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. Nessa situação, tendo sido cumprida a carência exigida, Pedro terá direito à aposentadoria por invalidez após o gozo de, no mínimo, dois anos de auxílio-doença.

994. (CESPE/ DPE-ES/ DEFENSOR PÚBLICO) Caso um segurado empregado, em seu primeiro dia no emprego, em virtude de acidente, se torne definitivamente incapaz para o trabalho, ele terá direito à aposentadoria por invalidez, ainda que não tenha recolhido nenhuma contribuição para o RGPS, mas somente poderá exercer tal direito após o gozo de auxílio-doença prévio durante o período mínimo de vinte dias.

995. (CESPE/ AGU/ PROCURADOR FEDERAL) Para fazer jus à aposentadoria por idade prevista no RGPS, como trabalhador urbano, deve o requerente comprovar, além da carência exigida em lei, ter completado sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos, se mulher.

996. (CESPE/ INSS/ TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL) Fabiano, segurado do regime geral de previdência, encontra-se preso e participa de atividades laborais na prisão, fato que lhe permite manter suas contribuições para a previdência social na qualidade de contribuinte individual. Sua esposa, Catarina, recebe auxílio-reclusão, por serem, Fabiano e ela, considerados, respectivamente, segurado e dependente de baixa renda. Nessa situação, enquanto Catarina receber o auxílio-reclusão, Fabiano não terá direito a nenhum tipo de aposentadoria nem a auxílio-doença.

997. (CESPE/ TRT 17ª Região/ ANALISTA JUDICIÁRIO) As professoras, após vinte e cinco anos de efetivo magistério, têm direito à aposentadoria por tempo de serviço, com renda mensal correspondente à totalidade de seu salário-benefício.

998. Segundo a lei n. 13.135/2015, é necessária, como regra, uma carência mínima de 24 contribuições para que o dependente possa solicitar pensão por morte. Caso a dependente seja também cônjuge, deverá comprovar relacionamento afetivo de pelo menos 2 anos.

999. Segundo a lei n. 8.213/91, caberá à empresa arcar com os 30 primeiros dias de afastamento em virtude de doença contraída pelo funcionário, só podendo solicitar o auxílio doença após esse prazo.

1000. De acordo com a lei n. 8.213/91, atualizada pela lei n. 13.135/15, a pensão por morte será concedida por 4 meses para o dependente da segurada que não comprovar 2 anos de vinculo conju

GABARITO

952. E
953. C
954. E
955. C
956. C
957. E
958. C
959. C
960. C
961. E
962. C
963. E
964. E
965. C
966. C
967. E
968. C
969. C
970. E
971. C
972. C
973. E
974. C
975. E
976. E
977. C
978. E
979. E
980. E
981. E
982. E
983. E
984. C
985. C
986. c
987. E
988. C
989. E
990. E
991. E
992. E
993. E
994. E
995. c
996. C
997. E
998. E
999. E
1000. C